

Rui Manuel do Nascimento Lima Ramos

Aspectos da configuração do discurso de opinião
na comunicação social

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 49073
Ex. 2
Data 26 / 03 / 19 97

Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

043 M

R 146 a

ex. 2

Porto, 1996

Agradeço ao Professor Doutor Joaquim Fonseca
a paciência, a disponibilidade e o apoio que tornaram possível este trabalho.

Índice

1 - Introdução.....	4
2 - Dimensões básicas da configuração do texto jornalístico.....	8
3 - O discurso de opinião como discurso polêmico.....	39
4 - A desqualificação do alvo no discurso polêmico.....	59
5 - As perguntas retóricas.....	86
6 - " <i>Os doze abutres</i> ": dimensões centrais da estruturação e do funcionamento do Texto 10.....	104
7 - Conclusão.....	124
8 - Referências bibliográficas.....	126
Anexo - <i>Corpus</i>	131

1 - Introdução

1.1 - O trabalho que estas linhas abrem e apresentam pretende debruçar-se sobre alguns dos aspectos que definem o *discurso de opinião* enquanto tal, que o enquadram e delimitam.

Não aspira, contudo, a abarcar o vastíssimo campo global que este tipo de discurso constitui, mas concentra o foco da sua atenção no discurso de opinião *na comunicação social escrita*, fenómeno marcante nestes tempos de mediatização da vida pública, na sociedade portuguesa e na civilização ocidental.

Restringe mais ainda o seu domínio ao discurso de opinião *de cariz político*, enquanto discurso profusamente ilustrado e representativo, por um lado, e multifacetado mas homogéneo, por outro. A consciencialização crescente do valor da efectiva responsabilidade dos actores políticos num quadro de democracia representativa, quer do lado dos eleitores, quer do dos eleitos, e o cada vez mais fácil acesso à cultura e aos meios da sua difusão, estarão na base, a par de outros factores económicos e sociais, da crescente mediatização da vida política portuguesa, travando-se boa parte das lutas políticas nos meios de comunicação de massas. Os grandes jornais nacionais apresentam-se como o local estratégico da constituição do discurso político-social, substituindo por vezes as instâncias oficiais, dando voz e acesso directo à opinião pública aos políticos eleitos e aos diversos porta-vozes e líderes de opinião mais ou menos formalmente instituídos.

Toda a vida social, política na sua acepção ampla e primeira, mas facilmente permitindo a derrapagem deste conceito para uma concepção e arregimentação partidária, se rege por relações de consenso/conflito. Também o jornal se define e pronuncia nesses termos, reflectindo uma parte substantiva da imprensa actual sobretudo a relação de conflito com o poder, desvelando o atractivo lado negativo das relações, explorando sentimentos de desconforto ou desagrado com a autoridade política, empolando reacções comuns anti-governo. Daqui resulta a omnipresença do discurso polémico, enquanto discurso desqualificante, discurso do conflito e da persuasão.

Numa sociedade onde a imagem televisiva se impõe cada vez com maior importância e a superficialidade inerente ao tratamento audiovisual impera, o *discurso político de opinião na imprensa escrita* mantém ainda um fôlego notável, guarda um ritmo próprio e um poder argumentativo/persuasivo vasto.

1.2 - Reconhecendo-se, como com pertinência assinala Joaquim Fonseca (1994a), na linguística contemporânea, dois grandes paradigmas, o da *Linguística do Sistema* e o da *Linguística do Uso/Funcionamento do Sistema*, parece-nos óbvio que uma análise minimamente produtiva do alvo deste estudo terá de se inscrever no segundo paradigma, encarando o objecto em questão como um todo de significação, assumindo como referência central a noção de competência de comunicação, «tomada como um complexo heterogéneo de recursos dominados pelos falantes para a produção e a recepção-interpretção de discursos - recursos esses em que se inscrevem os estritamente linguísticos, mas também outros, que com eles entretêm interacções fortes, integrantes de diversos sistemas semióticos» (Fonseca, J., 1994a:96). O *texto/discurso* será considerado na sua globalidade, onde se entrelaçam relações entre as suas diversas partes e entre cada uma delas com o todo, reconhecendo o papel da dimensão enunciativa e do contexto particular em que ocorre.

Assim, a investigação desta dissertação desenrolar-se-á numa perspectiva de Linguística do Texto/Análise do Discurso, com uma componente enunciativo-pragmática, pretendendo traçar dentro do quadro teórico assim estabelecido alguns dos aspectos da configuração deste tipo de discurso.

1.3 - O tema deste estudo adquire pertinência à luz da complexidade linguística e da representatividade/papel social do seu objecto. De facto, o discurso de opinião política na comunicação social apresenta-se multifacetado, comunga das características de outros tipos de discurso, estabelece com eles relações intertextuais ou de proximidade a vários níveis, assume-se como manifestação de uma polifonia que concorre decididamente para a sua delimitação. Contudo, não são abundantes entre nós as abordagens com sistematicidade do discurso de imprensa que o tomem na globalidade das suas múltiplas dimensões¹.

¹ Impõe-se uma ressalva, que remete para os estudos de J. Fonseca (especialmente alguns dos compilados em Fonseca, J., 1992)

1.4 - O *corpus* (apresentado em anexo) que fundamenta este estudo é constituído por dez artigos de opinião de cariz político, publicados em jornais diários e semanários de dimensão nacional (*Diário de Notícias*, *O Independente*, *Público*) nos meses de Março e Abril de 1995. Abordam os problemas políticos vividos na altura, com especial relevo para a questão da eventual dissolução da Assembleia da República e da relativa proximidade de eleições legislativas. Nenhum outro critério especial condicionou a sua escolha, a não ser o gosto particular de quem fez a selecção e a opção por artigos com unidade/unicidade temática. Os seus autores variam do político partidariamente empenhado, que assume uma colaboração regular num espaço de opinião, ao analista político pretensamente neutro, passando pelo cidadão que subscrive uma colaboração pontual numa espécie de página do leitor.

1.5 - O capítulo que segue imediatamente esta introdução/apresentação procura identificar algumas dimensões básicas ou imediatas da configuração destes textos, numa análise que começa no exterior, isto é, no aspecto visual e plástico, e que estabelece a relação observável entre as opções a este nível e o conteúdo temático, informativo ou interaccional veiculado. Como apoio a este capítulo, segue-se em anexo o resultado do tratamento estatístico de várias dimensões julgadas pertinentes.

O terceiro capítulo pretende mostrar o papel dos vários actantes envolvidos no processo comunicativo gerado pela criação e veiculação destes artigos, numa perspectiva argumentativa e polémica.

Nesta linha, o quarto capítulo aborda um aspecto quase obsessivamente presente em todos os Textos do *corpus*: a desqualificação dos alvos definidos no discurso, num quadro de polemicidade. Note-se que não se pretende fazer uma análise exaustiva de todas as formas e processos de desqualificação (o que, dada a sua omnipresença, resultaria num trabalho interminável), mas somente apontar alguns recursos pelos quais os alvos são postos em causa. Paralelamente, são identificados vários mecanismos de criação de uma imagem de algum modo eufórica para o locutor.

O quinto capítulo retoma alguns dos mecanismos em referência e analisa o funcionamento das perguntas retóricas nestes Textos. Este recurso é frequentemente utilizado, com objectivos vários, e a sua análise identifica diversos efeitos decorrentes do uso deste tipo de interrogativas.

Segue-se um sexto capítulo, onde se procederá à análise de um Texto do *corpus* que apresenta uma visão integrada dos vários factores que foram objecto de estudo anterior.

O último capítulo apresenta, de forma muito sucinta, algumas reflexões finais do percurso feito nos capítulos anteriores.

Este trabalho não apresenta uma parte autónoma de exposição teórica, que descreva o estado dos estudos dentro deste âmbito, parcialmente devido à escassez de estudos linguísticos sobre o discurso de opinião jornalístico. Quando e na medida em que se apresentar necessário para clarificar os pontos de partida e os fundamentos das análises feitas, a teoria de base será referida. Da mesma forma, não é apresentada uma bibliografia exhaustiva sobre os assuntos abordados, mas são explicitadas (em 8.) as referências bibliográficas efectivamente feitas e somente alguns títulos que, sem serem expressamente citados, estão indirectamente presentes na medida em que constituem a estrutura teórica global que subjaz ao percurso científico seguido.

2 - Dimensões básicas da configuração do texto jornalístico

2.1 - Na composição de um artigo jornalístico, o aspecto visual tem uma função a não subestimar. Acompanhamento de fotografias, opção dos títulos, organização dos parágrafos e das colunas, todas essas componentes visuais são considerados para cativar a atenção do leitor e a manter.

De facto, será útil lembrar que, em termos de oralidade, não comunicamos exclusivamente por palavras, mas interferem com o sistema linguístico uma série de códigos e factores dificilmente traduzíveis para o registo escrito. Uns quantos sinais de pontuação e algumas regras da escrita são claramente insuficientes para dar conta da multiplicidade de elementos - contextuais, prosódicos, entoacionais, visuais, espaciais... - que interferem e enquadram a troca linguística. Dizer que "o lápis só escreve sombras de palavras" é, ainda assim, sobrestimar a capacidade do lápis.

Mas os recursos disponíveis para a construção do texto, nomeadamente do texto jornalístico, ultrapassam as simples regras de pontuação e do registo escrito. Todo o aspecto visual ganha uma dimensão de grande relevo, ultrapassando mesmo em alguns tipos de texto aquilo que é explicitamente verbalizado, como no caso da publicidade ou da propaganda política, em que a força sugestiva da imagem é tão ou mais preciosa para activar o imaginário do público/opinião pública como/que o conteúdo veiculado pela linguagem verbal.

No caso dos textos jornalísticos de opinião, frequentemente textos considerados extensos, tipicamente sem o *sangue* que muitos dos outros artigos jornalísticos trazem à cena e aos quais a curiosidade mais ou menos mórbida do leitor facilmente responde, as estratégias de sedução - não tanto aquelas que visarão a adesão do leitor a certos pontos de vista, ou a desenvolver determinada acção, mas sobretudo estratégias visando despertar a atenção do leitor por aquele artigo, de modo a estabelecer a comunicação e a mantê-la - essas estratégias, dizíamos, jogam um papel de relevo na configuração interna e externa dos textos. Será fácil imaginarmos qual a reacção de um leitor se, ao abrir o seu jornal, em vez de encontrar um texto de opinião escrito em colunas, bem legível, marcado

por parágrafos, bem separado dos outros textos, com um título curto e apelativo, encontrar o mesmo texto transcrito sem o recurso a colunas, pouco legível, sem parágrafos, demasiado colado a outros textos, sem título que defina o seu tópico geral ou com um demasiado longo. Da mesma forma, um texto com frases mais simples e curtas será tendencialmente de mais fácil leitura do que um que apresente uma estrutura sintáctica mais complexa.

Do reconhecimento do papel do aspecto visual decorre a atenção dada a estas dimensões básicas (*básicas* na medida em que são *imediatas* no contacto do leitor com o artigo jornalístico), enquanto contributo discreto mas decisivo na construção do complexo comunicativo global.

2.2 - O título do artigo assume um papel importante por vários motivos.

Visualmente, enquanto cabeça do artigo, o título congrega a atenção do leitor e inicia o processo de comunicação. Sistemáticamente destacado e em tipo de tamanho muito superior ao do corpo do artigo, o título constitui uma porta aberta e um convite ao início da comunicação. Pelo seu aspecto gráfico, é o elemento textual mais incisivo no apelo à leitura que todo o texto implica.

Em termos de conteúdo, desempenha uma função cognitiva básica, um papel projectivo na descodificação do texto, definindo o seu tópico geral, activando uma série de pressupostos que condicionarão toda a recepção subsequente do texto.

Os outros títulos presentes num jornal, nomeadamente os das notícias, actuam frequentemente como resumos das notícias que encabeçam, abarcando o essencial e mais marcante do que o artigo versa. Mas os títulos dos editoriais e artigos de opinião têm um papel diferente: definem a intenção comunicativa global que congrega os vários movimentos discursivos que constituirão o texto. Desse modo, o título constitui sempre uma catáfora, a ser resolvida no corpo do texto. Mais: ao ser frequentemente elíptico, ele induzirá o alocutário (ALOC) a criar os primeiros laços de cumplicidade explícita, pois convida-o a, fazendo uso da enciclopédia, completar a sua formulação, reconhecer implícitos, etc.

O título de um artigo de opinião, ao mesmo tempo que desvenda o tópico geral do texto, procurará ser suficientemente enigmático/sedutor para despertar a curiosidade do ALOC, levando-o a continuar a leitura. Note-se que, num artigo escrito e relativamente

longo, desprovido do interesse facilmente reconhecido às notícias pela novidade que encerram, o poder de se impor ao eventual leitor é ténue. Por isso, será necessário recorrer a mecanismos de sedução.

Alguns desses mecanismos poderão passar por jogos de palavras, aliteraões, metáforas de todo o tipo, frases feitas, neologismos, estrangeirismos, enfim, um não mais acabar de recursos mais ou menos imaginativos para convencer o ALOC a dedicar a sua atenção ao texto e, já que a começou, terminar a leitura.

No caso do *corpus* definido, deparamo-nos com alguns títulos muito curiosos, eloquentes q.b. para informar, enigmáticos o bastante para convidar à leitura. Encerram todos a particularidade de se constituírem em frases nominais, muito condensadas, variando entre as duas (Texto 1) e as oito palavras (Textos 4 e 6), mas insistindo sobretudo nas três (metade dos casos), numa média aritmética de 4,4 palavras por título.

2.2.1 - No caso do Texto 1, a análise do título não pode dissociar-se de um outro elemento visual: a fotografia que preenche o centro do artigo e da página.

À partida, o universo de saberes do ALOC deverá identificar dois campos semânticos diversos para os quais remete a noção de "cólera", um deles relativo a *doença*, outro a *ira*. Contudo, o sufixo que, no título, acompanha o lexema restringe imediatamente a noção a um só campo semântico, pois só o relativo à *ira* pode receber uma variação gradativa. Permanece, ainda assim, um factor de informatividade apreciável: inerente à noção de "cólera", encontramos os semas [+ violência] e [+ intensidade], de orientação oposta à do sufixo. A tensão assim criada potencia o valor catafórico do título e remete para o texto, onde a sua excessiva novidade será esclarecida. A este factor junta-se o emprego do artigo definido que, como refere Halliday, sem especificar a identidade do referente, nos informa que ela estará disponível no contexto, o que neste caso significa obrigatoriamente no texto seguinte: «The information is available elsewhere» (Halliday, 1991:293).

Ao mesmo tempo, o título não nos esclarece sobre a identidade do experienciador da "colerazinha", mas a fotografia anexa é eloquente: retrata uma figura pública facilmente identificável como o então presidente do partido político que constituía a base de apoio parlamentar ao Governo: Fernando Nogueira (FN). Por isso, apesar de a legenda da fotografia não ser mais do que um excerto do texto, portanto escrito com outra finalidade

que não a de funcionar como legenda explicativa/interpretativa, será fácil ao leitor perceber que os dois elementos presentes - a fotografia e o nome "Fernando Nogueira" presente na legenda - apesar de pertencerem a sistemas semióticos diferentes, são co-referenciais. Essa será uma informação activada a partir do universo de conhecimentos do ALOC. A aquisição do sentido dos textos desenvolve-se na base de uma interacção entre o verbalizado e esse universo de conhecimentos: não só o que este "sabe" sobre o código, a situação de comunicação e o tema, mas também sobre o mundo em que locutor (LOC) e ALOC se movem, sobre os objectos, as pessoas, os acontecimentos, as regras sociais, os universos simbólicos que definem uma cultura e uma sociedade. Diga-se que o LOC, na construção do seu texto, pressupõe como adquirido um determinado universo de conhecimentos por parte do ALOC, o que lhe vai permitir evitar redundâncias excessivas, que tornariam o texto demasiado pesado e denso. Desta forma, todo o texto acabará por se revelar «mais ou menos "elíptico" ou "incompleto", ou, se se prefere, *económico*, pois que o seu produtor conta com a *cooperação* do receptor» (Fonseca, J., 1992a:49).

Neste ponto inicial do artigo, nada informa explicitamente o ALOC da ligação entre os dois elementos textuais - título e fotografia. Contudo, ambos encerram um paradoxo: o título parece procurar conciliar o inconciliável, pela associação de elementos semânticos de orientação gradativa/valorativa oposta; na imagem, se o movimento do braço traduz força (realçada pela desfocagem da mão), o olhar estará longe de corroborar essa noção. Mais: sendo, como é, reconhecido a FN um temperamento marcadamente calmo e conciliador (para alguns até demasiado "mole" para um líder político com as aspirações de FN), esta atitude espanta e pode inclusivamente sugerir uma *encenação* - com todas as implicações que isso possa ter, orientando-se sobretudo para o mascarar do real, para uma fuga à verdade. Refira-se de novo que estas informações serão activadas a partir do universo de saberes do ALOC, pressuposto pelo LOC e fundamental para a plena aquisição por parte daquele de todas as dimensões da mensagem que recebe.

Assim, tal como na comunicação oral são de relevância fundamental os factores contextuais e situacionais e os múltiplos códigos intervenientes nas interacções entre os falantes, também se confirma que não há compartimentos estanques entre sistemas representativos no que diz respeito à comunicação escrita². E o papel da fotografia, em particular na imprensa escrita, é hoje em dia essencial, nomeadamente por sofrer da

² À frente se verá o papel de outros factores visuais no processo comunicativo.

presunção de verdade: enquanto um texto pode ser acusado de ser tendencioso, a fotografia raramente é acusada de mascarar a realidade. No entanto, ela é sempre um ponto de vista, pode ser tão opinativa como um texto e sofrer manipulações que, devido ao seu valor "mitológico" de verdade, se revelam frequentemente mais eficazes do que a palavra³.

2.2.2 - O papel das fotografias que acompanham os artigos e o seu jogo de interacções com os títulos revela-se igualmente importante no Texto 9.

Em primeiro lugar, observe-se que o título deste Texto, um dos cinco do *corpus* que são constituídos por três palavras, é marcado por uma evidente tensão, decorrente do atentado às expectativas de normalidade agregadas ao conhecimento do mundo supostamente partilhado por LOC e ALOC. Tratando-se de um texto de opinião política, não é típico que se faça referência a um "cadáver", facto que não chocaria nas rubricas que cobrem acontecimentos de índole diversa dos prototipicamente identificáveis neste tipo de artigos. Além disso, a qualificação feita - "esquisito" - será tudo menos usual, revelando mais uma vez uma informatividade de alto grau. Estão criados os ingredientes necessários para despertar no ALOC a curiosidade suficiente para procurar no texto abaixo a resolução da tensão gerada.

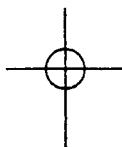
Por sua vez, a fotografia junta e a sua legenda esclarecem sobre o tópico geral do texto: visto que este tipo de artigos se ancora tipicamente num passado recente relevante, surgirá clara a identificação da imagem com os então recentes "Estados Gerais" do Partido Socialista. Nada esclarece, contudo, sobre a identidade do "cadáver", pelo que unicamente a leitura do artigo poderá resolver a falta de informação.

2.2.3 - O título do Texto 6 apresenta igualmente características muito peculiares.

Quando um texto é produzido, é indelevelmente marcado pelas suas coordenadas básicas de enunciação: identifica e estabelece um *eu* que lança uma ponte de comunicação e cria, pela sua própria existência, um *tu*; ambos são realidade no seu *aqui* e *agora*,

³ António Barreto, num colóquio em Coimbra em Março de 1995, ilustrava a possibilidade de mascarar a realidade e o poder de manipulação da fotografia com um curto mas esclarecedor episódio: durante a guerra da Crimeia (1854-1855), acontecimento que marcou o início da cobertura fotojornalística, um repórter fotográfico inglês foi enviado para a frente de combate, transportando consigo três carroças cheias de material fotográfico e uma missão - sossegar a opinião pública inglesa, apavorada com os relatos escritos que os jornalistas faziam desse conflito. E cumpriu eficazmente a sua missão: nas fotografias da guerra que envia para casa, não se vislumbra uma pinga de sangue...

manifestações de conceitos que enformam toda a existência e que são constituídos pela enunciação: «Dos líneas en el papel que se cortan perpendicularmente significan para nosotros un sistema de coordenadas; O el origen de coordenadas:



Yo afirmo que hay que poner en el lugar O tres demostrativos, si este esquema ha de representar el campo mostrativo del lenguaje humano, a saber: los demostrativos *aquí*, *ahora* y *yo*» (Bühler, 1979:120-121). Para o que neste momento interessa realçar, atente-se sobretudo na coordenada temporal, o "*ahora*" de Bühler.

Ancorando-se os artigos da imprensa num passado relevante recente, o leitor de um jornal pressupõe que, qualquer que seja o assunto tratado num artigo de opinião, ele terá de ser imediatamente identificável, através do universo de conhecimento supostamente partilhado pelos intervenientes no processo comunicativo, pela actualização dos acontecimentos dos dias anteriores e, eventualmente, orientando as suas repercussões directas para um futuro próximo. Aliás, a transitoriedade, o seu curto tempo de vida, é uma das características definidoras do discurso jornalístico, fruto da "excessiva" ligação, em vários aspectos, ao momento de enunciação⁴. Claro que esta característica, apesar de ser globalmente comum a todos os artigos jornalísticos, manifesta-se a diferentes níveis, segundo as peculiaridades do tipo de discurso em causa: um *fait divers* ou uma notícia sobre um resultado desportivo, por exemplo, podem perder actualidade/oportunidade no decurso de poucas horas ou de um dia para o outro, ao passo que um artigo de opinião será mais resistente à erosão do tempo. E há ainda que ter em consideração, mesmo só no quadro da imprensa escrita, os diversos tipos de suporte físico e sua periodicidade: revistas de actualidade ou de reportagem, jornais matutinos, vespertinos, semanários...

⁴ A transitoriedade destes escritos é testemunhada pelos próprios autores: Marcelo Rebelo de Sousa, num livro que agrupa alguns artigos de opinião por si produzidos para a imprensa falada e escrita, parece sentir a necessidade de justificar tal publicação. Abre o seu volume com uma «Explicação», onde refere: «Ouvintes amigos insistiram para que publicasse em livro alguns desses avisos, *menos presos ao imediato*, que se foram somando nestas quase cinquenta e duas semanas.» E na contra-capá do livro pode ler-se: «Desses programas, alguns trechos, *mais intemporais*, foram transcritos e são agora publicados em livro.» (*Um ano em exame*, Lisboa, Publicações D. Quixote/TSF, 1994; os sublinhados são nossos).

De todos os tipos de artigos jornalísticos, aqueles que são representados pelo *corpus* definido para esta análise serão os de maior esperança de vida. Enquanto que a notícia é tendencialmente uma pura descrição de determinado estado de coisas, o artigo de opinião apresenta características próprias: baseia-se na realidade, nos acontecimentos reais externos ao texto para, a partir deles, tecer comentários, explicar causas, relações e consequências, criar casos políticos. É essa componente narrativa e criadora que foge à simples mostração referencial do mundo e dos estados de coisas, para constituir comentário, definir valores ou algo mais (como a seguir se verá). Mas continuarão todos marcados - fortemente marcados - pelo momento zero da sua enunciação, o ponto de intersecção das linhas definidoras do campo enunciativo a que Bühler se referia (como acima se cita).

No caso do artigo transcrito no Texto 6, o T0 será definido pelo dia de publicação do jornal: 20 de Março de 1995. Mas o título remete para "O Congresso do PSD de Dezembro de 1995". Se se tratasse de uma data passada relativamente ao T0, mesmo que não de um passado imediato, abrir-se-iam ao ALOC as normais expectativas de invocação de um determinado estado de coisas que o LOC pretendia reatualizar para, provavelmente, tecer comentários com pertinência presente. Contudo, não é isso que acontece. Este título, com esta data, remetendo para um momento futuro e referindo-se a ele como se de um acontecimento passado (com existência factual) se tratasse, é um índice de ficcionalidade, de mudança fundamental nas coordenadas e na intenção comunicativa. Tal mudança é facilmente e desde o primeiro momento de abordagem do texto identificada pelos leitores, pois todos os falantes têm uma competência ampla, «que consiste em ser capaz de identificar um determinado enunciado ou conjunto de enunciados como relativos a estados de coisas que não são reais, isto é, constitutivos de mundos alternativos ao mundo real» (Fonseca, F. I., 1990:89). Opera-se uma *transposição fictiva* das coordenadas enunciativas, através do emprego da linguagem, para um mundo alternativo ao mundo real, um *mundo possível*. Estes «"mundos possíveis" não preexistem ao acto de referência nem existem independentemente dele: é o próprio acto de referência que os faz existir. Significar não é apresentar um mundo preexistente, é *configurar* mundos possíveis e conferir-lhes uma existência textual» (idem, ibidem:92).

A esta transposição das coordenadas da enunciação e à inerente mostração fictiva chama Bühler a deixis "am Phantasma"⁵, não porque remeta para coisas, acções ou seres que não existam, mas porque é realizada a partir de um marco de referência fictivo. Note-se que, no Texto 6, não há qualquer referência a "seres do outro mundo", a duendes, licornes ou marcianos que só têm existência enquanto produções textuais fictícias - aliás, todas as personagens deste Texto são referenciais, os locais, as relações, os jogos de influências, enfim, todo um mundo de relacionamentos humanos, enquadrado e definido pelas suas circunstâncias, assume uma existência independente do texto. O que se passa é que, pela transposição fictiva das coordenadas enunciativas, é re-construído o mundo enquanto mundo possível: «o campo mostrativo "am Phantasma" constitui uma imagem mental do campo perceptivo real ou de um campo perceptivo que possa constituir-se em *alternativa* plausível dele. Não se trata obrigatoriamente, como pode fazer supor uma interpretação apressada e simplista dos termos "fantasma" e "fantasia", de um feérico mundo irreal; trata-se de qualquer "mundo possível", que seja evocado mentalmente em alternativa ao mundo *actual*» (idem, 1992:144).

Bühler, ao usar o termo "transposição", enquadra sobretudo a deslocação espacial (aqui/não aqui). Mas esta noção aplica-se igualmente às coordenadas de pessoa e de tempo - e é especialmente sobre esta última que recai o efeito de transposição que o título em análise encerra. Ele configura desde o início uma situação de comunicação que dominará a recepção do Texto, constituindo um elemento de sentido fundamental para que a comunicação se efectue com êxito.

Num texto de opinião, o valor de verdade que deve afectar os argumentos evocados é condição absolutamente necessária para o bom êxito do acto persuasivo. Assumido como uma ficção narrativa, este texto escapa a esse tipo de avaliação: «dans la fiction, le critère vrai-faux n'est pas pertinent, c'est-à-dire que les fictions ne postulent pas d'analogie réelle entre les domaines comparés, elles ne sont pas construites selon des critères de vraisemblance et n'ont pas à être justifiées par l'expérience. L'importance des fictions réside dans l'élargissement des possibilités de modélisation, dans l'ouverture de mondes nouveaux, dans la mise à l'épreuve de nouvelles façons de voir. Les fictions ne sont donc pas des illusions, mais au contraire un moyen de connaissance et de correction du modèle social de réalité. Elles jouent ce rôle aussi longtemps qu'elles demeurent reconnues et

⁵ O termo "Phantasma" significa para Bühler "imagem evocada mentalmente".

reconnaissables comme fictions» (Bange, 1981:101). Os limites aos horizontes deste texto são determinados pela intenção persuasiva subjacente. Portanto, não sendo possível avaliá-lo em termos de verdade, deverá ser respeitada a condição da verosimilhança, permitindo ao ALOC reconhecer naquele *mundo possível* uma efectiva realização eventual, dentro de um futuro próximo. Nesse caso, todas as conotações negativas arreigadas às pessoas, aos objectos e aos estados de coisas descritos, apesar de ficcionais, ganham uma dimensão de *realidade* e orientam-se, enquanto críticas incontestáveis, para as entidades extra-textuais reconhecidamente consideradas.

O termo *ficção* pode parecer pouco correcto para classificar o processo criativo aqui presente. Poderá argumentar-se que se trata somente de uma *previsão*, baseada na leitura da realidade e nas expectativas decorrentes de uma previsível normalidade. Contudo, será de realçar que o artigo em questão não apresenta nenhum indício de que se trata de uma antevisão, assumindo-se como tal. Ele apresenta-se como descrição de um estado de coisas com existência factual, inscrevendo-o no passado, criando o efeito de real, aproximando-se tanto quanto possível do discurso de comentário político "normal". Só a sua inscrição em coordenadas enunciativas *outras* marca o seu carácter fictivo - e esse é o seu efectivo índice de ficcionalidade.

2.3 - Um dos elementos da organização visual dos textos a considerar é a mancha gráfica e o arranjo da página. Genericamente, é do saber comum que um texto demasiado denso, sem espaços brancos onde a vista possa repousar, sem algum equilíbrio estético ou mal impresso se torna de leitura mais difícil - menos convidativa - do que um texto considerado visualmente mais harmonioso.

2.3.1 - No caso dos textos do *corpus* definido, é mantida a tradicional disposição em colunas, preenchendo cada artigo toda uma página. Quase todos se desdobram em três colunas, sendo somente um (o Texto 9) desenvolvido ao longo de quatro e um outro (o Texto 6) ao longo de duas. Esta variação tem a ver com a organização própria do jornal e o estatuto do autor do artigo: nos Textos 2, 3, 4, 7, 8 e 10, o autor é uma figura pública que escreve um texto de *Opinião* - assim se chama a rubrica, perfeitamente identificada pelo nome no canto superior direito da página; nestes casos, é incluída na página, à direita, uma outra coluna, de responsabilidade de outro autor, destacada do artigo de

opinião (mais exactamente, trata-se de uma selecção de citações da imprensa estrangeira). Os Textos 1 e 5 são igualmente textos de opinião, mas o seu autor tem no jornal onde são publicados um estatuto diferente: trata-se do Director, pelo que este artigo se reveste do carácter de um Editorial. Contudo, não se assume claramente como tal, surgindo sob o título de entrada «Antes pelo contrário». Na mesma página, surge igualmente uma coluna, à esquerda, a partilhar o espaço com o artigo, da responsabilidade do autor do texto de opinião. Retirado do mesmo jornal, o Texto 9 tem direito a uma página exclusivamente para si - daí apresentar-se em quatro colunas. Preenche um espaço de opinião constante, sob o título de entrada «Às avessas». O Texto 6 inscreve-se sob a rubrica "Espaço Público", partilhando a página com um outro artigo. Neste caso, estas colaborações surgem no jornal de forma esporádica e os seus autores assumem um papel diferente daquele que é incarnado pelos colaboradores regulares.

Esta diferença entre o estatuto dos articulistas revela-se visualmente pela presença ou ausência da fotografia do rosto do autor (já que o nome, bem visível, é comum a todos os Textos). Mais à frente, será analisado com maior atenção este aspecto. Contudo, desde já ele ressalta. Todos os artigos, à excepção do ilustrado no Texto 6, marcam a sua autoria não só pelo nome do seu criador, mas igualmente pela sua fotografia, constituindo este facto uma afirmação forte da autoria e do papel assumidamente interventivo que implica. Trata-se literalmente de "dar a cara" por aquilo que se afirma, sem ter medo de "perder a face". Não significa, porém, que o autor do Texto 6 não se assuma enquanto tal - mas o seu artigo reveste-se de um carácter de expressão singular de opiniões, apresentando, pelo menos, uma diferença de grau relativamente aos outros Textos, como a seguir se verá.

De cada um dos artigos foi retirado um excerto que, nos Textos 1, 5 e 9, serve de legenda à fotografia que ocupa o espaço central da página; no Texto 6, o excerto surge em negrito e em posição central, sob o título e o nome do seu autor, ocupando parte do espaço das duas colunas; finalmente, nos restantes artigos, esse excerto aparece à esquerda, também em negrito, sob a fotografia e o nome do autor.

Assim, seguindo o movimento de leitura tradicional da nossa cultura - de cima para baixo e da esquerda para a direita - o leitor identifica imediatamente em todos os exemplos um título, muito destacado e o autor do artigo (em quase todos os casos, com fotografia sobre o nome; num sem fotografia, mas com o nome destacado em branco

sobre uma banda negra); depara igualmente, em sete dos dez textos, com um parágrafo destacado pelo tipo (diferente e sem "pé"), pela impressão (em negrito) e pela localização (à esquerda do corpo do artigo). Este parágrafo, ao antecipar um momento do texto, funciona como complemento do título, condensando a orientação ou o rumo dominante do discurso, definindo o seu tópico global e, ao mesmo tempo, reforçando o convite à leitura. O contacto com o texto é, assim, gradual: primeiro um título de muito fácil leitura, porque consubstanciado numa frase nominal, enigmático quanto baste para promover o contacto com o texto e definidor do seu tópico geral, accionando todo um complexo de saberes que permitirão ao artigo fazer sentido dentro de determinado quadro conceptual; em seguida, um parágrafo um pouco mais extenso (duas ou três frases), mas ainda de fácil leitura, fazendo alguma luz sobre o tópico global ou uma das orientações discursivas do texto; finalmente, o corpo do artigo.

2.3.2 - Interessante poderá revelar-se a análise estatística da extensão dos Textos e da distribuição no número de palavras por frases e parágrafos.

Desde logo, salientam-se algumas regularidades, que passamos a enumerar.

2.3.2.1 - Os Textos podem agrupar-se em três grupos, de acordo com a sua extensão: um primeiro, abarcando os Textos 2, 3, 6, 7, 8 e 9, com perto de mil palavras cada (entre as 943 palavras do Texto 9 e as 1005 palavras do Texto 6); um segundo, formado pelos Textos 1, 5 e 10, com pouco mais de seiscentas palavras cada (628, 626 e 611, respectivamente); um terceiro, correspondendo unicamente ao Texto 4, o mais extenso, com 1345 palavras (cf.: Quadro 11).

Estas regularidades não serão inteiramente fortuitas. Provavelmente, a semelhança de extensão dos textos deriva das condicionantes próprias do jornal, visto os Textos 2, 3, 4, 7, 8 e 10, por um lado, e os textos 1 e 5, por outro, preencherem a mesma rubrica, nos jornais respectivos, em datas diferentes. Mais significativo poderá mostrar-se o facto de dois dos artigos inscritos no grupo da "Opinião" do jornal "Público" mostrarem uma tão grande diferença de tamanho em relação aos outros surgidos na mesma rubrica. Ao facto de o Texto 4 ser bem mais longo do que qualquer outro não será alheia a intenção justificativa um pouco *avant la lettre* das acções do próprio LOC enquanto protagonista político de forte intervenção mediática - portanto muito exposto à opinião pública, mas ao

mesmo tempo procurando preservar quase obsessivamente a sua privacidade. Realiza, a par da acção justificativa, um sério aviso (mesmo uma ameaça) àqueles que pretenderem acusá-lo ou intrometer-se na sua esfera familiar ou íntima de forma leviana e infundada. Estando directamente em jogo a sua figura e a sua zelada privacidade, o LOC alonga-se numa argumentação que pretende o mais sólida e explícita possível, por forma a deixar clara e sem equívocos a sua posição. Aliás, ele demonstra ter consciência de que realiza um exercício pouco habitual: «Partilho pois com os leitores do *Diário de Notícias* uma reflexão sobre os meus dilemas nesta matéria que não costuma ter autoria entre os políticos na primeira pessoa» (Texto 4, EN 7).

Por outro lado, o Texto 10 (como veremos no capítulo 6) destina-se a um público eventualmente mais restrito e realiza uma crítica dentro do próprio partido a que o LOC pertence e dentro do qual assume funções relevantes. Nesse caso, um texto demasiado longo ou demasiado explícito poderia ser mais prejudicial do que benéfico para a imagem do partido. Daí a sua curta extensão - para bom entendedor...

2.3.2.2 - As médias de palavras por frase são variadas: entre as 15,5 do Texto 8 e as 29,3 do Texto 2 - o que significa que alguns Textos têm uma extensão média das frases correspondente a praticamente o dobro da de outros. Mesmo sem haver relação imediata e directa entre um factor e outro, teremos de referir que, frequentemente, um texto constituído por frases mais longas se torna tendencialmente um texto de mais difícil acesso. Aliás, frases mais longas nem sequer significam obrigatoriamente estruturas sintácticas mais complexas. Contudo, tendem a orientar-se nesse sentido.

2.3.2.3 - Não parece haver nenhuma relação entre a extensão do texto e a extensão média das frases que o compõem. Os gráficos apresentados no Quadro 11 são ilustrativos desta conclusão.

2.3.2.4 - A frase mais curta tem uma só palavra e a mais longa setenta e duas. Ocorrem conjuntamente no Texto 2. Encontram-se as duas imediatamente seguidas, o que realça a diferença de extensão. E compreende-se que essa realização se verifique: a frase curta corresponde a uma pergunta, a longa à sua resposta (EN 26 e 27). Há, porém, duas outras ocorrências de frases com uma só palavra, uma ainda no Texto 2 (EN 3) e outra no

Texto 9 (EN 33). Quanto às mais longas, será de realçar que duas das ocorrências próximas do máximo (70 e 71 palavras por frase) se verificam no Texto 8, onde predominam as frases muito curtas (a média é de 15,5 palavras por frase), facto que potencia ainda mais a relevância desses enunciados na construção textual.

2.3.2.5 - Não se verifica, pela análise dos gráficos da extensão das frases de cada Texto (cf.: Quadros 1 a 10), uma grande uniformidade interna neste campo. Pelo contrário, vários dos Textos denotam uma irregularidade evidente, sendo caracterizados por alterações consecutivas na extensão das suas frases.

Estas alterações não parecem aleatórias. Se analisarmos com cuidado o Texto 1, comparando-o com o gráfico correspondente, verificaremos que, dos cinco "pontos baixos" identificáveis, isto é, os momentos correspondentes a frases mais curtas (frases de três, quatro ou seis palavras), quatro correspondem à última frase do respectivo parágrafo e a um momento onde o movimento discursivo atinge particular relevo na estrutura argumentativa, seguido (e potenciado também por isso) de uma pausa - a passagem de um parágrafo a outro.

O mesmo se verifica na parte final de vários artigos. De todos os Textos que constituem o nosso *corpus*, somente dois (os Textos 4 e 5) terminam com frases acima da média, verificando-se no segmento terminal de todos os outros uma orientação no sentido da aproximação a zero.

Tal opção poderá decorrer de dois factores, um de orientação retrospectiva, outro de orientação prospectiva:

I. retrospectivamente: ao longo do texto, o ALOC pôde já definir qual o segmento do seu universo de conhecimentos necessário para decodificar com êxito o sentido dos vários momentos discursivos e do sentido global do texto, já demarcou a área desse conhecimento em que o verbalizado faz sentido. Assim, o peso relativo dos elementos de sentido implícitos pode ser maior do que o dos explícitos. Ao mesmo tempo, o próprio texto já criou o seu mundo de referências, permitindo-se ser mais económico na actualização sequente desse mundo;

II. prospectivamente: ao condensar o conteúdo proposicional das últimas frases em enunciados muito curtos, não só outros momentos do desenvolvimento textual são actualizados, por processos de coesão e coerência, como também se dá especial relevo a

essas frases, concentrando e, dessa forma, potenciando, o seu núcleo significativo. Mais: o ALOC vê-se obrigado a colaborar com mais informação para colmatar a *incompletude*, reforçando-se a cooperação, assumindo-se o ALOC como elemento efectivamente interveniente no processo comunicativo.

Será de referir igualmente que, em vários dos Textos, a última frase retoma no todo, em parte ou por um processo de associação o título, fechando um círculo de significação onde a totalidade da intenção comunicativa se perfaz. É o caso do Texto 2, onde se identifica coesão por associação entre «pague» (EN 35) e «dispendiosa» (título), decorrendo do exposto que todo o país vai "pagar" um alto preço pela «dispendiosa encenação» levada a cabo pelo Presidente da República. É o caso do Texto 6, cujo título refere um acontecimento temporalmente marcado como acontecendo em «Dezembro de 1995», (activando o ALOC informações da sua *enciclopédia* que localizam tipicamente este mês na fronteira com o ano seguinte, como um mês de transição, inclusivamente como o mês que culmina com a "passagem do ano"), retomado por associação no EN 56, onde surge o ano de «1996», apresentado ainda numa perspectiva de futuro - os «dias conturbados» ainda só «*espreitam* Portugal em 1996», decorrendo do semantismo deste predador a actualização de um estado de coisas e de um intervalo de tempo em que esse estado de coisas descrito se encontra à esquerda da fronteira inicial do intervalo de tempo - portanto coincidente com o «Dezembro de 1995» evocado no título. É ainda o caso dos Textos 8 e 9, onde se estabelecem elos coesivos por reiteração entre os respectivos títulos e os últimos enunciados.

Uma análise dos gráficos em anexo, no fim deste capítulo, permite ainda identificar algum tipo de ritmo discursivo marcado pela alternância entre frases longas e curtas ou pelo predomínio de um ou outro tipo de construções. À falta da entoação ou de marcas explícitas de ênfase, de tom ou volume de voz, a extensão das frases condiciona e reveste de alguma forma o ritmo de leitura, concorrendo com os recursos internos da língua e com os recursos formais do registo escrito para a construção da totalidade de significação do texto. Será fácil reconhecer diferentes ritmos discursivos aos Textos 2 e 8, com médias de respectivamente 29,3 e 15,5 palavras por frase. Da mesma forma, no interior de cada Texto, são perceptíveis momentos marcados por ritmos diferentes. Tomando de novo o Texto 8 para análise, não será difícil distinguir, pelo menos, quatro sequências rítmicas, correspondendo aos EN 1-18, 19-26, 27-43 e 44-63. Em vários dos Textos, o final de

frases curtas é antecedido por uma ou mais frases particularmente longas (caso dos Textos 1, 3, 6, 7, 8 e 9), ampliando desta forma a diferença relativa entre elas, polarizando toda a força dos segmentos textuais num ou noutro ponto específico do texto. E em todos os Textos (um pouco menos no Texto 10) se podem verificar alternâncias constantes na dimensão das frases, marcando um ritmo que parece procurar ser vivo ou, pelo menos, não se deixar arrastar pela monotonia que por vezes pauta o discurso jornalístico de índole mais reflexiva.

Anexo ao capítulo 2: quadros estatísticos

Quadro 1

Texto 1 - «A colerazinha»

37 frases + título

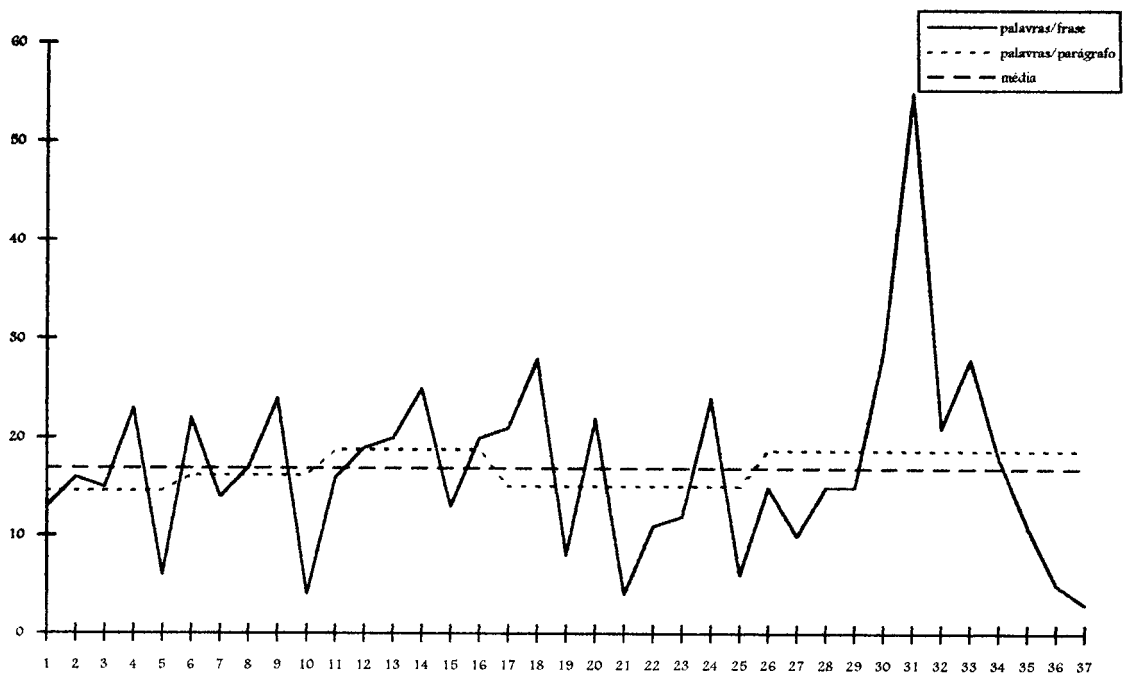
628 palavras + 2 (título)

16,9 palavras por frase (sem título)

Sequência de palavras por frase: 13-16-15-23-6-§-22-14-17-24-4-§-16-19-20-25-13-20-§-21-28-8-22-4-11-12-24-6-§-15-10-15-15-29-55-21-28-18-11-5-3

Parágrafos

- I. 5 frases, 73 palavras, 14,6 palavras por frase
- II. 5 frases, 81 palavras, 16,2 palavras por frase
- III. 6 frases, 113 palavras, 18,8 palavras por frase
- IV. 9 frases, 136 palavras, 15,1 palavras por frase
- V. 12 frases, 225 palavras, 18,7 palavras por frase



Quadro 2

Texto 2 - «A dispendiosa encenação de Belém»

33 frases + título

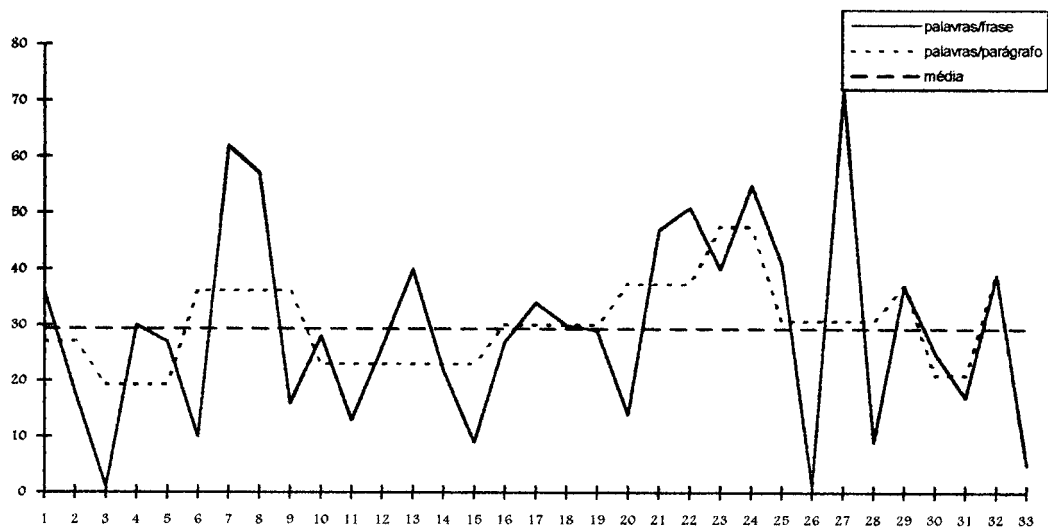
968 palavras + 5 (título)

29,3 palavras por frase (sem título)

Sequência de palavras por frase: 36-18-§-1-30-27-§-10-62-57-16-§-28-13-26-40-22-9-§-27-34-30-29-§-14-47-51-§-40-55-§-41-1-72-9-§-37-§-25-17-§-39-§-5

Parágrafos

- I. 2 frases, 54 palavras, 27,0 palavras por frase
- II. 3 frases, 58 palavras, 19,3 palavras por frase
- III. 4 frases, 145 palavras, 36,2 palavras por frase
- IV. 6 frases, 138 palavras, 23,0 palavras por frase
- V. 4 frases, 120 palavras, 30,0 palavras por frase
- VI. 3 frases, 112 palavras, 37,3 palavras por frase
- VII. 2 frases, 95 palavras, 47,5 palavras por frase
- VIII. 4 frases, 123 palavras, 30,7 palavras por frase
- IX. 1 frase, 37 palavras, 37,0 palavras por frase
- X. 2 frases, 42 palavras, 21,0 palavras por frase
- XI. 1 frase, 39 palavras, 39,0 palavras por frase
- XII. 1 frase, 5 palavras, 5,0 palavras por frase



Quadro 3

Texto 3 - «A dissolução ontem»

41 frases + título

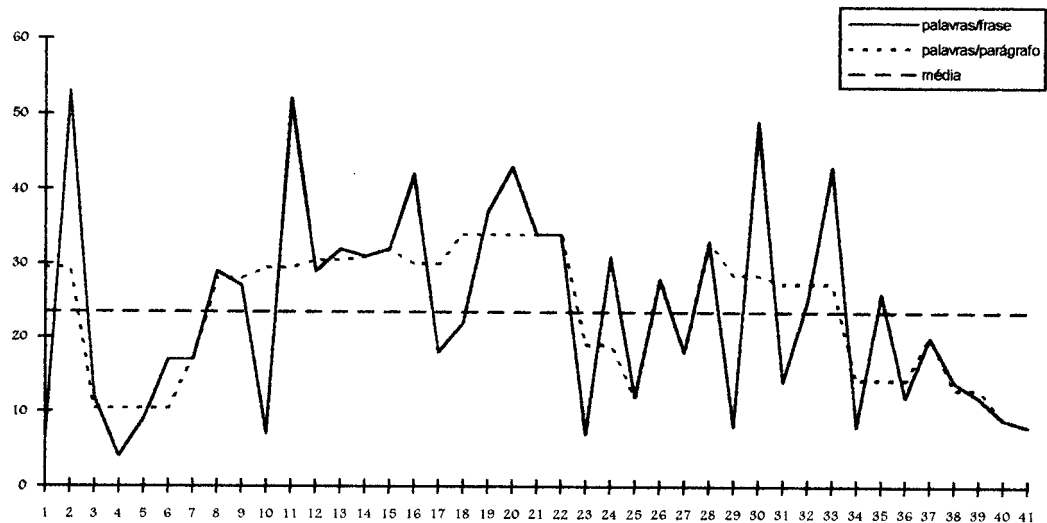
964 palavras + 3 (título)

23,5 palavras por frase (sem título)

Sequência de palavras por frase: 6-53-§-12-4-9-17-§-17-§-29-27-§-7-52-§-29-32-§-31-§-32-§-42-18-§-22-37-43-§-34-34-§-7-31-§-12-§-28-§-18-§-33-§-8-49-§-14-25-43-§-8-26-12-§-20-§-14-12-§-9-§-8

Parágrafos

- I. 2 frases, 59 palavras, 29,5 palavras por frase
- II. 4 frases, 42 palavras, 10,5 palavras por frase
- III. 1 frase, 17 palavras, 17,0 palavras por frase
- IV. 2 frases, 56 palavras, 28,0 palavras por frase
- V. 2 frases, 59 palavras, 29,5 palavras por frase
- VI. 2 frases, 61 palavras, 30,5 palavras por frase
- VII. 1 frase, 31 palavras, 31,0 palavras por frase
- VIII. 1 frase, 32 palavras, 32,0 palavras por frase
- IX. 2 frases, 60 palavras, 30,0 palavras por frase
- X. 3 frases, 102 palavras, 34,0 palavras por frase
- XI. 2 frases, 68 palavras, 34,0 palavras por frase
- XII. 2 frases, 38 palavras, 19,0 palavras por frase
- XIII. 1 frase, 12 palavras, 12,0 palavras por frase
- XIV. 1 frase, 28 palavras, 28,0 palavras por frase
- XV. 1 frase, 18 palavras, 18,0 palavras por frase
- XVI. 1 frase, 33 palavras, 33,0 palavras por frase
- XVII. 2 frases, 57 palavras, 28,5 palavras por frase
- XVIII. 3 frases, 82 palavras, 27,3 palavras por frase
- XIX. 3 frases, 46 palavras, 14,3 palavras por frase
- XX. 1 frase, 20 palavras, 20,0 palavras por frase
- XXI. 2 frases, 26 palavras, 13,0 palavras por frase
- XXII. 1 frase, 9 palavras, 9,0 palavras por frase
- XXIII. 1 frase, 8 palavras, 8,0 palavras por frase



Quadro 4

Texto 4 - «A minha «casinha» ou o palácio do deputado»

62 frases + título

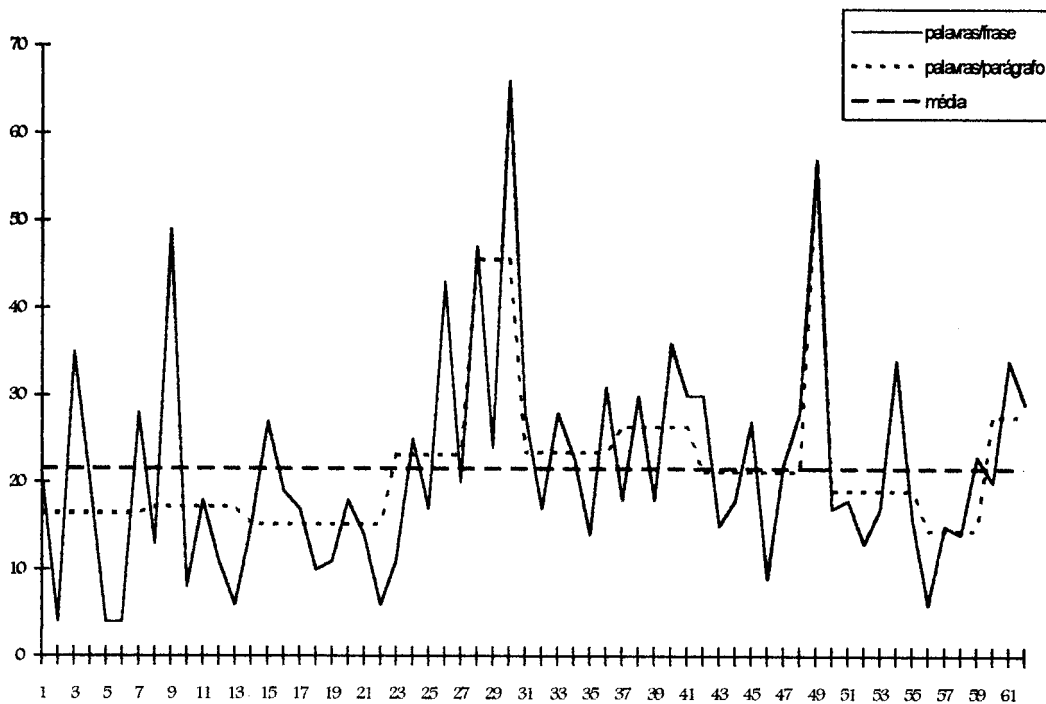
1345 palavras + 8 (título)

21,6 palavras por frase (sem título)

Sequência de palavras por frase: 21-4-35-20-4-4-28-§-13-49-8-18-11-6-§-15-27-19-17-10-11-18-14-6-§-11-25-17-43-20-§-47-24-66-§-28-17-28-23-14-31-§-18-30-18-36-30-§-30-15-18-27-9-22-28-§-57-§-17-18-13-17-34-16-§-6-15-14-23-§-20-34-29

Parágrafos

- I. 7 frases, 116 palavras, 16,5 palavras por frase
- II. 6 frases, 104 palavras, 17,3 palavras por frase
- III. 9 frases, 137 palavras, 15,2 palavras por frase
- IV. 5 frases, 116 palavras, 23,2 palavras por frase
- V. 3 frases, 137 palavras, 45,6 palavras por frase
- VI. 6 frases, 141 palavras, 23,5 palavras por frase
- VII. 5 frases, 132 palavras, 26,4 palavras por frase
- VIII. 7 frases, 149 palavras, 21,2 palavras por frase
- IX. 1 frase, 57 palavras, 57,0 palavras por frase
- X. 6 frases, 115 palavras, 19,1 palavras por frase
- XI. 4 frases, 58 palavras, 14,5 palavras por frase
- XII. 3 frases, 83 palavras, 27,6 palavras por frase



Quadro 5

Texto 5 - «Dissolver o quê?»

32 frases + título

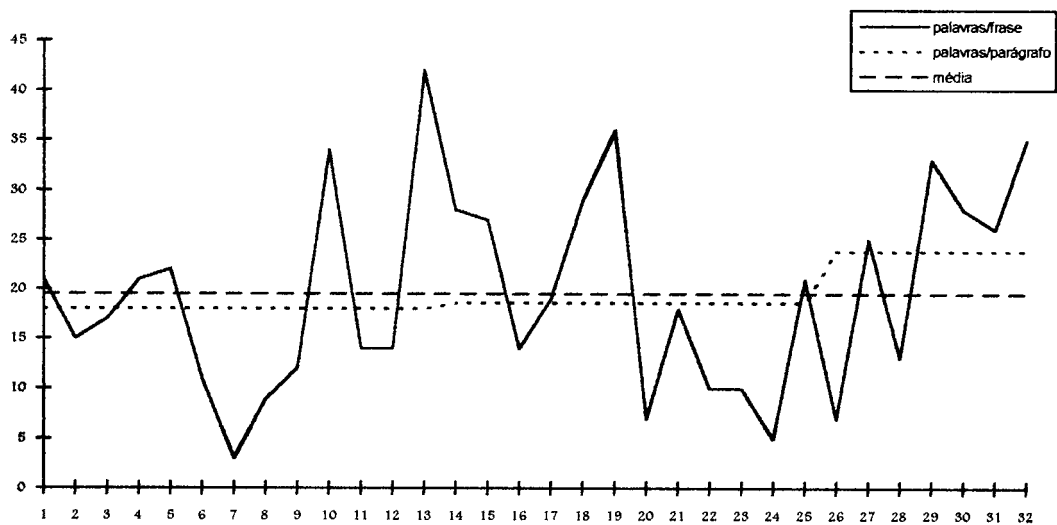
626 palavras + 3 (título)

19,5 palavras por frase (sem título)

Sequência de palavras por frase: 21-15-§-17-21-22-11-3-9-12-34-14-14-42-§-28-27-14-19-29-36-7-18-10-10-5-21-§-7-25-13-33-28-26-35

Parágrafos

- I. 2 frases, 36 palavras, 18,0 palavras por frase
- II. 11 frases, 199 palavras, 18,0 palavras por frase
- III. 12 frases, 224 palavras, 18,6 palavras por frase
- IV. 7 frases, 167 palavras, 23,8 palavras por frase



Quadro 6

Texto 6 - «O Congresso do PSD em Dezembro de 1995»

56 frases + título

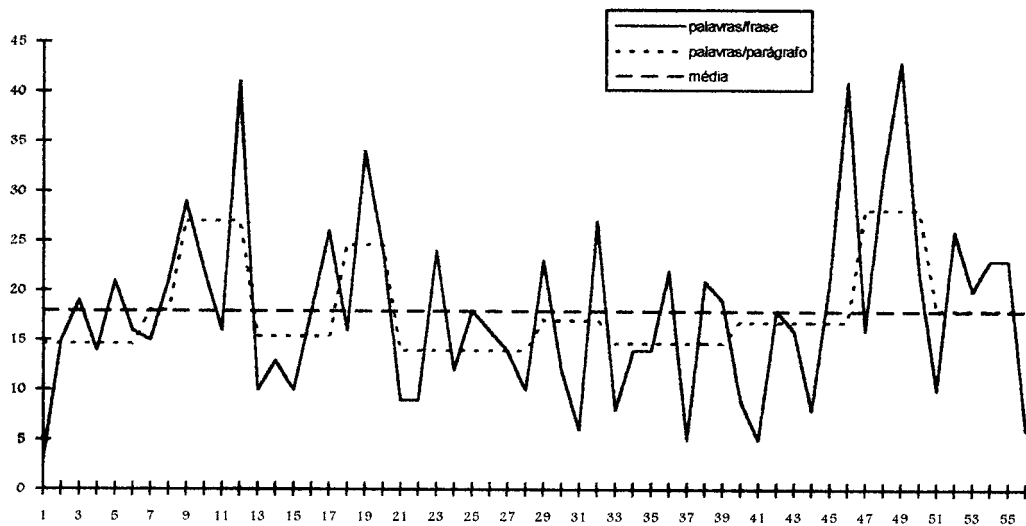
1005 palavras + 8 (título)

17,9 palavras por frase (sem título)

Sequência de palavras por frase: 3-15-19-14-21-16-§-15-21-§-29-22-16-41-§-10-13-10-18-26-§-16-34-24-§-9-9-24-12-18-16-14-10-§-23-12-6-27-§-8-14-14-22-5-21-19-§-9-5-18-16-8-21-41-§-16-32-43-22-§-10-26-20-23-23-6

Parágrafos

- I. 6 frases, 88 palavras, 14,6 palavras por frase
- II. 2 frases, 36 palavras, 18,0 palavras por frase
- III. 4 frases, 108 palavras, 27,0 palavras por frase
- IV. 5 frases, 77 palavras, 15,4 palavras por frase
- V. 3 frases, 74 palavras, 24,6 palavras por frase
- VI. 8 frases, 112 palavras, 14,0 palavras por frase
- VII. 4 frases, 68 palavras, 17,0 palavras por frase
- VIII. 7 frases, 103 palavras, 14,7 palavras por frase
- IX. 7 frases 118 palavras, 16,8 palavras por frase
- X. 4 frases, 113 palavras, 28,2 palavras por frase
- XI. 6 frases, 108 palavras, 18,0 palavras por frase



Quadro 7

Texto 7 - «O estranho bailado da (não) dissolução»

38 frases + título

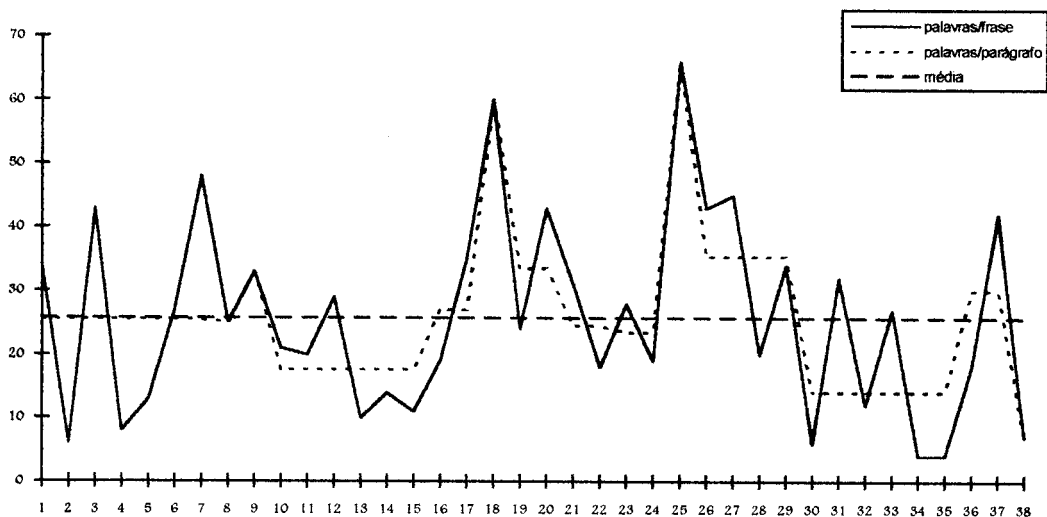
980 palavras + 6 (título)

25,7 palavras por frase (sem título)

Sequência de palavras por frase: 34-6-43-8-13-27-48-§-25-§-33-§-21-20-29-10-14-11-§-19-35-§-60-§-24-43-§-31-18-§-28-19-§-66-§-43-45-20-34-§-6-32-12-27-4-4-§-18-42-§-7

Parágrafos

- I. 7 frases, 179 palavras, 25,5 palavras por frase
- II. 1 frase, 25 palavras, 25,0 palavras por frase
- III. 1 frase, 33 palavras, 33,0 palavras por frase
- IV. 6 frases, 106 palavras, 17,6 palavras por frase
- V. 2 frases, 54 palavras, 27,0 palavras por frase
- VI. 1 frase, 60 palavras, 60,0 palavras por frase
- VII. 2 frases, 67 palavras, 33,5 palavras por frase
- VIII. 2 frases, 49 palavras, 24,5 palavras por frase
- IX. 2 frases, 47 palavras, 23,5 palavras por frase
- X. 1 frase, 66 palavras, 66,0 palavras por frase
- XI. 4 frases, 142 palavras, 35,3 palavras por frase
- XII. 6 frases, 85 palavras, 14,1 palavras por frase
- XIII. 2 frases, 60 palavras, 30,0 palavras por frase
- XIV. 1 frase, 7 palavras, 7,0 palavras por frase



Quadro 8

Texto 8 - «O «*timing*» próprio»

63 frases + título

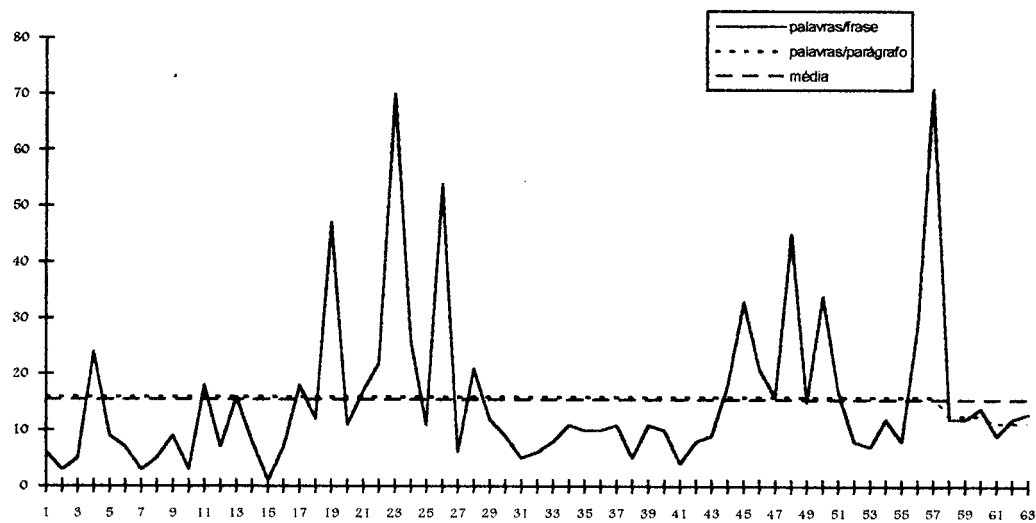
981 palavras + 3 (título)

15,5 palavras por frase (sem título)

Sequência de palavras por frase: 6-3-5-24-9-7-3-5-9-3-18-7-16-8-1-7-18-12-47-11-17-22-70-26-11-54-6-21-12-9-5-6-8-11-10-10-11-5-11-10-4-8-9-18-33-21-16-45-15-34-17-8-7-12-8-29-71-8-12-12-14-8-9-12-13

Parágrafos

- I. 57 frases, 909 palavras, 15,9 palavras por frase
- II. 3 frases, 38 palavras, 12,6 palavras por frase
- III. 3 frases, 34 palavras, 11,3 palavras por frase



Quadro 9

Texto 9 - «Um cadáver esquisito»

58 frases + título

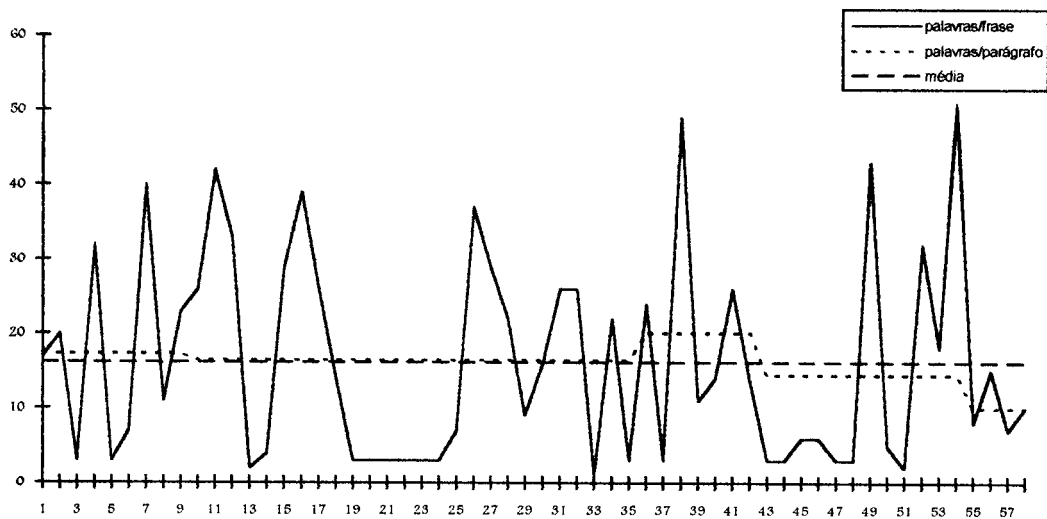
943 palavras + 3 (título)

16,2 palavras por frase (sem título)

Sequência de palavras por frase: 17-20-3-32-3-7-40-11-23-§-26-42-33-2-4-29-39-26-14-3-3-3-3-3-7-37-29-22-9-16-26-26-1-22-3-§-24-3-49-11-14-26-14-§-3-3-6-6-3-3-43-5-2-32-18-51-§-8-15-7-10

Parágrafos

- I. 9 frases, 156 palavras, 17,3 palavras por frase
- II. 26 frases, 431 palavras, 16,5 palavras por frase
- III. 7 frases, 141 palavras, 20,1 palavras por frase
- IV. 12 frases, 175 palavras, 14,5 palavras por frase
- V. 4 frases, 40 palavras, 10,0 palavras por frase



Quadro 10

Texto 10 - «Os doze abutres»

22 frases + título

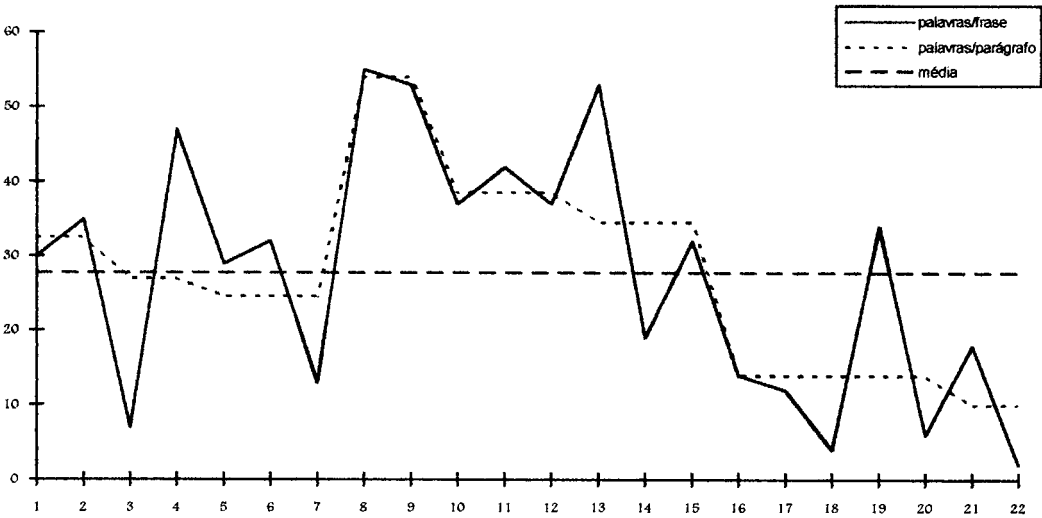
611 palavras + 3 (título)

27,7 palavras por frase (sem título)

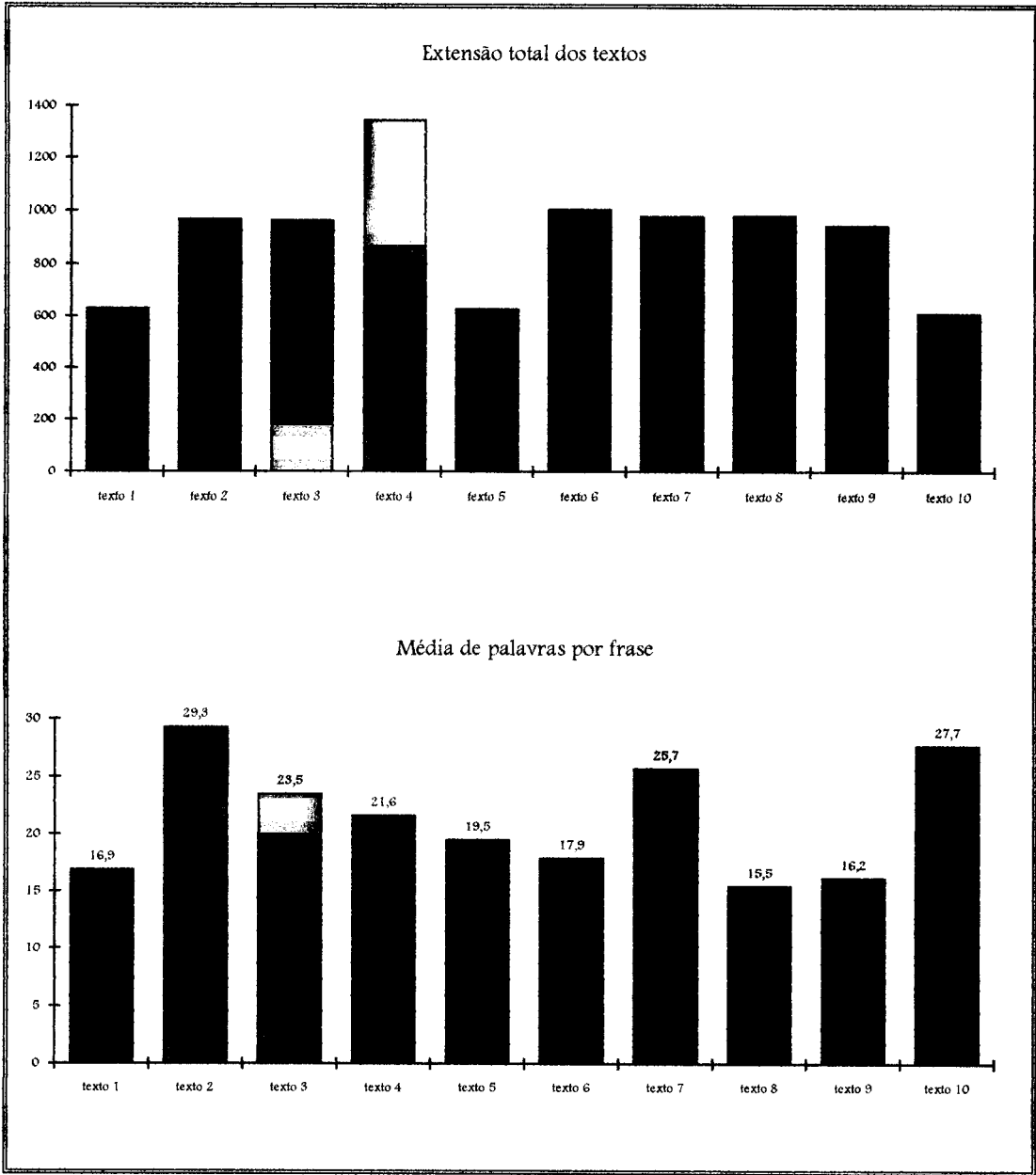
Sequência de palavras por frase: 30-35-§-7-47-§-29-32-13-§-55-53-§-37-42-37-§-53-19-32-§-14-12-4-34-6-§-18-2

Parágrafos

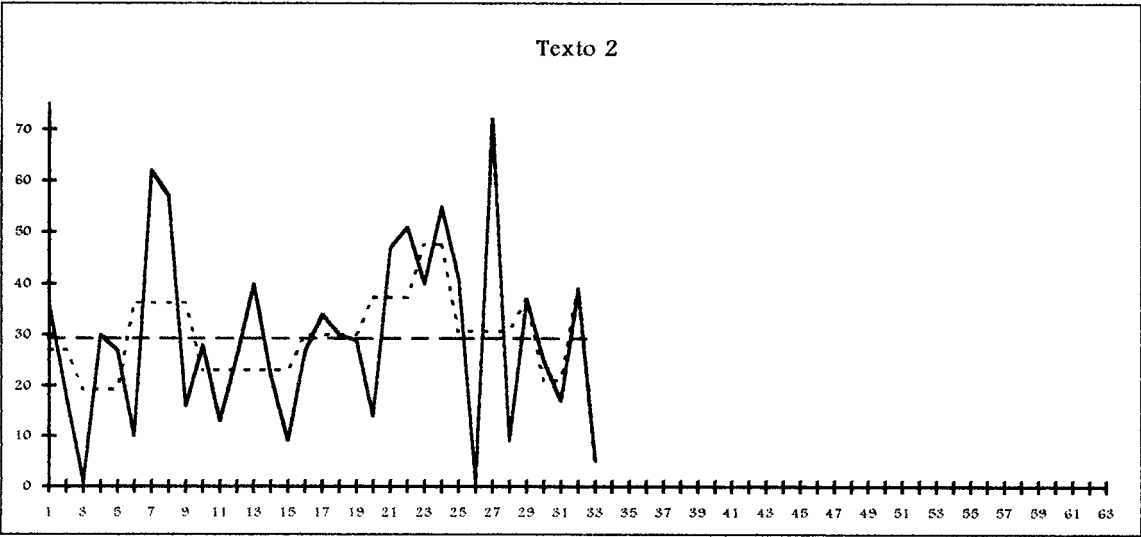
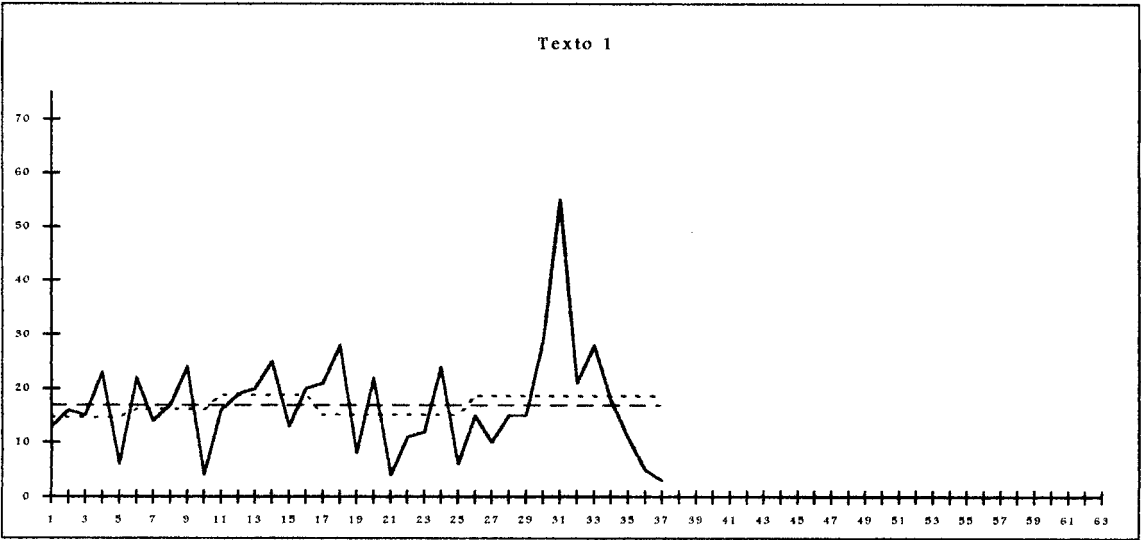
- I. 2 frases, 65 palavras, 32,5 palavras por frase
- II. 2 frases, 54 palavras, 27,0 palavras por frase
- III. 3 frases, 74 palavras, 24,6 palavras por frase
- IV. 2 frases, 108 palavras, 54,0 palavras por frase
- V. 3 frases, 116 palavras, 38,6 palavras por frase
- VI. 3 frases, 104 palavras, 34,6 palavras por frase
- VII. 5 frases, 70 palavras, 14,0 palavras por frase
- VIII. 2 frases, 20 palavras, 10,0 palavras por frase

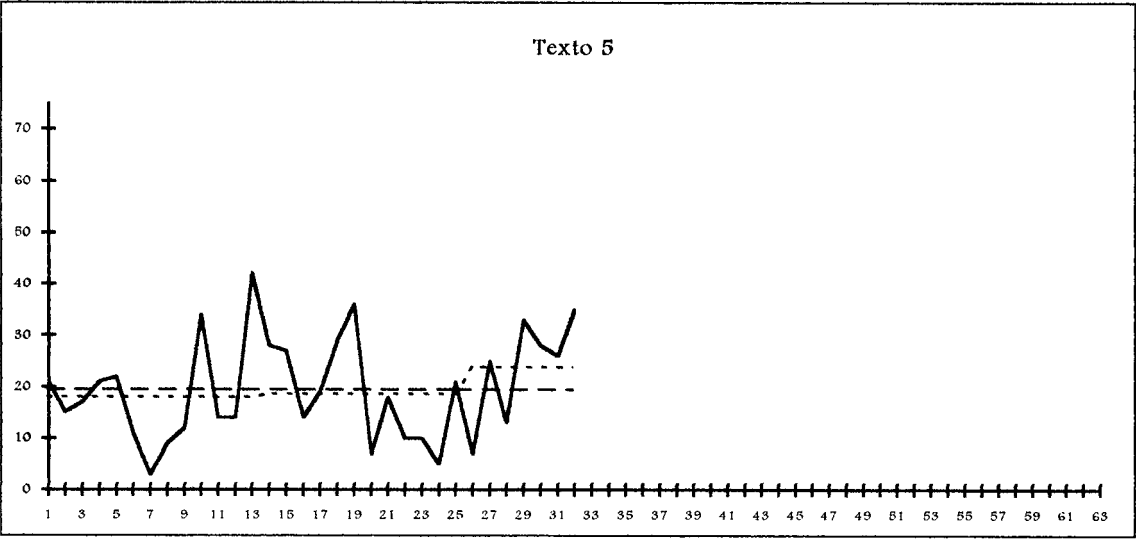
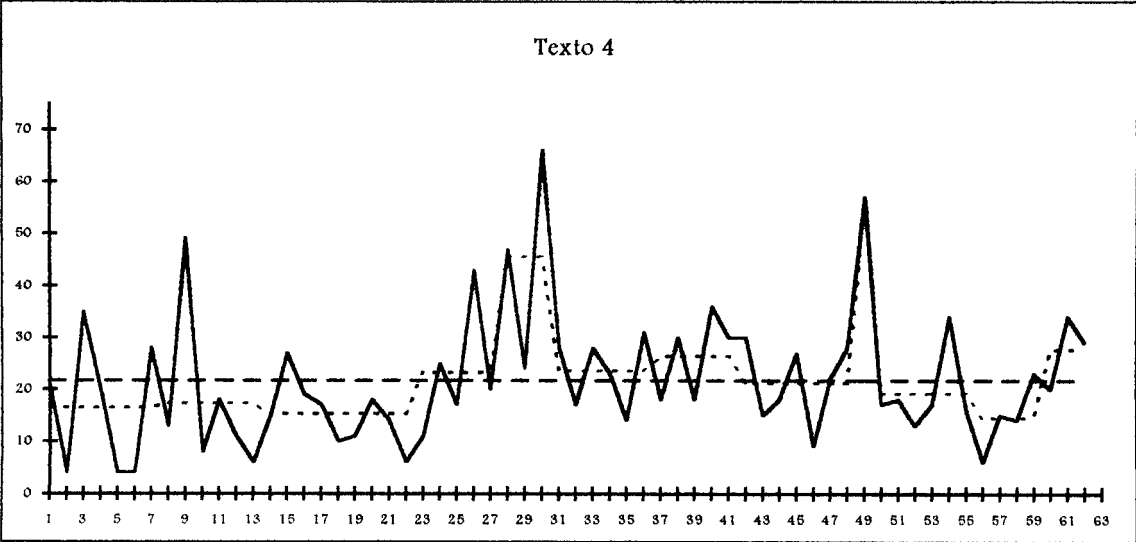
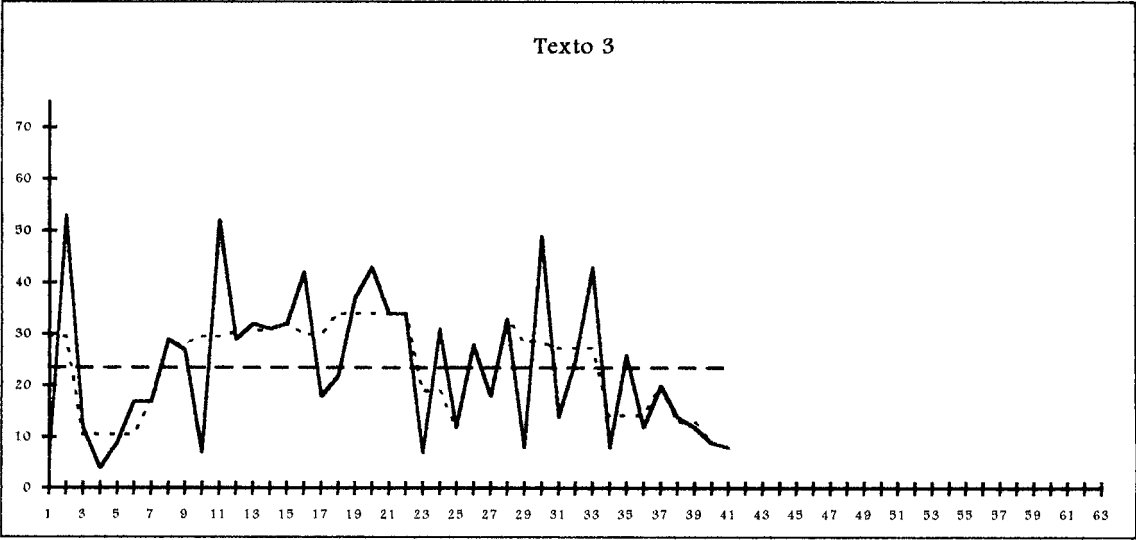


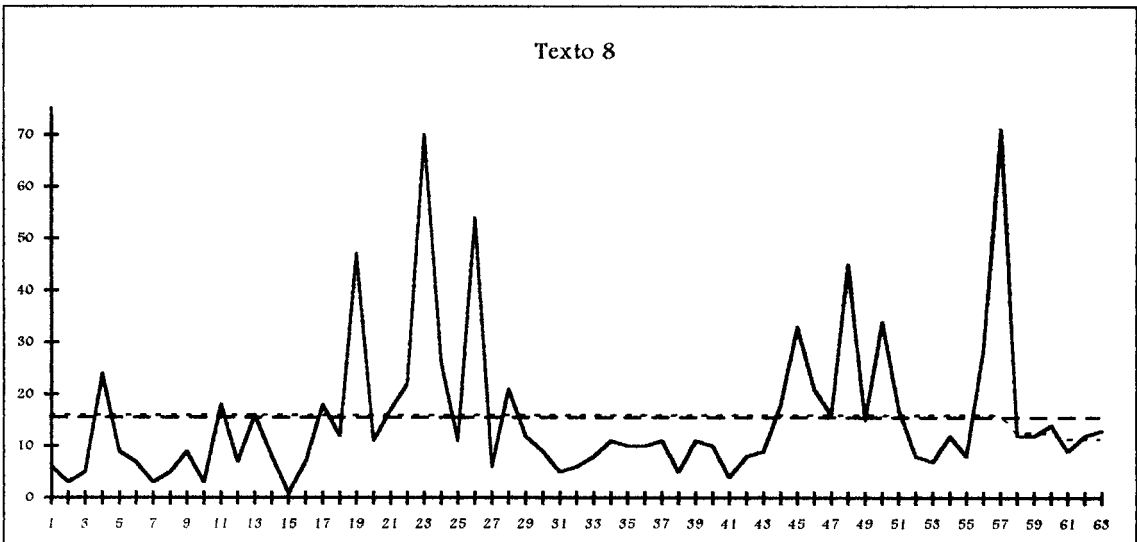
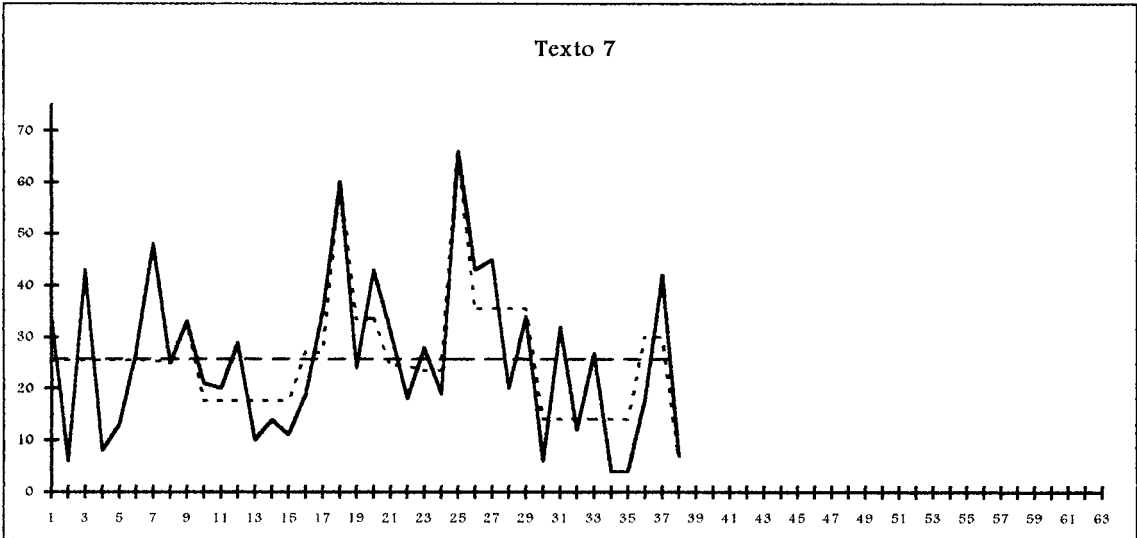
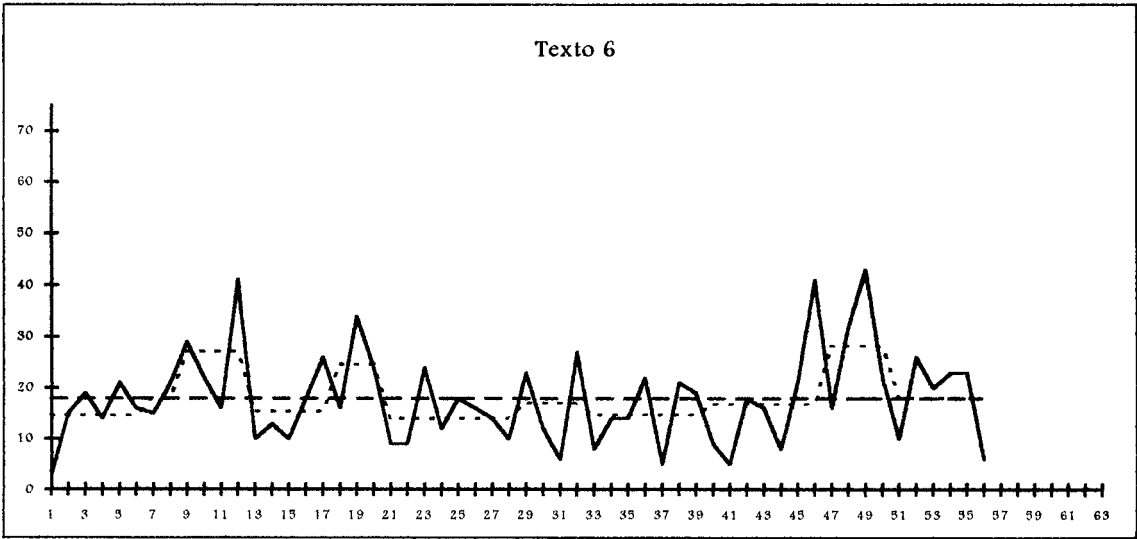
Quadro 11

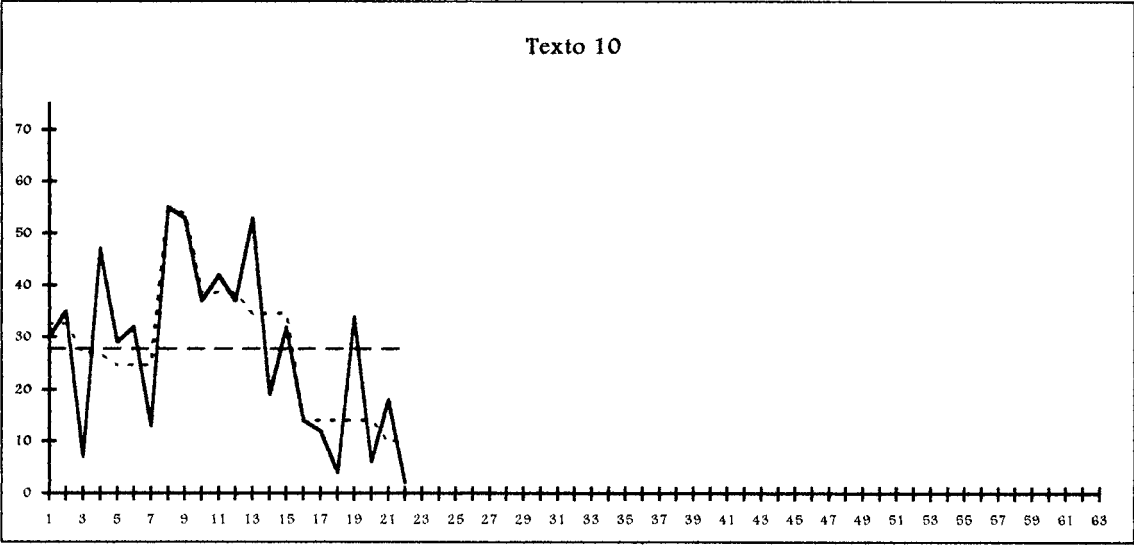
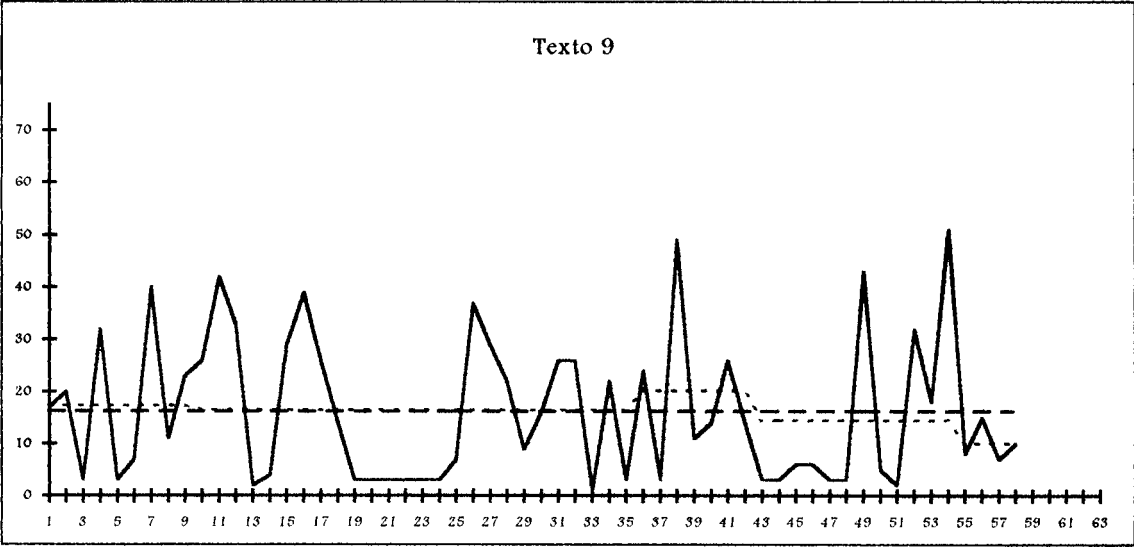


Os gráficos que se apresentam em seguida retomam os anteriores mas, para uma melhor análise comparativa, adoptam todos a mesma escala.









3 - O discurso de opinião como discurso polémico

Os Textos constitutivos do *corpus* que assiste esta análise assumem um carácter argumentativo-persuasivo, gerador de discurso polémico.

3.1 - O substantivo *polémica* deriva do grego *polemiké*, que significava "a ciência da guerra" e deverá ter entrado no vocabulário português por influência francesa no século XIX⁶. Mas já antes Raphael Bluteau, no seu *Vocabulário*, de 1720, dá conta deste termo da seguinte forma:

POLÊMICA. Deriva-se do Grego *Polemein*, que quer dizer *Guerrear*. A *Polemica*, ou *Arte Polemica*, val o mesmo qu *Architectura Militar*. Não acho em Authores Portuguezes esta palavra; mas parece que se deve admittir pela mesma razão, que *Polemarco*. Segundo o Padre Vital no seu *Lexicon Mathematico*, estende-se o significado de *Polemica* a assento do arrayal, disposição da batalha, & forma de pelejar. *Vid.* *Architectura*. (Bluteau, 1720).

Na segunda edição do Dicionário de Moraes, de 1813, este termo surgirá de novo, com um campo mais abrangente, significando algo *controverso*. Mas no Dicionário de Fr. Domingos Vieira, de 1873, lê-se o seguinte:

POLEMICA, s. f. *Vid* polemico
POLEMICO, A, *adj* (Do grego *polemikos*). Que pertence á disputa por escripto (...) (Vieira, 1873).

E na 8ª edição do Dicionário de Moraes, de 1891, também se encontra esta entrada:

Polémica, s. f. Controversia, certamen, disputa, debate oral, ou por escrito (...) Diz-se hoje principalmente das luctas pela imprensa (...) (Moraes, 1881)

⁶ A primeira referência em Francês data de 1578, identificando uma "chanson polémique" com uma canção guerreira (apud Kerbrat-Orecchioni, s/d)

Está assim referida, em traços largos, a evolução semântica do termo: desde a sua adopção no léxico português que esta palavra funciona como uma metáfora lexicalizada, sendo a *polémica* uma guerra metafórica, uma guerra em que a arma é a palavra.

3.2 - Os primeiros textos de natureza polémica da literatura portuguesa datam da Idade Média: são tenções entre trovadores e jograis. Nos começos do século XIV, a "Corte Imperial" documenta uma polémica religiosa; no início do Renascimento, o Cancioneiro Geral (1516) testemunha contendas em volta da problemática do amor (as polémicas do "Cuidar e Suspirar" e do "Desejar e Bem-querer"); ainda no século XVI, várias outras polémicas ficaram perpetuadas pelas letras: entre António de Gouveia e Pierre de la Ramée, entre Fr. António de Beja e os defensores da astrologia judiciária, entre Sá de Miranda e os adversários da "medida nova", etc. O século XVII conheceu vários reputados polemistas, entre os quais se destacaram António Vieira e D. Francisco Manuel de Melo, seguidos nessa actividade, nos séculos seguintes, por Luís António Verney, Pe. Agostinho de Macedo, Fr. Fortunato de São Boaventura, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Eça de Queirós e muitos outros, onde se incluem os que cronologicamente nos são mais próximos.

Apesar de o primeiro jornal português com carácter de periodicidade ter vindo à luz em 1641, é no século XIX que o jornalismo conhece um desenvolvimento assinalável, constituindo-se os jornais, sobretudo a partir de 1820, em suportes físicos de inúmeras polémicas.

3.3 - Continuando numa linha de reflexão com base na História, justifica-se a citação de J. Prado Coelho: «Camilo [Castelo Branco] encarna a tradição vernácula da polémica-jogo de pau em que todos os golpes se consideram permitidos e só um fim interessa: derrubar o opositor» (Prado Coelho, 1984:837).

De facto, o que define o discurso polémico é que o conjunto das suas propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas se encontra ao serviço de um objectivo dominante: o de desqualificar o objecto que constitui o seu alvo, "matar" metaforicamente o adversário discursivo: «le discours polémique est un discours *disqualifiant*, c'est-à-dire qu'il attaque une *cible* (...) et qu'il met au service de cette visée pragmatique dominante - discréditer l'adversaire, et le discours qu'il est censé tenir - tout l'arsenal de ses procédés

rhétoriques et argumentatifs» (Kerbrat-Orecchioni, s/d:12). Não é de admirar, portanto, que alguns textos polémicos se revistam de um carácter por vezes excessivamente truculento, onde o insulto pessoal substitui a defesa e ataque de ideias, onde a injúria se sobrepõe à argumentação⁷.

A guerra metafórica ainda hoje se encontra presente nos seus semas inerentes:

a) a polémica é um objecto de natureza verbal, as armas a terçar são as palavras;

b) este objecto verbal é de natureza dialógica, implicando a existência de dois antagonistas;

c) o discurso é, assim, visto como um *contra-discurso*.

Daqui decorre que os antagonistas divirjam em certos pontos importantes, mas também que estejam de acordo sobre uma série de bases enunciativas gerais. Se tal não existir, não haverá adversários capazes de se entenderem acerca do terreno-base sobre o qual constroem os seus edifícios verbais (e tentam destruir o do oponente) - terreno, armas e regras.

Para além (ou antes...) de todas as outras indicações de que o discurso jornalístico é visto como contra-discurso, repare-se que três dos Textos se inscrevem em duas rubricas próprias do jornal onde são publicados: os Textos 1 e 5 preenchem no jornal respectivo o espaço "Antes pelo contrário" e o Texto 9 surge sob o título de rubrica "Às avessas", num evidente processo polifónico, implicitamente evocando outros discursos ou, se preferirmos, o macro-discurso social onde uma infinidade de discursos diversos operam e interagem.

O discurso polémico reveste-se de um carácter maniqueísta, onde se define uma instância que congrega todas as qualidades e todas as virtudes, pertinentes ou não para o fim evocado, e uma outra (o alvo definido) acusada, mais ou menos declaradamente, de simbolizar o oposto. Mesmo que sejam referidos aspectos positivos do alvo, tal facto estará ao serviço de uma estratégia argumentativa que terá sempre por fim a sua

⁷ Teve grande impacto na opinião pública, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1995, um manifesto do candidato por Aveiro Carlos Candal, não só nem tanto pelo que era afirmado em termos políticos, em termos de ideias, mas pelo violento ataque pessoal dirigido contra um dos seus opositores, cabeça de lista pelo respectivo partido nesse distrito. Mais uma vez, o veículo de grande difusão foi o jornal. E quando teve de se defender da reacção adversa tanto do visado e dos seus pares como de vozes várias oriundas do seu próprio partido, Candal afirmou-se herdeiro de outros polemistas incisivos e controversos de Aveiro, evocando nomes como os de Homem Cristo e José Estêvão. Aliás, o nome do manifesto (Manifesto anti-Portas) denotava uma evidente relação de semelhança com o título de um outro, de índole e de autor não menos incisivos e polémicos: o "Manifesto anti-Dantas", de Almada Negreiros.

desqualificação, assim como a edificação de uma imagem de imparcialidade e justiça para o LOC. Esta imagem é importante porque, para que o LOC possa de alguma forma influenciar o ALOC (ou o destinatário que, como à frente se verá, não coincide necessariamente com o ALOC), este deve estar disposto a conceder alguma dose de crédito àquele e deve estar disposto a, relativamente a uma questão determinada, sofrer a acção do LOC. Por sua vez, este não poderá pretender actuar a partir de uma simples relação de força, mas procurar, recorrendo a argumentos de índole intelectual ou emotiva, ganhar a adesão voluntária do seu público. Essa é tradicionalmente a definição de argumentação: «l'ensemble des procédures discursives visant à l'adhésion du ou des interlocuteurs, du ou des lecteurs» (Portine, 1983:13). Mas podemos ir um pouco mais longe: «argumenter c'est chercher, par le discours, à amener un auditeur ou un auditoire donné à une certaine action. Il s'ensuit qu'une argumentation est toujours construite pour quelqu'un, au contraire d'une démonstration qui est pour "n'importe qui"» (Grize, 1981: 30).

3.4 - Se procurarmos traçar um esquema dos intervenientes neste acto comunicativo que constitui escrever/publicar um artigo jornalístico de opinião no âmbito da política nacional, não nos poderemos ficar pela simples identificação tradicional de um emissor e um receptor. Será necessário fazer uma análise um pouco mais profunda a esta realidade complexa.

3.4.1 - Enquanto autor de um artigo de opinião, o LOC assume claramente o seu papel. Tal facto foi já referido quando analisámos alguns aspectos visuais: o nome bem realçado, a fotografia a "dar a cara" e a afirmar claramente que o texto é um ponto de vista assumido.

Mas também do ponto de vista da mensagem ele se assume, marcando o seu discurso: «en ce qui concerne le statut énonciatif de ces actants de l'énonciation, on peut sans prendre de grands risques émettre l'hypothèse suivante: étant un discours de passion, le discours polémique doit être explicitement assumé par son énonciateur; étant un discours de persuasion, il est en même temps tourné vers son destinataire qu'il s'agit de convaincre, séduire ou circonvenir. Ce qui veut dire que ce type de discours partagerait

avec quelques autres la propriété d'être *très fortement marqué énonciativement*» (Kerbrat-Orecchioni, (s/d):25).

Como referimos acima, a produção de um texto é marcada pelas suas coordenadas de enunciação, definindo o seu *ego*, *hic et nunc*. Quanto à coordenada temporal, decorre da própria configuração externa, enformadora do discurso jornalístico e presente na enciclopédia de LOC e ALOC, o T0 da enunciação, que se define pela data de publicação do jornal. Esta coordenada constitui por si um elemento de sentido, estabelecendo pontes entre o verbalizado e o universo de conhecimentos do ALOC. Mas identificam-se múltiplas referências deícticas temporais nos Textos do *corpus*, umas mais visíveis, outras menos. E há inclusivamente um Texto cujas referências temporais constituem um elemento de sentido fundamental⁸. De facto, o Texto 6 só adquire sentido à luz desse pormenor que reside no facto de definir o seu T0 pelo momento da publicação do artigo e, desde o título e do seu EN 1, indicar claramente que aquele texto configura uma realidade alternativa, pela transposição fictiva das coordenadas de enunciação, pela criação de um ponto de referência interior ao próprio enunciado. Portanto, não se processa uma recusa da validade do T0, mas a definição de coordenadas assumidamente diferentes, assumidamente *outras*, ainda e sempre com base nas coordenadas enunciativas básicas. E não há no Texto qualquer outro índice de ficcionalidade, de tal forma que, numa situação hipotética de um leitor ler aquele artigo no futuro sem ter em conta a data da sua publicação e desconhecendo os factos históricos, poderá recebê-lo como se de um texto não ficcional (referencial) se tratasse. A possibilidade de fuga às condicionantes do eu-aqui-agora permite ao sujeito falante (aqui o autor do artigo) recriar realidades alternativas, um não-eu, um não-aqui, um não-agora. A transposição do marco de referência, processo de ficção, dá-lhe a possibilidade de criar, fora das contingências da própria existência. Mas pode fazê-lo sem que outras marcas textuais se evidenciem.

Com efeito, o criador de qualquer ficção «não cria o seu universo à medida que fala dele, procede não como se o criasse mas sim como se o descobrisse ou o contasse. O desenrolar de uma narrativa fictícia não é vivido como a construção de um objecto mas como o movimento do olhar sobre um objecto já construído no momento em que fala dele. (...) O narrador daquilo que não será tem de se apresentar como o narrador do que

⁸ Cf.: 2.2.3.

foi» (Ducrot, 1984a:418). Há, assim, um efeito de real, necessário para dar corpo a qualquer narrativa fictiva, acompanhando um efeito de irreal, indicador de ficção.

Uma outra ordem de coordenadas, que se prendem com o *aqui*, têm mais sentido na medida em que este *aqui* não é somente espacial, mas é sobretudo temático. De facto, os Textos que constituem o nosso *corpus* gravitam à volta de assuntos de política nacional, de um determinado período. E nesse jogo, todas as referências se esgotam num círculo relativamente restrito e de alguma forma subordinado a aspectos mais relevantes.

Por seu lado, os deícticos pessoais, quer remetam para o LOC ou para o ALOC, têm um papel de grande relevo.

Antes de mais, será útil lembrar que outros artigos jornalísticos não são tão marcados como o editorial ou o artigo de opinião no que diz respeito à afirmação do seu autor ou à interpelação directa do leitor. A manifestação da subjectividade ultrapassa a simples orientação deíctica, passa pela opção, mais ou menos consciente, por estratégias variadas, por rumos discursivos, por modalizações, por críticas ou valorizações, marcas afectivas, etc.

3.4.2 - Põe-se, por isso, a questão da *autoridade*. Para que o discurso persuasivo alcance os seus fins, o ALOC terá de reconhecer ao LOC algum tipo de autoridade, decorrente de uma posição de equilíbrio, de sensatez, de justiça. Ora, como conciliar essa pretensa posição de equilíbrio com atitudes assumidamente comprometidas com certas forças políticas ou sociais? Onde está a isenção do comentador se, como declarámos acima, o texto polémico se reveste de um carácter maniqueísta? Em nome de quem fala ele?⁹

Haverá que reconhecer na posição do autor de um artigo de opinião duas orientações:

⁹ Não resistimos a transcrever a opinião de um comentador político, também ele autor de artigos de opinião no jornal Público e onde se pronuncia sobre o instável equilíbrio do comentador político: «(...) assistimos a um debate prolongado sobre o estatuto dos comentadores políticos. (...) a discussão levantou um problema interessante: qual a relação correcta entre o comentário político e a actividade político-partidária? No fundo, trata-se de estabelecer o papel da opinião numa sociedade cada vez mais susceptível aos fenómenos mediáticos. Pessoalmente, não vejo contradição alguma entre o comentador (...) e o militante (...). Antes pelo contrário. Ter opiniões significa possuir convicções que, por sua vez, podem proporcionar um *engagement* político. Um comentador emite opiniões, por natureza pessoais e subjectivas. Não confundamos analistas com jornalistas, que devem permanecer neutros, nem com propagandistas que apenas visam justificar e promover comportamentos partidários. Admito que certos "comentadores" não passam de propagandistas. (...) o que separa analistas de propagandistas é um espírito crítico e inconformista» (VASCO RATO, *Jornal Público*, 6/3/95)

- i) como porta-voz da opinião pública
- ii) como líder de opinião

As duas dimensões estão intimamente ligadas. A opinião pública tem um papel de legitimadora do discurso do LOC: por um lado, delega-lhe um poder e uma função, permite-lhe falar em seu nome: «en nous situant dans le cadre d'une sémiotique de l'énonciation, nous pouvons dire que le porte-parole entre dans la catégorie des énonciateurs délégués» (Marcoccia, 1993:170). Assim, nesta teatralização construída pela polemização do discurso, a opinião pública representa o papel de destinador, encontrando um instrumento e um veículo de expressão no seu porta-voz/líder de opinião e no jornal de suporte do seu discurso e das suas ideias. O autor do artigo evoca aquilo que, aos olhos da opinião pública, *é razoável, é evidente, é necessário* - surge assim o discurso da evidência, que convoca uma instância exterior ao sujeito de enunciação e que funciona como *auctoritas*: «l'opinion publique, dans ses différentes incarnations apparaît comme instance légitimatrice du dire du journal» (Imbert, 1988:63).

Por outro lado, a opinião pública assume o papel de narratário - é a ela que o LOC se dirige numa primeira instância, mesmo que o verdadeiro destinatário seja a classe política. De facto, o LOC não se dirige directamente a quem toma as decisões políticas, não visa a classe política senão indirectamente. Sendo o objectivo último do seu discurso induzir a classe dirigente a determinada acção, ele tem presente, como narratário do seu discurso, o público, sabendo que atinge indirectamente os políticos, enquanto dependentes do julgamento público sobre o seu desempenho. Esses sim, constituirão o destinatário do seu discurso.

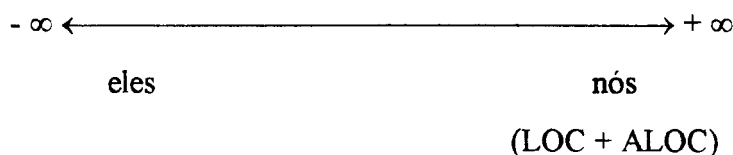
3.4.2.1 - Vejamos, por exemplo, o Texto 3. À primeira vista, parece "dizer mal" de toda a classe política: os enunciados iniciais edificam uma imagem francamente disfórica dos políticos - imagem que corresponde, pelo menos globalmente, àquela que a generalidade dos portugueses faz dos seus representantes políticos. Se essa ficção estratégica que é o "português médio" pudesse expressar-se, provavelmente faria a mesma descrição dos seus governantes. Temos aqui o exemplo daquilo que Ariosto¹⁰, nos seus *Tópicos*, definia como o *endoxon*: «c'est ce qui paraît (on peut compléter: ce qui paraît manifeste, vrai, respectable) soit à tous, soit à la plupart, soit aux sages; et parmi ceux-ci,

¹⁰ *Apud* von Moos, 1990

soit à tous, soit à la plupart, soit aux plus célèbres et aux plus respectables» (von Moos, 1990:7). Esta é uma estratégia visando a adesão do ALOC e justificando a posição do LOC como porta-voz da opinião pública, respeitando os cânones clássicos da retórica: «selon l'un des préceptes les plus élémentaires de la rhétorique, celui qui veut prendre la parole doit d'abord se justifier; il doit s'identifier à son public et s'adapter à son horizon. Il y arrive en proposant une opinion commune à lui-même et à son auditoire, une opinion qui a une chance d'être reconnue, de préférence une opinion courante ou respectable. C'est ce qu'Arioste a appelé un "endoxon"» (idem, ibidem:3). O recurso ao lugar comum permite ao ALOC rever-se na mensagem que recebe, fazê-la sua, não a "estranhar"; do lado do LOC, é um recurso fácil, se o conhecimento do auditório for minimamente correcto, e que permite abrir caminho para construções menos imediatamente aceitáveis: «le lieu commun est une construction commode, permettant de débloquer la réaction nerveuse devant le choc de l'inconnu, d'adapter le psychisme à de nouvelles informations en les présentant comme du déjà-vu, donc sous la forme d'une fiction communicative. Par sa fonction identificatrice il sert à inspirer confiance» (idem, ibidem:4).

Mas o LOC, neste caso, faz mais: interpela directamente o ALOC, no EN 1, criando de imediato uma cumplicidade que reforçará em outros momentos do Texto: aqui ele é o «caro leitor»; no EN 2, através da citação feita, o ALOC é «você»; no EN 8, a união é mais marcada, surgindo uma pessoa unanimista, gramaticalizado na desinência verbal de «poderíamos», para reaparecer no EN 11 em toda a clareza do explicitamente verbalizado: «nós». O LOC transforma-se, assim, em "um dos nossos" aos olhos do ALOC, pode ser sentido como uma vítima, como um companheiro de luta ou como um colega de trabalho. Está dado o primeiro passo para que o discurso argumentativo possa resultar, pela procura de adesão, que poderá ser mais ou menos inconsciente, mais ou menos emocional, entre LOC e ALOC.

Por outro lado, ao estabelecer um "nós", pela aproximação entre LOC e ALOC evoca-se, num quadro conceptual típico, um outro lado, o lado de "eles". Retomando a visão maniqueísta que enforma este tipo de discurso, o "nós" incarnará todo o conjunto de características positivas, ao passo que o "eles" se orientará para o outro extremo de uma escala valorativa:



Verifica-se, portanto, que o LOC se apresenta como porta-voz da opinião pública, com quem se procura identificar, resultando desse processo um primeira estratégia visando a sua credibilização.

Também o Texto 8 é fortemente marcado por esta divisão dicotómica entre "bons" e "maus": nos onze primeiros enunciados, sem que nunca (nem mesmo no resto do artigo) seja explicitamente definido o referente para que aponta, o pronome «eles» ou a sua lexicalização verbal surge uma dezena de vezes, definindo dois blocos opostos e claramente avaliados, um positiva e outro negativamente.

O Texto 4 retrata a mesma configuração de dois blocos, evocando a voz da opinião pública, que surge obviamente favorável às posições do LOC, antecipando inclusivamente os movimentos do bloco adversário. Vejam-se os EN 3 a 5:

«O bom povo de M. olha para a ruína que pouco a pouco se está a transformar numa casa decente (e a meus parciais olhos bonita) e diz: «O senhor doutor ainda vai ter problemas.»

Eu ouço-os na sua infinita sabedoria que incorporou «em tempo real», como agora se diz, algumas idiossincrasias de alguma Imprensa.

Como eles percebem bem!»

A voz da opinião pública é a do «bom povo de M.» que, «na sua infinita sabedoria», prevê dissabores, tal como o LOC, "percebendo bem" as (más) intenções de «alguma Imprensa». Esta, por sua vez, é o alvo do LOC e constitui igualmente o destinatário do artigo (ou, pelo menos, o mais visível). Mas o que pretendemos realçar aqui é que a opinião pública é invocada expressamente para autorizar e fundamentar a posição do LOC, que deixa desta forma de surgir isolado, numa defesa pessoal contra as intromissões da Imprensa, para ser exemplo e líder dos cidadãos que sentem a violação da sua privacidade, ou seja, para falar em nome da opinião pública.

A par da evocação da opinião pública, verifica-se a legitimação do discurso do LOC pelo apelo a valores universais ou da vida comunitária. O LOC fala em nome dos interesses colectivos, do País, da Nação, decorrendo dessa polifonia uma relativa

neutralização da voz individual e um consequente reforço da imagem de imparcialidade do LOC¹¹. Veja-se o Texto 2: depois de, desde o título, se procurar mostrar que a «encenação» do Presidente da República é «dispendiosa», o último enunciado retoma explicitamente o *frame* relativo a «dispendiosa» e afirma «E o País que pague» (EN 33). Portanto, o autor deste artigo fala em nome dos superiores interesses do País, não em nome individual, do seu grupo social ou do partido a que pertence - pelo menos, essa é a imagem que constrói. Tal construção, por um lado, neutraliza a sua voz enquanto veículo de opiniões estritamente pessoais, faz do LOC um mero porta-voz; por outro lado, eleva-o a parceiro privilegiado no contacto com as instâncias do poder e a en-formador da opinião pública, enquanto líder de opinião.

Em nome do País se manifesta igualmente o LOC do Texto 5 no EN 13:

«Quanto mais o Presidente faz de conta que tem dúvidas, mais o País discutirá se faz bem ou faz mal; e menos o País julgará o que, em eleições, tem para julgar, isto é, um Governo que governou mal na última legislatura.»

Neste enunciado, o LOC coloca-se na posição de defender os interesses do País, "distraindo" pelas «dúvidas» do Presidente daquilo que é seu direito e seu dever: «julgar» o Governo. O LOC convoca uma *doxa* largamente difundida em tempos pré-eleitorais, verbalizada na máxima "votar - um direito, um dever cívico", fazendo desta forma surgir uma voz autorizada, mas orienta-a no sentido dos seus interesses políticos (reconhecidamente anti-Governo): em vez de assumir que o voto dos portugueses se destina a eleger os seus representantes na Assembleia da República, e assim *indirectamente*, e só nessa medida, escolher o próximo Governo, ele afirma que as eleições se destinarão a «julgar (...) um Governo que governou mal na última legislatura». Ora, ao empregar uma estrutura discursiva como esta, o LOC pressupõe (impondo a mesma pressuposição ao ALOC, como algo indiscutível) que efectivamente o Governo «governou mal na última legislatura». Este julgamento alicerça-se igualmente numa *doxa* insistentemente inculcada (sobretudo pelos partidos da Oposição), derivada de uma

¹¹ M. G. Krieger, num curto artigo visando os editoriais jornalísticos brasileiros, começa o seu título com a expressão «um sincretismo de vozes», referindo depois: «o procedimento de instalação da coletividade como um ente do discurso, dotado de competência cognitiva e emissiva, faz parecer que a sociedade e, não o narrador, manifesta a sua desconformidade com o governo e cobra o cumprimento do dever. Atualiza-se, desse modo, um sincretismo vozes que, neutralizando a voz individual, contribui para reverter o perfil do discurso de opiniões particularizadas» (Krieger, 1992:83).

apreciação dos três mandatos legislativos dos executivos liderados por Cavaco Silva e segundo a qual o primeiro mandato foi o melhor e o terceiro (a «última legislatura») o pior. A derrapagem conceitual de "pior", que significa tão-só "inferior a outro(s) com o(s) qual(ais) se estabelece uma relação comparativa", para "mau" é muito fácil, dada a proximidade que frequentemente se estabelece e o facto de se assumir o quadro comparativo como a definição de uma relação escalar onde o termo intermédio define um novo "normal", diluindo a vigência da escala primitiva.

Desta forma, opera-se uma alteração na orientação temporal que assiste o semantismo de *eleições*: em vez de prevalecer a orientação presente-futuro, naturalmente alicerçada na memória, mas sobretudo condicionada por aquilo que os candidatos a eleitos se propõem realizar, portanto numa perspectiva positiva, prevalece a orientação temporal presente-passado, assumindo as eleições quase exclusivamente o carácter de julgamento dos feitos passados, secundarizando a escolha dos futuros dirigentes, portanto numa perspectiva negativa. Ora, dada a configuração claramente disfórica da «última legislatura», em que o governo «governou mal», o julgamento exigido só pode condená-lo, transformando-se o acto eleitoral numa *quase necessidade* de vingança.

De estes como de outros excertos dos Textos, deduz-se que a dimensão de líder de opinião acaba por suplantar a de porta-voz. Se a diluição da voz individual neutraliza a posição do autor do artigo, tal facto constitui uma estratégia com fins persuasivos. Ao ALOC é mais fácil aderir a um LOC que assume um papel próximo do seu, com quem possa estabelecer relações de empatia, do que com alguém que lhe seja estranho. Mas reconhecê-lo próximo será o primeiro passo para, ao mesmo tempo, encará-lo como capaz de uma intermediação com o Poder, capaz de verbalizar aquilo que o ALOC difusamente pressente, capaz de lhe mostrar o caminho a seguir. Resulta daqui um papel aparentemente contraditório ou, pelo menos, um papel com duas cambiantes de orientação oposta. Cabe ao autor do artigo equilibrar a sua intervenção, assumindo inequivocamente as suas palavras como opinião pessoal (como dizíamos acima), mas recorrendo aos lugares comuns necessários e suficientes para congregar os apoios que o legitimarão.

Poderá igualmente concluir-se que a opinião pública é uma figura de geometria variável, com um referente adaptável às necessidades estratégicas do LOC: o saber colectivo, o senso comum, o Bem, a Verdade, o País... Trata-se portanto de «une création

du discours, un *objet sémiotique*, figuration idéale (imaginaire) du Public projeté sur la scène du discours (...) en la personne de ses porte-parole» (Imbert, 1988:104).

3.4.2.2 - O *discurso da evidência* manifesta-se a dois níveis: por um lado, na referenciação dos estados de coisas pertinentes; por outro, na re-construção desses estados de coisas enquanto realidade textual.

O valor de verdade dos estados de coisas evocados é condição fundamental para a consecução feliz do acto persuasivo. Se o ALOC não reconhecer a realidade extra-textual evocada como factual ou plausível, não aceitará o desenvolvimento sequente das estratégias argumentativas e não se deixará persuadir pelo discurso do LOC. Se este se referir, por exemplo, a uma dissolução da Assembleia da República uma semana antes do T0, o ALOC, que sabe que ela não aconteceu, assumirá esse texto como ficção ou simplesmente pô-lo-á de parte com o rótulo de mentiroso. Da mesma forma, se o LOC se referir a acontecimentos que não cabem no universo de saberes do ALOC, poderá estar a exigir demais do crédito de credibilidade que o ALOC deverá ou poderá conceder-lhe.

Mas a *realidade* não é o que encontramos nos Textos. O que estes descrevem é *a sua apropriação da realidade*, é uma visão, um ponto de vista. Por isso, a *evidência* é uma construção textual, é fruto da mediação do real pelo LOC.

Apesar disso, muito do jogo de re-construções de estados de coisas nos artigos de opinião simula a evidência. É frequentemente convocada uma entidade exterior ao LOC, como a opinião pública, interesses colectivos ou conceitos universais, legitimadora da visão que, de facto, traduz a subjectividade mais ou menos camuflada do LOC. Tomemos como exemplo o Texto 2. No EN 6, o LOC afirma que «é verdade que os partidos não são todos iguais» e, no EN 10, que «é verdade que os partidos não detêm (...) o monopólio da representação dos Portugueses». Tal como em outras situações, também aqui, num processo de polifonia, o LOC convoca uma voz veiculadora de uma *doxa*, com a qual vai explicitamente concordar, num processo de proximidade com o ALOC. Mas o segmento do real que o LOC re-constrói textualmente é somente uma parte da realidade configurada pela *doxa* activada, um parte filtrada, orientada, interpretada pela subjectividade do LOC, pelos seus valores e crenças, pela sua visão particular do mundo. Afirma G. Imbert: «l'éditorial est donc un genre essentiellement débrayé qui exprime le désir, mais aussi la difficulté qu'a le sujet à se masquer dans l'écriture. S'il tend à faire

disparaître les marques directes de la subjectivité (les manifestations du Je parlant), il porte les marques d'une subjectivité indirecte à travers les jugements interprétatifs, évaluatifs et surtout axiologiques (jugement de valeurs)» (Imbert, 1988:101). E são frequentes as construções deste teor, com enunciados impessoais ou "desancorados" relativamente à instância de enunciação: «não é preciso ser bruxo para perceber que...» (T1, EN 6), «estava escrito nos livros que...» (T1, EN 17), «como se sabe...» (T1, EN 19), «obviamente...» (vários EN), «é evidente que...» (T2, EN 21), «não parece que seja razoável...» (T3, EN 36), «...as regras recomendam» (T5, EN 11), etc.

Note-se, porém, que a subjectividade do LOC não se manifesta só nesta dimensão, indelével relativamente à sua condição, mas em larga medida involuntária. Ela revela-se nas opções voluntárias e na manipulação consciente que faz dos estados de coisas que evoca, como se pode verificar pelos processos de desqualificação ou elevação dos objectos do seu discurso.

Do ponto de vista da sua construção argumentativa, o discurso de opinião assume a estrutura do discurso científico, com uma série de premissas seguidas de uma conclusão, ou com afirmações seguidas de ilustrações provatórias, baseando-se igualmente no princípio da evidência, isto é, *mostrando* ao ALOC a verdade/plausibilidade/verosimilhança daquilo que se afirma. Em alguns casos, este princípio rege toda a macro-estrutura textual, como no Texto 5: o LOC produz uma afirmação forte (EN 1 e 2), cuja verdade será demonstrada ao longo do texto, correspondendo cada um dos três parágrafos à fundamentação de cada tópico evocado na afirmação inicial (o «problema de tempo, (...) de fundamento e (...) de precedente»), terminando com uma conclusão geral, que retoma as afirmações iniciais. Cada um destes segmentos intermédios, por sua vez, sofre tratamento semelhante, com afirmações e respectivas justificações/ilustrações provatórias, até uma conclusão.

3.4.3 - O discurso de opinião no jornal e a discussão que provoca/de que é reflexo realizam diversas funções de mediação cultural, de re-criação do real, de consagração do jornal como actante institucional interventivo na vida social e política do País e de consagração de líderes de opinião.



3.4.3.1 - O discurso do jornal vulgariza temas até aí reservados a minorias (elites políticas, económicas e culturais). O jornal funciona como mediador cultural entre uma cultura "de elite" e as culturas práticas e como mediador ideológico. Os editoriais constroem-se a partir de discursos já constituídos, discursos "terceiros": «c'est pourquoi c'est un lieu stratégique de production de la réalité dans le journal de référence. Il informe sur le monde, mais aussi sur *la façon dont il faut percevoir celui-ci*; il in-forme, donne forme à la réalité, introduit un ordre là où règne le chaos, il "construit l'événement" (...) reconstruit la réalité en produisant des effets de réalité» (Imbert, 1988:63). Quanto aos textos de opinião, «au même titre que les éditoriaux, encore que de façon plus discrète, constituent une *médiation de l'information*: ils offrent une vision (complémentaire, certes) de l'information, médiatisée par la vision subjective des "faiseurs d'opinion"» (idem, ibidem:116).

3.4.3.2 - Esta *produção de realidade* encontra no jornal um local privilegiado de constituição do discurso social, assumindo-se como instância intermédia entre o público e a classe política. Através do jornal, é a sociedade na sua globalidade que se manifesta, pois o jornal é o local de confluência de múltiplas vozes: «le journal se présente alors comme un lieu d'intertextualité, traversé par des discours déjà constitués et, simultanément, générateur d'une parole polyphonique (espace à plusieurs voix)» (idem, ibidem:49). Através da opinião dos porta-vozes, é criado um *efeito de real* discursivo: esse poder evocativo da linguagem cria realidade¹², na medida em que condiciona a apreensão e compreensão dos factos pela opinião pública.

O relevo dos jornais como criadores de realidade é testemunhado pelas inter-referências identificáveis nos seus artigos, entre os quais os de opinião e os editoriais assumem papel significativo. No nosso *corpus*, encontramos referências visíveis e directas, manifestando-se inclusivamente nos títulos, como no caso do Texto 3, cuja retoma intertextual se vê esclarecida no EN 37: «Por isso, merece apoio o apelo à "Dissolução, já!", subscrito por Vicente Jorge Silva (editorial do *Público*, 14 do corrente)».

O Texto 4 testemunha o papel da Imprensa de forma bem concreta, ao eleger «alguma Imprensa» (EN 4) como destinatário privilegiado. Significa que um membro da classe política sentiu necessidade de justificar, antecipando uma eventual acção dos

¹² É este poder evocativo e criador de realidade que assiste a existência dos *tabus linguísticos*.

jornalistas, opções que assumiu, dado um conjunto de ocorrências que antes haviam vitimado, aos olhos da opinião pública e por intermédio da Imprensa, um seu correligionário partidário. Essa justificação reveste-se do carácter de uma estratégia cautelar, explicando enquanto diz não ter de explicar, acusando os que poderiam vir a acusá-lo, ameaçando com a Lei depois de ter dito que pretende suscitar a discussão. Mas é elucidativa a leitura dos pressupostos e dos implícitos que o EN 60 deste Texto carrega:

«Quem dorme excelentemente de quinta para sexta e de sexta para sábado, como eu, tem que ter na lei defesa.»

Só pelo apelo ao universo de saberes, pressuposto pelo LOC, o ALOC poderá perceber que aquele se refere aos dias de publicação dos jornais semanários, nomeadamente do semanário *O Independente*, que nasceu e viveu grande parte do seu tempo de vida à custa dos escândalos que foi descobrindo/criando do chamado "cavaquismo". Mas significa também que os jornais têm capacidade suficiente para, numa delegação auto-outorgada de representantes da opinião pública, exercer o controle da vida pública e de exigência de condutas dentro de determinados parâmetros considerados aceitáveis pela mesma opinião pública.

Quanto ao Texto 6 que, como referimos, se assume como criador de uma realidade alternativa - mas verosímil - testemunha também o relevo do papel da Imprensa evocando, em vários enunciados (EN 16, 23, 32 e 55), as reacções da opinião pública desveladas/criadas pelos jornais.

3.4.3.3. - O discurso de opinião e a inerente discussão levam vários actores sociais (em particular no caso dos Textos do *corpus*, partidos políticos e instituições políticas) a tomar partido, por vezes até a alterar rumos de actuação, face à consagração de um espaço público (o jornal) como representante da opinião pública. Se as instâncias políticas constituem o verdadeiro destinatário dos artigos de opinião, que apresentam um discurso persuasivo, e se este for de alguma forma eficaz, os resultados da sua acção terão de ser reconhecíveis. É sabido o peso dos grupos de pressão junto das instâncias do poder, e a imprensa é frequentemente apelidada de "quarto poder", sobretudo pela capacidade de criar realidade, mediando/explicando o que acontece e por ser a imagem incarnada do poder delegado da opinião pública.

O Texto 7, no seu EN 37, desvela-nos a consciência do poder da Imprensa, por parte do seu autor, justificando (na sua opinião) uma acção do mais alto magistrado da Nação, o Presidente da República, com a força da opinião pública condicionada pela influência de certas tendências políticas junto dos jornais:

«Temeroso do julgamento da «opinião pública», fortemente condicionada pelo predomínio «laranja» na comunicação social, o Presidente preferiu evitar riscos e remeteu para as guerrilhas de corredor questões que poderiam ter sido resolvidas de forma ática e transparente com a antecipação das eleições.»

Trata-se da confissão também da consciência do seu papel. Se ele julga que a «comunicação social» tem poder suficiente, como incarnação mas igualmente como orientadora da opinião pública, para fazer "temer" o Presidente da República e assim dirigir as suas decisões no sentido da não antecipação das eleições, deve estar consciente que, ao denunciar essa influência, se assume irremediavelmente como parte dela: ao denunciar aquilo que prototopicamente estará errado - evocando a *doxa* segundo a qual o Presidente deve agir em consciência, não cedendo a pressões - o LOC coloca-se no lado contrário ao daqueles que exerceram essa pressão, *mas exercendo uma outra de sentido oposto*. Aliás, é clara a sua intenção ao longo do texto de pressionar no sentido da dissolução do Parlamento, invocando inclusivamente a salvaguarda do lugar do Presidente (cf.: EN 17).

3.4.3.4 - A manifestação de opinião em espaço público privilegiado aponta e cria líderes de opinião, tornando-os porta-vozes da opinião pública, através dos jornais: «l'idéologie de la communication (...) est une idéologie de nature discursive: c'est elle qui attribue à certains acteurs sociaux, par leur projection dans les espaces d'opinion du journal de référence, des *instances de production discursive*, et les consacre/légitime individuellement comme émetteurs (en tant que témoins privilégiés) et, socialement, comme protagonistes d'une configuration collective ("leaders d'opinion")» (Imbert, 1988:12). Os autores dos artigos do *corpus* não são meros *produtores de opinião* (sobretudo aqueles que têm uma participação regular) mas, pelo acesso aos meios de comunicação de massas e consequente importância que lhes é atribuída numa sociedade cada vez mais mediatizada, pela autoridade que os seus textos constroem, pelo "saber" e

bom senso que denotam, transformam-se em verdadeiros líderes de opinião junto de grupos mais ou menos extensos da sociedade (como referimos acima).

O seu poder performativo traduz-se no discurso que produz, enquanto discurso instituinte (criador) do real, enquanto discurso interpretante, que modaliza/avalia, enquanto discurso comunicante, que exorta à acção.

Encontramos no *corpus* manifestações explícitas da actividade dos líderes de opinião, nomeadamente no Texto 7, cujo EN 18 refere a acção dos «porta-vozes e *opinionmakers*» que, com influência junto dos *media*, estariam a «promover uma enérgica campanha contra a dissolução».

Podemos, então, apontar um esquema de polemização do discurso:

agente: autor do artigo, delegado da opinião pública / líder de opinião

destinador: opinião pública

destinatário: classe política

narratário: público (raramente o destinatário)

3.5 - Não basta ao LOC fazer uso de lugares comuns e identificar-se com a opinião pública para ser aceite, juntamente com as suas opiniões, pela mesma opinião pública. Ele lança mão de estratégias de credibilização, visando-o a si e ao seu discurso. Vejamos como funcionam algumas delas.

3.5.1 - O recurso a estratégias de polifonia permite a expressão da subjectividade do LOC de forma discreta, procurando manter para este uma imagem de isenção e equilíbrio. Esta é uma estratégia importante, porque «la meilleure façon, pour un journaliste d'être subjectif sans en avoir trop l'air, c'est de laisser parler la subjectivité d'une instance, individuelle ou collective "autre"» (Kerbrat-Orecchioni, 1980:169). Quando o LOC, em vez de relatar a sua própria opinião, prefere evocar a opinião de outrem, já se distancia dela. Essa distanciação serve ordinariamente o desacordo ou o desvio de responsabilidades (que procuraremos aqui ilustrar).

Em alguns casos, este apelo a uma voz "outra" é mais velado, em outros é manifesto. A recorrência à voz comum é frequente, com intenções várias, nomeadamente a de credibilização ou com intenção fática, como acima referimos. Processo parcialmente idêntico se verifica no uso da ironia.

Um momento de polifonia é identificável nos EN 26 e 27 do Texto 6:

«Detalhe inesperado: Lucas Pires, que entrara no PSD em Abril, apoia Meneses, opção que ninguém entende.

Há quem maliciosamente rotule semelhante atitude como "uma cura de antiportunismo" do ex-líder centrista.»

Esquemáticamente,

- a) O estado de coisas configurado aponta para uma derrota de Meneses;
- b) Lucas Pires (LC), mesmo consciente disso, apoia-o;
- c) tal atitude é *inesperada e ninguém a entende*, porque...
- d) a *imagem* de LP não é a de alguém que apoia um vencido antecipado;
- e) a *imagem* de LP é fortemente condicionada pela sua recente entrada para o PSD, ele que (universo de conhecimentos do ALOC):
 - i. já foi líder de um outro partido político
 - ii. no passado, foi eleito para o Parlamento Europeu (P.E.) por esse partido
 - iii. no presente, é ainda membro do P.E., eleito nas listas do PSD
- f) a *imagem* de LP é agora condicionada pela voz que o acusa de, agregando-se voluntariamente a um candidato derrotado à partida, assumir a *necessidade* de se afirmar *antiportunista*, pelo que surge latente e por oposição...
- iiii. a recente entrada para o PSD revelou-se uma estratégia *oportunista* para poder ser eleito para o P.E.
- g) esta *imagem disfórica* de LP é reforçada pela *necessidade* de «cura», o que pressupõe a "doença";
- h) retornando atrás, diremos que é esta "doença" que subjaz ao configurado em c).

Contudo, se o LOC parece afastar-se da voz que evoca, classificando de "maliciosa" a atitude dos que falam de «cura de antiportunismo» e pressupõem a "doença", num evidente atentado à imagem de LP, ao mesmo tempo torna-se relevante que a evoque - note-se que este artigo se assume como uma realidade alternativa, um mundo possível, fruto da "desancoragem" fictiva pela fuga às coordenadas básicas de enunciação. Tal evocação é significativa e intencional, não é uma imposição referencial. O LOC incarna desta forma uma função mista: se por um lado se afasta da desqualificação de LP, por outro constitui-se como agente de validação da mesma desqualificação.

3.5.2 - No EN 31 do Texto 9, um artigo jornalístico é convocado como *auctoritas*, como testemunho do que aconteceu num congresso. O LOC mostra ao ALOC que não só ele, mas um outro comentador político, uma opinião com relevância (decorrente do seu estatuto de jornalista do DN), pode testemunhar a verdade daquilo que evoca:

«E Óscar Mascarenhas (DN, 15.3) conta a história emblemática de Mariano Gago pedindo ao "grupo de economia" o pequeno reforço de "uns 200 milhões de contos".»

Também neste caso, a evocação de um voz "outra" permite um reforço da credibilidade do LOC, pela instituição de um agente de validação não coincidente consigo. Aliás, no mesmo Texto, no EN 38, é invocada a autoridade de um outro jornal, desta feita o «Público», que o LOC aproxima ideológica ou estrategicamente do PS, ao afirmar que «não goza de fama "cavaquista"», para corroborar a linha de desqualificação traçada pelo LOC:

«O "Público", que não goza de fama "cavaquista", nem sequer disfarçou o seu geral divertimento (Jerónimo Pimentel, Filipe Santos Costa e Ana Sá Lopes) e José Manuel Fernandes, após algumas cláusulas consolatórias, concluiu que os "Estados", embora pretendessem "orientar", demonstravam a real desorientação do hipotético eng. Guterres (PUB, 8.3).»

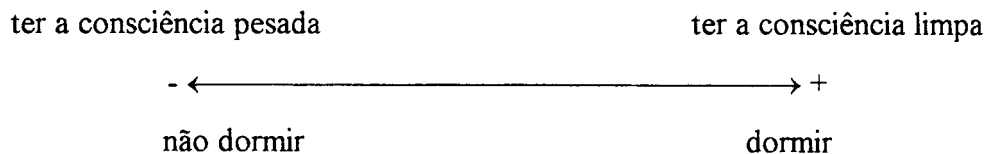
A isenção e credibilização do LOC é reforçada pela voz autorizada de um outro jornal e de vários outros comentadores, inclusivamente daqueles que, teoricamente, deveriam ter razões para não destruir, mas preservar a imagem dos «Estados Gerais» do PS.

3.5.3 - No EN 60 do Texto 4, que retomamos, pode identificar-se um outro tipo de estratégia de credibilização:

«Quem dorme excelentemente de quinta para sexta e de sexta para sábado, como eu, tem que ter na lei defesa.»

Neste caso, o LOC evoca a doxa que afirma que "quem tem a consciência pesada, não dorme" ou, se quisermos, a sua forma reversa "quem dorme, tem a consciência

limpa". O advérbio «excelentemente» traduz a concepção da relação numa perspectiva escalar e orienta esta ocorrência no sentido mais positivamente conotado:



Decorre desta configuração uma credibilização do LOC. Ele assume-se como incarnação de uma série de virtudes e ganha, dessa forma, o *direito* de apontar os erros dos outros. É condição de felicidade do acto de censura que haja algum ascendente, pelo menos aparente, do LOC sobre os objectos da desqualificação. Se esse ascendente não for reconhecido pelo ALOC, este dificilmente aceitará as críticas, por mais justas que sejam, formuladas por um LOC sem autoridade moral/científica/social para as fazer. Ao construir para si uma imagem de honestidade (não só neste enunciado, mas em todo o texto), o LOC cumpre um das exigências fundamentais para a consecussão feliz do acto persuasivo.

4 - A desqualificação do alvo no discurso polémico

Intrinsecamente ligada ao processo de criação de uma imagem eufórica do LOC, verifica-se no discurso polémico, como referimos acima, uma violenta desqualificação dos alvos visados. Esta desqualificação, repetimos, é característica definidora do tipo de discurso: «les textes *polémiques* (...) interpellent l'adversaire, remettent en question sa "version", élaborent leur propre thèse en détruisant celle de l'adversaire, ce qui bien souvent stimule la réponse. Ils mettent en scène avec éclat - fracas même - la thèse de l'adversaire (...) ou même sa personne. (...) Ils manifestent par là même une "force perlocutoire": ils cherchent l'effet sur le destinataire, tentent de le mettre en difficulté, de l'impliquer dans le débat» (Imbert, 1988:124).

Os processos de desqualificação dos alvos visados podem ocorrer ao longo de vários enunciados, numa constante de asserções com vincada orientação argumentativa e exemplificações mais ou menos estruturada, ou acontecer quase pontualmente em somente um ou dois enunciados. Vejamos como funcionam alguns deles.

4.1 - Tomemos como exemplo os enunciados 21 e 22 do Texto 3:

«José Pacheco Pereira, intelectual saído do generoso alfobre do Clube da Esquerda Liberal - cenáculo político apadrinhado por Mário Soares, no final dos anos 80 -, desdobra a actuação por duas personagens plenas de virtudes dramáticas. Com a agilidade que só o prolongado convívio com a dialéctica confere, alternam-se as intervenções do incisivo analista doutor Pacheco (em versão escrita, radiofónica e audiovisual) com os discursos do incendiário tribuno senhor Pereira.»

Há nestes enunciados marcas de duas isotopias que caracterizam todo o texto e se fazem, com o intuito que veremos em seguida, equivaler: *a da vida política portuguesa* (que identificaremos com o número 1) e *a do espectáculo (teatral)* (que identificaremos com o número 2).

«José Pacheco Pereira» (JPP), «Mário Soares» (MS) e «Clube da Esquerda Liberal» (CEL) constituem-se como itens coesivos por associação no *interior do enunciado*, assegurando a realização da isotopia 1, enquanto protagonistas humanos (os dois primeiros) e institucional (o terceiro) da política em Portugal, imediatamente reconhecidos pelo leitor. O item MS realiza ainda uma dimensão da coesão *entre enunciados* por recorrência de lexia e/ou de designado (EN 9, 12, 13, 14, 15, 17, 29, 35¹³).

A referência a "actuação, a "personagens" e às suas "virtudes dramáticas" inscreve-se na isotopia 2, já delineada desde o EN 2: aí encontramos o item «dramatiza»/«desdramatiza», ligada à dimensão de censura, à qual nos referiremos mais à frente. Mas em grande parte dos enunciados deste texto podemos identificar marcas textuais desta isotopia, ao nível da coesão lexical, que colaboram na forte coesão textual apresentada, relacionando-se essencialmente por associação:

EN 2 - dramatiza - desdramatiza

EN 3 - peça - estreada - papéis

EN 5 - representa

EN 6 - executar as personagens - encenador

EN 7 - comédia - género dramático - actores

EN 8 - representar - fazer voz grossa - assumir postura - cena tragicómica

EN 9 - tirada - postura

EN 10 - episódios cómicos

EN 11 - direcção de actores - declamar

EN 18 - ritual - dramatismo

EN 19 - pompa e circunstância

EN 20 - espectáculo

EN 21 - actuação - personagens - virtudes dramáticas

EN 23 - papel

EN 24 - representar o papel

EN 25 - simular

EN 26 - personagem - peça - reentrar - papel - contra-regra - cena

EN 27 - papel

EN 30 - desempenhar o papel

¹³ Nos EN 12 e 17, identificámos a presença do designado por um processo metonímico, na referência a "Belém" (EN 12) e "Palácio de Belém" (EN 17).

EN 34 - cenas

EN 35 - cenário

A equivalência a que aludíamos acima entre as duas isotopias resulta do cruzamento que se verifica (os protagonistas políticos como personagens de um espectáculo teatral), mas está mesmo explicitamente referenciado pelo LOC no EN 4, enunciado "explicativo", com a função de resolver a catáfora instituída no EN 3.

Essa catáfora resulta do uso do artigo definido em «a peça»: sendo o artigo definido um indicativo de que a informação estará disponível no co-texto¹⁴ e não se tratando aqui de um referente homofórico nem anafórico (nada há no texto precedente que permita identificar de que peça se fala), só no texto seguinte o leitor encontrará a informação necessária para preencher o vazio de informação criado. A coesão por catáfora é um processo gerador de tensão, obrigando o leitor a procurar o complemento de informação necessário à aquisição do pleno sentido do segmento de texto já lido. No caso presente, essa informação encontra-se no enunciado imediato (EN 4), com o valor explicativo que referimos.

Por outro lado, o semantismo de «os papéis já foram distribuídos» (EN 3), nos termos em que o enunciado é apresentado, com uma estrutura sintáctica passiva, implica uma degradação do agente, a par da respectiva perspectivização do estado de coisas não como uma acção, mas como um processo¹⁵. Portanto, a ênfase reverte sobre o processo em curso e os seus beneficiários, ainda não explicitados. Mais uma vez, o complemento de informação encontra-se no texto infra, passando pelos itens «ninguém» (EN 5) e «todos» (EN 6), para se concretizar nas personagens políticas explicitamente evocadas ao longo dos vários parágrafos, do EN 8 ao EN 35, perfazendo uma linha de coesão bem marcada.

Do cruzamento entre as duas isotopias definidas resulta uma imagem disfórica de todos os agentes políticos e da «política à portuguesa» (EN 2) uma visão francamente negativa. É que, tipicamente, a política será uma coisa "séria", incorporando valores como os da verdade e honestidade, do serviço ao bem comum, da transparência, etc. Pelo

¹⁴ «Like the personals, and the other demonstratives, *the* has a specifying function; it signals 'you know which one(s) I mean'. But there is an important difference. The other items not only signal that the identity is known, or knowable; they state explicitly how the identity is to be established. (...) But *the* merely announces that the identity is specific; it does not specify it. The information is available elsewhere.» (Halliday, 1991:292-293)

¹⁵ Cf.: Vilela, 1992.

contrário, o teatro é a arte de fingir, os actores usam as "máscaras" das suas personagens, não há correspondência entre a aparência e a essência. Num registo popular, fora do contexto da representação teatral, "fazer teatro" pode configurar um estado de coisas negativamente conotado. Assim, a desqualificação dos agentes políticos nacionais decorre da sua inscrição num cenário teatral, onde a verdade se esconde por trás das personagens que interpretam. Mais: de actividade séria e nobre, a política portuguesa transformou-se numa «comédia» (EN 7), onde «nem sempre a escolha dos actores se revelou feliz» (EN 7), cheia de «episódios cómicos» (EN 10), e nenhum político escapa completamente a esta visão negativa assim edificada.

É dentro deste contexto que surgem os EN 21 e 22 acima transcritos. Por isso, os atributos de orientação eufórica que o LOC faz recair sobre as personagens visadas imediatamente adquirem um sentido irónico, correspondendo a proposições de sentido oposto ao presente na superfície textual.

Desta forma, a qualificação de «generoso» surge imediatamente como portadora de outras significações que não a mais comum; e a identificação entre o CEL e um alfobre resulta plena de significações oblíquas (até porque a "literal", de viveiro de plantas para transplantar, não pode ser aplicada, nem receber a qualificação prototípica de «generoso»), fazendo incidir sobre JPP uma imagem bem pouco positiva. Além disso, o semantismo inerente a «cenáculo», juntamente com a noção de grupo que comunga de ideais comuns, evoca tipicamente traços como [+fechado], [-transparente], eventualmente [+secreto]. Teremos então JPP como fazendo parte de um grupo fechado, não transparente, portanto ilegal, portanto maléfico, onde ele se teria "industriado" secretamente para, mais tarde, vir a deslocar-se para outro "ambiente".

MS, por seu lado, é alvo da desqualificação de «apadrinhar» este tipo de associação. Note-se que «apadrinhar» pode ser alvo de dois tipos de extensões semânticas:

a) *apoiar*: comportando dois actantes (A apoiar B), mas configurando tipicamente a oposição entre dois blocos - A+B *versus* adversários¹⁶. Assim, MS, reconhecidamente um "homem de esquerda", apoiou uma associação "de esquerda", o CEL, excluindo e opondo-se àqueles que eram "de direita"; e JPP pertencia a essa associação, comungou dos mesmos ideais, foi alvo do apoio de MS e hoje (o ponto zero de referência temporal deste texto) é um dos conhecidos dirigentes de uma força política "de direita"; configura-

¹⁶ Cf.: Fonseca, J., 1992b:112-113

-se assim uma "traição" aos seus, atitude socialmente reprovada e fortemente indutora de uma imagem disfórica de JPP.

b) *proteger*: comporta igualmente dois actantes (A protege B). Mas este tipo de "apadrinhamento", que exclui a relação *A ser padrinho de B*, relação afectiva/familiar, incorpora uma imagem fortemente negativa, evoca tipicamente noções como a de jogos de influências, desonestidades, «intrigas palacianas» (EN 28). A dimensão mais negativa de "protecção" incorre inclusivamente em meios declaradamente ligados ao crime organizado, onde o valor semântico de "padrinho" se estende e entrelaça com o de «cenáculos» e sociedades fechadas e secretas. Decorre, por isso, da extensão dos significados implicitados, uma desqualificação de MS, "padrinho" de uma "mafia" política nacional.

Contudo, a desqualificação de JPP é ainda elaborada a partir de uma imagem do conhecimento do mundo que LOC e ALOC deverão partilhar e à qual a alusão feita é muito ténue. JPP é apresentado como desdobrando «a actuação por duas personagens plenas de virtudes dramáticas». Como referimos, dada a configuração que é feita do alvo, qualquer predicação que aponte para uma imagem eufórica, por um processo de inversão de polaridade associado à ironia, vem reforçar a sua destruição. As «virtudes dramáticas», intrinsecamente apontando para o máximo positivo de uma escala valorativa, são neste co-texto orientação para o mínimo dessa escala. E as «duas personagens», retomadas por um processo de *cross-referência* no enunciado seguinte, e só assim entendidas, mais uma vez acompanhadas de avaliações de polaridade inversa à da superfície textual, «doutor Pacheco» e «senhor Pereira», correspondendo a duas atitudes diversas do mesmo indivíduo, numa estrutura frásica paralela,

- intervenções	do	incisivo	analista	doutor	Pacheco
↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓
- discursos	do	incendiário	tibuno	senhor	Pereira

evocam o lugar comum do jogo entre um Dr. Jekyll e um Mr. Hyde, mais uma contribuição para a isotopia do espectáculo teatral, conjugada com a da política portuguesa, com a encarnação de personagens que usavam, elas próprias, as suas máscaras. Com a agravante de que, na ficção, Mr. Hyde ter conseguido impor

progressivamente a sua personalidade à do Dr. Jekyll, processo que só terminou com a morte do cientista.

4.2 - No Texto 3 deparamo-nos com um outro tipo de estrutura discursiva com intenção argumentativa que poderia ser apresentada segundo um esquema como

x seria a se não tivesse havido/não se tivesse realizado b ,

sendo que ¹⁷ $\forall a = \text{conotação positiva} \wedge \forall b \neq \text{conotação positiva}$

e que resulta numa crítica aparentemente menos forte, mas que encerra de forma subtil um processo de desqualificação do alvo visado (x) mais eficaz do que uma crítica directa.

Atentemos no EN 9:

«"Saio, senhor Presidente!" seria uma bela tirada, plena de repercussões moralizantes, se não tivesse sido antecedida da postura de promoção a vice-primeiro-ministro, para efeitos de propaganda eleitoral.»

Neste caso,

x = a frase atribuída a Fernando Nogueira;

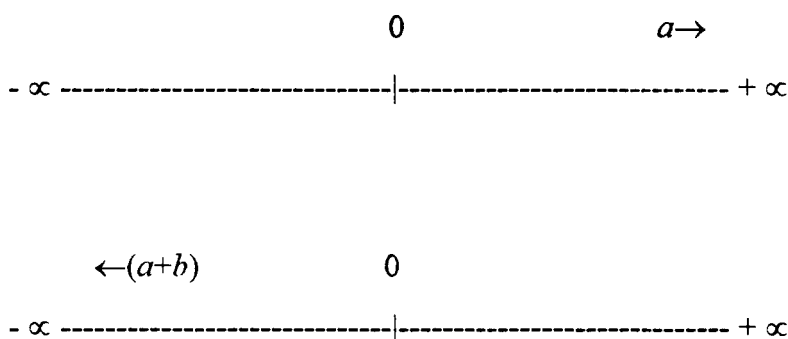
a = «bela tirada, plena de repercussões moralizantes»;

b = ter sido «antecedida da postura de promoção a vice-primeiro-ministro, para efeitos de propaganda eleitoral.»

Mesmo que o segmento b não descreva uma realidade particularmente negativa, ele realiza uma oposição/inviabilização da concretização feliz de a . Essa inviabilização deriva do conhecimento do mundo comum a LOC e ALOC e de um conjunto de valores supostamente partilhados por ambos, numa expectativa de normalidade.

Ao realizar a oposição referida, b não se limita a apontar para zero, numa escala valorativa, anulando o valor positivo de a , mas inverte-o, e quanto mais próximo do máximo positivo se encontrar a , mais próximo do máximo negativo visará o EN, pela ocorrência de b :

¹⁷ $\forall$ - "qualquer que seja"



Dizemos que a crítica configurada não parece, à partida, particularmente aguda, pelo facto de o EN apresentar, na sua primeira parte, uma visão relativamente eufórica de x ; contudo, a desqualificação do alvo visado torna-se mais eficaz do que uma crítica directa pela dificuldade em contrariar este tipo de discurso, pois essa desqualificação é pressuposta no discurso do LOC e será inferida pelo ALOC, dadas as condições de realização do acto configurado pelo EN, apresentadas como verdade não questionável. A *inquestionabilidade* das condições de realização deriva do carácter de realidade concreta e objectiva de b : este tipo de enunciados pseudo-condicionais introduz um dado tido como conhecido, como verdade adquirida e partilhada por LOC e ALOC e aceita um reforço de verificação empírica. O valor argumentativo deste EN apoia-se na/convoca a *doxa* "para se poder pregar a moralidade, deve viver-se segundo os mesmos princípios". Assim, a crítica e consequente desqualificação do alvo é feita ao mais alto nível, o dos "princípios morais".

O próprio segmento a inclui um índice que aponta para a não concretização da imagem positiva que configura: o emprego modal do Condicional¹⁸, que inscreve o estado de coisas no campo do não real, do hipotético («seria» implica que "não foi"). O segmento b virá explicitar as razões dessa impossibilidade.

¹⁸ Poderá parecer tautológico falar do emprego modal do Modo Condicional, mas fazêmo-lo para o distinguir do seu emprego "deíctico"; referimo-nos à modalidade hipotética, na linha da interpretação predominantemente modal da oposição *actual/inactual* defendida por Pottier (1974). Contudo, é verdade que as implicações deícticas e as modais estão interligadas, como faz notar F. I. Fonseca: «A oposição de um plano actual e de um plano inactual no interior do sistema verbal tem claras implicações, quer de ordem modal, quer de ordem temporal. Se podemos encontrar, subjacente a ela, a distinção clássica entre tempos absolutos e tempos relativos, ela recobre também a oposição modal entre um maior ou menor grau de realidade conferida pelo locutor ao processo que enuncia.» (Fonseca, F. I., 1981:54). Além disso, a relação temporal entre o segmento a e o segmento b enquadra-se na estrutura do sistema verbal dividido em dois subsistemas (cf.: Fonseca, F. I.:1992)

4.3 - No Texto 8, o EN 26 patenteia uma estrutura até certo ponto semelhante, com forte ênfase da imagem eufórica traduzida por α :

«Mas Soares, que era, nesse aspecto, modelo de *fair play*, de tolerância, de acatamento da liberdade de expressão; Soares, que de tudo isso fazia ponto de honra; Soares, a quem tudo isso permitia agarrar-se ainda a uma imagem complacente de presidente de *todos* os Portugueses, ficou colocado agora sob as gambiarras da veleidade inquisitorial.»

O alvo, x , "Soares", é definido desde o início do enunciado, verificando-se depois a recorrência da lexia e do designado por duas vezes, marcando o ritmo prosódico e estrutural do discurso no interior do enunciado, realizando uma superlativização da imagem positiva do alvo. Esta superlativização não funciona por simples acrescentamento de mais características positivas numa linha contínua de intensidade, convergindo no mesmo alvo, mas edifica uma imagem ascendente de valor:

tudo isso permitia...

e fazia disso ponto de honra ↑

α : (Soares): era modelo de... ↑

b : (Soares) «ficou colocado agora sob as gambiarras da veleidade inquisitorial»

A conotação positiva é assim de alto grau, superlativizada, tendendo para o máximo da escala configurada pela valoração feita.

Pela junção de α e b , tal como referimos, não é somente anulado o efeito eufórico produzido por α , mas todo o processo de construção da imagem é invertido. Sobressai desta realização o papel dos tempos verbais empregues (Imperfeito e Presente do Indicativo), o segundo dos quais reforçado pelo adverbial "agora", marcando não só a separação entre dois tempos, mas também entre uma justa expectativa (decorrente dos factos inscritos no passado) que, no plano actual, não se concretiza. Verifica-se, então, uma contra-expectativa: α não levaria a b , mas levou - potenciando desta forma a *desilusão*. E este sentimento é frequentemente tido como mais penalizador para aquele sobre o qual recai do que a simples crítica ou julgamento negativo.

4.4 - O EN 11 do Texto 3 inclui um segmento de configuração algo semelhante à apresentada:

«(...) Azevedo Soares, homem discreto, de fato cinzento, que daria um sereno porta-voz, em tempos de bonança, mas que se adapta com visível mal-estar à arte de bem declamar truculentos ataques antipresidenciais.»,

em que:

x: Azevedo Soares

a: com algum sucesso relativo e aparente ou, pelo menos, não falhando «clamorosamente» como «homem discreto, de fato cinzento, (...) sereno porta-voz, em tempos de bonança»

b: o tempo é de «declamar truculentos ataques antipresidenciais» (e não de «bonança»)

A estrutura sintáctica do EN 11 é um pouco diferente da patenteada pelo EN 9 (do mesmo Texto), mas de novo encontramos uma identificação do alvo (*x*), uma primeira visão tendencialmente neutra ou não muito afastada de um eventual ponto zero (configurada em *a*) e uma inviabilização da concretização feliz de *a* apresentada por *b*, o que torna a imagem criada em *a* deslocada e, por isso, falhando «clamorosamente». Também aqui o alvo é desqualificado mas, porque *a* não encerrava uma apreciação positiva de alto grau, a inviabilização operada pela ocorrência de *b* situar-se-á num ponto *menos negativo*, isto é, não tão distante do ponto zero no sentido de $-\infty$.

Note-se que ser porta-voz «em tempos de bonança» não se reveste de mérito especial. Afinal, evocar a capacidade de realizar uma missão quando as circunstâncias são favoráveis poderá, até, sugerir implicitamente a dúvida sobre a capacidade de realizar missão semelhante quando as circunstâncias mudarem. A desqualificação, nestas circunstâncias, dependerá igualmente do ponto até onde se pretender dar o benefício da dúvida. Mas mesmo no quadro favorável, Azevedo Soares é apresentado sem o mínimo relevo, «discreto» e "cinzento". Se prototipicamente um político é configurado como alguém activo, interventivo, actuante na defesa do bem comum e na representação legítima dos que nele se revêem, esta descrição orientar-se-á para a sua desqualificação. Contudo, o segmento *b* vem confirmar a sua inadaptação à função nos tempos actuais, que não se apresentam bonançosos. Há, assim, um crescendo de desqualificação dentro

deste enunciado e a variação resulta da orientação de uma desqualificação de menor grau (*a*), eventualmente próxima de um ponto neutro, para uma de maior grau (*b*).

Esta ideia poderá ser confirmada se invertermos a ordem dos segmentos *a* e *b*: se primeiro se apresentar *b*, mais negativo, e só então *a*, menos negativo/quase neutro, a desqualificação é atenuada e o próprio segmento *a* assume mais facilmente o carácter neutro/quase positivo, fruto da comparação contrastiva entre os dois estados de coisas configurados.

4.5 - No mesmo Texto, o EN 19 apresenta um jogo entre imagem eufórica/neutra e destruição dessa imagem com alguns pontos em comum relativamente aos citados:

«A saída de um ministro da Defesa - responsável por reformas importantes nas Forças Armadas, mas com um final de exercício muito controverso (...)»

Define-se neste enunciado o alvo (o «ministro da Defesa», *co-referente* com «Fernando Nogueira» do EN 18), um primeiro segmento de valoração positiva e um segundo segmento de sentido oposto, que se articula com o primeiro através do conector "mas", de valor opositivo. Este conector ilustra uma relação de força argumentativa e a de contradição argumentativa. O seu emprego supõe que, se um argumento *a* pertence a uma classe argumentativa orientada para a conclusão *r*, existirá um argumento *b*, pertencente a uma outra classe argumentativa, orientado para a conclusão *r'*, oposta a *r*. Os argumentos *a* e *b* serão, assim, anti-orientados.



Mais uma vez encontramos uma visão eufórica do alvo imediatamente posta em causa por uma asserção de sentido não coincidente. Resta saber como é que o segundo segmento poderá ter importância relativa suficiente para se sobrepor ao primeiro, de forma a criar uma imagem de desqualificação do alvo.

A solução poderá residir no aspecto cronológico - em dois sentidos:

a) em termos de construção do texto: a linearidade física inerente à escrita corresponde à linearidade cronológica do exercício oral da comunicação. E se, num discurso oral, haverá tendência para retermos aquilo que por último nos for dito, essa tendência, ainda que minimizada, estará igualmente presente num texto escrito. Tudo o que for dito depois tenderá a sobrepor-se ao que tinha sido dito antes ou, na perspectiva das máximas conversacionais teorizadas por Grice (1975), as novas informações devem ser relevantes; portanto, de alguma forma, devem sobrepor-se às anteriores;

b) em termos de descrição de um determinado estado de coisas: a memória social tende a ser curta e há alguma tendência para sobrevalorizar o que é mais recente, esquecendo acontecimentos anteriores. Daí a importância acrescida do segundo segmento de EN 19, mais válido para o ALOC porque de mais fácil acesso na memória.

De notar que o conector *mas* tem a propriedade argumentativa de definir a relação de força entre os dois argumentos, que não poderá ser previamente determinada. O seu emprego implica necessariamente que o argumento *posterior* será mais forte para a conclusão *r* do que o argumento *anterior* para a conclusão *r'*.

Importante será de referir que a referência ao estado de coisas evocado por *a* é fundamental para a edificação de uma imagem de honestidade intelectual que o LOC vai constituindo ao longo do texto. Mesmo confessadamente adepto de uma facção, de um partido ou de uma causa, é suposto o LOC saber reconhecer a verdade, saber apontar as virtudes e os vícios dos seus correligionários ou das causas a que adere. E se se apresentar como independente a tudo isso, mais ainda. Nestes enunciados, o reconhecimento de virtualidades positivas àqueles que constituem o alvo da sua crítica, mesmo que esse reconhecimento não seja senão aparente e tenha como objectivo final proporcionar os meios de uma mais veemente desqualificação dos visados, permitirá cultivar a imagem de isenção, pelo menos relativa. Numa situação extrema, o LOC poderá simular total alheamento face aos juízos de valor presentes no seu discurso e invocar absoluta objectividade, justificando a sua acção como pura descrição desapaixonada de eventos de aceitação universal. O ALOC que assim aceite o seu LOC reconhecer-lhe-á autoridade, dar-lhe-á crédito e mais facilmente aderirá aos seus pontos de vista, mais facilmente se deixará manipular pelos argumentos postos em jogo: «sin creer lo que lo otro dice,

difícilmente cambiaremos nuestras opiniones basadas en esas creencias» (van Dijk, 1990:124).

4.6 - No Texto 1, o alvo é desde logo identificado. Ele surge na fotografia que acompanha o texto, na sua legenda e no EN 1: Fernando Nogueira (FN). Claro que, nos momentos iniciais do contacto com o texto, o ALOC não sabe disso, mas os indícios não tardam a transformar-se em certezas. Para tal, basta analisar o primeiro parágrafo.

No EN 1, é descrito um estado de coisas negativamente conotado que, prototipicamente, se pretende passageiro, descreve uma situação que terá obrigatoriamente de evoluir. A exigência de evolução está implícita na descrição do estado de coisas e no valor semântico do verbo «resolver», que implica uma mudança de estado. Evoluir positivamente significará tender para a sua resolução - essa é a expectativa decorrente da normalidade. Contudo, o arrastamento no tempo para além daquilo que seria tipicamente necessário e suficiente contraria tal expectativa, orientando-se para a degeneração da situação.

À partida, a "negatividade" do estado de coisas não incide sobre o objecto afectado pelo «problema» (FN), mas a exigência de resolução orienta-se nesse sentido: quem tem um «problema», deve resolvê-lo, ou arrisca-se a ter de se defrontar com uma situação de alguma forma degenerada. Contudo, o EN 2 mostra exactamente o contrário: *muito tempo depois*, não só o «problema» se mantinha por «resolver», como se tinha agravado (degenerado). Os EN seguintes marcam uma evolução na alteração do estado de coisas, que conduz à confirmação de que quem devia resolver o «problema» não o fez.

4.6.1 - Este primeiro parágrafo encerra vários aspectos dignos de nota. Um deles resulta do jogo verbal com as expressões de tempo. Por um lado, a identificação precisa da data («No dia dezanove de Fevereiro») constitui um elemento introdutor da ideia de *rigor*, por parte do autor do artigo, favorecendo a criação de uma imagem positivamente conotada. Mesmo a referência aos «Dezanove dias depois» vem ainda corroborar essa ideia. Afinal de contas, não estamos na presença de um texto científico ou académico, a tendência seria para "arredondar" para alguma expressão como "quase vinte dias depois", "uma vintena de dias depois" ou mesmo "perto de um mês depois". Por outro lado, são precisamente a estranheza que tal opção implica e a "materialidade" gerada pelo rigor

quase excessivo que reforçam o valor da expressão, marcando decisivamente a questão da passagem de *muito tempo* - mais do que aquele que, numa expectativa de normalidade, seria aconselhável deixar passar antes de resolver um «problema sério».

Assim, o «dia dezanove»/«dezanove dias» surge à cabeça dos dois primeiros EN, fazendo nova aparição no EN 6. Mas não são a mesma coisa: no primeiro caso, temos uma data - que, por si só, para além da imagem de rigor, inscreve a orientação temporal do artigo num passado recente (o que não constitui novidade especial, visto que é precisamente essa uma das características gerais do texto jornalístico), mas que não é valorativamente marcada; no segundo caso, um período de tempo, esse sim, implicando uma valoração negativa de um estado de coisas. Terá sido pura coincidência esta repetição do «dezanove», da qual o LOC tira partido? Não nos parece. Vejamos porquê: fazendo umas contas elementares, juntando ao dia 19/2 dezanove dias, teremos o dia 10/3, ou seja, o dia da saída do jornal. Porém, no EN 14, é referida a «"decisão" de ontem», o que indica que o período de inacção, em que o «problema» não foi resolvido, só terá durado 18 dias.

Estas contas não visam constituir uma demonstração de que o autor do artigo se enganou, ou de que não sabe aritmética. Pretendem mostrar que ele poderá ter usado daquilo que C. Kerbrat-Orecchioni classifica como «mauvaise foi argumentative». Para esta linguista, «on accuse quelqu'un de mauvaise foi argumentative lorsque l'on considère que connaissant les règles de la bonne argumentation, et pour servir certaines fins intéressées, il les manipule mal, tout en feignant de croire qu'il les manipule bien» (Kerbrat-Orecchioni, 1981:43); de qualquer modo, o discurso polémico «nécessairement comporte une certaine dose de mauvaise foi» (idem, ibidem:45-46). No caso deste Texto, apesar de reconhecermos que esta análise poderá pecar por excessiva, cremos poder afirmar que há alguma possibilidade de admitir o emprego de má-fé argumentativa, que não residiria essencialmente no erro de contas, mas na associação abusiva entre entidades diferentes, unidas pelo lexema "dezanove", que o LOC usa com um fim manipulatório, fazendo decorrer dessa repetição a intensificação da força de orientação negativa que recai sobre FN.

4.6.2 - Um segundo aspecto a considerar neste primeiro parágrafo será a identificação de um princípio argumentativo, ou *topos*, na linguagem de J.-C. Anscombre

e O. Ducrot¹⁹, que poderá ser apresentado da seguinte forma: *quanto mais grave/premente for o problema a resolver, maior será a necessidade/rapidez de o fazer* (sob o risco de, ultrapassado certo limite, a situação ter degenerado a tal ponto que a resolução é impossível ou as consequências graves).

Façamos um breve parêntesis para referir que a noção de *topos*, originária dos *Tópicos* de Aristóteles, designa um princípio geral, válido para uma determinada comunidade linguística, que serve de apoio à argumentação. Assim, em vez de fazer da relação argumentativa uma conexão automática entre um argumento e uma conclusão, Anscombe e Ducrot definem esta relação como mediatizada pela convocação de princípios argumentativos.

Estes princípios apresentam a característica de serem aceites por uma determinada comunidade (como referimos acima), encontrando-se interiorizados pelos indivíduos que a compõem, pelo que raramente serão explicitados, raramente serão objecto de uma asserção, são somente evocados pelo discurso, explicitando os caminhos necessários para conferir sentido ao enunciado. Têm igualmente como particularidade a de assumirem um carácter gradual, escalar.

O universo de saberes comum a LOC e ALOC desempenha igualmente aqui um papel fundamental na configuração e descodificação da mensagem, nomeadamente nas expectativas que se geram e definem o que constituirá a valoração "ser bem conotado" incidindo sobre FN. Enquanto figura pública do campo da política portuguesa e líder do partido com maior representação parlamentar, num período pré-eleitoral, o que a opinião pública espera de um futuro candidato a Primeiro Ministro é que reúna uma série de características que o definam como governante competente - o que inclui, naturalmente, a capacidade de tomar decisões e de resolver problemas em tempo útil, por muito difíceis ou desagradáveis que se apresentem. Dado o estado de coisas configurado a partir do EN 1, o LOC faz basear o critério "competente" precisamente nessa condição que, por um processo metonímico, incarna todo o semantismo de "competência". Tal acção traduz uma generalização abusiva. Baseia-se naquilo que Perelman designa como *presunções*, que, em princípio, fornecem uma suficiente base de apoio do raciocínio para sustentar uma convicção razoável: «as *presunções* estão associadas *habitualmente* àquilo que *normalmente* se produz e sobre o que é razoável pressupor» (Perelman, 1987:241 - o

¹⁹ A noção de *topos* decorre da teoria da argumentação desenvolvida por estes autores, que deu lugar a um grande número de publicações, seja de cada um deles individualmente, seja em conjunto, desde 1973.

sublinhado é nosso). As presunções decorrem daquilo que pode ser esperado numa expectativa de normalidade, encontrando-se ligadas ao senso comum, «fundam-se na ideia de que foi o normal que se produziu» (idem, ibidem). Por isso, a sintonia entre LOC e ALOC no que concerne ao conhecimento do mundo e à comunhão genérica de valores é fundamental: «o conhecimento das teses e dos valores admitidos pelo auditório ao qual nos dirigimos é essencial porque é entre eles que o orador deverá procurar o ponto de partida do seu discurso. Se nos enganamos a este respeito, arriscamo-nos de facto a cometer involuntariamente o erro mais grave de toda a argumentação, aquele que pode torná-la ineficaz, a saber, a *petição de princípio* (idem, ibidem:239-240).

A presunção na qual se baseia o LOC, e que está bem enraizada no pensamento colectivo, é que a qualidade de um acto manifesta a qualidade da pessoa que o cometeu. Contudo, e justificando a nossa posição ao considerar este processo abusivo, *um* acto não deve ser generalizado de forma a ofuscar ou substituir-se ao conjunto de potencialidades de um indivíduo; *um* erro não torna o seu responsável um permanente falhado.

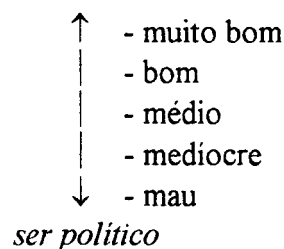
Da mesma forma, o LOC usa um episódio particular para orientar conclusões de valor mais global, definindo expectativas relativamente à acção futura de FN, incorrendo em mais uma generalização abusiva. Essas expectativas decorrem igualmente da incidência do universo de saberes sobre o que é dito acerca de FN, pois a sua imagem incorpora uma dimensão que se projecta no futuro: ele é (será) *candidato* a Primeiro Ministro. Assim, todo o *ser político* da personagem FN se desenvolve sobre a capacidade de resolver *um* problema.

Ora, *resolver um problema* só pode ser afectado por dois operadores lógicos: ou se resolve (1), ou se deixa por resolver (0). As opções intermédias (resolver parte do problema, resolvê-lo mal ou fora de tempo útil) coincidem pragmaticamente com (0). Assim, os dois termos apresentam um exemplo de antinomia complementar, cobrindo no seu conjunto a totalidade do real:

$$a \Rightarrow \sim b \wedge \sim a \Rightarrow b \text{ (antinomia complementar)}$$

a = resolver o problema
b = deixá-lo por resolver

Por outro lado, o *ser político* de FN não se resume a uma relação de (1/0), pois há várias valorações possíveis. De uma forma simplificada, admitamos cinco:



Como referimos acima, a estruturação argumentativa do texto implica a dependência da categoria *ser político* à categoria *resolver o problema*. Tal dependência exclui as possibilidades intermédias, transformando uma categoria escalar numa relação complementar:

- *resolver o problema* $\Rightarrow$ (1) (*ser político*) = ter existência política

- *deixá-lo por resolver* $\Rightarrow$ (0) (*ser político*) = não ter existência política

Esta conclusão é implicitada no EN 4: ao não resolver o problema, FN levou outros a fazê-lo (Mário Soares e Cavaco Silva), que resolveram ao mesmo tempo o problema da sua «existência política» e a reduziram à pura anulação.

4.7 - Tal ideia será retomada no EN 17:

«Estava escrito nos livros que o destino de Fernando Nogueira, a ser algum, não morava, certamente, no Governo de outro líder.»

Este enunciado marca o início de uma nova sequência argumentativa, mas retoma a questão do destino político de FN, pondo-o em causa. Esta "questionação" poderá revestir-se de características apontadas por O. Ducrot para a análise polifónica da negação. Para a sua abordagem, lançaremos mão de alguns conceitos teorizados por este linguista nos seus trabalhos sobre a polifonia²⁰.

Ducrot, na esteira das teses defendidas neste capítulo por Bakhtine sobre a literatura e orientando-as para os estudos linguísticos, põe em questão o postulado da unicidade do sujeito falante, que defendia que o sujeito seria o responsável pelas actividades psicológicas e fisiológicas ligadas à enunciação. Distingue *frase* de *enunciado*, definindo a primeira como uma entidade abstracta, um conjunto ideal correspondente a um conjunto

²⁰ Estes trabalhos datam do fim da década de 70 e inícios da de 80 e a teoria da polifonia encontra-se exposta principalmente em três artigos: Anscombe e Ducrot, 1983; Ducrot, 1980a e 1984.

de palavras combinadas segundo as regras da sintaxe e o segundo como a enunciação particular e concreta da frase; ao enunciado corresponderá o *sentido*, à frase o *significado*. Para estabelecer a diferença entre os dois, Ducrot propõe-se considerar que os enunciados constituem um discurso atribuído pelo LOC a um *enunciador* fictivo, uma entidade teórica não incarnada por si. Assim, no mesmo discurso, exprime-se uma pluralidade de vozes, uma polifonia.

No enunciado em questão, que se reveste das características da negação polémica, o LOC evoca um enunciador E1 supostamente responsável pelo enunciado "FN tem um (grande) destino (político)". Mas é simultaneamente posto em cena um enunciador E2 que afirma o contrário. Vejamos como:

E2: "FN não tem destino (no Governo de outro líder)"

opõe-se a

E1: "FN tem um (grande) destino (político)"

O segmento «no Governo de outro líder» serve de justificação à negação de E2, que evoca um estado de coisas definido no texto precedente: FN não tem destino *como líder político*, visto que o Governo ao qual pertence já tem um «outro líder» - e bem mais forte do que ele. Ficaria o implícito: "ele terá destino fora de um Governo de outro líder". Mas E2 vai mais longe, ao pôr em causa («a ser algum») que FN tenha destino político de todo: como o questionamento de uma asserção se orienta para a sua negação, esse implícito é anulado. Por isso, E2 surge em cena afirmando que "FN não tem destino (político)".

A identificação do LOC com E2 (e a correspondente distanciação de E1) é óbvia, mas reforçada por uma *autoridade* convocada como entidade acima de tudo e todos: «os livros» e aquilo que neles «estava escrito». Tal como na mitologia clássica o Fado se sobrepunha a todos os deuses, inclusivamente aos mais poderosos, também na hodierna mitologia popular *aquilo que está escrito em livros* assume um carácter irrefutável, carácter que a expressão metaforizada congrega sub-repticiamente. Assim, configura-se no percurso político de FN um obstáculo inultrapassável, *mas que não o desculpa aos olhos do leitor*.

4.8 - O EN 5, de natureza demonstrativa/explicativa (mostra/explica de que forma o «problema» foi resolvido) reforça a desqualificação de FN pela inadequação semântica

entre o predicador "remodelar" e o seu objecto, que deveria apresentar o traço [-animado], mas que é, neste caso, FN. De facto, o que «foi remodelado», foi o Governo, pela saída de FN, não o próprio. A ridicularização é óbvia.

Os agentes da "remodelação" são neste enunciado apresentados como «interpostas pessoas», isto é, *pessoas que se interpuseram*, que FN *deixou que se interpusessem* entre si e o seu «problema». Mais uma vez é realçada a falta de acção do alvo da desqualificação. O relativo formalismo da expressão «interpostas pessoas» e a sua desadequação à situação vem dar mais força à ridicularização de FN.

Portanto, a diminuição do alvo gizada pelo texto não decorre unicamente de factores contextuais. Nos próprios recursos da língua actualizados nestes enunciados essa desqualificação está já indiciada. Veja-se também a subtil mudança de estatuto de FN operada entre os EN 1 e 3: se no EN 1 «Fernando Nogueira» assumia o papel de agente, a partir do EN 3 torna-se paciente/experienciador, constituindo esta degradação uma base de construção de toda a imagem negativa de FN.

4.9 - Tal desqualificação encontra-se de novo subtilmente presente nos dois últimos enunciado do Texto 1:

« A consequência está à vista.
A colisão também.»

Decorre do semantismo do predicador *colidir (com)* a configuração de dois actantes. Eles podem corresponder a entidades com estatutos diferentes:

4.9.1 - (x, y) *colidir (com)*

Se se verificar uma orientação da acção de x para y, teremos neste caso um actante x com função de *agente* e um actante y com função de *paciente/objecto afectado*, como no exemplo seguinte:

i) *O carro desgovernou-se e colidiu com um poste.*

A inversão dos papéis é possível em alguns casos, nomeadamente respeitando a restrição de selecção [+móvel], caso se trate de actantes ou instâncias de realização²¹ portadoras do traço [+objecto]:

ii) *O avião da Varig colidiu com o da TWA.*

iii) *O avião da TWA colidiu com o da Varig.*

iv) **A casa da curva colidiu com o carro daquele senhora.*

As implicações decorrentes de ii) e de iii) podem não ser as mesmas, sendo o sentido dos dois enunciados diferente: trata-se de *agente* + *co-agente*, ou de *agente* + *paciente/objecto afectado*? Na primeira hipótese, o estado de coisas descrito pelos dois enunciados poderá ser o mesmo, mas não na segunda.

Anulando essa possível ambiguidade, o enunciado v) descreve um estado de coisas em que há um acção recíproca, configurando um *agente* e um *co-agente*:

v) *Iam os dois aviões em rotas convergentes e colidiram um com o outro.*

Pode concluir-se que, em todos os exemplos, *colidir (com)* é um verbo de acção, instaurando um agente *realizador de uma acção* e, eventualmente, um *co-agente*.

4.9.2 - Contudo, a descrição feita apresenta a «colisão» como elemento central de um estado de coisas onde se verifica uma degradação do(s) agente(s). Não o são por não surgirem explicitamente na superfície textual (mas também, em parte), mas a nominalização da acção orienta-se nesse sentido. Erege-se o resultado da acção em detrimento do(s) seu(s) agente(s), aproximando-a daquilo que corresponderia a um verbo de processo ou de estado. Tal opção, na linha da intenção global definida em toda a macro-estrutura textual, estará ao serviço da desqualificação de FN, baseada em larga medida na sua virtual incapacidade de acção política.

²¹ Prototipicamente, o caso *agente* é portador do traço [+animado]; contudo, nem sempre isso se verifica. Com o intuito de resolver o problema gerado pelos casos em que a regra se não cumpre, L. Melis advoga o abandono da noção de *agente* em favor da adopção de duas noções próximas e complementares: a de *instância de controlo* e a de *instância de realização*: «un actant sera interprété comme l'instance de contrôle si le trait [+Contrôle] porte sur lui; ce même actant sera vu comme l'instance de réalisation si les traits qui définissent celle-ci portent sur lui» (Melis, 1983:62).

4.10 - O Texto 1 encerra um outro tipo de desqualificação do alvo visado, realizado através de uma comparação entre FN e Cavaco Silva (CS).

Refira-se que CS, apesar das críticas crescentes, continuava, no momento definido pelo T0 deste artigo, a usufruir de uma invejável popularidade, superior mesmo à do partido que liderara. Mas já anunciara que não se recandidataria a primeiro-ministro. Não havia, portanto, grande necessidade de a Oposição orientar ataques políticos directamente contra CS. Seria mais rentável, até, manter alguma popularidade de CS, se fosse possível mostrar o seu sucessor (FN) afastado de si, eventualmente mesmo em colisão com as suas ideias ou actos. Pelo menos, parece ser esta a forma de pensar do autor deste artigo, a julgar pelo modo como desenvolve ao longo do texto um eixo orientador em que os dois protagonistas políticos são apresentados ligados (por uma relação de sucessão), mas divergindo a vários níveis.

A própria relação de sucessão impõe a comparação, ainda que implícita, ainda que inconsciente, entre o sucessor e o sucedido. E a tendência será para um deles acabar, pelo menos no período de tempo mais próximo ao momento de sucessão, com a sua imagem algo prejudicada pela acção do outro. Neste caso, é FN quem sai claramente perdedor.

Num primeiro momento, correspondendo aos dois primeiros parágrafos, FN é retratado como titubeante, «lento a tomar decisões», sem autoridade. A relação de oposição com CS é evidente: CS tinha fama de ser decidido, autoritário mesmo, um líder forte. E se do semantismo de "liderança" decorre uma apreciação positiva daqueles que a incarnam, reforçada pela evocação de CS, afirmar que «Fernando Nogueira prejudicou seriamente o "estado de graça" da sua liderança» (EN 6) inverte a orientação, que passa a tender para o extremo oposto, i. e., para uma apreciação negativa.

Num segundo momento, a partir do início do terceiro parágrafo, CS começa a surgir como autor de acções que colocaram FN em risco: foi «intimado por Cavaco Silva a ficar no Governo» (EN 12), «a voz e a mão de Cavaco Silva obrigaram-no a aceitar essa promoção invenenada» (EN 13), foi entalado e usado como ferrete por CS.

O quarto parágrafo volta a centrar-se em FN, mas para fazer sobressair o choque entre ele e «outro líder» (EN 17), pondo em causa (e pôr em causa uma proposição orienta-se para a sua negação) se tem «autoridade como líder da maioria e inspira confiança como candidato a primeiro-ministro» (EN 20), tendo «direito a uma

colerazinha» (EN 24) «para não perder inteiramente a face» (EN 25). A presença do elemento de comparação mantém-se, implícito, revelando-se sempre vencedor.

Finalmente, o choque entre sucessor e sucedido torna-se claro: «o problema de Fernando Nogueira (...) é (...) a sua relação com o primeiro-ministro» (EN 26-27), «o tempo da harmonia [entre os dois] está irremediavelmente encerrado» (EN 28), a sucessão não pode «ser pacífica» (EN 29), a própria sucessão é «vigiada» (EN 31) e «as entourages de Cavaco Silva e Fernando Nogueira já começaram a divergir, o clima de suspeição íntima tenderá a alastrar» (EN 31) e em breve FN, até agora sempre fiel e amorfo, fará algo que desagrade a CS.

Neste EN 31, que não será por acaso o EN mais longo do Texto, encontra-se a charneira entre *o que tem sido* e *o que vai ser*. É nele que o LOC faz a mudança de uma perspectiva no seu eixo discursivo, pois atingiu o limite do conflito, que já está muito próximo das personagens principais (nas respectivas «entourages»). A descrição dos estados de coisas deixa de focalizar o passado para se orientar para o futuro, decorrente do valor semântico de «previsível», «um dia» e do futuro em «tenderá» e «terá».

Pela descrição que é feita do estado de coisas e suas implicações, a afirmação do LOC, apesar de caracterizar uma perspectiva presente-futuro e, portanto, sempre falível, surge aos olhos do ALOC como perfeitamente admissível. Ainda assim, o LOC não deixa de convocar um *exemplo* para reforçar o grau de probabilidade/certeza da sua visão prospectiva. Fá-lo usando exemplos de países europeus, sabendo certamente que a opinião pública portuguesa é muito sensível àquilo que no estrangeiro se passa, aceitando-o por vezes mais facilmente do que o que acontece entre nós: recorre aos «exemplos de Major e Thatcher, Balladur e Chirac, Dini e Berlusconi» (EN 32). Não os explica, limita-se a citar os nomes, pressupondo que o universo de conhecimentos do ALOC colmatará a falta de informação. E em seguida torna explícita a ideia-base que, desde o início do artigo, vem orientando toda a estratégia argumentativa e que poderá funcionar para o ALOC como a verbalização explícita daquilo a que o rumo discursivo levava: em processos de sucessão como estes, «a sobrevivência de uns, implica a queda de outros» (EN 33). Termina com o que lhe parece inevitável e que «está à vista» (EN 36): «a colisão» (EN 37) entre CS e FN.

Este é, repetimos, o ponto máximo de uma escalada de divergência entre CS, relativamente bem conotado na opinião pública (e sobretudo entre o eleitorado do partido

político a que pertence), que o LOC não pretende atacar (antes acaba por colocar em posição de relevo, pela comparação estabelecida) e FN, ridicularizado e diminuído, não só nem tanto pelas suas idiossincrasias e pelo desajustamento ao papel que pretende assumir, mas também e sobretudo pela situação de desacordo, colisão mesmo com CS, em que o LOC o apresenta. Este relevo dado às figuras políticas resulta da personalização vivida na política nacional. Atacando FN, líder do PSD, é o próprio partido que o LOC ataca. Criando uma imagem de colisão entre as duas grandes figuras do partido, o LOC cria no eleitorado a imagem de um partido dividido, sem rumo certo - e "em política, o que parece é". Note-se que o autor deste artigo foi um paladino anti-cavaquista e o jornal que lhe serve de suporte (e do qual era director) viveu e cresceu apoiado nos escândalos do cavaquismo terminal.

4.11 - Em vários momentos dos Textos, os vários LOCs apelam à ironia como processo de desqualificação dos alvos visados.

Esclareça-se que entendemos a ironia, de um ponto de vista linguístico, não como um processo de dizer A para querer dizer *não-A*, mas enquadrando-a numa perspectiva de polifonia. O LOC que produz um enunciado irónico retoma um discurso real ou fictivo, apresentando a sua enunciação como a expressão do ponto de vista absurdo de um enunciador (E) do qual ele, de alguma forma, se distancia.

Vejamos o que se passa nos EN 25 a 28 do Texto 2:

«A questão é ainda mais bizarra porque após o Congresso do PSD não se verificou nenhum dos cenários apocalípticos em que muita gente se especializou após a declaração de Cavaco Silva de que não concorreria às eleições de Outubro de 1995.

Lembram-se?

Talvez seja bom recordar o que os jornais, os comentadores e as «fontes» da Presidência se entretiveram abundantemente a prever: que haveria divisões internas no Grupo Parlamentar do PSD (não se verificou), que este poderia retirar o seu apoio ao Governo (muito menos), que o novo líder do partido poderia não estar interessado em que Cavaco Silva continuasse em primeiro-ministro (viu-se) e que poderia desejar eleições antecipadas (vê-se), e por aí adiante.

Esgotados os cenários, a realidade impôs os seus direitos.»

São referidos nestes enunciados os antagonistas que o LOC pretende desqualificar, mas de forma relativamente difusa: no EN 25 é «muita gente», havendo no EN 27 alguma

clarificação - «os jornais, os comentadores e as "fontes" da Presidência». Naturalmente, esses alvos a abater são aqueles que defendem opiniões diferentes das do LOC, cujos discursos e argumentações se orientam para conclusões diversas das suas. Esta evocação de discursos terceiros, dos quais o LOC se distancia, constitui um elemento de polifonia, concorre para a teatralização do debate e instaura o LOC como consciência histórica, como guardião da memória. Ele reactualiza discursos dos seus adversários, especialmente «cenários» previstos em determinado momento, e submete-os a uma verificação empírica. Da falta de consonância entre previsão e realidade decorre a desqualificação dos seus autores e do discurso que defendiam; o facto de o LOC demonstrar tal falta de consonância revela a sua distanciação face ao discurso evocado.

É sempre uma tarefa fácil, num momento posterior aos acontecimentos, analisar os vaticínios de outrem, escolher o que não correu exactamente como tinha sido previsto e denegrir os pretensos arautos, esquecendo o que eventualmente possa ter sido bem antecipado. Como tarefa fácil, proporciona pouco ganho de credibilidade a quem o faz. Talvez por isso, o LOC não se limita a uma anódina descrição dos estados de coisas envolvidos. Recorre a expressões avaliativas exageradas (fala de «cenários apocalípticos» traçados por «muita gente») e enumera vários desses cenários, evocando o saber comum e a realidade concreta dos factos para demonstrar (e voltamos ao discurso da evidência) a sua nula validade. O ALOC é compelido a, através do seu universo de conhecimentos, sancionar a desadequação entre previsão e realidade, através de constatações que o LOC o convida a fazer: «(viu-se)» e «(vê-se)».

Mas os indícios de ironia afloram essencialmente em duas opções lexicais do LOC: ele refere os cenários «em que muita gente *se especializou*» e que muitos «*se entretiveram abundantemente* a prever»²².

No primeiro caso, da ausência de sintonia entre os implícitos de «especializou» e os resultados efectivos decorre uma forte diminuição dos agentes da previsão. De facto, e numa expectativa de normalidade, se alguém se "especializa" em alguma coisa, deverá realizar algo (aquilo em que se «especializou») com marcas visíveis que possam considerar-se francamente positivas. Não é o caso, como exuberantemente procura mostrar.

²² Os sublinhados são nossos.

No segundo caso, vários actores sociais são acusados de se "entreterem" «abundantemente» em previsões que resultaram falhadas. Ora, o "entretenimento" é tipicamente visto como próprio de estados mais ou menos ociosos e mais ou menos lúdicos, pouco consonantes com as exigências de seriedade de que a luta política pretende revestir-se. A quantificação apresenta-se igualmente deslocada, potenciando a inadequação, reforçando a desqualificação do discurso evocado e dos seus autores.

4.12 - No Texto 9, este tipo de estratégia é abundantemente esgrimida contra o alvo, desde o início do artigo inconfundivelmente definido: os Estados Gerais do Partido Socialista.

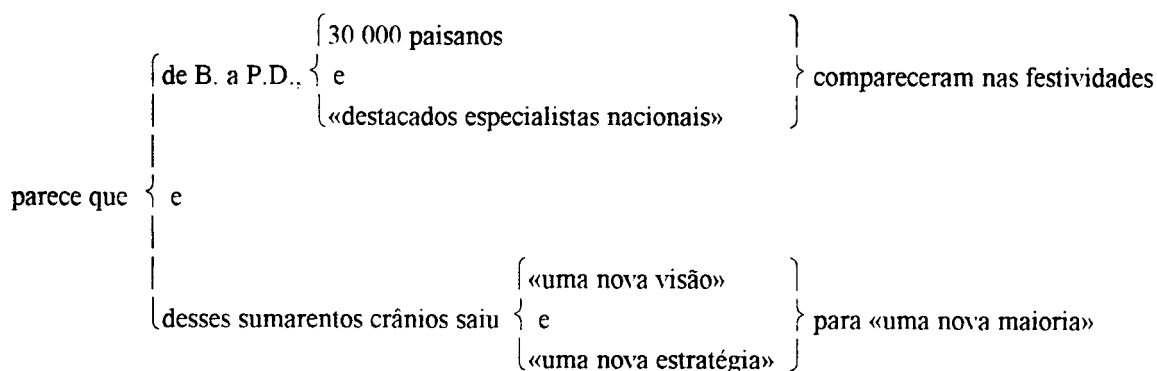
O LOC faz frequentes referências a expressões inscritas num documento que o PS pretendeu ser um «Contrato de Legislatura», procurando desqualificá-lo de forma feroz. Esse processo baseia-se numa recorrência de citações, logo numa polifonia explícita, profusamente indiciada pela utilização das aspas.

Contudo, o emprego de aspas não decorre só da citação do referido «Contrato». Com uma frequência quase obsessiva, a sua ocorrência indica ao LOC que aquele é o discurso de um E que não deve nem pode ser confundido com o LOC e do qual este se distancia declaradamente. Por outro lado, nem só o emprego de aspas serve esse propósito.

Tomemos o EN 12:

«Parece que, de Bragança a Ponta Delgada, 30 000 paisanos e "destacados especialistas nacionais" compareceram nas festividades e que desses sumarentos crânios saiu "uma nova visão" e "uma nova estratégia" para "uma nova maioria"»

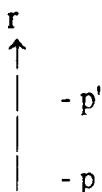
A primeira estratégia de afastamento reside no emprego de uma modalização do discurso pelo emprego de «parece que». Também aqui o LOC evoca um E que apresenta como responsável de um enunciado do qual ele se afasta, pondo em dúvida o seu valor de verdade, orientando-se por isso para a negação da proposição correspondente. Tratando-se sintacticamente de uma frase complexa, com uma oração principal e duas orações subordinadas completivas, coordenadas copulativas entre si, a modalização inscrita na oração principal adquire um valor distributivo, incidindo sobre cada item do conteúdo proposicional de cada uma das orações subordinadas:



Desta forma, o LOC afasta-se da responsabilidade/adopção de uma série de asserções, que atribui a um E que acaba por ser ridicularizado:

a) pondo em causa que seja «de Braga a Ponta Delgada», negando aos Estados Gerais uma abrangência geográfica do território nacional que lhes daria credibilidade;

b) pondo em causa a quantidade de participantes («30 000»), pelo exagero do número que refere, evidente e propositada impossibilidade factual. Naturalmente, a conclusão da representatividade/legitimidade dos «Estados Gerais» decorreria de um número muito significativo de participantes - aliás, quanto maior, mais forte argumento constituiria para a conclusão *r*:



r - conclusão "os «Estados Gerais» são representativos/têm legitimidade"

p' - argumento "têm muitos participantes"

p - argumento "têm alguns participantes"

Contudo, ao pôr em causa a proposição que defende o grande número de participantes, reforçando a dúvida/afastamento pelo exagero da quantificação, favorece-se a aceitação de uma quantificação muito baixa/nula. Repare-se que a relação de quantidade dividida em, por exemplo, quatro marcos *nenhum/poucos/bastantes/imensos*, pela sua própria definição, não é uma relação de antonimia complementar, mas contrária. Neste caso, a afirmação de um elemento da escala antinómica implica a negação dos outros, mas a negação de um não implica a afirmação inequívoca de outro deles: afirmar *imensos*

implica negar todos os outros, mas negar o mesmo elemento não significa afirmar inequivocamente nenhum deles. Porém, da conjugação entre o exagero desmesurado da quantidade de participantes (ou seja, da orientação do valor para um ponto demasiado alto da escala definida) e a inversão que o afastamento/negação implica, resulta uma tendência para o zero, favorecendo a indiciação do nível mais baixo da relação;

c) pondo em causa a qualificação dos participantes. Em primeiro lugar, são estabelecidas duas categorias: os «paisanos» e os «"destacados especialistas nacionais"». A primeira qualificação parece pertencer ao LOC e opõe-se à segunda, atribuída ao E e assinalada pelas aspas. "Paisano" entrou no vocabulário português através do francês *paysan* e significa conterrâneo, compatriota, ou aquele que não é militar, mas carrega uma conotação de camponês (como em *sopa paisana*, ou *sopa camponesa*). Ora, numa visão tipicamente urbana, o camponês é o simples, frequentemente derrapando a concepção para simplório. E numa versão mais radicalizada, em algumas regiões do país é chamado paisano ao bode reprodutor. Os «paisanos» opor-se-iam aos «especialistas», estes não conotados com a origem camponesa ou provinciana, mas de "destaque nacional", os *oficiais* desse ofício que é a política nacional (abrindo desta forma uma nova oposição entre o *oficial*, o especialista, e o paisano, o leigo). Como referimos acima, do "especialista" espera-se um bom desempenho das funções que assume. Tal desempenho é implicitamente negado pela não subscrição pelo LOC da opinião do E a quem a classificação é atribuída, resultando desse modo uma desqualificação notória do alvo configurado. A ironia decorre, mais uma vez, por um lado, da classificação assumida, com todas as suas conotações negativas e, por outro, do afastamento explícito daquelas que seriam as conotações positivas, atribuídas a um E não coincidente com o LOC;

d) pondo em causa a própria essência e fim dos «Estados Gerais», ao chamar-lhes «festividades», classificação inaceitável, numa expectativa de normalidade, para um congresso partidário que se pretende sério e marcante na definição de um rumo político para o país;

e) pondo em causa as pessoas, os dirigentes socialistas, que apelida de «sumarentos crânios». A ironia continua presente e é facilmente detectável, não só pela construção global de uma imagem disfórica que o LOC edifica à volta dos dirigentes do PS e que dificilmente partilha dos implícitos de «crânios», o que significa que a sua opinião não pode ser confundida com a do responsável virtual da sua enunciação, mas também

decorrendo da adjectivação estabelecida: o sufixo *_ento* significa "provido ou cheio de..."; se um fruto pode ser alvo de uma apreciação positiva pela constatação de que é *cheio de sumo*, a metáfora que desloca essa característica para o domínio humano parece, no mínimo, infeliz - o que, dada a intenção do LOC, se transforma num recurso feliz, pois serve um fim desqualificante;

f) finalmente, pondo em causa a «nova visão» e a «nova estratégia», pelo mesmo processo de ironia que acima mostrámos, o LOC põe igualmente em causa a «nova maioria» - fim último de todo o processo de preparação eleitoral visado pelo PS.

5 - As perguntas retóricas

Um dos estratagemas presentes nos discursos de opinião é a utilização de perguntas retóricas.

Este tipo de enunciado surge com alguma representatividade no *corpus* definido, com ocorrências em quase todos os Textos. Assume funções diversas, de organizador discursivo a elo de ligação entre LOC e ALOC, de polarizador da atenção a estratégia "terrorista" de destruição do alvo determinado. E nunca surge "por acaso": se outras estratégias argumentativas são menos marcadas, esta é claramente visível e actuante, pela sua natureza é marcadamente interventiva na respectiva sequência textual e na intenção comunicativa global. Associados às perguntas retóricas aparecem aspectos já abordados em capítulos precedentes, mas desta feita serão analisados em perspectivas ligeiramente diferentes.

5.1 - Antes de mais, vejamos sucintamente como são encaradas estas interrogativas especiais.

Contrariamente à perguntas "normais", de intenção cognitiva, nas perguntas retóricas o LOC não interroga senão ficticiamente, sem esperar uma informação sobre algo que desconhece. Elas «sont de "vraies fausses questions" dans la mesure où elles n'attendent pas de l'autre qu'il fournisse une réponse, mais doivent être traitées comme des assertions» (Kerbrat-Orecchioni, 1991a:15). Este ponto de vista é relativamente pacífico entre os investigadores. Fontanier defende que «l'interrogation (sous entendu: figure de style) consiste à prendre le ton interrogatif non pas pour marquer un doute et provoquer une réponse mais pour indiquer au contraire la plus grande persuasion et défier ceux à qui l'on parle de pouvoir nier ou même répondre. Il faut donc ne pas la confondre avec l'interrogation proprement dite, avec cette interrogation du doute, de l'ignorance ou de la curiosité par laquelle on cherche à s'instruire ou à s'assurer d'une chose» (Fontanier, 1968:368). Borillo, por seu lado, sustenta que «dans la game des schémas possibles d'interrogation, elle constitue le cas extrême où disparaît toute sollicitation et attente de

réponse. Elle est le cas où le locuteur, fort de son jugement sur la proposition qu'il émet, pourrait très bien ne pas la présenter sur le mode interrogatif mais carrément l'asserter» (Borillo, 1981:6). Anscombre e Ducrot defendem que, nas perguntas retóricas, a) «Le locuteur de l'énoncé interrogatif fait comme si la réponse allait de soi, aussi bien pour lui que pour l'allocutaire; b) La question n'est là que pour rappeler cette réponse. Elle joue alors à peu près le rôle de l'assertion de cette dernière, présentée comme une vérité admise» (Anscombre-Ducrot, 1981:14). Também em Mira Mateus *et al.* se afirma que as perguntas retóricas diferem claramente das perguntas "normais" ou "verdadeiras" pelo facto de não haver da parte do LOC uma intenção de receber uma resposta típica do seu ALOC: «há interrogativas globais que não se destinam a ter qualquer resposta: é o caso das perguntas retóricas típicas, formuladas com fins argumentativos ou como expressão da avaliação que o locutor faz de um determinado estado de coisas» (Mira Mateus *et al.*, 1989:238). Jane Frank reconhece que as perguntas retóricas são normalmente definidas como perguntas que não esperam uma resposta e que «can be treated as a type of indirect speech act (...) serving multiple purposes, **none of them a request for information**» (Frank, 1990:723-724).

Se um LOC formula um EN interrogativo sem intenção de interrogar (com outro valor ilocutivo que não o de pergunta) ou seja, se formula uma pergunta retórica, está a violar a condição de sinceridade que deve subjazer à troca linguística: está a cometer uma infracção à máxima da qualidade de Grice: «Try to make your contribution one that is true» (Grice, 1975:45). *Mutatis mutandis*, diríamos relativamente à interrogação: «Não coloque em questão assuntos que para si não levantam dúvidas» (Ferreira, 1990:86). O ALOC deverá, assim, descodificar a mensagem tendo em conta a *verdadeira* intenção do LOC.

O emprego de interrogações em situações de compresença de LOC e ALOC e a sua identificação como pergunta retórica ou não é complexa e muitos são os factores envolvidos: linguísticos, paralinguísticos (suprasegmentais, como as pausas ou a entoação) e não linguísticos (diversos códigos, contexto).

Em termos estritamente morfossintácticos, as marcas identificadoras deste tipo de enunciados são extremamente ténues. Poucos serão os enunciados que, exclusivamente por força da sua estrutura de superfície, se possam identificar inquestionavelmente como perguntas retóricas. Borillo (1981) procura demonstrar que essas marcas existem para o

Francês, mas a análise que faz não nos parece aplicável ao Português; Schmidt-Radefeldt (1977) procura fazê-lo para o Português, mas o resultado é igualmente pouco convincente²³. Parece-nos correcta, por outro lado, a análise de J. Fonseca: «haverá que ver na generalidade das perguntas retóricas (...) a presença, explícita ou implícita, no contexto ou no cotexto, uma informação que (...) opera como elemento activador de retoricidade. Nessas circunstâncias, há que procurar a activação da retoricidade das perguntas que a comportam não na configuração própria dessas perguntas, antes no contexto/cotexto» (Fonseca, J., 1993:16).

Para a identificação das interrogações presentes nos textos que constituem o *corpus* considerado (assim como as que têm lugar nos artigos de opinião dos jornais, de índole política ou não) como perguntas retóricas, um factor é óbvio e essencial: a situação de comunicação em que ocorrem. LOC e ALOC não estão simultaneamente presentes e a comunicação é mediada, em termos de espaço e tempo. O LOC não espera uma resposta às suas interrogações, que ele sabe impossível, pelo menos em termos imediatos. E o ALOC tem consciência que aquele tipo de enunciados não visa uma resposta, mas que esta já estará no co-texto, de forma implícita ou explícita. Ambos assumem que a interrogação perdeu o seu carácter impositivo, traço fundamental que define as perguntas "verdadeiras"²⁴. Os enunciados formalmente interrogativos ganham desta forma novos valores.

5.2 - Um desses novos valores é marcado pela polifonia, passa pela simulação da forma comunicativa fundamental do diálogo, pela re-construção do par pergunta-resposta - contudo, é o próprio LOC que fornece esta última²⁵. O ALOC abandonará, ainda que de forma não mais do que aparente, o seu papel passivo de simples receptor, para poder incarnar o de um dialogante capaz de, por seu lado, colaborar activamente na definição do rumo discursivo. Afirmar Perelman: «O discurso argumentativo não é um monólogo onde não existe qualquer preocupação em relação aos outros. (...) A argumentação é

²³ Procurámos demonstrá-lo numa comunicação apresentada no 2º Encontro de Estudos Portugueses. Para ter acesso ao texto dessa comunicação, veja-se Ramos, 1996.

²⁴ E. Goody dá a seguinte definição de pergunta "verdadeira", que enfatiza o seu carácter impositivo: «The most general thing we can say about a question is that it compels, requires, may even comand, a response» (Goody, 1978:23 e C. Kerbrat-Orecchioni afirma que «toute question est donc un "appel" à l'autre, convié à compléter sur-le-champ le vide que comporte l'énoncé qui lui est soumis» (Kerbrat-Orecchioni, 1991a:11)

²⁵ Cf.: Schmidt-Radefeldt, 1977

essencialmente comunicação, diálogo, discussão (...) necessita que se estabeleça um contacto entre o orador que deseja convencer e o auditório disposto a escutar» (Perelman, 1987:235). Este diálogo, na sua versão literal e imediata, impossível nas condições que enformam o discurso jornalístico, é pelo menos simulado através de recursos vários - sendo um deles a utilização de perguntas retóricas.

Entre as cerca de três dezenas de enunciados interrogativos presentes no *corpus* definido, pouco mais de uma dezena constroem esta situação virtual de forma explícita, isto é, em enunciados sucessivos, o LOC desdobra-se e coloca-se na pele de um ALOC virtual interventivo, que o questiona directamente. O Texto 9 é disso exemplo claro: a cada enunciado interrogativo, sucede imediatamente um outro que lhe dá explicitamente resposta (ou o retoma de forma exclamativa, num grupo de três pares) - veja-se os pares de enunciados 14-15, 36-37, 43-44, 45-46, 47-48 e 50-51.

Os enunciados interrogativos deste Texto 9, porém, só serão retóricos em sentido lato, na medida em que, dadas as condições genéricas em que ocorrem, não visam nem podem esperar uma resposta imediata do ALOC. Não o são imediatamente no sentido argumentativo-persuasivo. Pretenderão orientar o ALOC no sentido de uma adesão aos pontos de vista do LOC, mas (pelo menos em alguns deles) essa intenção é menos relevante do que a de criar elos de cumplicidade, pelo processo de desdobramento virtual a que o LOC se submete. Veja-se o par EN 14-15 do Texto 9:

«De que se trata?

Pois é - de «um objectivo: o desenvolvimento»; de «uma prioridade: as pessoas»; e de «um instrumento de acção: a reforma do sistema político, do Estado (?)» e da máquina administrativa.»

Neste caso, o ALOC virtual faz efectivamente uma pergunta ao LOC que, dentro do quadro por este criado, é tomada como *verdadeira*, pelo que, naturalmente, lhe responde. Se o desenvolvimento anterior do texto sugeria ou permitia ao ALOC uma dúvida próxima daquela, por forma a que ele se possa identificar, ainda que inconscientemente, com o ALOC virtual, o processo de cumplicidade entre os dois intervenientes nesta comunicação mediada efectiva-se e reforça-se, diluindo-se a mediação, criando-se a ilusão de participação efectiva do ALOC na definição do rumo discursivo. Esta cumplicidade é um ponto básico sobre o qual se apoiará o processo argumentativo. É que não poderá

haver interacção nem persuasão sem que, previamente, haja um reconhecimento do LOC por parte do ALOC - reconhecimento que a simulação do diálogo permite.

Além disso, esta interrogativa funciona como organizador discursivo, permitindo ao LOC estruturar de forma clara e perceptível o seu discurso, marcando-o prosodicamente de modo a tornar-se, ao mesmo tempo, ideologicamente bem organizado e comunicativamente apreensível pelo ALOC.

A presença do ALOC é até explicitada no par de EN 14-15 do Texto 4:

«E, podem-me responder, como é que nós sabemos se houve ou não ilegalidade sem inquirir?

Bom, aí entra-se numa concepção do papel da Imprensa como uma espécie de moderna polícia de costumes, ou de inspectora-geral dos políticos, com que eu não concordo.»

De novo no Texto 9, encontramos o conjunto de pares de EN 43-44, 45-46 e 47-48:

«E os «ministeriáveis»?

Ah, os «ministeriáveis».

E a famosa «equipa» do eng.?

Ah, a famosa «equipa» do eng.

E os «independentes»?

Ah, os «independentes».

Nestes dois grupos de enunciados, a par dos efeitos de reconhecimento do LOC, de cumplicidade assumida do ALOC e de ilusão de participação na definição do rumo discursivo, o efeito persuasivo é mais marcado. O LOC prevê a refutação ou a evocação de contra-argumentos que o ALOC poderia opor à sua exposição e dá-lhe voz, para em seguida diminuir a sua força. Ao concretizar no seu discurso eventuais objecções ou pontos fracos em forma de perguntas, o LOC consegue, encadeadamente com os efeitos referidos, mais dois, intimamente ligados:

a) o de orientar uma eventual contra-argumentação ou refutação - ao expor um "ponto fraco" do seu edifício argumentativo, o LOC faz dele um *escape* da oposição que o ALOC eventualmente possa construir: os contra-argumentos ou as razões da refutação presentes focalizarão a atenção do ALOC, secundarizando quaisquer outros;

b) o de manter o controlo da orientação discursiva e argumentativa - controlando o processo argumentativo, poderá demonstrar a pouca validade dos contra-argumentos ou os erros da simples refutação e assim criar no ALOC um processo mental orientado para a concordância com os seus pontos de vista.

Desta forma, são apresentados argumentos p e p' , anti-orientados, ou seja, orientados para as conclusões opostas r e r' , mas o argumento p' é mais forte para a conclusão r' do que o argumento p para a conclusão r . Retomemos os EN 14-15 do Texto 4:

p - só saberemos se houve ilegalidade se inquirirmos

⇓

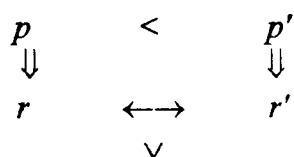
r - a Imprensa deve inquirir

p' - a Imprensa não é uma espécie de moderna polícia de costumes, nem inspectora-geral dos políticos

⇓

r' - a Imprensa não deve inquirir

Neste processo argumentativo, p' procura infirmar a condição que permitia que a Imprensa inquirisse, anulando dessa forma a conclusão r . O LOC faz a associação entre a "inquirição" referida no argumento p e noções negativamente conotadas, evocadas no argumento p' , activando a *doxa* que afirma que quem "inquire" são as forças da repressão: surge a imagem de uma "polícia de costumes" do passado (por oposição a «moderna»), facilmente associada a um contexto ditatorial tão mal-querido pela opinião pública em geral e pela Imprensa em particular, e a imagem repressiva da "inspectora-geral". Assim, a força da argumentação em $p' \Rightarrow r'$ é superior à de $p \Rightarrow r$. Essa força deriva do valor do argumento invocado que, por sua vez, se alicerça na defesa da liberdade individual, apresentando-se assim com plena validade e orientando a opinião do ALOC para a concordância com o LOC, anulando um possível contra-discurso. Esquematizando a situação, teremos:



(< = relação de força argumentativa "menor do que")

($\vee$ = conector de disjunção exclusiva - contradição lógica)²⁶

A variação da força argumentativa traçada decorre não só do valor semântico e pragmático dos argumentos postos em acção e das suas implicações, mas também da estruturação sequencial do texto. Depois de dar lugar a uma voz que invoca um argumento que lhe é desfavorável, o LOC esgrime um contra-argumento que, para poder cumprir a máxima conversacional da relevância, só pode ser mais forte do que o anterior, de forma a anular o peso do seu oposto.

Uma dúvida se levanta: poderemos considerar que são efectivamente evocados contra-argumentos, ou estamos na presença de uma simples refutação? Ora, basicamente, a contra-argumentação é um processo no qual é possível identificar um elemento de acordo entre os dois pontos de vista, ao passo que tal elemento consensual desaparece num processo refutativo. Talvez a resposta passe pela análise dos EN 10 e 11:

«Tem a comunicação social o direito de inquirir?

Tem com certeza, mas apenas com um pequeno senão: se existir suspeita ou indícios de que houve ilegalidades.»

Nestes enunciados, o LOC admite que, em certos casos, a «comunicação social» pode ter um papel de investigação e só nos enunciados seguintes procura infirmar a condição, confundindo provavelmente a *investigação jornalística* com a publicitação de factos relativos à vida privada das figuras públicas a coberto de um questionável *interesse público*, essa sim, legitimamente condenável. Portanto, apesar de nos enunciados seguintes parecer haver somente refutação das condições orientadas para as respectivas conclusões, nestes enunciados o LOC admite como aceitável que, em certos casos, a Imprensa possa inquirir, apresentando em seguida uma contra-argumentação que restringe quase a zero essa possibilidade.

²⁶ Esquema retirado de Moeschler e Reboul (1994)

Desta forma, o segmento final do EN 15, («com que eu não concordo»), no qual o LOC assume explicitamente uma posição face às duas posições em confronto, parece redundante. Seria desnecessária essa explicitação da sua posição, visto ela ser já bem clara nas implicações sugeridas anteriormente, não fora a possibilidade de afirmação do LOC - a que não será alheia a presença marcada do pronome pessoal de primeira pessoa - e a possibilidade de fazer coincidir a sua opinião bem clara com a que, previsivelmente, o ALOC irá assumir. Realiza-se assim uma valorização do seu discurso e do seu estatuto e uma complementar anulação do primeiro argumento, implicando uma desvalorização do contra-discurso e do seu eventual agente.

Por outro lado, o conflito de vozes desta forma criado orienta-se para a construção de uma imagem agregada ao LOC de dialogante, de equilibrado ao ponto de ouvir e dar voz a argumentos contrários, de isento e sincero na sua busca da verdade. Trata-se de uma outra estratégia de credibilização, que facilitará a adesão do ALOC aos pontos de vista defendidos.

5.3 - Além das interrogações que referimos, podem identificar-se facilmente, entre o conjunto de enunciados interrogativos do *corpus*, várias perguntas retóricas em sentido estrito, isto é, com clara intenção argumentativa-persuasiva. Entre estas, o efeito pretendido poderá passar pela recriação simulada de diálogo, mas vai mais longe, procurando efeitos persuasivos mais claros.

Atentemos no Texto 2, EN 15:

«O que é que representa o comandante Gomes Mota?

Dado o cotexto em que surge, a resposta a esta questão será óbvia, remetendo para o exposto no EN 14 do mesmo Texto. Contudo, em vez de o LOC a afirmar frontalmente, procura suscitar no ALOC um processo mental "armadilhado", que o não leve senão no sentido da aceitação da verdade do LOC.

Processo relativamente próximo ocorre nos EN 33 e 34 do Texto 4:

«Então não se apercebem que lá dentro está uma realidade patrimonial, que me custou em todos estes anos de vida muito mais do que a casa: os livros?

A 60 contos o metro de estante, vezes umas centenas de metros de prateleiras... como é que eu gastei tanto dinheiro em livros?»

Estas perguntas retóricas sugerem a referência a três tópicos de análise:

5.3.1 - A expressão de uma hipótese inaceitável²⁷ - uma pergunta retórica formulada neste campo, como é o caso do EN 33 e da parte final do EN 34, apela a um julgamento negativo face a uma situação considerada inconcebível. No EN 33, o LOC põe em dúvida (pela formulação de uma pergunta retórica), expressando a sua incredulidade, que *eles* "não se apercebam" de algo para si óbvio - explicitado imediatamente a seguir, na completiva. Ora, toda a expressão de uma dúvida ou incerteza se orienta para a negação da proposição correspondente: *eles* "apercebem-se que..." Decorre deste processo de inversão um julgamento fortemente negativo de *eles* (que identificamos como *os jornalistas*), assim afectados por uma imagem disfórica: se não dão mostras de se aperceberem de algo perfeitamente óbvio, ou são desdotados de todo (e não merecem crédito), ou agem de má fé (e menos crédito merecem). No EN 34, o LOC parece manifestar o seu espanto perante uma realidade que não pode negar, mas que o surpreende, não entendendo *como* ela pôde criar-se.

Assim, a par desta desqualificação do seu alvo/oponente, pode constatar-se um subtil processo de construção de uma imagem eufórica do LOC, pela referência e sua identificação com um bem cultural muito bem cotado no imaginário colectivo: os livros. Livros em grande quantidade, constituindo «uma realidade patrimonial» mais valiosa que a própria casa que os alberga, em «centenas de metros de prateleiras», uma obra que espanta o próprio obreiro. Surge de forma discreta a *doxa* que identifica o homem que tem livros com um intelectual, e com isso todas as virtudes que lhe estarão associadas. As condições de felicidade do acto de censura estão assim realizadas, pela superioridade intelectual, convertida também em superioridade social²⁸, reconhecida (ou que o LOC pretende ver reconhecida) pelo ALOC ao agente da censura face ao seu objecto.

Dado este quadro dicotómico, em que se defrontam dois polos opostos, apontando um para o extremo superior de uma escala valorativa socialmente aceite e tendendo o

²⁷ Cf.: Borillo, 1981:16

²⁸ « (...) na representação de um verbo como *censurar*, deveria, e pode, registar-se uma marca orientada pragmaticamente como "M>D", em que M é o emissor, D é o destinatário e > está para uma relação de superioridade social, ou um operador hierárquico» (Umberto Eco, 1992:306)

outro para o mínimo da mesma escala, ao ALOC não resta outra possibilidade senão associar-se à posição do LOC e não dos oponentes (*os jornalistas*).

5.3.2 - Na estrutura morfossintáctica destas perguntas retóricas podem identificar-se igualmente as partículas modais *então* e *é que*.

Muito sucintamente, convirá lembrar que, talvez por pertencerem sobretudo ao domínio da linguagem falada e por nos textos escritos surgirem com menos frequência, é muito raro encontrarmos referência nos gramáticos portugueses a esta classe de palavras. Aliás, com este nome, são desconhecidas destes e não há estudos feitos quanto às partículas modais portuguesas²⁹: «Os gramáticos portugueses, desde os mais antigos aos contemporâneos, não conhecem nenhuma classe ou sub-classe de palavras que passe pelo nome de partículas modais» (Franco, 1991:60). Quando muito, encontramos algumas delas incluídas no grupo dos advérbios ou classificadas como partículas de realce, expletivas ou enfáticas.

É, contudo, possível delimitar e classificar estas partículas, separando-as tanto dos advérbios como dos advérbios de frase, assim como identificar as suas possibilidades de ocorrência na estrutura frásica³⁰. Mas uma abordagem exclusivamente sintáctica das partículas modais deixaria muitas perguntas sem resposta. Elas têm sentido num campo que, apesar de partir da sintaxe e da semântica, tem um alcance mais vasto: «as PMs têm a ver com a atitude do falante para com o enunciado, com suposições, expectativas, emoções e relações sociais entre falante e ouvinte» (idem, ibidem:180-181). De facto, para demonstrar, não só pelo que diz *literalmente*, mas também (e sobretudo, às vezes) pelo que não diz ou pelo que *quer dizer*, para mostrar como avalia o valor de verdade de um EN ou o seu conteúdo proposicional, para exprimir suposições ou para influenciar o seu ALOC, o LOC lança mão de uma série de estratégias lexicais e gramaticais, mas não só - têm sempre grande importância na comunicação diversos outros factores (cinésicos, proxémicos, entonacionais, etc). Entre os meios linguísticos contam-se as partículas modais. A. Franco (1991:257 e seguintes) identifica 14 destes elementos na língua portuguesa (em determinadas posições na frase e certos empregos específicos), todas inflexivas - salvo *é que* e *se calhar*, as únicas que não são lexias simples (mas que

²⁹ A não ser o trabalho de António C. Franco (1991).

³⁰ Cf.: Franco, 1991:102 e seguintes.

estão relativamente estabilizadas): *acaso, afinal, bem, cá, e, então, é que, já, lá, mas, não, se calhar, sempre, também*.

É certo que estas partículas podem parecer "dispensáveis" se tivermos em conta exclusivamente o nível sintáctico-semântico. Na verdade, elas são elimináveis sem que surjam por isso frases sintacticamente inaceitáveis. Onde o seu valor se verifica é ao nível pragmático, como marcadores de um certo tipo de modalidade, e aí assumem um papel de verdadeira importância comunicativa. Na sua definição tradicional, a modalidade é entendida como «"o que modifica o predicado" de um enunciado» (Greimas-Courtés, 1989:282). Contudo, a noção de modalidade não é assunto claro e inequívoco para todos os estudiosos. Para o interesse presente, a modalidade referir-se-á, antes de mais, a uma «categoria que, incluindo o modo, exprime a atitude do locutor para com o enunciado» (Franco, 1991:183). O efeito não fica, porém, reduzido ao LOC, antes envolve fortemente o ALOC, sobretudo em determinados actos comunicativos, informando-o sobre as suas próprias expectativas, influenciando-o ou orientando o seu raciocínio ou acção, exprimindo pressupostos que pautam os saberes de ambos (ou o que o LOC julga serem os saberes de ambos), a troca comunicativa, etc. Neste sentido, as partículas modais têm um papel não dispensável, e a ideia de que "de nada servem" revela-se claramente falsa.

No EN 33, a partícula modal *então* reforça o valor retórico da pergunta. Claro que, como foi referido acima, em última análise, será o cotexto/contexto que permitirá a activação da retoricidade do tipo de enunciados em presença. Mas esta partícula torna mais clara a expectativa do LOC e, portanto, a sua imposição ao ALOC. A atitude do primeiro relativamente ao enunciado evidencia-se, tornando-se definitivo que o que ele expressa é para si uma hipótese inaceitável e que, por conseguinte, o ALOC deve considerar, na descodificação da mensagem, a oposição de polaridade que se opera entre a estrutura de superfície da pergunta retórica e o conteúdo proposicional por si carregado, como é próprio deste tipo de enunciado.

No EN 34, a partícula modal *é que* funciona como um indicador de focalização, ao fazer incidir a ênfase da pergunta num dos seus elementos constitutivos: o advérbio *como*. À falta de qualquer outra indicação, nomeadamente a entoação, que poderia realçar outros elementos frásicos, esta partícula colabora na expressão do espanto do LOC face à realidade de que agora parece dar-se conta. Mais uma vez, a expressão da dúvida favorece a negação da proposição correspondente: o LOC não concebe "*como* foi

possível ter gasto tanto dinheiro em livros", apesar das evidências. O valor exclamativo que lhe está associado orienta-se para o reforço da aceitação de verdade do enunciado, por parte do ALOC, pela simulação de um impulso não controlado pelo LOC, uma pura expressão dos sentimentos mais profundos, que escapou ao filtro da razão.

5.3.3 - A pessoa e o tempo verbal como indicador de retoricidade - no EN 34, a pessoa verbal da pergunta retórica é a primeira, lexicalizada na desinência do verbo *gastar*. Este facto, associado ao uso do pretérito perfeito, confere ao estado de coisas referido um carácter definitivo, fruto da sua inscrição no passado e do testemunho do próprio sujeito, que o confirma: *efectivamente*, o LOC "gastou muito dinheiro em livros". Ao indagar *como foi possível*, o LOC torna isso factual. Se a pessoa verbal fosse a segunda ou a terceira, não estaria garantida a factualidade.

5.4 - Marcadamente retóricos, mas por estruturas diferentes, serão os EN 26 e 27 do Texto 7:

«Como se explica esta decisão salomónica - «não à dissolução, não ao reajustamento» - quando todos esperavam que Mário Soares contribuisse para clarificar a situação, abreviando a penosa existência do Governo de Cavaco Silva, agora transformado, por sua própria iniciativa, em precário regente do reino?

Como se entende que, tendo dissolvido, em 1987, quando a «maioria de esquerda» - a quem devia a sua eleição - se preparava para formar Governo, perca, agora, a oportunidade de usar - pela segunda e última vez, ao longo dos seus dois mandatos - o poder de dissolução?»

5.4.1 - Enunciados apresentando este tipo de estrutura foram alvo de análise por J. Fonseca (1993), numa perspectiva pragmática e, apesar de poderem apresentar realizações formais ligeiramente diferentes, são representados pela forma de referência *como p*, *se q*?

No caso presente, o segmento assertivo *q* realiza-se, no EN 26, em pseudo-condicional introduzido por *quando* e no EN 27 como enunciado gerundivo. Neste tipo de enunciados, «o segmento assertivo *q* - e este é um traço central do semantismo das perguntas em referência, fortemente operante na economia do seu funcionamento

discursivo - captura um estado de coisas visto como *oponente* (em graus diversos e sob modalidades diferenciadas) à realização de *p*» (Fonseca, J., 1993: 8).

O estado de coisas configurado por *q* é apresentado pelo LOC como verdade adquirida, fruto do conhecimento do mundo e pelas expectativas de normalidade supostamente partilhados por si e pelo seu ALOC, relativamente à qual aquele não espera qualquer tipo de oposição/rejeição deste, constituindo não só a base de posterior construção argumentativa, mas também um elemento de sintonia entre ambos, favorecendo a aceitação da verdade do LOC.

A evocação desse estado de coisas obtém relevância na medida em que o conteúdo de *q* é apresentado como tendendo a contrariar as expectativas tipicamente decorrentes de *p*. Dentro de uma expectativa de normalidade, «dadas as circunstâncias invocadas em *q* não haverá lugar para *p*: *q* é justamente invocado como elemento opositor à possibilidade de *p*» (idem, ibidem:9). Nos enunciados em questão, o estado de coisas evocado por *q* ganha solidez enquanto apreciação da realidade na medida em que evoca, no EN 26, uma expectativa comum («todos esperavam que...») e no EN 27 um acontecimento concreto inscrito no passado, gozando por esse facto de um cariz de irrefutabilidade (Mário Soares dissolveu em 1987, quando a própria maioria que o havia eleito se preparava para formar governo).

Portanto, o LOC rejeita a possibilidade de *p*, passando o segmento *como p* não a pedir uma informação sobre o modo de realizar *p*, mas a expressar a recusa do LOC de admitir a possibilidade/razoabilidade de *p*. A inversão de polaridade, já referida como característica das perguntas retóricas, transforma o "Como se explica..." e "Como se entende.." em "não é possível/razoável explicar/entender/conceber/aceitar". Institui-se assim a inevitabilidade de *-p*. Esta evidência decorre do facto de a pergunta retórica apresentar já a resposta à interrogação que formula.

Dado o estado de coisas configurado, identifica-se uma dimensão de censura dirigida ao agente de *p* (Mário Soares). A orientação temporal presente-passado reproduz uma situação consumada, não passível por isso de ser alterada, nem possível de explicar/aceitar, apoiada numa contra-expectativa irremediável face ao bom senso. A desqualificação do alvo é evidente. Mas o estratagema argumentativo empregado - a interrogação - permite que não seja o LOC que surja como agente directo dessa desqualificação, deixando esse papel ao peso dos acontecimentos. O LOC surge, deste

modo, como espectador isento e irrepreensível e é ao ALOC que cabe a tarefa de, dado o estado de coisas descrito, tirar as conclusões inevitáveis. Note-se que o papel do LOC não é, neste processo, criar factos nem tirar conclusões para seduzir o ALOC. O seu papel vai jogar-se na escolha dos argumentos e na evocação dos factos que faz. Mas ao ALOC é mais difícil desenvolver o raciocínio sobre a pertinência dos relacionamentos estabelecidos do que julgar a razoabilidade das conexões entre verdades consensuais e suas implicações, pois estas são as mais imediatamente visíveis na superfície comunicativa traçada. Sendo toda a argumentação um processo pessoal, dirigida por um indivíduo e orientando-se para outros indivíduos específicos, procura apresentar-se em todas as suas realizações como a *prova*, (envolvendo esta expressão todo o processo, da hipótese à sua confirmação), caracteristicamente impessoal e cuja validade não depende da opinião pessoal.

O processo assim descrito reforça o poder de o LOC orientar o ALOC para a aceitação da verdade dos seus enunciados: a dimensão perlocutiva ou persuasiva dos actos de fala é a formulação de significados de tal forma que não só sejam compreendidos pelo ALOC, mas sejam igualmente aceites como verdade (ou, pelo menos, como uma possível verdade). Se, a partir dos estados de coisas descritos, for o ALOC a chegar a conclusões (naturalmente, aquelas para que foi orientado e estejam elas claramente formuladas na superfície textual ou somente implicitadas no discurso), a aceitação de verdade é total - aliás, exagerando um pouco a situação, mas mantendo-a no campo do verosímil, diríamos que se pode operar uma inversão: o ALOC descobre um LOC que tem opiniões iguais às suas.

5.4.2 - Esta dimensão do emprego das perguntas retóricas reassume, ainda que de forma diversa, o carácter impositivo das interrogações "verdadeiras". Tal carácter permanece parcialmente no reforço do valor perlocutório que a forma interrogativa congrega. Uma asserção pode ser aceite pelo ALOC, pode ser rejeitada ou simplesmente ignorada. Uma interrogação, mesmo nas circunstâncias co-textuais descritas, procura não deixar o ALOC passivo, mas envolvê-lo mais activamente na criação do sentido. O ALOC é convidado (ou compelido) a completar, mesmo só mentalmente, o vazio comportado pela pergunta retórica (cf.: nota 24).

Pode parecer que caímos numa contradição: antes dizíamos que a pergunta retórica, por oposição face às interrogativas "verdadeiras", perdeu o seu carácter impositivo e agora afirmamos quase o contrário. Talvez a clarificação passe pela definição da diferença entre "response" (cf.: Goody, 1978; nota 24) e "answer": enquanto que a segunda enquadra tipicamente uma acção verbal, o núcleo duro de significação da primeira configura um tipo de acção não-verbal. Assim, uma pergunta retórica não carrega a obrigatoriedade de "answer", isto é, não exige uma resposta verbal do ALOC (mesmo que haja compresença de LOC e ALOC), como é típico nas perguntas "verdadeiras", mas mantém o poder de exigir (ou, pelo menos de convidar a) uma "response", a algum tipo de reacção muito específico: um acção mental orientada para a concordância com a posição do LOC.

Vejamos o problema de um outro ponto de vista. O. Ducrot (1981) refere a distinção entre dois sentidos possíveis do verbo *dizer*, que identifica como *afirmar* (*dizer*₁) e *mostrar* (*dizer*₂). Defende que, quando alguém produz um enunciado, dá dois tipos de indicações: uma relativa ao tema do seu discurso (*dizer*₁) e outra relativa à própria enunciação (*dizer*₂: asserção, pergunta, promessa, etc). E afirma que «de quelque nature qu'il soit, un énoncé comporte toujours, selon moi, un *dire*₂» (Ducrot, 1981:11). O *dizer*₂ das perguntas retóricas orienta-se no sentido da exigência de uma adesão por parte do ALOC, pela adesão ao mesmo raciocínio que o LOC, tendendo para as mesmas conclusões.

Este tipo de estratégia permite, desta forma, uma maior proximidade com o ALOC, contribui para o enredar nos laços de uma cumplicidade absolutamente necessária para que a comunicação se possa efectuar com êxito.

As duas dimensões do emprego de perguntas retóricas referidas orientam-se para uma terceira, global: a de estratégia de persuasão, visando uma completa adesão aos pontos de vista do LOC. É certo que toda a troca linguística visa de alguma forma influenciar o ALOC. Contudo, ao recorrer a perguntas retóricas, o LOC orienta decisivamente o ALOC em determinada linha de raciocínio, levando-o a, de forma mais ou menos subtil, "encontrar" as respostas que estão já presentes nas perguntas que formula.

O caso do discurso político é paradigmático desta dimensão. Ele visará afirmar os intervenientes políticos/sociais, fazendo-os serem reconhecidos pelo ALOC como dignos

de credibilidade, ao mesmo tempo que procurará uma aceitação da verdade dos seus enunciados. As duas vertentes do processo são inseparáveis.

5.5 - O emprego de perguntas retóricas constitui igualmente um factor de coerência e de coesão do texto.

Coerência e coesão textual designam duas dimensões fundamentais dos textos e são frequentemente utilizadas como genericamente equivalentes, apesar de as duas designações remeterem para aspectos distintos da configuração dos produtos verbais. Sumariamente, diríamos que a noção de coerência remete para a «*interligação consequente* dos conteúdos manifestados em cada um dos ENs em sequência que concretizam o texto» (Fonseca, J., 1992a:31). Toda a construção de um produto verbal se caracteriza por uma linearização, em que a mensagem global se vai construindo e re-construindo, ultrapassando os limites do enunciado³¹, para criar um sentido total, só possível se for assegurada a continuidade de sentido das suas partes, observando as condições de relevância, de não tautologia e de não contradição, dentro de um mesmo universo de discurso definido pela intenção comunicativa global do LOC e respeitando os aspectos formais de articulação dos EN. Estas condições remetem, pois, para a selecção dos designados veiculados por cada EN e à referida interligação consequente entre eles. Como faz notar J. Fonseca, tanto o designado como as normas de não tautologia, não contradição e relevância são exteriores às línguas naturais, pelo que conclui que «a *coerência* releva, não da configuração *idiomática* estrita, específica ("interna") da LN em que se manifesta o texto, antes de um *plano exterior e autónomo* (**mas não alheio**, sublinhe-se) a essa LN, e a todas» (idem, ibidem:32).

Neste sentido, as perguntas retóricas, ao potenciarem a sintonia entre LOC e ALOC pela solicitação fictiva de participação deste último na elaboração do sentido e do rumo discursivo do texto, "obrigam" o ALOC a construir linhas coerentes de raciocínio, consentâneas com a linearização do sentido global do texto. Se o ALOC aceita o texto com que depara enquanto tal, reconhecer-lhe-á, ainda que implicitamente, as características acima descritas. Assim, a atitude de colaboração no processo comunicativo, imprescindível para a concretização desse processo, tenderá a orientar-se para a construção de esquemas mentais que observem os mesmos princípios e que

³¹ Salvo, naturalmente, os casos em que o texto/discurso é constituído por um só enunciado.

apontem para as mesmas conclusões, concorrendo para a definição de uma mesma coerência temática. Após³² o reconhecimento do LOC e a aceitação de verdade dos seus enunciados, a necessidade de respeitar a coerência global do texto nos momentos em que o ALOC for compelido a colaborar mais activamente na criação de sentido favorecerá a aceitação dos pontos de vista do LOC, que delimita à partida os designados possíveis e as suas interrelações.

Quanto aos aspectos formais de articulação dos EN, que J. Fonseca refere como a «*boa formação semântico-sintáctica do transfrástico*» (idem, ibidem:26), enquadram-se naquilo que Halliday e Hasan³³ definem na sua noção de *coesão*.

Estes autores definem como característica definidora do que será um *texto*, i. e., um todo semântico unificado, um complexo de propriedades reunidas na definição de *textura*: «The concept of TEXTURE is entirely appropriate to express the property of 'being a text'. A text has texture, and this is what distinguishes it from something that is not a text» (Halliday e Hasan, R., 1976:2). Delimitam em seguida a *textura externa* da *textura interna*, referindo-se a primeira a aspectos como o registo empregado, o tipo de audiência ou a finalidade comunicativa e a segunda à organização sintagmática do texto, manifestada em três níveis: supra-EN, intra-EN e inter-EN.

É a este terceiro nível, que compreende as relações entre EN contíguos ou não, que os autores falam de *coesão*, em sentido estrito. Esta manifestar-se-ia primordialmente entre EN sintacticamente independentes, englobando todos os nexos semânticos que se estabelecem entre os EN que concretizam o texto. Contudo, afirmam os autores que a coesão é «a relation to which the sentence, or any other form of grammatical structure, is simply irrelevant» (idem, ibidem:9). E num texto mais recente, Halliday refere-se à existência de nexos coesivos dentro do mesmo EN: «a very wide range of semantic relationships is encoded through the clause complex. But in order to construct discourse we need to be able to establish additional relations within the text that are not subject to these limitations; relations that may involve elements of any extent, both smaller and larger than clauses, from single words to lengthy passages of text; and that may hold across gaps of any extent, both within the clause and beyond it, without regard to the nature of whatever intervenes. This cannot be achieved by grammatical structure; it depends on a

³² Esta linearização cronológica é somente estratégica, pois os três vectores da interacção verbal descritos encontram-se fortemente interligados e agem simultaneamente, como três faces do mesmo processo.

³³ Cf.: Halliday e Hassan, 1976

resource of a rather different kind. This non-structural resources for discourse are what are referred to by the term COHESION» (Halliday, 1991:288).

Outro aspecto que ressalta da teoria destes dois investigadores é a exigência do "explicitamente verbalizado": «Cohesion is a semantic relation between an element in the text and some other element that is crucial to the interpretation of it. This other element is also to be found in the text» (Halliday e Hasan, 1976:8). Contudo, J. Fonseca critica esta posição, referindo o conjunto de informações implícitas agregadas ao texto e que contribuem significativamente para a sua continuidade semântica³⁴.

De qualquer modo, e se pretendermos restringir-nos à visão mais limitadora de Halliday e Hasan, nas perguntas retóricas em que o efeito pretendido é a simulação de diálogo e em que se verifica a recriação do par pergunta-resposta, a coesão textual é evidente. Essa coesão passa pela identificação de nexos coesivos entre elementos lexicais de reduzidas dimensões (como a referência ou a repetição, facilmente identificáveis no *corpus*), mas engloba igualmente e de forma muito visível a totalidade dos EN que constituem o par pergunta-resposta, pois é do relacionamento externo entre ambos que resulta o efeito acima descrito: «in order that a sequence of clauses, or clause complexes, should constitute a text, it is necessary to do more than give an appropriate internal structure to each. It is necessary also to make explicit the external relationship between one clause or clause complex and another, and to do so in a way which is not dependent on grammatical structure» (Halliday, 1991:287).

³⁴ Também F. Cornish (1990), partindo de um ponto de vista ligeiramente diferente, acaba por criticar esta exigência do "explicitamente verbalizado".

6 - "Os doze abutres": dimensões centrais da estruturação e do funcionamento do Texto 10

6.1 - O Texto 10 não surge *ex abrupto*, desligado do mundo na sua génese nem na sua orientação perlocutória. As coordenadas de comunicação que o dominam constituem um elemento de sentido poderosamente actuante na sua configuração e na capacidade de ser veículo de expressão e de acção linguística. Este artigo só tem sentido como unidade semântica global *nesta situação de comunicação* - pelo menos, *este* sentido. Por isso, é fundamental traçar uma caracterização da situação comunicativa em que ele se inscreve.

Este Texto surge na rubrica «Opinião» do jornal *Diário de Notícias*, identificada em grandes caracteres no canto superior direito da página. Esta «opinião» tem autor declarado, facilmente descoberto pela fotografia e pelo nome da sua base: José Pacheco Pereira (JPP). Completa-se assim a condição primeira de reconhecimento de um texto de opinião na Imprensa: a clara e imediata identificação do seu autor. Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de este artigo não ser da responsabilidade do jornal enquanto entidade directamente imputável pelo que ele afirmar, mas espaço polifónico onde se instaura e reescreve o discurso social, através de opiniões subjectivas dos diversos porta-vozes e líderes de opinião - neste caso, a opinião de JPP.

Será útil ter em consideração qual é a imagem pública de JPP: membro do PSD, deputado da Assembleia da República, elemento activo dos órgãos directivos (em termos gerais) do Partido, este professor universitário desdobra-se ainda em analista político *engagé* mas crítico, mesmo em relação ao seu Partido, pelo qual nem sempre é muito querido, encontrando veículo de expressão em diversos meios de comunicação de massas e alguma aceitabilidade entre os jornalistas.

6.2 - Sob a fotografia do rosto e o nome do autor do artigo, ocupando parte da primeira coluna, uma espécie de *lead* (a que chamaremos parágrafo de apresentação) que corresponde quase literalmente aos últimos quatro enunciados do Texto, com uma

formatação e um tipo diferentes dos do artigo, é suficientemente esclarecedor para inscrever o assunto versado no tema vasto da política nacional. Só o facto de ele referir o «PSD», unicamente como sigla, sem sentir nenhuma necessidade de a explicar, é já suficiente para que o ALOC o identifique como o Partido Social-Democrata e, se ainda o não tinha feito, orientar as suas expectativas neste sentido. Mas o leitor comum, dada a exposição pública, em vários meios de comunicação social, da figura e da acção mediática de JPP, e conhecendo qual é habitualmente a sua área de intervenção, teria já provavelmente traçado um quadro de expectativas que se orientaria para a definição da luta política portuguesa como base genérica do assunto versado.

6.3 - Um outro elemento de relevância fundamental na constituição do discurso jornalístico é a sua inscrição no tempo. E a identificação da data, como é tradicional nos jornais, aparece bem visível no mesmo cabeçalho onde surge a indicação da rubrica, mas no canto superior esquerdo, sobre uma linha separadora que demarca dois planos: acima, o das condições externas (mas de forte incidência na configuração interna do artigo); abaixo, o próprio artigo de opinião. O ALOC típico visado saberá que este tipo de discursos se ancora num passado relevante recente, pelo que a data referida será o limite à direita de um relativamente curto espaço de tempo em que previsivelmente se inscreve o estado de coisas focado no artigo.

6.4 - Estão assim definidas as coordenadas enunciativas básicas que dominam a organização deste e de todos os discursos: o estabelecimento de um *eu/aqui/agora*³⁵. O *eu* está identificado pela fotografia e pelo nome, o *aqui* pelas expectativas associadas à expressão do *eu* e por entidades imediatamente reconhecidas, o *agora* pela definição do T0 de enunciação, correspondente à data de publicação do jornal, inscrita na própria página, e pelas expectativas decorrentes da configuração deste tipo de discurso.

Por outro lado, estabelece-se igualmente um *tu*, decorrente da existência da entidade *eu* e imprescindível para que haja comunicação. Como veremos mais à frente, este *tu* será a incarnação de actantes diferentes neste esquema comunicativo.

Estes dados integrar-se-ão num complexo total que é o universo de saberes supostamente partilhado por LOC e ALOC e que preside não só à produção, mas também

³⁵ Cf.: 2.2.3

à recepção do discurso. O universo de saberes não é um todo acabado, estará igualmente aberto à integração de sistemas de valores, de relações e de referências criados no próprio discurso, nomeadamente no que respeita às imagens a ser construídas do LOC, dos diversos alvos e estados de coisas visados e do próprio ALOC.

6.5 - São várias as considerações a tecer relativamente ao aspecto visual.

6.5.1 - Este artigo desenrola-se em três colunas, separadas por uma linha vertical, ocupando parte da primeira a fotografia e o nome do autor e ainda o parágrafo de apresentação. Encima o artigo o seu título, composto somente por três palavras, mas desenvolvendo-se em duas linhas. À direita do artigo, o jornal apresenta-nos uma coluna de citações, rubrica constante, sobre fundo sombreado, visivelmente lateral em termos de importância relativa e de ocupação de espaço: por um lado, compõe-se de curtas citações de imprensa estrangeira (francesa e norte-americana, no caso), sem sequência interna especial; por outro, e dado que tem o seu lugar numa página ímpar (página 13, como se confirma no canto superior direito), afastada do centro da página e mais ainda se considerarmos a junção das duas páginas 12 e 13. Isto significa que o artigo de JPP tem o tratamento privilegiado neste espaço que ocupa e no que o leitor do jornal pode abarcar de uma só vez com o olhar.

6.5.2 - Como o texto do artigo não ocupa a totalidade da página, alguém decidiu preencher o espaço restante com uma gravura, que representa um olho estilizado.

Afirmamos que foi "alguém" porque, provavelmente, esta gravura não terá sido escolha do LOC. Naturalmente, o departamento de maquetização do jornal terá decidido assim. Aliás, este mesmo grafismo surge igualmente no Texto 8, em tamanho reduzido. Mas o que importa é que esta imagem desempenha um papel no processo comunicativo, por estar lá e por impedir que outra coisa esteja: estando lá e sendo esteticamente agradável, reforça o poder de sedução num contacto inicial do leitor com a página do jornal, colaborando numa predisposição positiva para a recepção do artigo; é ainda um elemento de diferença e, por isso, de repouso face à presença da mancha gráfica; além disso, gere o espaço de forma airosa, impedindo que um enorme branco, um outro texto

jornalístico ou uma publicidade qualquer viessem disputar com o artigo de JPP a atenção visual do ALOC.

Mas não será de todo inóqua a escolha de *um olho*. Se pensarmos que, sensivelmente com os mesmos fins aparentes, poderia estar naquele espaço uma outra imagem, uma árvore, um carro, a silhueta de uma *top-model* ou a bandeira nacional, por exemplo, depressa chegaremos à conclusão que os efeitos não seriam integralmente os mesmos. Mesmo sem procurarmos interpretações profundamente esotéricas, fácil é reconhecer no *olho*, a par da mais evidente simbologia de percepção visual, o símbolo da percepção intelectual, ou do conhecimento global (e mesmo divino, em certas circunstâncias). E está em sintonia com a origem do Texto: trata-se de uma visão particular³⁶, subjectiva, sobre uma porção do Real num momento do Tempo.

Por outro lado, e tendo em conta que os sentidos são a primeira abertura e forma de comunicação homem/mundo, é possível identificar uma gradação relativa entre eles no distanciamento ou aproximação entre o sujeito experienciador e o objecto focalizado, constituindo a visão o sentido que permite o maior distanciamento, a maior amplitude e o maior número de informações (em termos de variedade e definição) e, decorrente destes, a maior objectividade.

6.5.3 - O artigo é relativamente curto: apenas 22 frases (mais o título), divididas por 8 parágrafos, num total de 611 palavras. Isto significa que, entre os Textos que constituem o nosso *corpus*, este é o mais curto. Contudo, a extensão média das suas frases é relativamente alta: 27,7 palavras por frase. Tal opção traduz um ritmo interno tendencialmente mais lento. A evolução da extensão frásica ao longo dos parágrafos apresenta diferentes momentos, bem demarcados: após um começo ligeiramente acima da média (primeiro parágrafo), seguem-se dois parágrafos com frases mais curtas (respectivamente com 2 e 3 frases, com médias de 27,0 e 24,6 palavras por frase, apresentando frases mínimas de 7 e 13 palavras). A partir do quarto parágrafo (oitava frase), a extensão frásica sobe, para só descer abaixo da linha média do Texto no sexto parágrafo (décima quarta frase). Em seguida, a extensão frásica desce claramente para

³⁶ Em termos estatísticos, o vocabulário é mais rico em referências visuais do que relativamente a qualquer dos outros sentidos - e a expressão empregada neste parágrafo é disso exemplo.

valores muito diferentes, rematando o Texto um parágrafo de frases muito curtas. A última delas é até a mais curta do artigo, constituída por duas palavras³⁷.

Este processo de "contar palavras" pode parecer pouco útil, ou mesmo pouco "linguístico". E talvez fosse verdade, se ficassemos pela simples contagem. Porque o mais interessante é procurar os efeitos comunicativos que estarão associados às opções do LOC. Não será por acaso que este Texto, tal como muitos dos que constituem o *corpus*, termina numa frase muito curta que, por sua vez, é o extremo de uma sequência gradativa decrescente: ao optar por frases mais condensadas e mais elípticas, o LOC potencia algumas das suas possibilidades de significação e reforça valores implícitos. O ritmo proporcionado também varia: frases mais curtas tendem a permitir uma mais fácil compreensão por parte do ALOC e diminuem a possibilidade de este abandonar a leitura. Por sua vez, as frases mais longas, correspondendo aos parágrafos centrais do artigo, encerram uma das mensagens centrais a transmitir de forma mais evidente. E vista na sua globalidade, a variação frásica média aproxima-se muito de um ritmo sinusoidal irregular, com altos e baixos, tal como frequentemente o discurso oral, com os seus momentos de pausa, as trocas de vez, as entoações, as variações de volume de voz e até a gestão dos espaços que LOC e ALOC partilham.

6.6 - O artigo é iniciado por um título curto, constituindo uma frase nominal, composta por três palavras, ocupando duas linhas. Como acontece em todos os outros Textos do *corpus*, este título surge destacado, encimando o Texto, em tipo itálico de tamanho superior ao do corpo do artigo.

6.6.1 - O convite à comunicação que este título constitui alicerça o seu valor persuasivo, no sentido da continuação da leitura do artigo, essencialmente no alto grau de informatividade que apresenta. De facto, não é típico que um artigo de opinião sobre política nacional se inicie com a referência a «abutres», considerando somente o núcleo duro de significação do lexema, que remete prototipicamente para as "aves necrófagas e de grande porte". Repare-se que não é muito importante, neste caso, se os abutres são ou não efectiva ou exclusivamente necrófagos, se são ou não aves de rapina, se todos são de grande porte, etc. O que importa reter é qual será o estereótipo do abutre, qual a sua

³⁷ Vejam-se os Quadros 10 e 11 e a retoma do Quadro 10 em escala comum aos outros Textos, em anexo ao capítulo 2.

característica real ou imaginária que imediatamente é evocada pelo ALOC e que vai constituir parte substantiva na decodificação da mensagem. E se o conceito de ave, numa interpretação imediata e denotativa, pode parecer estranho neste contexto, um outro conceito, igualmente associado a este lexema e que decorre da imagem típica do abutre, pode impor-se: na nossa sociedade, «abutre» é frequentemente o nome chamado a quem se aproveita dos outros, sobretudo quando estes não se podem defender ou estão moribundos. Constitui, por isso mesmo, uma forte desqualificação da imagem de quem é alvo de tal tratamento.

A exclusão de uma recepção do lexema interpretando-o de acordo com o sentido denotativo depende da situação de comunicação, como dizíamos acima. As expectativas do ALOC não se orientam para a recepção de um artigo sobre aves, ou de defesa da natureza, ou algo do género e que pudesse ser activado ou iniciado a partir de uma referência aos «abutres». Sendo este tipo de artigos uma reflexão incidindo sobre um estado de coisas temporalmente localizado num passado recente relevante, esta referência deveria ter sido já evocada em outro tipo de textos. Se, por exemplo, dentro do intervalo de tempo relativamente curto, característico do comentário jornalístico, que precedeu o T0, tivessem surgido notícias de alguma forma relacionadas com estas ou outras aves, ou alguma iniciativa nesse campo, com relevo suficiente para merecerem um comentário de orientação social ou mesmo política, o ALOC poderia traçar um campo de expectativas diferente. No fim de contas, trata-se da própria definição do discurso de opinião: ele é sempre um discurso construído sobre outros discursos, é urdido como uma *tessitura polifónica*. As linhas plurais que fazem a trama são por vezes imediatamente reconhecíveis nos títulos, outras vezes não.

Desta forma, são dadas indicações, internas ao discurso, mas não alheias a factores contextuais e enunciativos, relativamente ao sistema de referências que nele é construído e que excluem imediatamente outras possibilidades de significação. Há uma activação de saberes específicos da enciclopédia do ALOC, a par de uma eventual reconstrução de relações e valores, num movimento constante de interpretação, exclusão, selecção e re-interpretção do discurso. Mais: instaura-se desde logo uma dimensão ilocutória central, associada à qual o LOC traça o ponto zero de um macro-acto ilocutório de censura, desvelado a partir do título, que desta forma assume um papel projectivo fundamental na decodificação sequente do texto.

6.6.2 - Mas o título tem outros aspectos dignos de nota. Começa logo por um artigo definido de orientação catafórica que, sem especificar a identidade do referente, indica que ela estará disponível no corpo do artigo³⁸. E o numeral «doze», contribuindo para a especificação do citado referente, corrobora essa remissão para o texto infra, reforçando o convite a uma atitude de colaboração e à leitura, pelo aguçar da curiosidade do ALOC.

Contudo, poderá identificar-se um recurso visual curioso, com eventuais efeitos ao nível da significação implícita: estando repartido em duas linhas, o título permite uma certa divisão, mesmo tendo em consideração a sua contraída formulação, de onde resulta uma relativa independência do lexema «abutres» e a correspondente enfatização dos valores associados.

Esses valores, claramente orientados para uma visão negativa do alvo visado, constituem mais um elemento discreto mas actuante entre as estratégias de sedução, ao remeterem para o lado negativo dos estados de coisas que começam a ser retratados. É sabido que com grande frequência respondemos mais facilmente a estímulos deste género quando eles remetem para aspectos negativos do que para o seu lado positivo. Que o político A encontre o político B e alcem cordial e civilizadamente juntos, mesmo pertencendo a quadrantes ideológicos e partidários diferentes, ou que dois adversários se cumprimentem em público com alguma afabilidade, não provoca o mesmo *frisson* e o mesmo apetite guloso à nossa curiosidade que um bom insulto, mesmo entre aqueles que sabemos serem inimigos declarados, um pequeno escândalo ou uma intriga sobre algum pecadilho de uma figura pública.

Este título, ao prefigurar um acto de censura, pelo apontar e desvelar ao público algo negativamente conotado sobre um estado de coisas relevante ou personalidades públicas, potencia o seu valor de sedução e cumpre efectivamente a missão de incisivo apelo à leitura do artigo.

6.7 - À luz do que traçamos para um quadro geral do discurso polémico³⁹, procuraremos em seguida apontar um esquema da polemização do discurso neste Texto.

³⁸ Cf.: 2.2.1

³⁹ Cf.: 3.4

6.7.1 - O agente

6.7.1.1 - O artigo é claramente assumido pelo seu autor - aliás, como acima referimos, a identificação deste tipo de texto passa por essa afirmação de autoria. Fotografia, nome, inscrição na rubrica "Opinião", tudo isto interage com o universo de saberes do ALOC (e para um português minimamente informado, a figura de JPP não poderá ser estranha): trata-se de um ponto de vista pessoal.

A subjectividade do LOC manifesta-se a um nível elementar *na intervenção por selecção*: da mole de acontecimentos diários, ele selecciona aqueles que, do seu ponto de vista, assumem, no plano referencial, uma relevância particular, a tal ponto que possam justificar a intervenção pública. E dentro do objecto temático definido, filtra aquilo que considera pertinente, dada a situação configurada e a idealização prevista do universo de saberes do ALOC. Naturalmente, procurará ser tão exaustivo quanto necessário e tão conciso quanto possível. Contudo, os fins persuasivos que assistem o macro-acto ilocutório realizado no seu discurso operam nesta definição de necessário e suficiente, levando à verbalização e valorização das informações úteis para os fins em vista e à correspondente omissão daquelas que não são pelo LOC julgadas favoráveis à conclusão pretendida. Isto implica que «plus un discours s'efforce d'être exhaustif, et plus il tend vers l'objectivité; plus il sélectionne sévèrement les informations à verbaliser, et plus il encourt le risque de passer pour subjectif» (Kerbrat-Orecchioni, 1980:123).

A subjectividade que chamaremos *interpretativa* marca também a sua presença. Quando o LOC fala em «tempos conturbados» (EN 3), deixando em aberto se se refere somente aos da citação histórica (antiguidade clássica) ou se esta classificação pode ser igualmente a que faz da actualidade, indica que se encontra de alguma forma emocionalmente implicado no conteúdo do seu enunciado. Processo idêntico encontramos na apreciação do «nosso prosaico quotidiano político» (EN 4), opondo-o aos «exemplos latinos» (EN 4) e ao mundo excepcional que eles evocam.

A outro nível, poderemos questionar-nos sobre a razão de o LOC referir «o dr. Mário Soares» (EN 4) e não, por exemplo, o "Presidente da República"; e qual a profundidade significativa da comparação que estabelece entre ele e Catão; ou o porquê da metáfora que identifica o principal alvo a ser desqualificado com «aves» (EN 6). Ou ainda o porquê da opção da denominação generalizante de «acessores» e «pessoal de

apoio» (EN 8) em vez de identificação mais precisa, que individualizasse os referentes específicos.

Nos EN 16 e 17 está bem patente um outro tipo de demonstração da subjectividade do LOC, que desta feita denominaremos *modalizadora*: «é possível que...», «admito que...», que especificam o modo de asserção e o grau de adesão do LOC àquilo que é afirmado. Da mesma forma, o uso de aspas, permitindo um afastamento relativamente àquilo que é asserido, através do uso da ironia, dá-nos conta da relação LOC-discurso.

Mas o indício discursivo porventura mais claro da presença do LOC na superfície textual será o emprego da primeira pessoa verbal: «admito» (EN 17) e «estamos» (EN 20).

Estas são algumas das manifestações mais evidentes da subjectividade do LOC, que se revela de diferentes modos e com diversos graus. Mas não esqueçamos que o Texto na sua globalidade, ao *explicar* e *re-criar* o real, não pode deixar de ser uma efectiva manifestação dessa subjectividade. E apontaremos ainda um outro tipo de subjectividade, agora *axiológica*, manifestando-se através do micro-sistema de valores instituído no e pelo Texto, que o próprio macro-acto ilocutório de censura, acima referido, testemunha.

6.7.1.2 - Retomamos um problema levantado antes⁴⁰: que autoridade tem o LOC para se impor ao ALOC, *atrelando-se* a exprimir uma opinião, expondo aquilo que pensa e expondo-se ao público?

Será necessário ter em conta que JPP é uma figura da vida pública portuguesa e que o ALOC, através das informações que activou do seu universo de saberes, o inscreveu num cenário identificativo, dentro de um sector ideológico e político preciso. Mais: o ALOC traça um quadro de expectativas, que inclui aquela que aponta a acção de JPP como defensora, perante a opinião pública, dos seus ideais e dos seus pares político-partidários. Desta forma, não será fácil, em princípio, ver a acção deste LOC decorrer de uma posição de porta-voz da opinião pública na sua globalidade (tanto mais que o sentir da opinião pública, no momento correspondente ao T0, se inclinava mais para a crítica do que para o louvor ao Governo e ao Partido que constituía a sua base de apoio parlamentar), mas de um sector preciso, ainda que significativo, dos portugueses. E, naturalmente, dadas as suas múltiplas intervenções mediáticas e a sua acção

⁴⁰ Cf.: 3.4.2

propagandística, mais facilmente JPP assumirá um papel de líder de opinião, especialmente para os portugueses que se identificam com os valores e o modo de actuação defendidos pelo PSD.

Contudo, parece haver, pelo menos numa primeira abordagem, eventualmente mais superficial, uma contra-expectativa: o LOC evoca efectivamente a opinião pública, mesmo o sentir e o pensar dos sectores que se opõem ao seu Partido político, para se demarcar, criticando, o governo saído do PSD e por ele apoiado e inclusivamente a sua Direcção partidária. Mesmo sem constituir uma surpresa absoluta, dado que JPP é visto dentro e fora do Partido como um verdadeiro livre-pensador, independente e até irreverente, este comportamento não deixa de ser de alguma forma inesperado. Tanto mais que o típico é a acção tipo *cordeiro*, num momento da política portuguesa em que o seguidismo cego a líderes incontestados impera.

A possibilidade de o LOC proceder neste Texto a um acto ilocutório de censura depende de uma alargada base de crédito que o ALOC lhe conceda. Expliquemo-nos: o LOC pode sempre pretender realizar a desqualificação do seu alvo pelo apontar de falhas, erros, incapacidades várias, enfim, pelo desvelar de um conjunto de características ou acções negativamente valoradas; mas as condições de felicidade deste acto de censura implicam o reconhecimento, pelo ALOC, de uma superioridade do LOC face ao alvo da censura⁴¹, pelo menos no campo em que esta se desenvolve, sob o risco de o acto ilocutório se não realizar efectivamente. Aliás, se a censura for tentada sem este reconhecimento do ALOC, quem acaba por ser desqualificado é o próprio LOC e o alvo a desqualificar pode inclusivamente fortalecer a sua posição no confronto estabelecido.

A pública recusa do seguidismo, assumida por JPP, e a sua reconhecida irreverência contribuem para orientar o ALOC no sentido do reconhecimento de alguma superioridade moral face ao objecto de censura. Mas poderá não ser suficiente - sobretudo, poderá não ser suficiente aos olhos daquele sector da opinião pública que mais dificilmente se identifica com as posições assumidas no passado por JPP ou que não o encara como seu porta-voz.

Por isso, a própria estrutura textual encerra (ou parece encerrar) uma estratégia de edificação da imagem possível de equilíbrio, de honestidade intelectual e de justiça. Desde logo, a crítica a elementos do seu Partido configura um afastamento de JPP relativamente

⁴¹ Cf.: 5.3.1

ao PSD, o que lhe dará algum espaço para um ponto de vista mais objectivo. A censura aos «acessores», ao «pessoal de apoio» (EN 8), e aos «chefes de gabinete» (EN 12), enquanto desqualificação dos membros do PSD e enquanto crítica que chega à opinião pública, em vez de ficar dentro dos gabinetes e das reuniões partidárias, oculta pela disciplina partidária, aumenta o crédito de JPP. Porque constitui uma relativa surpresa, o seu efeito de credibilização, tanto do discurso em si como do LOC, é expandido e reforçado. O incentivo à intervenção do presidente do PSD com uma «palavra pública» (parágrafo inicial e EN 21), e sobretudo numa palavra pública «severa» (idem), reforçado pela repetição potenciada «particularmente severa» (parágrafo inicial e EN 22) na verberação de uma atitude que a opinião pública critica, parece permitir ao LOC assumir-se como porta-voz desta mesma opinião pública num plano alargado, que ultrapassa o tradicional eleitorado do PSD ou os seus apoiantes particulares, para quem ele poderia ser mais naturalmente porta-voz e líder de opinião, reforçando desta forma a sua *autoridade* para censurar e a configuração de uma posição de imparcialidade.

O estatuto do LOC beneficia igualmente do tipo de referências que invoca para o seu discurso. Os exemplos clássicos, sejam ou não integralmente compreendidos por todo o público, conferem-lhe uma aura de sabedoria, de erudição que, mesmo que nada tenha a ver com os propósitos imediatos intendidos, faculta frequentemente uma maior aceitabilidade. Veja-se a relação de co-referência (parcial) realizada entre os EN 1 e 2: no primeiro evoca-se «Rómulo», no segundo «os filhos da loba». Nenhum indício explícito de coesão existe entre os dois elementos e só a enciclopédia do ALOC poderá estabelecer a relação. Outro exemplo ilustrativo é a comparação sugerida entre «o dr. Mário Soares» e «Catão» (EN 4): quantos serão os leitores que terão conhecimentos suficientes para se apropriarem das dimensões significativas desta identificação? Mas todos, ou uma grande parte, aceitarão pacificamente que há alguma intenção (para muitos oculta) nesta comparação, só acessível a *peessoas da maior cultura, como JPP*. Já a imagem disfórica dos abutres, ou a identificação daqueles que, na «previsão de tempestade que aí vem» (EN 6), são os primeiros a «"voar"» (EN 10), porque fundamental na construção da macro-intenção significativa, é (pretende ser) acessível à globalidade dos leitores. A metáfora que une o «"pessoal" que se prepara para "voar"» (EN 10) e os pressagos abutres é de fácil acesso, encontrando-se até a metaforização do "voar", associada à noção genérica de

fuga, relativamente cristalizada no saber colectivo e, nessa medida, orientando-se para a morte da metáfora.

A evocação da opinião pública, num nítido processo polifónico, colabora decisivamente na construção de uma imagem de imparcialidade e justiça. O LOC refere, antes de mais, os «presságios» (EN 3) e a interpretação dos «sinais» (EN 4 e 6) pelo «povo» (EN 7), actualizando desta forma no seu discurso a leitura que a opinião pública faz do estado de coisas e assumindo-a como plausível, apesar de ser fortemente penalizadora, em termos políticos, do Partido ao qual pertence. Tomemos os EN 6 e 7:

«Em termos políticos e de opinião pública, um dos sinais mais perigosos para um governo ou um partido é o voo de algumas aves, afugentadas pela previsão de tempestade que aí vem.

Podem sempre ser tomadas pelos doze abutres e porem o povo a murmurar.»

Nestes enunciados, o LOC estabelece a transferência entre os «sinais» dos romanos e os actuais, pelo desdobrar semântico do «voo de algumas aves»: no passado tratava-se do voo dos abutres e era o presságio do fim do império romano, hoje é a fuga dos acesores e pode anunciar, aos olhos do povo, o assumir pelo próprio aparelho partidário que o fim está próximo. Nessa medida, o «murmurar» do povo seria o anúncio do fim. Note-se que o semantismo de «murmurar» pode aceitar uma atitude neutra (correspondendo essencialmente a *falar baixo*) ou uma atitude orientada para uma apreciação negativa (fazendo parte do campo arquilexemático de *dizer mal de*). Neste caso, a descrição do estado de coisas configurado privilegia a segunda interpretação e significaria, a realizar-se, o divórcio definitivo entre o PSD e o eleitorado. JPP não admite essa situação como facto consumado, mas como consequência previsível, se a orientação dos acontecimentos não for alterada, numa perspectiva presente-futuro.

Os jornais são igualmente invocados, através da referência às «notícias (...) sobre a sucessão de nomeações...» (EN 8) e é-lhes reconhecido um papel interventivo na formação da opinião pública nacional⁴², por um processo que JPP considera que atinge a «confiança» (idem) e pelo qual «o governo e o PSD são atingidos» (ibidem). Os jornais assumem aqui o papel de último testemunho da verdade dos factos invocados,

⁴² Cf.: 3.4.3.2

certificando a opinião do LOC, colaborando na transfiguração da sua subjectividade em objectividade inatacável.

Esta tranfiguração torna-se mais visível no EN 10, através de uma formulação impessoal e de carácter deôntico («é preciso ter em conta que...») e encontrará no penúltimo parágrafo do Texto (EN 16 a 20) a sua manifestação máxima. É neste parágrafo que o LOC assume mais declaradamente a sua subjectividade, com o emprego de modalizadores, da primeira pessoa verbal, da evocação da «verdade» (EN 19) *que não o favorece*; paradoxalmente, é este trecho que vai contribuir decisivamente para a construção de uma imagem de imparcialidade, privilegiando uma visão tendencialmente objectiva dos acontecimentos. Quanto mais o LOC manifestar a consciência de que tem *um ponto de vista*, de que há *opiniões contrárias àquela que defende*, de que nem tudo é *como ele gostaria que fosse*, melhor convencerá o ALOC de que pretende ser isento e justo, quanto mais se confessar subjectivo mais criará uma imagem de objectividade.

6.7.2 - O narratário

O narratário do jornal é o público previsto pelas estratégias editoriais. O do artigo de opinião será um segmento específico desse público. Este artigo em particular, dadas as referências que toma e o modo como está estruturado, parece dirigir-se a um segmento mais restrito.

6.7.3 - O destinatário

Se o narratário é o público, o efectivo destinatário não se confunde com a grande massa informe. E poderemos, inclusivamente, divisar neste artigo configurações discursivas orientadas para destinatários diferentes. Tal não significa que o discurso seja ambíguo, mas que é enformado por uma *poli-audição*⁴³ estratégica e intencional.

6.7.3.1 - Um primeiro destinatário é a Direcção do PSD e o Governo. O LOC critica-os, e em particular o presidente do Partido, por permitir a série de nomeações de detentores de cargos políticos para lugares «à prova de eleições e que não só garantiriam (...) o *status* daqueles que os demandam como, em caso de reviravolta política, ofereceriam indemnizações suficientemente compensatórias, caso os novos poderes

⁴³ Cf.: Fonseca, J, 1992c

quisessem pôr em ordem a casa e substituir os prebendados» (EN 9). Claro que aqueles que vêem a sua imagem mais afectada são esses mesmos que usufruem das novas nomeações, mas «os ministros que o permitem» (EN 19) e a ausência de uma «palavra pública e severa» (EN 21) do PSD e do seu presidente fã-os coniventes com esta situação, pelo que a sua imagem não pode deixar de ser afectada. O efeito perlocutório pretendido é exactamente a condenação, pelos órgãos competentes do Partido, deste tipo de atitude, que está a afectar a credibilidade do PSD e, mais grave do que tudo, difunde a noção de que o Partido assume uma derrota eleitoral *a priori*, atitude que constitui um passo importante para que a derrota, na altura certa, se efective. Aceitar a ideia do fim seria, para o Partido, o máximo da descredibilização.

Até ao momento, só a oposição ao Governo clamava contra estas nomeações. O facto de o Governo e o PSD as ignorarem publicamente poderia pôr em causa a sua existência, pelo menos para uma parte do eleitorado. Porém, ao admitir que a situação existe, JPP confere legitimidade aos que se insurgiam contra ela e pressiona o próprio Partido a tomar uma posição pública.

Talvez por incorporar este cariz de mensagem interna, o discurso de JPP apresenta marcas de erudição e aspectos menos entendíveis para o público em geral. A sua curta extensão, o registo e as referências menos populares (no sentido em que não constituem um lugar comum para um grande sector do público), a longa extensão dos enunciados, constituindo este texto quase uma mensagem codificada só acessível na totalidade da sua significação a alguns eleitos, estará igualmente relacionada com o destinatário visado para algumas das suas dimensões.

JPP não renega o Partido a que pertence, não critica o Governo na sua globalidade nem desiste da luta pela vitória nas eleições que se avizinham. Continua a considerar que, ele como os "novos eleitos", estão «todos no mesmo barco» (EN 20), mas manifesta a opinião de que há alguns que parecem pensar que não estão.

A afirmação de que estão «todos no mesmo barco» (EN 20) resulta do emprego de uma pergunta retórica. Do seu mecanismo apontaremos somente a inversão de polaridade que se opera entre a estrutura de superfície e o conteúdo proposicional que carrega. Mas não podemos deixar de referir a especial ênfase que, neste momento específico do Texto, resulta do emprego deste tipo de enunciado. Ele integra-se num parágrafo onde a subjectividade do LOC se manifesta de forma evidente, afirmando incontestavelmente a

sua posição comprometida - o que, como acima afirmámos, acaba por contribuir para a edificação de uma imagem de objectividade. Mas, pela força sugestiva/impositiva que introduz na orientação para uma conclusão condicionada e, por isso, obrigatoriamente coincidente com a posição do LOC, pela sua concentração sintáctica, pela sua inscrição no segmento final do Texto, esta pergunta retórica assume um valor muito marcado.

A sua formulação está também ao serviço da estratégia de desacreditização do alvo visado, na medida em que surge como *necessidade* de lembrar que a luta é comum, contrariamente ao que alguns (o alvo) parecem pensar.

Atente-se que o acto de crítica/censura traz igualmente consigo uma derivação que conduz, por implicação pragmática, ao incitamento à correcção. Configura-se desta forma uma manifestação da força accional da persuasão: a persuasão à correcção (ou, na sua forma reversa, a força accional da dissuasão - dirigindo-se aos que pactuam com a situação, o LOC tente dissuadi-los de persistirem naquilo que ele considera um erro estratégico e um atentado à ética). O LOC recusa-se a aceitar derrotas antecipadas (como dizíamos acima), das quais os primeiros indícios seriam os «voos» destas «aves» (EN 6). Por isso, este artigo é positivamente orientado, isto é, não constitui exclusivamente uma crítica punitiva pelos actos praticados por alguns (o que a orientaria numa perspectiva presente-passado), mas é um apontar de erros para poderem ser corrigidos (orientando-se assim numa perspectiva presente-futuro, positiva e optimista). Esta perspectiva e este apelo opõem-se aos «presságios» (EN 3) do fim, afirmando implicitamente que ainda é tempo, que a luta não acabou e que a todos, sem excepção, cabe lutá-la.

6.7.3.2 - Um segundo destinatário é o público em geral. Repare-se que JPP poderia escrever uma carta ao Presidente do Partido, ou mostrar a sua discordância com este estado de coisas dentro da orgânica própria do PSD, sem os atritos que uma atitude pública como esta sempre provoca, sem dar razão às oposições. Não sabemos se o fez ou não, mas o facto é que se dirige à Direcção do Partido através do público em geral. Dissemos acima que esta tomada de posição é mais forte e pressiona mais quem pode e deve agir, e dissemos porquê. Contudo, o afastamento testemunhado pelo LOC relativamente àqueles que são o alvo primeiro da sua censura desliga-o daquilo que ele considera política e eticamente errado, permitindo-lhe edificar uma posição de autoridade e independência, uma imagem externa de isenção e sentido da justiça, que poderá vir a

ser-lhe útil no futuro. Claro que uma tomada de posição forte e comprometedora dos dirigentes do PSD lhe poderá trazer dissabores dentro do Partido, mas a sua imagem junto da opinião pública (e eventualmente a sua consciência) parecem ter pesado mais.

Além disso, não nos parece que este artigo pretenda constituir um atentado à imagem pública do Partido - antes pelo contrário. Se, enquanto mensagem interna, a censura é mais forte - mas associada ao assumir da luta e à recusa da derrota antecipada -, enquanto mensagem para o público ele estabelece *sub specie* e até certo ponto um escape para a crítica da opinião pública (pela eleição de "bodes espiatórios") e, se se afasta dos criticados, procura igualmente salvar a face do Partido e dos seus dirigentes relativamente a críticas mais ferozes. É essencialmente nessa medida que o seu destinatário é a opinião pública.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer quem são «os abutres»: não são os dirigentes do PSD nem são os ministros - são funcionários políticos menores, que têm «na vida política portuguesa (...) um papel muito peculiar e razoavelmente "opaco"» (EN 10). Esses elementos «apresentam-se muitas vezes como "técnicos", respondendo uma racionalidade que não consideram política» (EN 13), «o seu desdém pelos políticos é conhecido» (EN 14), acham-se acima das querelas e polémicas da «política parlamentar» (EN 15). São esses que se alimentam dos restos desta legislatura e deste Governo que sentem em decomposição, aproveitando oportunisticamente as nomeações para lugares «à prova de eleições» (EN 9), dispensando-se de lutar pela vitória eleitoral e transmitindo a convicção de que a derrota é inevitável. Portanto, o alvo a abater não são os políticos directamente eleitos ou aqueles que assumem as grandes reponsabilidades governativas. O que, de alguma forma, se orienta para o atenuar das responsabilidades dos que constituem a verdadeira imagem pública do Partido e do Governo - sem, contudo, assumir de todo e frontalmente essa desculpabilização.

Por oposição a este «"pessoal"» (EN 10) que tem o futuro assegurado, o LOC traça uma imagem tendencialmente positiva dos políticos e das figuras públicas de maior visibilidade que constitui uma isotopia a desenvolver sobretudo a partir do terceiro parágrafo. Após o LOC ter introduzido o tema do fim de ciclo e dos sinais que o precedem e anunciam, a partir do exemplo clássico, os políticos surgem como vítimas, ou sujeitos ao "perigo" e ao "risco".

No EN 6, quaisquer indícios que possam ser interpretadas como sinais do fim são «perigosos», favorecendo a previsão de «tempestade», ficando sob o efeito do perigo o «governo» ou o «partido».

No EN 8, «o Governo e o PSD são *atingidos* pela série de notícias nos jornais dos últimos dias...» (o sublinhado é nosso). Apresentados a ser *atingidos*, eles são configurados como *vítimas*, abrindo espaço à típica compaixão ou simpatia de que o *fraco, a vítima*, frequentemente é alvo. Essa simpatia será mais justificada pelo cariz dissimulado do ataque, que se apresenta «invisível nos grandes títulos, mas escavando na confiança como uma toupeira». A comparação será tudo menos inóqua ou fortuita, orientando-se para a leitura de que quem orienta este ataque ao Governo o faz de forma subterrânea, não se assumindo, não se mostrando frente a frente e de cara a descoberto. Assim, o *atacante* é desqualificado e a acção que leva a cabo sofre igualmente de algum descrédito.

No EN 9, na sequência do que tinha já sido introduzido no EN 8, o LOC refere a «"segurança"» dos «empregos ou lugares à prova de eleições», opondo-a implicitamente à insegurança, porque dependente de eleições, vivida pelos titulares de cargos políticos que os assumem até ao fim, sem preparar com antecedência escapatórias de recurso. De facto, o LOC prevê a expectativa criada pela experiência própria do ALOC, num período em que um dos maiores flagelos sociais é a falta de emprego: depois de ter abandonado o seu emprego para se dedicar à política ou à governação, se perder as eleições e não reocupar um cargo político, o que será do pobre ex-Ministro, do abnegado Secretário de Estado sem trabalho? O LOC sabe que não há notícia de titular de cargo político a quem o convívio com o Poder não tenha favorecido no sentido de se reinserir no mundo do trabalho ou na carreira profissional após a passagem por cargos políticos, mas esse conhecimento não será partilhado por boa parte dos leitores e o efeito pretendido pode resultar.

Nos EN 10 e 11, a evocação de um exemplo bem conhecido (a reputada série *Yes Prime Minister*) é elucidativo para mostrar a influência dos acesores e do pessoal de apoio. Nessa série televisiva, surgia um ministro, invariavelmente incompetente mas bem intencionado, que procurava normalmente o bem comum, mas cujas acções eram sempre boicotadas pelo seu chefe de gabinete.

Nos EN 13 a 15, o LOC traça um quadro de conflito entre os políticos assumidos e estes «"técnicos"», o que permite o afastamento claro entre uns e outros. Tal afastamento vai permitir ao LOC acusar de forma veemente o pessoal de apoio, configurado na imagem dos «abutres» e nas dimensões negativamente valoradas que lhe são agregadas, ao mesmo tempo que humaniza, pelo risco, pelo reconhecimento de pequenas faltas (como veremos a seguir), pela simpatia que as vítimas suscitam, as figuras políticas mais visíveis e as desculpabiliza.

Neste processo visando salvar a face do PSD e do Governo, não são os políticos assumidos que se afastam do seu pessoal de apoio, deixando-os com o indesejado fardo da culpa. São estes que desdenham e «olham de cima» os políticos. Tal estratégia tende a preservar a imagem destes últimos, o que não aconteceria se tomassem uma iniciativa que poderia ser entendida como de fuga às responsabilidades. Aliás, o LOC não aceita a desresponsabilização que, no seu entender, o "pessoal de apoio" procura conseguir, pelo afastamento dos políticos assumidos como tal e pela incarnação de funções técnicas: eles decidem «sobre uma miríade de questões menores que acabam por moldar a política quotidiana, são eles próprios também muitas vezes mais responsáveis pelas decisões políticas do que os próprios políticos» (EN 11). Mas esta dimensão parece orientar-se mais no sentido de constituir uma mensagem interna do que externa, envolvendo os visados na luta eleitoral que se avizinha.

O EN 16 abre um parágrafo crucial para a construção da mensagem sub-repticiamente veiculada. Nele se realiza uma inversão discreta mas operante que age na construção de uma imagem de imparcialidade e justiça do LOC (como vimos acima), na desqualificação do alvo e na relativa credibilização dos políticos:

«É possível que a amplitude destes "voos" seja ainda um pouco exagerada pelos jornais.»

O LOC coloca-se na posição de quem faz uma crítica forte mas que, por uma questão de honestidade moral/intelectual, ou de reserva mental, modaliza a asserção.

Numa perspectiva polifónica, o LOC evoca uma voz que afirma que *a amplitude destes «voos» é um pouco exagerada pelos jornais*. Ora, se a amplitude dos «voos» é *um pouco exagerada*, isto significa que a *a amplitude destes «voos» existe, mas é menor do*

que os jornais afirmam; sendo *menor*, há um movimento interpretativo que favorece a afirmação da não-existência ou, pelo menos, da não-representatividade dos «voos».

A modalização decorrente de «é possível que» afasta, mas não categoricamente, o LOC da aceitação da asserção implícita. Ele simula dificuldade em aceitar aquilo que pretende veicular, ou seja, a não-representatividade, quase não-existência dos «voos». Dada a sua posição e a do PSD, a negação da existência seria o mais favorável, se fosse credível. Ao rejeitar essa posição, JPP assume/simula uma atitude de isenção.

Nos EN 17 e 18, o movimento persuasivo continua:

«Admito que aconteçam num ou noutro ministério, longe de ser regra geral.

Mas que começaram, começaram.»

No EN 17, de novo é convocada um *voz comum* com a qual, num primeiro momento, o LOC se identifica (apesar de a iniciativa não ser dele, ele só *admite a sua verdade*), para logo restringir fortemente a sua dimensão, orientando-a dessa forma para a anulação. Contudo, a sua posição é de novo salvaguardada pelo EN 18, em que o LOC reassume a existência - mas mais uma vez, uma existência mitigada, encarando este processo de nomeações como algo ainda incipiente, que somente *começou*.

Esta mitigação foi um processo já empregado no EN 7: o LOC afirma, encarando o estado de coisas numa perspectiva presente-futuro, que a saída dos acessórios pode ser tomada por mau presságio e pôr «o povo a murmurar». Ora, na verdade, o que neste momento se passava era que, no presente, o povo já não murmurava, mas clamava contra o estado de coisas descrito⁴⁴.

No EN 19, dá-se o toque final na "salvação da face" dos ministros: eles «permitem» esta situação. Do semantismo do predicador *permitir* decorre que não são os ministros os responsáveis directos por ela, não a criaram, a sua culpa limita-se ao facto de *permitirem* que a situação exista. Tal atitude configura uma contra-expectativa: os ministros *não deveriam permitir* esta situação, tão desqualificadora do PSD e de todos aqueles que lhe estão associados. Por isso, a dimensão de crítica está presente - não só aos acessórios, mas também aos ministros. Mas são aqueles os principais visados, na medida em que são igualmente os principais beneficiados.

⁴⁴ Cf.: 6.7.1.2

O LOC, ao longo dos enunciados que acabámos de referir, orienta a censura e a marcada desqualificação para os funcionários menores. Esta censura acaba por secundarizar a crítica que é feita aos grandes protagonistas políticos e ao PSD que, também por se apresentarem em colisão com os desqualificados, são alvo de um processo subtil de construção de uma imagem tendencialmente eufórica.

6.7.4 - O *destinador*

A referência que faremos ao destinador é sumária. Ela servirá somente para reformular parcialmente o que afirmávamos acima: pela análise mais cuidada, o ALOC poderá compreender que JPP não fala tanto em nome da opinião pública como fala em nome do PSD. Ele procura erigir e consolidar uma imagem de isenção que lhe conceda autoridade e lhe renda um crédito de credibilidade junto da opinião pública, de tal modo que esta se possa rever no seu discurso. Porém, se se desenha desde o início um macro-acto ilocutório de censura, e nisso o LOC pode incarnar a opinião pública, não será menos importante (provavelmente mais, por ser mais subtil) a intenção de salvar a face dos dirigentes, ministros e políticos em geral do PSD e de os incentivar à luta política - e nisso o LOC fala em nome do seu Partido.

7 - Conclusão

Do estudo que este trabalho dá conta, torna-se evidente que só uma análise tomando o texto no seu todo, com todas as suas dimensões significativas, aberta às suas múltiplas linguagens, reconhecendo o papel do sujeito, a sua relação e a sua inscrição com e no texto, só essa análise, dizíamos, pode aproximar-se da descrição minimamente satisfatória do discurso de opinião na Imprensa.

Naturalmente, a Linguística do Sistema não é capaz de responder às questões plurais que se levantam e só numa perspectiva multidisciplinar, tendo como objecto de análise os signos e as suas combinatórias, já não somente ao nível *frase*, mas avançando até ao nível *texto*, e considerando a relevância do factor contexto, é possível reconhecer regularidades significativas e modos de afirmação deste tipo particular de discurso.

Ele testemunha, numa perspectiva social, a afirmação do jornal, que extrapola os seus limites e dimensões, para se constituir como entidade de re-criação do real, constituindo, ao nível sócio-político, uma rede de poderes, e ao nível linguístico uma pluralidade de modos de significação, de códigos e de competências.

Consagra os seus agentes como interventores privilegiados na relação do cidadão com as instâncias do poder (neste caso, iminentemente político), como descodificadores e comentadores dos factos políticos, ao mesmo tempo que permite, reproduz e amplia a discussão, a luta, a defesa de pontos de vista. Re-escreve o discurso social ao constituir-se como discurso terceiro, elaborado sobre/com as várias vozes que reactualiza.

Transporta para a estrutura da língua dimensões do seu uso, contribuindo desta forma para a sua contínua evolução e acompanhamento das mudanças da sociedade que serve, pela qual é servida e com a qual se confunde. Alguns desses princípios e mecanismos foram aqui explorados e explicados, sempre tendo em conta a sua inserção na globalidade de sentido que o texto constitui e a sua interacção com outros códigos. Interessámo-nos particularmente pela análise de alguns mecanismos de sedução e persuasão, tanto num momento introdutório do contacto com o texto, como em

momentos posteriores, de processos de criação de uma imagem eufórica do LOC e de desqualificação do alvo visado, com a inerente criação de uma imagem disfórica reactualizadora e interpretante desse alvo, e de configuração do discurso polémico, com a instituição de papéis a representar pelos diversos intervenientes.

Dizer que este trabalho é parcelar e limitado é de tal forma evidente que poderá parecer, por inversão, tocar os limites da falsa modéstia. Apelar para uma continuação do estudo do mesmo tipo de discurso, ou um outro próximo, poderá soar a retórica vã. Mas fica a expressão do desejo de que o discurso de opinião na comunicação social tenha, entre nós, um tratamento linguístico sério e profundo, não só em perspectivas mais ou menos intuitivas, vagas ou superficiais, mas descendo à análise concreta e exaustiva das suas múltiplas dimensões, e nomeadamente daquelas que se realizam na e pela língua que nos seduz e encanta.

8 - Referências bibliográficas

- ADAM, J.-M. (1990): *Eléments de Linguistique Textuelle: théorie et pratique de l'analyse textuelle*, Liège, Pierre Mardaga
- ADAM, J.-M. (1992): *Les Textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*, Paris, Nathan
- ANSCOMBRE, J.-C. e DUCROT, O. (1981): "Interrogation et argumentation", *Langue Française*, 52, pp 5-22
- ANSCOMBRE, J.-C. e DUCROT, O. (1983): *L'Argumentation dans la langue*, Bruxelles, Mardaga
- BANGE, P. (1981): "Argumentation et fiction", *Linguistique et Sémiologie*, 10 (*L'argumentation*), Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp. 91-108
- BEAUGRANDE, R.-A. e DRESSLER, W. U. (1981): *Introduction to Text Linguistics*, London, Longman
- BLUTEAU, R. (1720): *Vocabulario Portuguez e Latino*, Lisboa, Impresso na Officina de Pascoal da Sylva
- BORILLO, A. (1981): "Quelques aspects de la question rhétorique en français", *DRLAV*, 25, pp 1-33
- BÜHLER, K. (1979): *Teoria del lenguaje*, Madrid, Alianza Editorial (ed. original: *Sprachtheorie*, Stuttgart, Gustav Fischer Verlag, 1965)
- COLE, P. e MORGAN, J. L. (eds.) (1975): *Syntax and Semantics - Speech Acts*, New York, Academic Press
- CORNISH, F. (1990): "Anaphore pragmatique, référence, et modèles du discours", in Kleiber, G. e Tyvaert, J.-E. (eds.), 1990, pp 81-96
- DILLER, A.-M. (1984): *La pragmatique des questions et des réponses*, Tübingen, Gunter Narr Verlag
- DUCROT, O et al. (1980): *Les Mots du discours*, Paris, Minuit

- DUCROT, O. (1980a): "Analyse de textes et linguistique de l'énonciation", in Ducrot, O. *et al.*, 1980, pp 7-56
- DUCROT, O. (1981): "L'argumentation par autorité", *Linguistique et sémiologie*, 10 (*L'argumentation*), Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp 9-27
- DUCROT, O. (1984): *Le dire et de dit*, Paris, Minuit
- DUCROT, O. (1984a): «Referente», *Enciclopédia Einaudi*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, pp 418-438
- FERREIRA, M. A. (1990): *Formas e funções das interrogativas totais - contributo para uma análise contrastiva português-alemão*, Coimbra, Faculdade de Letras (tese de doutoramento)
- FONSECA, F. I. (1981): "O perfeito e o pretérito e a teoria dos níveis de enunciação", in Fonseca, F. I., 1994: 37-58
- FONSECA, F. I. (1990): "Deixis, dependência contextual e transposição fictiva: contributos para uma teoria enunciativa da ficção", in Fonseca, F. I., 1994, pp 87-103
- FONSECA, F. I. (1992): *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida
- FONSECA, F. I. (1994): *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora
- FONSECA, J. (1992): *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, Ministério da Educação/ICALP,
- FONSECA, J. (1992a) "Coerência e coesão nas unidades linguísticas", in Fonseca, J., 1992, pp 7-103
- FONSECA, J. (1992b): "Os elementos de coesão do texto '*Porque apoio Eanes*'", in Fonseca, J., 1992, pp 105-226
- FONSECA, J. (1992c): "«*Elogio do sucesso*»: a força da palavra / o poder do discurso", in Fonseca, J., 1992, pp 315-375

- FONSECA, J. (1993): "Pragmática das perguntas *Como p, se q?* e *Como não p, se q?*", Porto, Separata da *Revista da Faculdade de Letras - Linguas e Literaturas*, II série, vol. X (também em Fonseca, J., 1994, pp 197-218)
- FONSECA, J. (1994): *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto Editora, Porto
- FONSECA, J. (1994a): "O lugar da Pragmática na Teoria e na Análise Linguísticas", in Fonseca, J., 1994, pp 95-104
- FONTANIER, P. (1968): *Les figures du discours*, Paris, Flammarion (1ª ed. 1821)
- FRANCO, A. C. (1991): *Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão*, Coimbra, Coimbra Editora
- FRANK, J. (1990): "You call that a rhetorical question?", *Journal of Pragmatics*, 14:5, pp 723-738
- GOODY, E. (ed.) (1978): *Questions and politeness*, Cambridge, Cambridge University Press
- GREIMAS, A. J. e COURTÈS, J. (1989): "Modalidade", *Dicionário de Semiótica*, São Paulo, Cultrix (ed. original: *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris, Hachette, 1979)
- GRICE, H. P. (1975): "Logic and conversation", in Cole, P. e Morgan, J. L. (eds.), 1975, pp 41-58
- GRIZE, J.-B. (1981): "L'argumentation: explication ou séduction", *Linguistique et Sémiologie*, 10, (*L'argumentation*), Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp 29-40
- HALLIDAY, M. A. K. (1991): *An Introduction to Functional Grammar*, London, Edward Arnold
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1976): *Cohesion in English*, London, Longman
- IMBERT, G. (1988): *Le discours du journal. A propos de "El Pais"*, Paris, Centre National de Recherche Scientifique
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980): *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*, Paris, A. Colin

- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1981): "Argumentation et mauvaise foi", *Linguistique et sémiologie*, 10 (*L'argumentation*), Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp 41-63
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1991a): "Introduction", in Kerbrat-Orecchioni, C. (dir. de), 1991, pp 5-37
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (dir. de) (1991): *La question*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (s/d): "La polémique et ses définitions", *Le discours polémique*, Centre de Recherches Linguistiques et Sémiologiques de Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp 3-40
- KLEIBER, G. e TYVAERT, J.-E. (eds.) (1990): *L'anaphore et ses domaines*, Klincksieck, Paris / Centre d'Analyse Syntaxique, Université de Metz. Faculté des Lettres et Sciences Humaines
- KRIEGER, M. G. (1992): "Um sincretismo de vozes: a retórica dos editoriais jornalísticos brasileiros", *Cruzeiro Semiótico*, 16, Associação Portuguesa de Semiótica / Fundação Eng. António de Almeida, Porto, pp 79-89
- MARCOCCIA, M. (1993): "Le stéréotype du porte-parole dans le discours politique", in Plantin, C. (dir. de), 1990, pp 170-181
- MELIS, L. (1983): *Les circonstants et la phrase: étude sur la classification et la systématique des compléments circonstanciels en français moderne*, Louvain, Presses Universitaires de Louvain
- MIRA MATEUS, M. H. et al. (1989): *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho
- MOESCHLER, J. e REBOUL, A. (1994): *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*, Paris, Editions du Seuil
- MORAIS SILVA, A. (1891): *Dicionário da Língua Portuguesa*, 8ª ed. revista e melhorada, Rio de Janeiro / Lisboa, Ed. Empresa Litteraria Fluminense
- PERELMAN, C. (1987): "Argumentação", *Enciclopédia Einaudi*, vol. XI, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, pp 234-265

- PLANTIN, C. (dir. de) (1990): *Lieux communs, topoï, stéréotypes, clichés*, Paris, Editions Kimé
- PORTINE, H. (1983): *L'argumentation écrite. Expression et communication*, Paris, Hachette / Larousse
- POTTIER, B. (1974): *Linguistique Générale. Théorie et Description*, Paris, Klincksieck
- PRADO COELHO, J. (dir. de) (1984): "Polémica", *Dicionário de Literatura*, 3ª ed. Porto, Figueirinhas
- RAMOS, R. (1996): "Estratégias Argumentativas: as perguntas retóricas", *Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas. Actas do Segundo Encontro de Estudos Portugueses*, Aveiro, Associação de Estudos Portugueses, pp 171-186
- SCHMIDT-RADEFELDT, J. (1977): "On so-called 'rhetorical' questions", *Journal of Pragmatics*, 1:4, pp 375-392
- STUBS, M.(1983): *Discourse analysis: the sociolinguistic analysis of natural language*, Oxford, Basil Blackwell
- UMBERTO ECO (1992): *Os limites da interpretação*, Difel, Lisboa (ed. original: *I limiti dell'interpretazione*, Gruppo Editoriale Fabbri, Bompiani, Sonzogno, Etas S. p. A., 1990)
- van DIJK, T. A. (1977): *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*, London, Longman
- van DIJK, T. A. (1990): *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*, Barcelona, Ediciones Paidós (ed. original: *News as Discourse*, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1980)
- VIEIRA, D. (1873): *Grande Dicionario Portuguez*, Porto, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Ed.
- VILELA, M. (1992): *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, Coimbra, Livraria Almedina
- von MOOS, P. (1990): "Introduction à une histoire de l'*endoxon*", in Plantin, C. (dir. de), 1990, pp 3-16

Anexo: *Corpus*

Texto 1

A colerazinha

1. No dia dezanove de Fevereiro, Fernando Nogueira tinha um problema sério para resolver.
2. Dezanove dias depois, o tal problema tinha-se agravado, entre contornos ridículos, avanços graves e recuos* agudos.
3. Em pouco tempo, o problema de Fernando Nogueira tornou-se maior do que a própria criatura.
4. Ao décimo nono dia, Mário Soares, por acção, e Cavaco Silva, por omissão, resolveram o magno problema da existência política de Fernando Nogueira.
5. Ele foi remodelado por interpostas pessoas.
6. Não é preciso ser bruxo para perceber que, nestes dezanove dias, Fernando Nogueira prejudicou seriamente o «estado de graça» da sua liderança.
7. O sucessor de Cavaco Silva revelou que, no mínimo, é lento a tomar decisões.
8. Se acabou por sair do Governo, podia e devia tê-lo feito em cinco minutos, rápida e conscientemente.
9. Bastava ter anunciado essa intenção durante a campanha para a liderança do partido ou, se se preferir, logo a seguir a ter sido eleito.
10. Faltou-lhe autoridade para isso.
11. Mas faltou bastante mais: nada do que aconteceu a Fernando Nogueira sucedeu por sua vontade política.
12. Com efeito, Fernando Nogueira começou por «desejar» sair e foi discretamente intimado por Cavaco Silva a ficar no Governo.
13. Também não queria ser vice mas a voz e a mão de Cavaco Silva obrigaram-no a aceitar essa promoção envenenada.
14. Por fim, já com as ideias baralhadas entre ser e não ser, estar ou não estar, Fernando Nogueira foi empurrado para sua «decisão» de ontem.
15. Quem o entalou foi Cavaco Silva e quem o empurrou foi Mário Soares.
16. Usado como ferrete numa questão que só a ele dizia, absolutamente, respeito, Fernando Nogueira revelou uma impressionante crise de afirmação.
17. Estava escrito nos livros que o destino de Fernando Nogueira, a ser algum, não morava, certamente, no Governo de outro líder.
18. Mesmo que racionalmente o percebesse, Fernando Nogueira fez tudo mal feito: não se impôs, proferiu certezas contraditórias e mergulhou num processo de iras institucionais que só o diminuiu.
19. A questão, como se sabe, não era menor.
20. A questão é a de saber se Fernando Nogueira tem autoridade como líder da maioria e inspira confiança como candidato a primeiro-ministro.
21. À primeira dificuldade, tropeçou.

* O texto refere "recuos".

22. E se pensa que, ontem, soube «dizer não», exagera no optimismo.
23. Ontem, Fernando Nogueira limitou-se a escolher entre a peste e a cólera.
24. Depois de Mário Soares e Cavaco Silva terem dito e escrito o que disseram e escreveram, Fernando Nogueira teve apenas direito a uma colerazinha*.
25. Para não perder inteiramente a face.
26. O problema de Fernando Nogueira não é a sua relação com o Presidente da República.
27. É, prosaica e obviamente, a sua relação com o primeiro-ministro.
28. Por muito que isso lhe custe a aceitar, o tempo da harmonia está irremediavelmente encerrado.
29. Se Cavaco Silva tivesse renunciado à política, sem mais, a sucessão ainda poderia ser pacífica.
30. Acontece que não o fez, porque quer governar até ao fim e não quer esclarecer se, depois do fim, terá uma nova vida como candidato a Presidente da República.
31. O resultado desta sucessão vigiada é previsível: as entourages de Cavaco Silva e Fernando Nogueira já começaram a divergir, o clima de suspeição íntima tenderá a alastrar e, um dia, o sucessor terá a tentação de fazer e, depois, dizer o que o sucedido não quer que ele faça, muito menos admite que ele diga.
32. Os exemplos de Major e Thatcher, Balladur e Chirac, Dini e Berlusconi são tão veementes e actuais que dispensam mais explicações.
33. Se há uma regra a observar nestas lideranças assistidas é a de que a sobrevivência de uns, implica a queda de outros, seja como realidade, seja como memória.
34. Consciente ou inconscientemente, Cavaco Silva continua a achar-se no direito de marcar o território de quem lhe sucedeu.
35. Penosamente, Fernando Nogueira aceitou um poder demarcado e uma posição limitada.
36. A consequência está à vista.
37. A colisão também.

PAULO PORTAS, *O Independente*, 10/03/95

* O texto refere "coperazinha".

pormenores

OBVIAMENTE, MÁRIO SOARES NÃO DEVIA TER recebido Bettino Craxi durante a visita oficial a Tunísia. Mais claramente ainda, não devia tê-lo feito na embaixada, território português. Quando se é Chefe de Estado, não pode dispensar-se a razão de Estado. Por isso mesmo, receber Craxi em nome do Estado português significa dar acolhimento, não a um perseguido, mas a um fugitivo da justiça, que so não está preso porque está a monte. O facto é do mais inamistoso, porque ignora decisões de um órgão de soberania da República italiana, que são os respectivos tribunais, e ridiculariza os próprios mandatos policiais, emitidos para que a culpa não morra solteira. Estes factos são lineares e demonstram que o melhor de Mário Soares - uma certa ideia de fidelidade e amizade - pode converter-se no seu pior. Bastava que o encontro com Craxi tivesse sido feito em visita particular e local neutro para que nenhuma crítica pudesse merecer. É verdade que ninguém tem nada a ver com as amizades de Mário Soares - mas então, o Estado português tão pouco deve ver-se envolvido nelas ou por causa delas.

NO CASO CRAZI, O MINISTRO DOS NEGÓCIOS Estrangeiros revelou pouca maturidade e, facto grave, mentiu. Durão Barroso mandou o seu porta-voz dizer que não conhecia o encontro e que, se conhecesse, teria dado parecer negativo. É estranho, já que a notícia era pública e notória desde sexta-feira passada.

Admitamos que o ministro também não lê jornais. Isso não o salva. Como hoje se prova neste jornal, o Presidente da República informou, objectiva e institucionalmente, o ministério dos Negócios Estrangeiros. Funcionários superiores do ministro, como o chefe do Protocolo de Estado e o embaixador em Tunísia, souberam da intenção presidencial e trataram da intenção do encontro. Se o ministro não sabia, deve queixar-se dos seus serviços e não, neste ponto, do Palácio de Belem. Como tinha o poder de saber, perdeu a oportunidade de evitar um erro de Estado ou, no limite, retirar os seus agentes do assunto. É lícito desconfiar que Durão Barroso soube, calou e pretende agora passar por inocente. Certo, certo, é que o ministro perdeu uma boa ocasião de estar calado.

HA, EM PORTUGAL, UMA HORRÍVEL TENDÊNCIA para a pepineira. Essa -maneira de estar na vida- (o lugar comum mais callisto da actualidade) atinge proporções berrantes em certos espectáculos televisivos. O Festival da Canção levou-nos até essa mundo de imitações pindéricas e mau gosto democratizado. Começando nas «vedetas» que chegavam em «carros antigos», passando pelas «hospedeiras» com máscaras, terminando na soturna canção vencedora, a encenação revelou-nos o mal que fica Portugal quando quer parecer Hollywood ou Veneza. A canção eleita dá a vaga sensação de ter ganho à conta da «lusofonia», o que é mau sinal, porque as modas do regime nunca ajudaram as boas causas.

Esta semana, na RTP, valeu-nos o Basic Instinct e aquele genial cruzar de pernas que há-de levar Sharon Stone a fazer história, como o vento do metropolitano fez nas salas de Marilyn.

P.P.

Antes pelo contrário



PAULO PORTAS

A colerazinha

No dia dezanove de Fevereiro, Fernando Nogueira tinha um problema sério para resolver. Dezanove dias depois, o tal problema tinha-se agravado, entre contornos ridículos, avanços graves e recuos agudos. Em pouco tempo, o problema de Fernando Nogueira tornou-se maior do que a própria criatura. Ao décimo nono dia, Mário Soares, por acção, e Cavaco Silva, por omissão, resolveram o magnífico problema da existência política de Fernando Nogueira. Ele foi remodelado por interpostas pessoas.

Não é preciso ser bruxo para perceber que, nestes

dezanove dias, Fernando Nogueira precipitou seriamente o «estado de graça» da sua liderança. O sucessor de Cavaco Silva revelou que, no mínimo, é lento a tomar decisões. Se acabou por sair do Governo, podia e devia tê-lo feito em cinco minutos, rápida e consistentemente. Bastava ter anunciado essa intenção durante a campanha para a liderança do partido ou, se se preferir, logo a seguir a ter sido eleito. Falhou-lhe autoridade para isso.

Mas faltou bastante mais: nada do que aconteceu a Fernando Nogueira sucedeu por sua vontade política. Com efeito, Fernando Nogueira começou por «deixar» sair e foi discretamente intimado por Cavaco Silva a ficar no Governo. Também não queria ser vice mas a voz e a mão de Cavaco Silva obrigaram-no a aceitar essa promoção envenenada. Por fim, já com as ideias baralhadas entre ser e não ser, estar ou

não estar, Fernando Nogueira foi empurrado para sua «decisão» de ontem. Quem o empurrou foi Cavaco Silva e quem o empurrou foi Mário Soares. Usado como ferrete numa questão que só a ele dizia, absolutamente, respeito, Fernando Nogueira revelou uma impressionante crise de afirmação.

Estava escrito nos livros que o destino de Fernando Nogueira, a ser algum, não morava, certamente, no Governo de outro líder. Mesmo que racionalmente o percebesse, Fernando Nogueira fez tudo mal feito: não se impôs, profere certezas contraditórias e mergulhou num processo de iras institucionais que só o diminuiu. A questão, como se sabe, não era menor. A questão é a de saber se Fernando Nogueira tem autoridade como líder da maioria e inspira confiança como candidato a primeiro-ministro. A primeira dificuldade,

tropeçou. E se pensa que, ontem, sobre «dizer não», exagera no optimismo. Ontem, Fernando Nogueira limitou-se a escolher entre a peste e a cólera. Depois de Mário Soares e Cavaco Silva terem dito e escrito o que disseram e escreveram, Fernando Nogueira teve apenas direito a uma colerazinha. Para não perder inteiramente a face.

O problema de Fernando Nogueira não é a sua relação com o Presidente da República. É, prosaica e obviamente, a sua relação com o primeiro-ministro. Por muito que isso lhe custe a aceitar, o tempo da harmonia está irremediavelmente encerrado. Se Cavaco Silva tivesse renunciado a política, sem mais, a sucessão ainda poderia ser pacífica. Acontece que não o fez, porque quer governar até ao fim e não quer esclerosecer-se, depois do fim, numa nova vida como candidato a Presidente da

República. O resultado desta sucessão virada e provocada pelas entourage de Cavaco Silva e Fernando Nogueira já começaram a divergir, o clima de suspeição íntima tenderá a alastrar e, um dia, o sucessor terá a tentação de fazer e, depois, dizer o que o sucedido não quer que ele faça, muito menos admite que ele diga. Os exemplos de Major e Thatcher, Balladur e Chirac, Dini e Berlusconi são tão vementes e actuais que dispensam mais explicações. Se há uma regra a observar nestas lideranças assustadas e a de que a sobrevivência de uns, implica a queda de outros, seja como realidade, seja como memória. Consciente ou inconscientemente, Cavaco Silva continua a achar-se no direito de marcar o território de quem lhe sucedeu. Penosamente, Fernando Nogueira aceitou um poder demarcado e uma posição limitada. A consequência está à vista. A colerazinha também.



JOÃO ANTONIO FERREIRA

No dia seguinte ao Congresso, Fernando Nogueira Tinha um problema. Dezanove dias depois, o problema persistia. E, claro, Nogueira acabou remodelado por interpostas pessoas.

Texto 2

A dispendiosa encenação de Belém

1. DE HÁ UNS séculos a esta parte, o Senhor Presidente da República anda a «ouvir» partidos políticos, organizações patronais e sindicais e «personalidades» para saber a sua opinião sobre uma eventual «dissolução» da Assembleia da República.
2. Confesso que acho a mistura de consultantes assaz estranha e a matéria sobre que são consultados muito bizarra.
3. Explico-me.
4. Vivemos, que eu saiba, em regime semipresidencial, com uma forte componente parlamentar, componente essa que nos seus textos já pré-históricos das primeiras *Intervenções* o Senhor Presidente da República costumava acentuar.
5. Ora, num regime parlamentar, são os partidos na Assembleia que representam os Portugueses e cada um tem a importância que o voto desses mesmos Portugueses lhe dá.
6. Também é verdade que os partidos não são todos iguais.
7. A ilusão de somar declarações à porta de Belém a favor da dissolução é a de dar aos Portugueses uma ideia falsa da relação entre a sua vontade eleitoralmente expressa (neste caso também expressa em sondagens todas coincidentes: não desejam a dissolução) e o que uma pequena multidão de vozes de representatividade desigual diz nesse palco subitamente encenado pelo mestre de Belém.
8. Convém não esquecer que os Verdes, o PCP, a UDP, o PP, o PS, apesar de serem «muitos», não podem por um passe de mágica ser contabilizados pelo seu número de siglas, esquecendo-se que só essa pequena e solitária sequência de três letras PSD tem mais votos dos Portugueses que toda a outra multidão de siglas juntas.
9. A contabilidade de vozes, à saída das audiências do Presidente da República, é por isso enganosa.
10. É verdade que os partidos não detêm - longe disso (não detêm nem devem deter) - o monopólio da representação dos Portugueses, que não se esgota na representação política parlamentar.
11. Mas a sua voz é qualitativamente distinta num diálogo entre órgãos de soberania.
12. Ela manifesta-se através dos seus deputados como uma parte da soberania popular - e não pode ser colocada no mesmo plano, por exemplo, do «chefe dos patrões».
13. E essa diferença - crucial para distinguir um regime parlamentar de um regime corporativo - tem origem no voto dos Portugueses, para representar o interesse geral e não os interesses particulares que a CIP, a CAP, a CGTP ou a UGT representam.
14. Se os partidos representam alguma coisa, e às «forças sociais» outra de diferente carácter, as «personalidades» então representam-se provavelmente a si próprias.
15. O que é que representa o comandante Gomes Mota?

16. Esta corporativização a que o Senhor Presidente da República está a dar voz, nem que seja para, «igualando-a», minimizar a voz dos partidos, tem os seus perigos.
17. Sucede que, como eu não sou tecnocrata mas político, me surpreende a facilidade com que se faz depender soluções políticas do ambiente para os «negócios», como se este fosse um indicador unívoco e fiável.
18. Que eu saiba, há muita gente nos «negócios» que detesta a estabilidade governativa e desejaria voltar a ter um poder político fraco para melhorar o seu «ambiente» para os «negócios».
19. Insistir, à mingua de legitimidade política, na ideia sub-reptícia de que as centrais patronais é que falam em nome da «economia» real do País pode ter perversas consequências futuras.
20. Acresce que não sei o que é pior para os «negócios», para a «economia».
21. É evidente que ninguém sabe ao certo o que é ou se assim é - por exemplo aqueles que, como o eng. Guterres, dizem que o País é «indiferente» àquilo que chamam a «telenovela» do PSD dificilmente podem depois vir a terreno dizer que Governo «para o País».
22. E porque é que neste jogo de sombras, não se pode também legitimamente suspeitar que é o Senhor Presidente da República que está a fomentar a instabilidade ao deixar cair a suspeita de que qualquer decisão governativa ou crise sucessória no PSD pode levar à dissolução e à antecipação das eleições?
23. Por outro lado, é bizarro que o Senhor Presidente da República se esforce tanto por manter em aberto uma questão de que ele próprio nunca assumiu a paternidade e a autoria - pelo contrário, sempre a negou contra todas as evidências.
24. Aliás, estranho que nunca ninguém pergunte porque é que o Presidente da República, que todos os dias nega que esteja a preparar a «bomba atómica» e que nunca, jamais, em tempo algum, tal tenha sido discutido em Belém, aceita placidamente consultar meio mundo sobre a matéria que sempre negou estar a ser considerada por si.
25. A questão é ainda mais bizarra porque após o Congresso do PSD não se verificou nenhum dos cenários apocalípticos em que muita gente se especializou após a declaração de Cavaco Silva de que não concorreria às eleições de Outubro de 1995.
26. Lembram-se?
27. Talvez seja bom recordar o que os jornais, os comentadores e as «fontes» da Presidência se entretiveram abundantemente a prever: que haveria divisões internas no Grupo Parlamentar do PSD (não se verificou), que este poderia retirar o seu apoio ao Governo (muito menos), que o novo líder do partido poderia não estar interessado em que Cavaco Silva continuasse em primeiro-ministro (viu-se) e que poderia desejar eleições antecipadas (vê-se), e por aí adiante.
28. Esgotados os cenários, a realidade impôs os seus direitos.
29. Está, pois, na altura de o Senhor Presidente da República ser claro e dizer estas simples palavras: «Não há razões nenhuma para que não haja normalidade constitucional e as eleições sejam quando devem ser: Outubro de 1995.»
30. E se o Senhor Presidente da República se preocupa por, ao dizê-lo, entender que isso limita os seus poderes discricionários sobre esta matéria, esteja sossegado.

31. Se houver anormalidade constitucional, cá estaremos todos com ele para aceitar as consequências e lhe dar razão.
32. A não ser que o poder que o Senhor Presidente da República não queira limitar seja o de ele próprio se querer sempre manter como principal motor da oposição ao Governo, substituindo um eng. Guterres que ele acha «incompetente».
33. E o País que pague.

JOSE PACHECO PEREIRA, *Diário de Notícias*, 2/3/95

A dispendiosa encenação de Belém



JOSE PACHECO PEREIRA

Esta corporativização a que o Presidente da República está a dar voz, nem que seja para, «igualando-a», minimizar a voz dos partidos, tem os seus perigos. Surpreende-me a facilidade com que se faz depender soluções políticas do ambiente para os «negócios», como se este fosse um indicador fiável.

seus textos já pré-históricos das primeiras *Intervenções* o Senhor Presidente da República costumava acentuar. Ora, num regime parlamentar, são os partidos na Assembleia que representam os Portugueses e cada um tem a importância que o voto desses mesmos Portugueses lhe dá.

Também é verdade que os partidos não são todos iguais. A ilusão de somar declarações à porta de Belém a favor da dissolução é a de dar aos Portugueses uma ideia falsa da relação entre a sua vontade eleitoralmente expressa (neste caso também expressa em sondagens todas coincidentes: não desejam a dissolução) e o que uma pequena multidão de vozes de representatividade desigual diz nesse palco subitamente encena-

do pelo mestre de Belém. Convém não esquecer que os Verdes, o PCP, a UDP, o PP, o PS, apesar de serem «muitos», não podem por um passe de mágica ser contabilizados pelo seu número de siglas, esquecendo-se que só essa pequena e solitária sequência de três letras PSD tem mais votos dos Portugueses que toda a outra multidão de siglas juntas. A contabilidade das vozes, à saída das audiências do Presidente da República, é por isso enganosa.

É verdade que os partidos não detêm — longe disso (não detêm nem devem deter) — o monopólio da representação dos Portugueses, que não se esgota na representação política parlamentar. Mas a sua voz é qualitativamente distinta num diálogo entre órgãos de soberania. Ela manifesta-se através dos seus deputados como uma parte da soberania popular — e não pode ser colocada no mesmo plano, por exemplo, do «chefe dos patrões». E essa diferença — crucial para distinguir um regime parlamentar de um regime corporativo — tem origem no voto dos Portugueses, para representar o interesse geral e não os interesses particulares que a CIP, a CAP, a CGTP ou a UGT representam. Se os partidos representam alguma coisa, e as «forças sociais» outra de diferente carácter, as «personalidades» então representam-se provavelmente a si próprias. O que é que representa o comandante Gomes Mota?

Esta corporativização a que o Senhor Presidente da República está a dar voz, nem que seja para, «igualando-a», minimizar a voz dos partidos, tem os seus perigos. Sucede que, como eu não sou tecnocrata mas político, me surpreende a facilidade com que se faz depender soluções políticas do ambiente para os «negócios», como se este fosse um indicador unívoco e fiável. Que eu saiba, há muita gente nos «negócios» que detesta a estabilidade governativa e desejaria voltar a ter um poder político fraco para melhorar o seu «ambiente» para os «negócios». Insistir, à míngua de legitimidade política, na ideia sub-reptícia de que as centrais patronais é que falam em nome da «economia» real do País pode ter perversas consequências futuras.

Acresce que não sei o que é pior para os «negócios», para a «economia». É evidente que ninguém sabe ao certo o que é ou se assim é — por exemplo aqueles que, como o eng. Guterres, dizem que o País é «indiferente» àquilo a que chamam a «telenovela» do PSD dificilmente podem depois vir a terreno dizer que Governo «para o País». E porque é que, neste jogo de sombras, não se

pode também legitimamente suspeitar que é o Senhor Presidente da República que está a fomentar a instabilidade ao deixar cair a suspeita de que qualquer decisão governativa ou crise sucessória no PSD pode levar à dissolução e à antecipação das eleições?

Por outro lado, é bizarro que o Senhor Presidente da República se esforce tanto por manter em aberto uma questão de que ele próprio nunca assumiu a paternidade e a autoria — pelo contrário, sempre a negou contra todas as evidências. Aliás, estranho que nunca ninguém pergunte porque é que o Presidente da República, que todos os dias nega que esteja a preparar a «bomba atômica» e que nunca, jamais, em tempo algum, tal tenha sido discutido em Belém, aceite placidamente consultar meio mundo sobre a matéria que sempre negou estar a ser considerada por si.

A questão é ainda mais bizarra porque após o Congresso do PSD não se verificou nenhum dos cenários apocalípticos em que muita gente se especializou após a declaração de Cavaco Silva de que não concorreria às eleições de Outubro de 1995. Lembram-se? Talvez seja bom recordar o que os jornais, os comentadores e as «fontes» da Presidência se entreteram abundantemente a prever: que haveria divisões internas no Grupo Parlamentar do PSD (não se verificou), que este poderia retirar o seu apoio ao Governo (muito menos), que o novo líder do partido poderia não estar interessado em que Cavaco Silva continuasse em primeiro-ministro (viu-se) e que poderia desejar eleições antecipadas (vê-se), e por aí adiante. Esgotados os cenários, a realidade impôs os seus direitos.

Está, pois, na altura de o Senhor Presidente da República ser claro e dizer estas simples palavras: «Não há razões nenhuma para que não haja normalidade constitucional e as eleições sejam quando devem ser: Outubro de 1995.»

E se o Senhor Presidente da República se preocupa por, ao dizê-lo, entender que isso limita os seus poderes discricionários sobre esta matéria, esteja sossegado. Se houver anormalidade constitucional, cá estaremos todos com ele para aceitar as consequências e lhe dar razão.

A não ser que o poder que o Senhor Presidente da República não queira limitar seja o de ele próprio se querer sempre manter como principal motor da oposição ao Governo, substituindo um eng. Guterres que ele acha «incompetente».

E o País que pague.

LIDO

Segundo o conhecido estudioso francês Raymond Nora, que visitou recentemente o Brasil, entre os inúmeros modelos ou tipos de regimes democráticos hoje existentes no mundo, é possível distinguir duas grandes variantes: duas notáveis famílias: as democracias que o professor chama de «decentes», e as outras, as indecentes.

Acredita Nora que os Brasileiros não têm culpa se o modelo adoptado no seu país pertence à segunda linhagem.

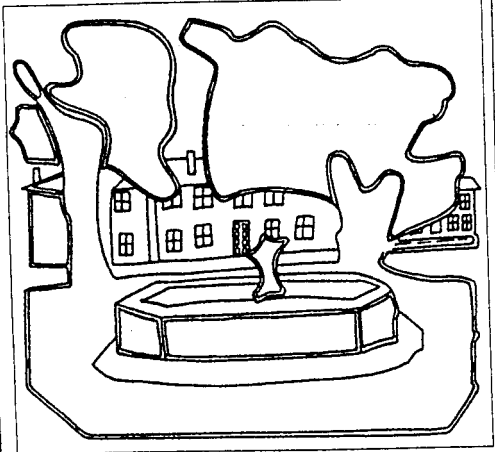
(...) O modelo democrático indecente, ou não decente, segundo Nora, caracteriza-se por um certo número de traços de ordem específica e outros de ordem meramente genérica. Entre esses últimos, os mais gritantes são a ineficiência administrativa, a instabilidade governativa (ou sistémica), a corrupção generalizada e a aguda, quase olímpica, desigualdade de rendas.

Fernando Pedreira
Jornal do Brasil

Mostra a longa experiência histórica do Ocidente que é muito difícil fundar um regime democrático «decente» sobre um sistema eleitoral que atomiza e desmoraliza os partidos, facilita a vida de demagogos e energúmenos extremistas e faz do Parlamento (como fez do nosso) um saco de gatos, no qual a responsabilidade dos deputados diante dos «seus» eleitores é vaga ou não existente. Acredita Raymond Nora que não só Fernando Henrique mas os próprios líderes parlamentares, como José Sarney e Luís Eduardo Magalhães, estão cansados de saber isso, mas hesitam em descontentar velhos amigos e quebrar antigas alianças... A democracia indecente é um clube — aberto em baixo, mas muito fechado no topo. Haja sacos.

Idem,
ibidem

Seleção de Guilherme de Melo



Texto 3

A dissolução ontem

1. Não se inquiete demasiado, caro leitor.
2. Nesta fase terminal do segundo cavaquismo (sabe-se lá se, ao virar da esquina, nos aguarda a terceira fase!), a política à portuguesa *é isso que você está vendo: hoje dramatiza, amanhã desdramatiza, depois de amanhã é domingo e segunda-feira ninguém sabe o que será* (paráfrase de um poema de Carlos Drummond de Andrade).
3. A peça ainda não foi estreada, mas os papéis já foram distribuídos.
4. É a fase pré-eleitoral.
5. Ninguém se representa a si próprio, salvo raras excepções.
6. Todos se limitam a executar, com o brio possível, as personagens que lhes foram atribuídas pelo encenador.
7. Nesta comédia - convém precisar o género dramático dominante -, nem sempre a escolha dos actores se revelou feliz.
8. Fernando Nogueira a representar o papel de Durão Barroso, fazendo voz grossa e assumindo postura digna do pós-maoísmo reconvertido, é uma cena tragicómica a que bem poderíamos ser poupados.
9. «Saio, senhor Presidente!» seria uma bela tirada, plena de repercussões moralizantes, se não tivesse sido antecedida da postura de promoção a vice-primeiro-ministro, para efeitos de propaganda eleitoral.
10. Os episódios cómicos sucedem-se quase sem hiatos.
11. A direcção de actores - disciplina com fracas tradições entre nós - também falha clamorosamente, como se verifica, por exemplo, no caso de Azevedo Soares, homem discreto, de fato cinzento, que daria um sereno porta-voz, em tempos de bonança, mas que se adapta com visível mal-estar à arte de bem declamar truculentos ataques antipresidenciais.
12. O tardio contra-ataque de Belém, sob a forma de comunicado emitido pela Casa Civil, aludia à hipótese de um processo por ofensas ao Chefe de Estado a Azevedo Soares.
13. Trata-se, obviamente, de um *over reaction*, que terá porventura o mérito de obrigar os juristas da Procuradoria-Geral da República a teorizar sobre o crime de ofensa à honra do Presidente da República
14. O ataque do PSD à entrevista do Presidente com Bettino Craxi - gesto típico da excessiva descontração diplomática de Mário Soares - assumiu foros de ridículo pela dimensão internacional que lhe quiseram atribuir.

15. Em Itália, meia dúzia de notícias, sem especial relevo, reconduziram o encontro Soares-Craxi à dimensão de assunto irrelevante de política interna portuguesa, enquanto os meios governamentais e diplomáticos italianos guardavam sepulcral silêncio.
16. Pode-se discordar da oportunidade do encontro e do local onde se efectuou, mas o fogo-de-artifício montado à sua volta ultrapassou os limites do razoável, tanto mais que o Ministério dos Negócios Estrangeiros, afinal, tivera pleno conhecimento do assunto, com a devida antecedência.
17. O PSD limitou-se a encenar a surpresa, a fim de manter o Palácio de Belém sob fogo cerrado.
18. Seguiu-se a despedida a Fernando Nogueira do Ministério da Defesa, que se transformou num ritual supermediatizado, apesar do nulo dramatismo da cerimónia.
19. A saída de um ministro da Defesa - responsável por reformas importantes nas Forças Armadas, mas com um final de exercício muito controverso - está longe de justificar, em termos de Estado e de Governo, tamanha pompa e circunstância.
20. Deliciosamente interpolado pela repetição televisiva das explosões do *São Miguel*, o insólito espectáculo da despedida de Nogueira poderá ser interpretado de forma prejudicial à imagem suprapartidária da instituição militar, que se deseja afastada de tentações de subserviência aos transitórios ocupantes de cadeiras governamentais.
21. José Pacheco Pereira, intelectual saído do generoso alfofre do Clube da Esquerda Liberal - cenáculo político apadrinhado por Mário Soares, no final dos anos 80 -, desdobra a actuação por duas personagens plenas de virtudes dramáticas.
22. Com a agilidade que só o prolongado convívio com a dialéctica confere, alternam-se as intervenções do incisivo analista doutor Pacheco (em versão escrita, radiofónica e audiovisual) com os discursos do incendiário tribuno senhor Pereira.
23. Ingrato é o papel atribuído ao primeiro-ministro.
24. Aníbal Cavaco Silva representa o papel de Aníbal Cavaco Silva, na plenitude dos seus poderes, quando, antes do primeiro tabu, acumulava, todo-poderoso, a chefia do Executivo e a liderança do PSD.
25. Simulando distância e serenidade, administra com brio a autoridade que lhe sobra.
26. É uma personagem que já não faz parte da peça (embora ameace reentrar, com novo papel, nos próximos episódios), mas que, por erro do contra-regra, permanece em cena.
27. Ao secretário-geral do PS, António Guterres, foi sugerido o impossível papel de oposicionista sereno num inexistente País civilizado.
28. Guterres empenha-se num quixotesco combate para reconduzir o debate político às grandes questões nacionais da educação, da saúde e da habitação, que não possuem, obviamente, o atractivo mediático das guerrilhas palacianas e tunisinas.
29. O lugar do Presidente tende igualmente a deteriorar-se.

30. Se deixa passar o pouco tempo que ainda lhe resta para recorrer ao instrumento da dissolução, Mário Soares terá cada vez menos possibilidades de desempenhar de forma adequada o papel de Presidente da República e ficará a discutir, com os assessores jurídicos, a teoria do acto injurioso e difamatório.
31. A dissolução beneficia o PSD ou o PS, o partido governamental ou as oposições?
32. Os futurólogos dividem-se, mas, do ponto de vista nacional, a questão é outra: fará sentido prolongar os equívocos e os desgastes por mais seis meses?
33. O anúncio da retirada de Cavaco Silva e a escolha de nova liderança do PSD reconfiguraram de tal modo o equilíbrio de poderes, que será prejudicial ao normal funcionamento e à imagem das instituições democráticas manter até Outubro a actual regência do Reino.
34. As recentes cenas de caça falam por si.
35. Valerá a pena alimentar este triste cenário de guerrilha permanente, com o Presidente a recorrer à Procuradoria-Geral da República para se fazer respeitar pela maioria governamental?
36. Não parece que seja razoável deixar apodrecer ainda mais o ambiente político.
37. Por isso, merece apoio o apelo à «Dissolução, já!», subscrito por Vicente Jorge Silva (editorial do *Público*, 14 do corrente).
38. De resto, se a dissolução for decretada hoje ou amanhã, já chega, ligeiramente, atrasada.
39. Sem nenhuma ironia gratuita, a antecipação das eleições deveria ter ocorrido ontem.
40. Aliás, a ironia nunca é gratuita, mesmo quando parece.
41. Acaba por se pagar alguma coisa por ela.

MÁRIO MESQUITA, *Diário de Notícias*, 17/3/95

A dissolução ontem



MÁRIO MESQUITA

As recentes cenas de caça falam por si. Valerá a pena alimentar este triste cenário de guerrilha permanente, com o Presidente a recorrer à Procuradoria-Geral da República para se fazer respeitar pela maioria governamental? Não parece que seja razoável deixar apodrecer ainda mais o ambiente político.

vo raras excepções. Todos se limitam a executar, com o brio possível, as personagens que lhes foram atribuídas pelo encenador.

Nesta comédia — convém precisar o género dramático dominante —, nem sempre a escolha dos actores se revelou feliz.

Fernando Nogueira a representar o papel de Durão Barroso, fazendo voz grossa e assumindo postura digna do pós-maoísmo reconvertido, é uma cena tragicómica a que bem poderíamos ser poupados. «Saio, senhor Presidente!» seria uma bela tirada, plena de repercussões moralizantes, se não tivesse sido antecedida da postura de promoção a vice-primeiro-ministro, para efeitos de propaganda eleitoral.

Os episódios cómicos sucedem-se quase sem hiatos. A direcção de actores — disciplina com fracas tradições entre nós — também falha clamorosamente, como se verifica, por exemplo, no caso de Azevedo Soares, homem discreto, de fato cinzento, que daria um sereno porta-voz, em tempos de bonança, mas que se adapta com visível mal-estar à arte de bem declamar truculentos ataques antipresidenciais.

O tardio contra-ataque de Belém, sob a forma de comunicado emitido pela Casa Civil, aludia à hipótese de um processo por ofensas ao Chefe do Estado a Azevedo Soares. Trata-se, obviamente, de um *over reaction*, que terá porventura o mérito de obrigar os juristas da Procuradoria-Geral da República a teorizar sobre o crime de ofensa à honra do Presidente da República.

NÃO SE inquiete demasiado, caro leitor. Nesta fase terminal do segundo cavaquismo (sabe-se lá se, ao virar da esquina, nos aguarda a terceira fase!), a política à portuguesa é *isso que você está vendo: hoje dramatiza, amanhã desdramatiza, depois de amanhã é domingo e segunda-feira ninguém sabe o que será* (paráfrase de um poema de Carlos Drummond de Andrade).

A peça ainda não foi estreada, mas os papéis já foram distribuídos. É a fase pre-eleitoral. Ninguém se representa a si próprio, sal-

O ataque do PSD à entrevista do Presidente com Bettino Craxi — gesto típico da excessiva descontractação diplomática de Mário Soares — assumiu tocos de ridículo pela dimensão internacional que lhe quiseram atribuir.

Em Itália, meia dúzia de notícias, sem especial relevo, reconduziram o encontro Soares-Craxi à dimensão de assunto irrelevante de política interna portuguesa, enquanto os meios governamentais e diplomáticos italianos guardavam sepulcral silêncio.

Pode-se discordar da oportunidade do encontro e do local onde se efectuou, mas o fogo-de-artifício montado à sua volta ultrapassou os limites do razoável, tanto mais que o Ministério dos Negócios Estrangeiros, afinal, tivera pleno conhecimento do assunto, com a devida antecedência. O PSD limitou-se a encenar a surpresa, a fim de manter o Palácio de Belém sob togo cerrado.

Seguiu-se a despedida de Fernando Nogueira do Ministério da Defesa, que se transformou num ritual supermediatizado, apesar do nulo dramatismo da cerimónia. A saída de um ministro da Defesa — responsável por reformas importantes nas Forças Armadas, mas com um final de exercício muito controverso — está longe de justificar, em termos de Estado e de Governo, tamanha pompa e circunstância. Deliciosamente interpolado pela repetição televisiva das explosões do *São Miguel*, o insólito espectáculo da despedida de Nogueira poderá ser interpretado de forma prejudicial à imagem suprapartidária da instituição militar, que se deseja afastada de tentações de subserviência aos transitórios ocupantes de cadeiras governamentais.

José Pacheco Pereira, intelectual saído do generoso alfofre do Clube da Esquerda Liberal — cenário político apadrinhado por Mário Soares, no final dos anos 80 —, desdobra a actuação por duas personagens plenas de virtudes dramáticas. Com a agilidade que só o prolongado convívio com a dialéctica confere, alternam-se as intervenções do incisivo analista doutor Pacheco (em versão escrita, radiofónica e audiovisual) com os discursos do incendiário tribuno senhor Pereira.

Ingrato é o papel atribuído ao primeiro-ministro. Aníbal Cavaco Silva representa o papel de Aníbal Cavaco Silva, na plenitude dos seus poderes, quando, antes do primeiro tabu, acumulava, todo-poderoso, a chefia do Executivo e a liderança do PSD.

Simulando distância e serenidade, administra com brio a auto-ridade que lhe sobra.

É uma personagem que já não faz parte da peça (também ameaça reentrar, com novo papel, nos próximos episódios), mas que, por erro do contra-regra, permanece em cena.

Ao secretário-geral do PS, António Guterres, foi sugerido o impossível papel de opositorista sereno num inexistente País civilizado.

Guterres empenha-se num quixotesco combate para reconduzir o debate político às grandes questões nacionais da educação, da saúde e da habitação, que não possuem, obviamente, o atractivo mediático das guerrilhas palacianas e tunisinas.

O lugar do Presidente tende igualmente a deteriorar-se. Se deixar passar o pouco tempo que ainda lhe resta para recorrer ao instrumento da dissolução, Mário Soares terá cada vez menos possibilidades de desempenhar de forma adequada o papel de Presidente da República e ficará a discutir, com os assessores jurídicos, a teoria do acto injurioso e difamatório.

A dissolução beneficia o PSD ou o PS, o partido governamental ou as oposições? Os futurólogos dividem-se, mas, do ponto de vista nacional, a questão é outra: fará sentido prolongar os equívocos e os desgastes por mais seis meses? O anúncio de retirada de Cavaco Silva e a escolha de nova liderança do PSD reconfiguraram de tal modo o equilíbrio dos poderes, que será prejudicial ao normal funcionamento e à imagem das instituições democráticas manter até Outubro a actual regência do Reino.

As recentes cenas de caça falam por si. Valerá a pena alimentar este triste cenário de guerrilha permanente, com o Presidente a recorrer à Procuradoria-Geral da República para se fazer respeitar pela maioria governamental? Não parece que seja razoável deixar apodrecer ainda mais o ambiente político.

Por isso, merece apoio o apelo à «Dissolução, já!», subscrito por Vicente Jorge Silva (editorial do *Público*, 14 do corrente).

De resto, se a dissolução for decretada hoje ou amanhã, já chega, ligeiramente, atrasada. Sem nenhuma ironia gratuita, a antecipação de eleições deveria ter ocorrido ontem.

Aliás, a ironia nunca é gratuita, mesmo quando parece.

Acaba por se pagar alguma coisa por ela.

LIDO

Bill Clinton e Newt Gingrich querem o mesmo: acção. O problema é que têm opiniões opostas sobre o que fazer. «O veto é um recurso útil e importante quando se justifica, mas o que o país realmente precisa é de acção», afirmou o Presidente Clinton na Liga Nacional das Cidades, reunida, na segunda-feira, em Washington. A intervenção de Clinton ocorreu minutos após ter falado Gingrich, o *speaker* da Câmara dos Representantes. «O Presidente tem uma obrigação de liderar», sublinhou Gingrich, «mas para onde nos está ele a levar? Ele parece pensar que é o defesa de uma equipa de futebol americano e o seu trabalho é contrariar o que quer que estejamos a fazer».

Todd S. Purdum
New York Times

O que poderemos fazer? Como conseguir que a Conoco Company cancele o seu negócio petrolífero de milhares de milhões de dólares com o Irão. Já sei! Apeamos ao patriotismo. Dizemos aos homens da Copoco que o negócio preocupa o Presidente e o secretário de Estado, uma vez que dá um rude golpe na política de contenção. Ambos defendem que a contenção — principalmente nos negócios de armamento — é necessária para manter algum controlo no terrorismo e militarismo iranianos e ainda nos seus ataques políticos e religiosos contra os Estados Unidos. Não, parece-me que os apelos patrióticos não servirão. Conoco já os ouviu. Conoco sabe que os Americanos pensam que os negócios de petróleo entre os EUA e o Irão estão embargados há 15 anos. Mas Conoco diz: olhem, está aqui uma reserva que permite às empresas estrangeiras subsidiárias de companhias americanas fazerem todos os negócios que quiserem. Tudo lindo e legal.

A. M. Rosenthal
Ibidem

Seleção de Ivone Gravato

Texto 4

A minha «casinha» ou o palácio do deputado

1. Também eu estou a cometer o crime mais perigoso para um político nos dias de hoje: a construir «a minha casinha».
2. Neste caso, a reconstruir.
3. O bom povo de M. olha para a ruína que pouco a pouco se está a transformar numa casa decente (e a meus parciais olhos bonita) e diz: «O senhor doutor ainda vai ter problemas.»
4. Eu ouço-os na sua infinita sabedoria que incorporou «em tempo real», como agora se diz, algumas idiossincrasias de alguma Imprensa.
5. Como eles percebem bem!
6. E que hei-de fazer?
7. Partilho pois com os leitores do *Diário de Notícias* uma reflexão sobre os meus dilemas nesta matéria que não costuma ter autoria entre os políticos na primeira pessoa.
8. Certo, como 2 e 2 serem 4, «a minha casinha» sairá nos jornais.
9. Nem poderia ser de outra maneira porque desde a pequena vingança igualizadora («havemos de fazer com que ele pareça igual aos outros») ao *voyeurismo* público, à escassez de notícias e ao gosto pelo escândalo e até, admito, a uma certa concepção do papel da Imprensa, tudo empurra para aí.
10. Tem a comunicação social o direito de inquirir?
11. Tem com certeza, mas apenas com um pequeno senão: se existir suspeita ou indícios de que houve ilegalidades.
12. Só isso pode justificar o «interesse público» da violação da privacidade.
13. Se for assim, estejam à vontade.
14. E, podem-me responder, como é que nós sabemos se houve ou não ilegalidade sem inquirir?
15. Bom, aí entra-se numa concepção do papel da Imprensa como uma espécie de moderna polícia de costumes, ou de inspectora-geral dos políticos, com que eu não concordo.
16. E não concordo porque a Comunicação Social nunca pode ter esse papel genérico sem sérias violações de outros direitos.
17. Direitos de personalidade, direitos de defesa, direitos de recurso que existem nas polícias e nos tribunais democráticos.
18. E depois abrir-se-ia a porta a todas as perseguições selectivas.
19. Por que razão o político A e não o político B?
20. É conhecida a complacência existente em relação a alguns políticos, cujas sucessivas casas não suscitam a menor curiosidade.
21. Talvez porque a obsessão com as casas atinge apenas os políticos com menos recursos.
22. Coisas de classe, pequeno-burguesas, ou snobes.

23. Mas voltemos às ilegalidades, que essas sim são de interesse público.
24. Se eu tivesse feito alguma coisa de errado, ou se alguém suspeitasse fortemente que houvesse ilegalidade eu compreenderia perfeitamente que a «casinha» viesse nos jornais.
25. Mas a minha convicção é de que virá na mesma, ainda que não haja nada a apontar-me.
26. E a verdade é que, ao vir, isso significa sempre duas coisas que me são profundamente desagradáveis: *uma, a da natural violação da privacidade; outra, a de me misturar no imaginário público com outras «casinhas» com que não quero nem devo ser misturado.*
27. Quem o fizer sabe que indicia essa mistura e isso é para mim má-fé e terá resposta bem pouco complacente.
28. Como homem prevenido vale por dois, eu tenho uma larga gaveta cheia de papéis à espera de ver «a minha casinha» transformada no Palácio do Deputado, num artigo ou reportagem recheada daqueles artificios com que os jesuítas conseguiam provar tudo, a *omissio veri* e a *suggestio falsi*.
29. Compreendo muito bem a animação que nalgumas redacções pode haver quanto à presa: «Temos uma casinha em vista e logo, imaginem, do Pacheco Pereira...»
30. E faz-se, de imediato, um plano de ataque: será que pagou o que devia ao fisco, será que declarou na escritura o preço real da compra, será que a casa não valerá mais do que parece (aqui está um ponto sempre seguro para a *suggestio falsi*), será que tem as licenças para as obras, será que não fez os muros um metro mais altos, será que...
31. E eu lá vou acumulando cem mil prudências na gaveta: fotocópias de cheques, fotografias da casa como era antes, escrituras, documentos de empréstimo, documentos de despesa, IVAs, IRSs...
32. E lá vou eu pensando também com alguma ironia: engraçada esta obsessão com as «casinhas» no património.
33. Então não se apercebem que lá dentro está uma realidade patrimonial, que me custou em todos estes anos de vida muito mais do que a casa: os livros?
34. A 60 contos o metro de estante, vezes umas centenas de metros de prateleiras... como é que eu gastei tanto dinheiro em livros?
35. Devia ter poupado para não ter que pedir dinheiro emprestado para fazer a «casinha»...
36. Tudo isto seria um pouco ridículo se não fosse perigoso e se não fosse revelador de algumas interessantes coisas de mentalidade e de cultura: as casas são riqueza, os livros não.
37. Podia-se dizer que era fácil calar estas bocas com a «transparência» que agora se apresenta como panaceia universal?
38. De facto, pensei em levar lá todos os jornalistas interessados, mostrar-lhes a casa e pôr em cima da mesa todos os papéis e dizer-lhes: «Vejam e depois deixem-me em paz.»
39. Mas esta solução, cómoda para mim, não me satisfaz porque levar-me-ia a violar algumas coisas que tenho defendido.

40. Por que raio é que tenho que violar a minha privacidade como se tivesse de provar a «inocência» face aos jornais, quando, mesmo face aos tribunais, é o Estado que tem de demonstrar a minha culpa?
41. Por que razão é que hei-de ser tratado como um criminoso em potência ou alguém que não pensa noutra coisa que não seja poupar uns tostões para fugir à lei?
42. Coloquem-se no meu papel e por um minuto ponham entre parêntesis as minhas funções desde que, insisto neste ponto porque é crucial, não haja razões para suspeitar de qualquer ilegalidade.
43. *A verdade é que não me agrada de todo a violação gratuita da minha privacidade.*
44. Por que razão é que devo ter a morada e a foto do local onde vivo nos jornais?
45. Já não me refiro sequer à hipótese de um doido se lembrar de responder a qualquer agravo imaginário do PSD, estragando-me o que puder na dita casa.
46. Ou, no convite ao roubo às suas «fabulosas» riquezas.
47. Ou, no essencial direito de poder passar um dia a ler sem ter que estar a receber petiçãoários de hora a hora.
48. Refiro-me ao meu direito de ter o meu espaço e o meu tempo que não uso para «fazer política», mas para ser eu próprio, como entendo e quero.
49. E não me venham com a história dos «ossos do ofício» ou de que «eu é que assim o escolhi», porque na realidade esses «ossos» não são resultado do ofício, mas sim do que alguns querem fazer dele e que, fazendo o mal e a caramunha, depois atribuem a outrem a responsabilidade de escolhas que ninguém fez.
50. *A questão é que hoje se confunde «transparência» com publicidade, o que não é a mesma coisa.*
51. Eu quero que a «minha casinha» seja «transparente» se nela houver ou possa haver alguma coisa de «opaco».
52. E quem de direito deve poder sobre ela saber tudo sem qualquer restrição.
53. E admito que face a verdadeiras suspeitas e «indícios» entre «quem de direito» está a Comunicação Social.
54. Mas não admito, uma suspeita genérica que considera os «políticos», por o serem, putativos ladrões e transforma a Comunicação Social numa variante moderna da polícia do júri e dos juízes - tudo numa só página.
55. E que sem razão de interesse público se dá ao luxo de violar a privacidade alheia.
56. Não escrevo este artigo com gosto.
57. Para o fazer tive eu próprio que falar de matérias que são da minha privacidade.
58. Mas faço o possível para que, ao falar assim, suscite um problema, uma discussão.
59. Depois, se tiver razão e se puder usar a lei contra a má-fé, a calúnia ou o dolo, não deixarei de o fazer.
60. Quem dorme excelentemente de quinta para sexta e de sexta para sábado, como eu, tem que ter na lei defesa.

61. Porque o resultado das «casinhas» transformadas em palácios, sem justificação no «interesse público», é que gera uma perigosa mistura no mesmo saco entre quem não deve e não teme* e quem deve e teme.
62. E eu não gosto que me misturem com aqueles que metem a mão na massa por aquela simples e trivial razão, que eu não meto a mão na massa.

JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Diário de Notícias*, 23/3/95

* O texto refere "teve".

A minha «casinha» ou o palácio do deputado



JOSÉ PACHECO PEREIRA

Não admito uma suspeita genérica que considera os «políticos», por o serem, putativos ladrões e transforma a comunicação social numa variante moderna da polícia, do júri e dos juizes — tudo numa só página. E que, sem razão de interesse público, se dá ao luxo de violar a privacidade alheia.

ria que não costuma ter autonomia entre os políticos na primeira pessoa.

Certo, como 2 e 2 serem 4, «a minha casinha» sairá nos jornais. Nem poderia ser de outra maneira porque desde a pequena vingança igualizadora («havemos de fazer com que ele pareça igual aos outros») ao voyeurismo público, à escassez de notícias e ao gosto pelo escândalo e até, admito, a uma certa concepção do papel da imprensa, tudo empurra para aí. Tem a comunicação social o direito de inquirir? Tem com certeza, mas apenas com um pequeno senão: se existir suspeita ou indícios de que houve ilegalidades. Só isso pode justificar o «interesse público» da violação da privacidade. Se for assim, estejam à vontade.

E, podem-me responder, como é que nós sabemos se houve ou não ilegalidade sem inquirir? Bom, aí entra-se numa concepção do papel da imprensa como uma espécie de moderna polícia de costumes, ou de inspetora-geral dos políticos, com que eu não concordo. E não concordo porque a Comunicação Social nunca pode ter esse papel genérico sem sérias violações de outros direitos. Direitos de personalidade, direitos de defesa, direitos de recurso que existem nas polícias e nos tribunais democráticos. E depois abrir-se-ia a porta a todas as perseguições selectivas. Por que razão o político A e não o político B? É conhecida a complacência existente em relação a alguns políticos, cujas sucessivas casas não suscitam a menor curiosidade. Talvez porque a obsessão com as casas atinge apenas os políticos com menos recursos. Coisas de classe, pequeno-burguesas, ou snobes.

Mas voltemos às ilegalidades, que essas sim são de interesse público. Se eu tivesse feito alguma coisa de errado, ou se alguém suspeitasse fortemente

TAMBÉM eu estou a cometer o crime mais perigoso para um político nos dias de hoje: a construir «a minha casinha». Neste caso, a reconstruir. O bom povo de M. olha para a ruína que pouco a pouco se está a transformar numa casa decente (e a meus parciais olhos bonita) e diz: «O senhor doutor ainda vai ter problemas.» Eu ouço-os na sua infinita sabedoria que incorporou «em tempo real», como agora se diz, algumas idiosincrasias de alguma imprensa. Como eles percebem bem! E que hei-de fazer? Partilho pois com os leitores do *Diário de Notícias* uma reflexão sobre os meus dilemas nesta matéria.

que houvesse ilegalidade eu compreenderia perfeitamente que a «casinha» viesse nos jornais. Mas a minha convicção é de que virá na mesma, ainda que não haja nada a apontar-me. E a verdade é que, ao vir, isso significa sempre duas coisas que me são profundamente desagradáveis: uma, a da natural violação de privacidade; outra, a de me misturar na imaginário público com outras «casinhas» com que não quero nem devo ser misturado. Quem o fizer sabe que indicia essa mistura e isso é para mim má-fé e terá resposta bem pouco complacente.

Como homem prevenido vale por dois, eu tenho uma larga gaveta cheia de papéis à espera de ver «a minha casinha» transformada no *Palácio do Deputado*, num artigo ou reportagem recheada daqueles artifícios com que os jesuitas conseguem provar tudo, a omissão veri e a sugestio falsi. Compreendo muito bem a animação que nalgumas redacções pode haver quanto à presa: «Temos uma casinha em vista e logo, imaginem, do Pacheco Pereira...» E faz-se, de imediato, um plano de ataque: será que pagou o que devia ao fisco, será que declarou na escritura o preço real da compra, será que a casa não valerá mais do que parece (aqui está um ponto sempre seguro para a sugestio falsi), será que tem as licenças para obras, será que não fez os muros um metro mais altos, será que...

E eu lá vou acumulando cem mil prudências na gaveta: fotocópias de cheques, fotografias da casa como era antes, escrituras, documentos de empréstimo, documentos de despesa, IVAs, IRS... E lá vou eu pensando também com alguma ironia: engraçada esta obsessão com as «casinhas» no património. Então não se apercebem que lá dentro está uma realidade patrimonial, que me custou em todos estes anos de vida muito mais do que a casa: os livros? A 60 contos o metro de estante, vezes umas centenas de metros de prateleiras... como é que eu gastei tanto dinheiro em livros? Devia ter poupado para não ter que pedir dinheiro emprestado para fazer a «casinha»... Tudo isto seria um pouco ridículo se não fosse perigoso e se não fosse revelador de algumas interessantes coisas de mentalidade e de cultura: as casas são riqueza, os livros não.

Podia-se dizer que era fácil calar estas bocas com a «transparência» que agora se apresenta como panaceia universal? De facto, pensei em levar lá todos os jornalistas interessados, mostrar-lhes a casa e pôr em cima da mesa todos os papéis e dizer-lhes: «Vejam e depois deixem-me em paz.» Mas esta solução, cómoda para mim, não me satisfaz porque levar-me-ia a violar algumas coisas que tenho defendido. Por que raio é que tenho que violar a minha privacidade como se tivesse de provar a «inocência» face aos jornais, quando, mesmo face aos tribunais, é o Estado que tem que demonstrar a mi-

nha culpa? Por que razão é que hei-de ser tratado como um criminoso em potência ou alguém que não pensa noutra coisa que não seja poupar uns tostões para fugir à lei?

Coloquem-se no meu papel e por um minuto ponham entre parêntesis as minhas funções desde que, insisto neste ponto porque é crucial, não haja razões para suspeitar de qualquer ilegalidade. A verdade é que não me agrada de todo a violação gratuita da minha privacidade. Por que razão é que devo ter a morada e a foto do local onde vivo nos jornais? Já não me refiro sequer à hipótese de um doido se lembrar de responder a qualquer agravo imaginário do PSD, estragando-me o que puder na rua casa. Ou, no convite ao roubo às suas «fabulosas» riquezas. Ou, no essencial direito de poder passar um dia a ler sem ter que estar a receber petiçãoários de hora a hora. Refiro-me ao meu direito de ter o meu espaço e o meu tempo que não uso para «fazer política», mas para ser eu próprio, com) entendendo e quero.

E não me venham com a história dos «ossos do ofício» ou de que «eu é que assim o escolhi», porque na realidade estes «ossos» não são resultado do ofício, mas sim do que alguns querem fazer dele e que, fazendo o mal e a caramunha, depois atribuem a outrem a responsabilidade de escolhas que ninguém fez.

A questão é que hoje se confunde «transparência» com publicitação, o que não é a mesma coisa. Eu quero que «a minha casinha» seja «transparente» se nela houver ou possa haver alguma coisa de «opaco». E quem de direito deve poder sobre ela saber tudo sem qualquer restrição. E admito que face a verdadeiras suspeitas e «indícios» entre «quem de direito» está a Comunicação Social. Mas não admito, uma suspeita genérica que considera os «políticos», por o serem, putativos ladrões e transforma a Comunicação Social numa variante moderna da polícia do júri e dos juizes — tudo numa só página. E que sem razão de interesse público se dá ao luxo de violar a privacidade alheia.

Não escrevo este artigo com gosto. Para o fazer tive eu próprio que falar de matérias que são da minha privacidade. Mas faço o possível para que, ao falar assim, suscite um problema, uma discussão. Depois, se tiver razão e se puder usar a lei contra a má-fé, a calúnia ou o dolo, não deixarei de o fazer.

Quem dorme excelentemente de quinta para sexta e de sexta para sábado, como eu, tem que ter na lei defesa. Porque o resultado das «casinhas» transformadas em palácios, sem justificação no «interesse público», é que gera uma perigosa mistura no mesmo saco entre quem não deve e não teve e quem deve e teme. E eu não gosto que me misturem com aqueles que meitem a mão na massa por aquela simples e trivial razão, que eu não meto a mão na massa.

LIDO

Quando Orson Welles planeou, em 1938, a célebre transmissão radiofónica da Guerra dos Mundos (...) fechou os olhos e encostou o dedo a um ponto do mapa. Quando abriu os olhos, o dedo indicava Grover's Mill, Nova Jérsei. Mas o que é que acontece em Grover's Mill quando não há marcianos a aterrar?

Phil Patton, *Wired*

Tal como o conceito de biodiversidade está a desenvolver-se como uma preocupação geral quanto à natureza, devíamos negociar um contrato para a mediodiversidade, numa mediação que está a ser constantemente ameaçada por uma crescente uniformidade de conteúdo, devido ao desenvolvimento das redes globais.

Régis Debray, *ibidem*

Imaginem uma televisão em circuito fechado que só nos mostrasse o constante e o imutável, a rotina de uma praça de aldeia, do centro de uma cidade, de uma savana ou da pradaria. Televisão emitida a partir de todos os Grover Mill do planeta, no Tibete, no Gana, em Taipé ou em Tirana. A ideia é esta: ponham um globo a girar e atirem as setas. Para quê? Para nos lembrar o pouco que está a acontecer na maior parte dos sítios, durante a maior parte do tempo. (...) Ficaríamos a perceber melhor o sentido da aldeia global se nos lembrássemos de que ela inclui Grover's Mill. O que é que os marcianos veriam se realmente aterrassem lá?

Phil Patton, *ibidem*

A dominação política significa sempre o desaparecimento de outras formas de ver as coisas. Ao transformarmos três quartos da humanidade num proletariado cultural, estamos a criar uma classe de rebeldes do próximo século, muito mais determinada do que o proletariado económico do século XX.

Régis Debray, *ibidem*

Seleção de Miguel Gaspar

Texto 5

Dissolver o quê?

1. Na querela da dissolução da Assembleia da República, há um problema de tempo, outro de fundamento e um último de precedente.
2. Em qualquer dos casos, a tentação de Mário Soares será forte mas não é boa.
3. Pelo lado dos prazos, Mário Soares optou, conscientemente, por uma gestão lenta e rendilhada da "crise" política.
4. Há mês e meio que o problema está colocado, desde o preciso dia em que o doutor Cavaco anunciou a debandada.
5. Até do ponto de vista formal, o dilema existe há quinze dias, o momento em que a maioria escolheu um novo líder.
6. Obviamente, o Presidente da República já sabe o que vai fazer.
7. Porquê a demora?
8. A única explicação possível é um pecado de vaidade.
9. Mário Soares quer representar uma "importância" que a situação, objectivamente, não tem.
10. Quer polarizar no seu palácio o centro das atenções, mesmo que isso evite a discussão da realidade social e económica, privilegiando uma ficção política de que o primeiro a sair ileso é o Governo.
11. Quer, em suma, prolongar um papel decisivo para além do que as regras recomendam.
12. O arrastamento da querela da dissolução é, aliás, simbólico do *boomerang* que pode provocar.
13. Quanto mais o presidente faz de conta que tem dúvidas, mais o País discutirá se faz bem ou faz mal; e menos o País julgará o que, em eleições, tem para julgar, isto é, um Governo que governou mal na última legislatura.
14. Do ponto de vista dos fundamentos, se é que o direito e a lógica políticas valem alguma coisa, a ideia da dissolução não resiste a um argumentário sério.
15. As únicas circunstâncias em que uma dissolução faz sentido são a perda de confiança política do Presidente no Governo, ou o derrube do Executivo pela maioria parlamentar.
16. Nem um facto nem o outro estão na base da hesitação de Mário Soares.
17. Tanto quanto se percebe, o que o Presidente não aceita é a *legitimidade* do doutor Cavaco após o Congresso.
18. Mas diga-se, em abono de verdade, que isso não chega para dissolver, sobretudo porque o primeiro-ministro pretende cumprir o seu mandato e tem, para isso, o apoio do partido.
19. Seria absolutamente bizarro que Mário Soares, não tendo dissolvido na "crise da Ponte", nem sequer depois de acusar o poder de se constituir em "ditadura de maioria", viesse agora fazê-lo por causa do Congresso dos *laranjinhas*.
20. O argumento secundário, aliás, também não colhe.

21. Quem diz que a confiança económica está em degradação, não explica como ficará melhor em período de dissolução.
22. Nesta matéria, aliás, os eleitores devem ser habituados à responsabilidade.
23. Foram os eleitores que escolheram este Governo e esta política.
24. Sofrem agora as suas consequências.
25. Pretender que a dissolução permite "melhorar" a economia, é pensar nela como uma espécie de "voto correctivo", o que é absurdo.
26. Por fim, vejamos o problema do precedente.
27. Em Portugal, o calendário eleitoral está prescrito na Constituição e não é dado aos partidos, felizmente, o direito de escolher quando querem ir a votos.
28. Nesse ponto, a única margem de liberdade foi atribuída ao Presidente da República.
29. Ora, se Mário Soares reconhecer que basta um partido político mudar de líder para alterar o ciclo político, está a abrir as portas de par em par a um novo sintoma da partidocracia.
30. A partir de agora, qualquer força que esteja no Governo e passe por dificuldades repetirá irresponsavelmente a jogada da "troca de líder" para assegurar eleições fora de tempo.
31. E nem sequer terá de propor a mudança de primeiro-ministro, porque essa sim, seria a única mudança que o Presidente com todo o direito poderia recusar.
32. Em síntese, e talvez sem o querer, Mário Soares está a partidarizar ainda mais o regime se consentir nesta ideia de que um Congresso, por mais mediático que seja, vale mais do que a Constituição.

PAULO PORTAS, *O Independente*, 4/3/95

pormenores

O PRIMEIRO-MINISTRO PRETENDE QUE o presidente do PSD seja vice-primeiro-ministro. Esta ideia, vista com cuidado, dispensa outros comentários. Logicamente, Fernando Nogueira não fará como vice nada que não fizesse já como ministro da Presidência. Quem pensa que o doutor Cavaco o promoveu, enganase. O doutor Cavaco limita-se a dar um título ao novo líder do PSD. E em matéria de títulos, o último de que Fernando Nogueira necessitava era o de vice. Com uma só palavra, o doutor Cavaco mostra ao País quem manda em quem.

PACHECO PEREIRA ACHA-SE UM democrata quimicamente puro. Para ele, qualquer crítica ao Parlamento é um tique populista. Pacheco vê mesmo populistas em todo o lado, embora, curiosamente, fonte de pecado o dr. Alberto João, com quem partilhou ideias no Congresso. Esta semana, Pacheco Pereira desvendou uma nova recriminação. Segundo ele, o Presidente da República faz muito mal em receber as corporações, vulgar CIP ou CGTP, porque a boa democracia não é corporativa. Este argumento, vindo do ideólogo do regime, é fabuloso. Obviamente, Pacheco Pereira esquece-se de que o cavacoquismo "inventou" uma segunda Câmara oficial, de seu nome Conselho Económico e Social. E aí, e não entre os partidos, que se discute a política salarial. Bem mais grave, é no Conselho Económico e Social, e não no Parlamento, que se "fazem" as leis orçamentais, laborais e até fiscais. Qualquer observador percebe que, no costume cavacoquista, esse tipo de leis é decidido entre o Governo e os parceiros sociais e só vai ao Parlamento para mera confirmação. O neo-corporativismo não nasceu em Belém. Nasceu com o "companheiro Cavaco" que, de resto, sempre deu gás às "forças vivas" para neutralizar as forças políticas.

NO PROBLEMA DAS REFORMAS DOS deputados há duas iniquidades. São os oito anos como condição para receber o direito de acumular pensões. O PS achou-se ultrapassado no assunto e, vai daí, fez um projecto bizarro. Em vez de oito anos, o PS propõe doze. A iniquidade fica na mesma. Mas, para que nada mude de verdade, o PS propõe que os futuros deputados possam escolher entre a lei actual e a "lei" PS. Eis uma forma de o PS ser oposição sem posição.

BALLADUR - OS CINICOS CHAMAM-LHE Balladur - está em dificuldades. Não era segredo para ninguém que o primeiro-ministro francês, tipicamente orleanista, tinha horror ao "contacto" directo com o "povo". Corria o vago rumor de que Balladur, no final de cada visita a feiras, mercados ou comércio, parava num cantinho para, discretamente, limpar as mãos com um impecável lenço. A realidade, no entanto, excedeu as previsões. Balladur decidiu ir a efusões e cumprimentos com luva posta. Os assessores de imagem deturpam as mãos à cabeça e pediram-lhe o "pequeno esforço" de apertar a mão dos eleitores com a sua própria mão. Balladur cedeu. Com tanta falta de jeito que, rezam as crónicas, partiu o dedo mindinho. Há pessoas que não nascem para ser eleitas.

Antes pelo contrário



PAULO PORTAS

Dissolver o quê?

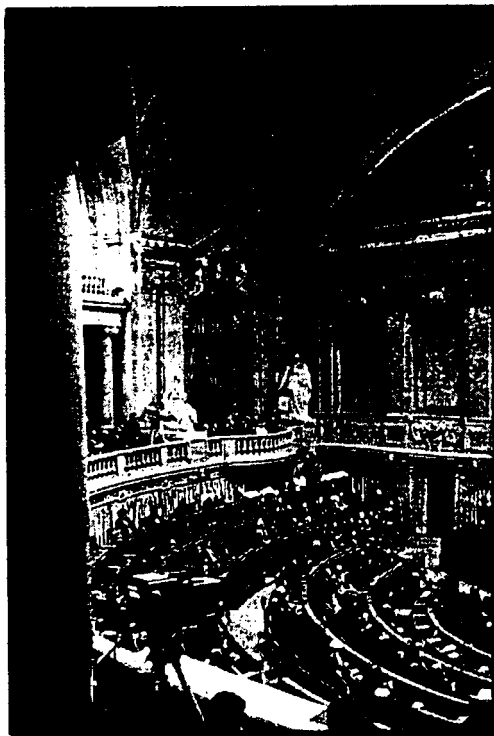
N a querela da dissolução da Assembleia da República, há um problema de tempo, outro de fundamento e um último de precedente. Em qualquer dos casos, a tentativa de Mário Soares será forte mas não é boa.

Pelo lado dos prazos, Mário Soares optou, conscientemente, por uma gestão lenta e rendilhada da "crise" política. Há mês e meio que o problema está colocado, desde o preciso dia em que o doutor Cavaco anunciou a debandada. Até do ponto de vista formal, o dilema existe há quinze dias, o momento em que a maioria escolheu um novo líder. Obviamente, o Presidente da República já sabe o que vai fazer. Porquê a demora? A única explicação possível é um pecado de vaidade. Mário Soares quer representar uma "importância" que a situação, objectivamente, não tem. Quer polarizar no seu palácio o centro das atenções, mesmo que isso evite a discussão da realidade social e económica, privilegiando uma ficção política de que o primeiro a sair ileso é o Governo. Quer, em suma, prolongar um papel decisivo para além do que as regras recomendam. O arrastamento da querela da dissolução é, aliás, simbólico do boomerang que pode provocar. Quanto mais o Presidente faz de conta que tem dúvidas, mais o País discutirá se faz bem ou faz mal; e menos o País julgará o que, em eleições, tem para julgar, isto é, um Governo que governou mal na última legislatura.

Do ponto de vista dos fundamentos, se é que o direito e a lógica política valem alguma coisa, a ideia da dissolução não resiste a um argumentário sério. As únicas circunstâncias em que uma dissolução faz sentido são a perda de confiança política do Presidente no Governo, ou o derrube do Executivo pela maioria parlamentar. Nem um facto nem o outro estão na base da hesitação de Mário Soares. Tanto quanto se percebe, o que o Presidente não aceita é a legitimidade do doutor Cavaco após o Congresso. Mas diga-se, em abono de verdade, que isso não chega para dissolver, sobretudo porque o primeiro-ministro pretende cumprir o seu mandato e tem, para isso, o apoio do partido. Seria absolutamente bizarro que Mário Soares, não tendo dissolvido na "crise da Ponte", nem sequer depois de acusar o poder de se

constituir em "ditadura de maioria", viesse agora a fazê-lo por causa do Congresso dos *lavanjinhas*. O argumento secundário, aliás, também não colhe. Quem diz que a confiança económica está em degradação, não explica como ficará melhor em período de dissolução. Nesta matéria, aliás, os eleitores devem ser habituados à responsabilidade. Foram os eleitores que escolheram este Governo e esta política. Sofrem agora as suas consequências. Pretender que a dissolução permite "melhorar" a economia, é pensar nela como uma espécie de "voto correctivo", o que é absurdo.

Por fim, vejamos o problema do precedente. Em Portugal, o calendário eleitoral está prescrito na Constituição e não é da dos partidos, felizmente, o direito de escolher quando querem ir a votos. Neste ponto, a única margem de liberdade foi atribuída ao Presidente da República. Ora, se Mário Soares reconhecer que basta um partido político mudar de líder para alterar o ciclo político, está a abrir as portas de par em par a um novo sintoma da partidocracia. A partir de agora, qualquer força que esteja no Governo e passe por dificuldades repetirá irresponsavelmente a jogada da "troca de líder" para assegurar eleições fora de tempo. E nem sequer terá de propor a mudança de primeiro-ministro, porque essa sim, seria a única mudança que o Presidente com todo o direito poderia recusar. Em síntese, e talvez sem o querer, Mário Soares está a partidizar ainda mais o regime se consentir nesta ideia de que um Congresso, por mais mediático que seja, vale mais do que a Constituição.



ALBERTO PICCO

Se Mário Soares dissolver o Parlamento, o País julgará a dissolução e não a governação.

O Congresso do PSD de Dezembro de 1995

1. Dezembro de 1995.
2. O PSD leva a cabo um congresso extraordinário, em sequência da derrota eleitoral de Outubro.
3. Fernando Nogueira, acabrunhado, visivelmente abatido pelo desaire, anunciara na noite do escrutínio que se demitia de presidente do partido.
4. Algumas (poucas) vozes de amigos partidários se levantaram para o demover, mas em vão.
5. São feitos discretos apelos para que Cavaco Silva intervenha em favor da manutenção de Nogueira, mas Cavaco não mexe uma palha.
6. De resto, a influência de Cavaco descera abruptamente nos últimos meses, sobretudo dentro do próprio PSD.
7. De imediato surgem três candidatos a líder, Durão Barroso, Luís Filipe Meneses e Santana Lopes.
8. Pacheco Pereira também é empurrado por correligionários, mas recusa avançar, apesar de a comunicação social mostrar grande apreço por esta quase-candidatura.
9. Barroso, na primeira reacção pública após as eleições, diz-se em "estado de choque" face ao revés, afirmação que alguns companheiros de partido (nogueiristas) qualificam de "plágio óbvio e lamentável".
10. Barroso é a alternativa natural dos descontentes, a referência dos inconformados, e a sua candidatura aparece desde logo como a virtual ganhadora.
11. Ele promete uma luta sem quartel ao governo socialista, "por todos os meios ao nosso alcance".
12. Instado a esclarecer se esses "meios" incluem a rua, a resistência cívica, não dissipa totalmente as dúvidas a propósito da questão, deixando no ar uma promessa de oposição musculada que agrada sobretudo à JSD e aos sectores mais agressivos do partido.
13. Meneses reclama-se do PSD profundo, dos valores, de Sá Carneiro.
14. Algumas distritais estão com ele, mas escasseiam-lhe dramaticamente os quadros, os nomes sonantes.
15. É por acréscimo fustigado por uma "má imprensa" manifesta, persistente.
16. "O Independente" revela-se particularmente duro para com este homem, que apresenta como um provinciano sem relevo nem chama.
17. José António Saraiva, no "Expresso", qualifica o grupo que suporta Meneses como "eixo nortista, basista e antiliberal", numa "boutade" que, por uma vez, resulta cruelmente conseguida.
18. Santana Lopes reedita praticamente o protagonismo de Fevereiro, com as mesmas ideias, mas sem lograr descolar.

19. A princípio, corre que Alberto João Jardim o vai apoiar, mas o dirigente madeirense mantém afinal o seu silêncio até ao congresso, onde se revelará singularmente apagado e acabará por votar novamente em Barroso.
20. Santana concita a simpatia de muitos mas continua longe do poder, transmitindo a sensação de que, no partido, não o levam verdadeiramente a sério.
21. Os alinhamentos sucedem-se na semana que antecede o congresso.
22. Os ex-ministros de Cavaco estão em peso com Barroso.
23. Um editorial de Vicente Jorge Silva, no PÚBLICO, acentua que, nos seguidores de Barroso, há material para constituir, pelo menos, quatro ou cinco governos.
24. Entre os vices barrosistas encontram-se Álvaro Barreto, Leonor Beleza e Ângelo Correia.
25. Meneses tem numerosos históricos do partido, mas a contagem de espingardas é-lhe, na abertura do congresso, irresistivelmente desfavorável.
26. Detalhe inesperado: Lucas Pires, que entrara no PSD em Abril, apoia Meneses, opção que ninguém entende.
27. Há quem maliciosamente rotule semelhante atitude como "uma cura de antiportunismo" do ex-líder centrista.
28. Quanto a Santana, nada de apoiantes de encher o olho.
29. O congresso começa com cobertura mediática esmagadora, que aliás irá esmorecendo à medida que a vitória de Barroso se for evidenciando como inevitável.
30. No primeiro dia, Nogueira não está presente, o que suscita largos comentários.
31. Cavaco aparece, provocando contudo pouca emoção.
32. O "Diário de Notícias" enche a sua primeira página com a foto de um Cavaco ensimesmado, sob o seguinte comentário, a letras garrafais: "Sic* transit gloria mundi".
33. O primeiro discurso de Barroso é tonitruante, telúrico.
34. O país caiu no "descalabro", a situação é de "pré-ruptura democrática", de "bancarrota iminente".
35. O primeiro-ministro António Guterres é comparado a Calígula, a Átila, a Kim Il Sung.
36. O socialismo, completamente confundido na diatribe barrosista com o comunismo (e com a anarquia), é apresentado como a própria essência do Mal.
37. A sala, em delírio, aplaude.
38. Marcelo Rebelo de Sousa, na hora, classifica o discurso (que reputa de "cordato" e de "espantosamente inteligente") com excepcionais 19 valores.
39. Eurico de Melo, que preside ao congresso, dá ideia de estar um pouco contrafeito, as câmaras mostram-no hirtó, carrancudo.
40. O congresso fica definitivamente marcado por este começo fulminante.
41. Afigura-se que tudo está decidido.
42. Até a comunicação social se afasta, além de tudo aturdida pela violência verbal extrema que avassalou o congresso.

* O texto refere "sic".

43. Inclusivamente os menesistas enveredam por um tom forte, marcadamente afirmativo, assumindo a moda que sentem irreversível.
44. Os ataques ao governo sucedem-se com terrível vigor.
45. Todos afinam pelo diapasão de que o executivo de Guterres não vai durar mais de seis meses, um ano no máximo.
46. Curiosamente, Mário Soares é poupado, prevalecendo a convicção subliminar ao congresso de que as fissuras que já pressentem entre o Presidente e Guterres podem ser aproveitadas em favor do PSD, até porque Soares está a poucos meses de sair da ribalta.
47. O único problema realmente (e publicamente) embaraçoso para o congresso passa a ser a eleição presidencial.
48. Conhecida desde Julho a decisão de Cavaco de não se candidatar, os meses seguintes assistiram a episódios simultaneamente confusos e infrutuosos no seio do PSD, em ordem a arranjar um candidato credível.
49. Depois de Eurico de Melo dizer que não, de Mota Amaral o imitar, de Balsemão bater com a porta (incompatibilizou-se com Nogueira, por razões pouco esclarecidas), de hipóteses desesperadas (Barbosa de Melo, Deus Pinheiro) falharem, Eanes acabou por remanescer como única solução "decente".
50. Mas o congresso quase não se referiu ao candidato oficioso do partido, mantendo na matéria um pacto de pudor em geral respeitado.
51. As eleições finais confirmam tudo o que se torna previsível.
52. Barroso tem 73 por cento dos congressistas, contra 19 por cento de Meneses e oito por cento de Santana, que desta vez vai até ao fim.
53. O discurso de consagração do vencedor faz a sala ir abaixo, abundando em frases incendiárias que visivelmente agarram os circunstantes.
54. Os mais atentos reparam que Barroso não chama os vencidos para com eles selar a unidade partidária, como Nogueira fizera no congresso anterior.
55. O PÚBLICO resume, no dia seguinte, uma convicção consensual, ao exclamar, na primeira página: "Acabou o recreio no PSD. Agora é a sério".
56. Dias conturbados espreitam Portugal em 1996.

SEBASTIÃO LIMA REGO, *Público*, 20/3/95

O Congresso do PSD de Dezembro de 1995

Sebastião Lima Rego

Dezembro de 1995. O PSD leva a cabo um congresso extraordinário, em sequência da derrota eleitoral de Outubro. Fernando Nogueira, acabrunhado, visivelmente abato pelo desaire, anuncia na noite do escrutínio que se demitia de presidente do partido. Algumas (poucas) vozes de amigos partidários se levantaram para o demover, mas em vão. São feios discretos apelos para que Cavaco Silva intervenha em favor da manutenção de Nogueira, mas Cavaco não mexe uma palha. De resto, a influência de Cavaco desce abruptamente nos últimos meses, sobretudo dentro do próprio PSD.

De imediato surgem três candidatos a líder, Durão Barroso, Luís Filipe Meneses e Santana Lopes. Pacheco Pereira também é empurrado por coreligionários, mas recusa avançar, apesar de a comunicação social mostrar grande apreço por esta quise-candidatura.

Barroso, na primeira reacção pública após as eleições, diz-se "em estado de choque" face ao revés, afirmação que alguns companheiros de partido (nogueiristas) qualificam de "plágio óbvio e lamentável". Barroso é a alternativa natural dos descontentes, referência dos infortunados, e a sua candidatura aparece desde logo como a virtual ganhadora. Ele promete uma luta sem quartel ao governo socialista, "por todos os meios ao nosso alcance". Instado a esclarecer se esses "meios" incluem a rua, a resistência cívica, não dissipa totalmente as dúvidas a propósito da questão, deixando no ar uma promessa de oposição musculada que agrada sobretudo à JSD e aos sectores mais agressivos do partido.

Meneses reclama-se do PSD profundo, dos valores, de Sá Carneiro. Algumas distâncias estão com ele, mas escasseiam-lhe dramaticamente os quadros, os nomes sonantes. É por acréscimo fugitado por uma "má imprensa" manifestada, persistente. "O Independente" revela-se particularmente duro para com este homem, que apresenta como um provinciano sem relevância nem chama. José António Saraiva, no "Expresso", qualifica o grupo que suportou Meneses como "eixo nortista, basista e antiliberal", numa "boutade" que, por uma vez, resulta cruelmente conseguida.

Santana Lopes faz uma reza praticamente o protagonista de Fevereiro, com as mesmas ideias, mas sem lograr descolar. A princípio, corre que Alberto João Jardim o vai apoiar, mas o dirigente madeirense mantém afinal o seu silêncio até ao congresso, onde se revelou singularmente apagado e acabará por votar novamente em Barroso. Santana concita a simpatia de muitos mas continua longe do poder, transmitindo a sensação de que, no partido, não o levam verdadeiramente a sério.

Os alinhamentos sucedem-se na semana que antecede o congresso. Os ex-ministros de Cavaco estão em peso com Barroso. Um editorial de Vicente Jorge Silva, no PÚBLICO, acentua que, nos seguidores de Barroso, há material para constituir, pelo menos, quatro ou cinco governos. Entre os vices barrosistas encontram-se Álvaro Barreto, Leonor Beleza e Ângelo Correia. Meneses tem numerosos históricos do partido, mas a contagem de espingardas é-lhe, na abertura do congresso, irresistivelmente desfavorável. Detalhe inesperado: Lucas Pires, que entrara no PSD em Abril, apoia Meneses, opção que ninguém entende. Há quem maliciosamente rotule semelhante atitude como "uma cura de antiportunismo" do ex-líder centrista.

Conhecida desde Julho a decisão de Cavaco de não se candidatar, os meses seguintes assistiram a episódios simultaneamente confusos e infrutuosos no seio do PSD, em ordem a arranjar um candidato credível. Depois de Eurico de Melo dizer que não, de Mota Amaral o imitar, de Balsemão bater com a porta (...), de hipóteses desesperadas (...) falharem, Eanes acabou por remanescer como a única solução "decente".

Quanto a Santana, nada de apoiantes de encher o olho.

O congresso começa com cobertura mediática esmagadora, que aliás irá esmorecendo à medida que a vitória de Barroso se for evidenciando como inevitável. No primeiro dia, Nogueira não está presente, o que suscita largos comentários. Cavaco aparece, provocando contudo pouca emoção. O "Diário de Notícias" enche a sua primeira página com a foto de um Cavaco ensimesmado, sob o seguinte comentário, a letras garrafas: "Sie transit gloria mundi".

O primeiro discurso de Barroso é tonitruante, telúrico. O país caiu no "desalabro", a situação é de "pré-ruptura democrática", de "bancarrota iminente". O primeiro-ministro António Guterres é comparado a Calígula, a Átila, a Kim Il Sung. O socialismo, completamente confundido na diatribe barrosista com o comunismo (e com a anarquia), é apresentado como a própria essência do Mal. A sala, em delírio, aplaude. Marcelo Rebelo de Sousa, na hora, classifica o discurso (que reputa de "cordato" e de "espantadamente inteligente") com excepcionais 19 valores. Eurico de Melo, que preside ao congresso, dá a ideia de estar um pouco contrafeito, as câmaras mostram-no hirtó, carrancudo.

O congresso fica definitivamente marcado por este começo fulminante. Afigura-se que tudo está decidido. Até a comunicação social se afasta, além de tudo atordada pela violência verbal extrema que avassalou o congresso. Inclusive, os meses seguintes enveredam por um tom forte, marcadamente afirmativo, assumindo a moda que sempre irreversível. Os ataques ao Governo sucedem-se com terrível vigor. Todos afinam para a diáspora de que o executivo de Guterres não vai durar mais do que seis meses, um ano no máximo. Curiosamente, Mário Soares é poupado, prevalecendo a convicção subliminar ao congresso de que as fissuras que já pressentem entre o Presidente e Guterres podem ser aproveitadas em favor do PSD, ate porque Soares está a poucos meses de sair da ribalta.

O único problema realmente (e ligeiramente) embaraçoso para o congresso passa a ser a eleição presidencial. Conhecida desde Julho a decisão de Cavaco de não se candidatar, os meses seguintes assistiram a episódios simultaneamente confusos e infrutuosos no seio do PSD, em ordem a arranjar um candidato credível. Depois de Eurico de Melo dizer que não, de Mota Amaral o imitar, de Balsemão bater com a porta (incompatibilizou-se com Nogueira, por razões pouco esclarecidas), de hipóteses desesperadas (Barbosa de Melo, Deus Pinheiro) falharem, Eanes acabou por remanescer como a única solução "decente". Mas o congresso quase não se referiu ao candidato oficioso do partido, mantendo na matéria um pacto de pudor em geral respeitado.

As eleições finais confirmam tudo o que se torna previsível. Barroso tem 73 por cento dos congressistas, contra 19 por cento de Meneses e oito por cento de Santana, que desta vez vai até ao fim. O discurso de consagração do vencedor faz a sala ir abaixo, abundando em frases incendiárias que visivelmente agarram os circunstantes. Os mais atentos reparam que Barroso não chama os Nogueira para com eles selar a unidade partidária, como Nogueira fizera no congresso anterior. O PÚBLICO resume, no dia seguinte, uma convicção consensual, ao exclamar, na primeira página: "Acabou o recreio no PSD. Agora é a sério".

Dias conturbados espertam Portugal em 1996. ■

A reintegração social dos presos

João Carlos Costa*

A revisão do nosso código penal está pronta e em breve o diploma será publicado, e urge que se desencadeie um certo estado de espírito que o articule e complemente com a nossa realidade prisional e o seu ponto basilar e central: o homem punido, privado da liberdade e em cumprimento de pena de prisão. Para tal importa fazer uma ligeira retrospectiva de uma certa gama de reclusos que provêm das disfunções sociais da nossa sociedade e que representam uma grande cifra da população prisional, e que poderão não voltar a reincidir se porventura lhes for dado um mínimo de condições.

Assim, a delinquência, o crime e marginalidade estão, em geral, associados a contextos sócio-económicos desfavorecidos. Começam, numa primeira fase, por ser os excluídos da escola, em que a escolaridade e a aprendizagem nem sempre são completadas, pertencendo na prática ao grupo daqueles que tipificam o insucesso escolar, e, mesmo que concluem essa escolaridade mínima, esta transforma-se mais tarde em analfabetismo funcional, o que problematiza a sua participação na vida social activa. São quase sempre os mais desprovidos da componente intelectual aqueles que, tendo passado pela prisão, estão em piores circunstâncias quando enfrentam o concorrente, exigente e competitivo mercado do trabalho.

Para estes homens, as cadeias onde permanecem, uma parte importante e às vezes significativa das suas vidas, impõem-se toda uma acção concertante com vista à sua reabilitação social. O espaço prisional aparece mau grado como o local mais consentâneo para operar a transformação do homem. As suas virtualidades podem ser exploradas e devem assentar numa ocupação constante, que proporcione uma acumulação de conhecimentos e a ulterior aprendizagem de uma profissão.

A ideia transmitida, comumente aceite e generalizada, de que o preso sai mais criminoso da cadeia do que quando entrou e, por conseguinte, a prisão é como que uma "escola de crime" tende a esbater-se. Há testemunhos de homens que confessam que a estada na prisão teve o condão de interromper intempestivamente a sua toada criminosa, produzindo uma inflexão total nas suas vidas.

Os avanços e aplicação do direito penitenciário nas últimas décadas, a posição do recluso como um sujeito de direitos no contexto da sua estada na prisão, as licenças de saída ao exterior, para visitar e conviver com a família e promover a sua reinserção social, por vezes até para ir trabalhar na sua futura empresa, regressando à noite à cadeia, contrariam essa corrente herdada do século passado, quando os efeitos criminógenos da prisão eram, sim, intensos por via das condições do próprio espaço carcerário, de ambiente de contágio e de influência negativa.

Também os relatos de ex-prisioneiros que foram analfabetos e tiveram na cadeia a oportunidade única, nas suas vidas, para a aprendizagem da leitura e da escrita, concluindo a antiga quarta classe da instrução primária ou um curso de formação profissional, são o testemunho vivo do bom aproveitamento do tempo de clausura.

A cadeia deve assumir-se, na esteira do novo código penal, como um local de reeducação, de opções e oportunidades na vida de um homem, para que em última instância o intimide de facto e não se torne num círculo vicioso, que o faça retornar ao meio do crime e à prisão. O trabalho, a ocupação, o ensino e a aprendizagem surgem como necessários e imprescindíveis. Assumem-se como pedras basilares de uma reintegração social que deve começar no primeiro dia da pena de prisão e será, porventura, um primeiro passo, quicá o mais importante, para a sua reabilitação.

A pena de prisão assume assim um sentido pedagógico e ressocializador, funcionando assim como "escola", mas no bom sentido. ■

* estudioso do sistema prisional português

O estranho bailado da (não) dissolução

1. 1. A CENA política nacional transformou-se num estranho bailado de luzes e sombras, onde ninguém dizia verdadeiramente o que pensava e todos aguardavam que fosse o adversário a dar o primeiro passo em falso.
2. A questão da dissolução é paradigmática.
3. O PSD disse que não queria a dissolução da Assembleia da República, vociferou ameaças contra os desestabilizadores, embora se fosse afirmando, à boca pequena, que, no seu íntimo, também não lhe desagradaria (pelo menos, à nova liderança de Nogueira) a antecipação para Junho.
4. Os socialistas nunca elevaram a voz nesta matéria.
5. Pronunciaram-se em surdina, como se tivessem receio de serem vítimas de si próprios.
6. A admirável compostura de António Guterres - o líder mais bem educado de Portugal - explicava-se porque temia que lhe caíssem em cima os custos da antecipação das eleições.
7. Por sua vez, o secretário-geral da UGT, o socialista João Proença, demarcou-se de Guterres, ao afirmar que tal domínio respeitava, sobretudo, aos partidos políticos, corroborando, deste modo, implicitamente, as críticas formuladas pelo PSD ao Presidente Soares, por misturar as consultas aos partidos com a audição de parceiros sociais.
8. Manuel Monteiro cedo se inclinou para o respeito absoluto pelo calendário eleitoral, não fosse a dissolução precipitar a contagem do eleitorado do recém-crismado Partido Popular.
9. Só o PCP e a CGTP, acompanhados de algumas vozes isoladas, defendiam a dissolução, com persistência, o que, naturalmente, embaraçava António Guterres, receoso de aparecer perante o País apenas na companhia dos comunistas.
10. 2. Não faltavam a Mário Soares excelentes argumentos para dissolver a Assembleia, fosse na perspectiva da conveniência ou da legitimidade políticas.
11. No plano da conveniência, destacava-se a vantagem de abreviar o período de interregno pré-eleitoral, caracterizado pela instabilidade política e económica.
12. No plano da legitimidade, a modificação do estatuto de Cavaco Silva perante o PSD, agora com novo líder, fragiliza o primeiro-ministro e acentua a precariedade do Governo em funções.
13. Nenhum dos argumentos invocados o poupava às críticas do PSD.
14. Aliás, fosse qual fosse a decisão do Presidente, a maioria não deixaria de atacá-la.
15. O «guião» já estava previsto, com ligeiras variantes, consoante as circunstâncias.
16. A dissolução teria, entre outros, o mérito da clareza, poupando o País a um prolongado período de pré-campanha eleitoral.

17. Salvaguardaria também lugar do Presidente, não só por abreviar uma fase de permanente desgaste mas porque evidenciaria que, em sistema semipresidencial, Belém não serve apenas para gerir poderes simbólicos e alimentar guerrilhas com São Bento.
18. 3. Além de promover uma enérgica campanha contra a dissolução, através dos seus porta-vozes e *opinionmakers*, o PSD organizou «fugas de informação», com amplo acolhimento nos *media*, garantindo que, afinal, o partido «laranja» talvez desejasse, em segredo, aquilo que dizia *on the record* não pretender, desde que pudesse, depois, metamorfosear-se em «vítima» do Presidente e, indirectamente, do Partido Socialista.
19. Com esta sofisticada operação ventríloqua, pretendia-se camuflar o óbvio, ou seja, que o único beneficiário da marcação de eleições para Outubro se chama PSD.
20. Com efeito, o partido governamental precisa de tempo para projectar a imagem de Nogueira, enquanto candidato a primeiro-ministro, olear a máquina partidária para a campanha e, sobretudo, colocar os recursos do Governo ao serviço da criação de um clima favorável ao partido «laranja».
21. Certa imprensa interpretou o comunicado de Belém enquanto solução de equilíbrio, como se a dissolução e o reajustamento ministerial correspondessem a dois pratos de uma balança, com peso idêntico ou semelhante.
22. Ora, essa imagem está longe de corresponder à realidade, porque o «prato» da dissolução era muito mais pesado...
23. Opondo-se à proposta inicial de remodelação, escandalosamente moldada a objectivos eleitoralistas, o Presidente salva as aparências, mas não compensa, de forma alguma, o precioso brinde da não dissolução.
24. A modalidade de reajustamento a adoptar é negociável, sem apreciável desgaste, entre o Presidente da República e o primeiro-ministro.
25. Principal e, talvez, único beneficiário da decisão do Presidente da República, o PSD deu-se ainda ao luxo de recebê-la com um comunicado panfletário - escrito na melhor tradição da *psy war* -, onde a rudeza das palavras contrastava com o aspecto plácido e distante com que foram soletradas, perante as câmaras de televisão, pelo comandante Azevedo Soares, discreto ministro do Mar, agora promovido a *aparatchick* e porta-voz partidário.
26. Como se explica esta decisão salomónica - «não à dissolução, não ao reajustamento» - quando todos esperavam que Mário Soares contribuísse para clarificar a situação, abreviando a penosa existência do Governo de Cavaco Silva, agora transformado, por sua própria iniciativa, em precário regente do reino?
27. Como se entende que, tendo dissolvido, em 1987, quando a «maioria de esquerda» - a quem devia a sua eleição - se preparava para formar Governo, perca, agora, a oportunidade de usar - pela segunda e última vez, ao longo dos seus dois mandatos - o poder de dissolução?
28. As conjunturas de 1987 e 1995 não são, obviamente, simétricas, nem o seriam os eventuais fundamentos jurídico-políticos para a dissolução.

29. Mas, no plano político, Soares - «socialista, republicano e laico» - actuaria em consonância com as inúmeras declarações que produziu, ao longo do segundo mandato, contra os perigos das maiorias absolutas e os valores da alternância.
30. O PSD jogou forte e hábil.
31. O reajustamento governamental congeminado por Cavaco Silva - com prévia divulgação mediática, ao arrepio da tradição cavaquista de secretismo - configurou-se como uma provocação, funcionando, aos olhos experimentados de Soares, como convite à prudência.
32. O partido de Cavaco Silva e Fernando Nogueira ganhou o primeiro lance.
33. Não só porque impôs o calendário eleitoral, mas porque mostrou aos Portugueses que o Presidente não se atreve a dissolver contra a opinião do partido do Governo.
34. Quem manda em Portugal?
35. Visivelmente, manda o PSD...
36. Na fase final do seu mandato, Mário Soares procurou jogar pelo seguro, guiando-se pelo universo virtual das sondagens.
37. Temeroso do julgamento da «opinião pública», fortemente condicionada pelo predomínio «laranja» na comunicação social, o Presidente preferiu evitar riscos e remeteu para as guerrilhas de corredor questões que poderiam ter sido resolvidas de forma ática e transparente com a antecipação das eleições.
38. Oxalá não se arrependa de tanta sabedoria.

MÁRIO MESQUITA, *Diário de Notícias*, 10/3/95

O estranho bailado da (não) dissolução



MÁRIO MESQUITA

Soares jogou pelo seguro, guiando-se pelo universo virtual das sondagens. Temeroso do julgamento da «opinião pública», fortemente condicionada pelo predomínio «laranja» na comunicação, remeteu para as guerrilhas de corredor questões que se resolveriam antecipando as eleições.

Nogueira) a antecipação para Junho. Os socialistas nunca elevaram a voz nesta matéria. Pronunciaram-se em súdina, como se tivessem receio de serem vítimas de si próprios. A admirável composição de António Guterres — o líder mais bem-educado de Portugal — explicava-se porque temia que lhe caíssem em cima os custos da antecipação de eleições. Por sua vez, o secretário-geral da UGT, o socialista João Proença, demarcou-se de Guterres, ao afirmar que tal domínio respeitava, sobretudo, aos partidos políticos, corroborando, deste modo, implicitamente, as críticas formuladas pelo PSD ao Presidente Soares, por misturar as consultas aos partidos com a audição de parceiros sociais.

Manuel Monteiro cedo se inclinou para o respeito absoluto pelo calendário eleitoral, não fosse a dissolução precipitar a contagem do eleitorado do recém-cristado Partido Popular.

Só o PCP e a CGTP, acompanhados de algumas vozes isoladas, defendiam a dissolução, com persistência, o que, naturalmente, embarçava António Guterres, receoso de aparecer perante o País apenas na companhia dos comunistas.

2. Não faltavam a Mário Soares excelentes argumentos para dissolver a Assembleia, fosse na perspectiva da conveniência ou da legitimidade políticas. No plano da conveniência, destacava-se a vantagem de abreviar o período de interregno pré-eleitoral, caracterizado pela instabilidade política e económica. No plano da legitimidade, a modificação do esta-

tuto de Cavaco Silva perante o PSD, agora com novo líder, fragiliza o primeiro-ministro e acentua a precariedade do Governo em funções.

Nenhum dos argumentos invocados o poupava às críticas do PSD. Aliás, fosse qual fosse a decisão do Presidente, a maioria não derivaria de atacá-la. O «guilão» já estava previsto, com ligeiras variantes, consoante as circunstâncias.

A dissolução teria, entre outros, o mérito da clareza, poupando o País a um prolongado período de pré-campanha eleitoral. Salvaguardaria também o lugar do Presidente, não só por abreviar uma fase de permanente desgaste mas porque evidenciaria que, em sistema semipresidencial, Belém não serve apenas para germes simbólicos e alimentar guerrilhas como São Bento.

3. Além de promover uma enérgica campanha contra a dissolução, através dos seus porta-vozes e *opinionmakers*, o PSD organizou «lugares de informação», com amplo acolhimento nos *media*, garantindo que, afinal, o partido «laranja» talvez desapa-se, em segredo, aquilo que dizia *on the record* não pretender, desde que pudesse, depois, metamorfosear-se em «vítima» do Presidente e, indirectamente, do Partido Socialista.

Com esta sofisticada operação ventríloquo, pretendia-se camuflar o óbvio, ou seja, que o único beneficiário da marcação de eleições para Outubro se chama PSD. Com efeito, o partido governamental precisa de tempo para projectar a imagem de Nogueira, enquanto candidato a primeiro-ministro, olçar a máquina partidária para a campanha e, sobretudo, colocar os recursos do Governo ao serviço da criação de um clima favorável ao partido «laranja».

Certa imprensa interpretou o comunicado de Belém enquanto solução de equilíbrio, como se a dissolução e o reajustamento ministerial correspondessem a dois pratos de uma balança, com peso idêntico ou semelhante. Ora, essa imagem está longe de corresponder à realidade, porque o «prato» da dissolução era muito mais pesado...

Opondo-se à proposta inicial de remodelação, escandalosamente moldada a objectivos eleitoralistas, o Presidente salva as aparências, mas não compensa, de forma alguma, o precioso brinde da não dissolução. A modalidade de reajustamento a adotar é negociável, sem apreciável desgaste, entre o Presidente da República e o primeiro-ministro.

Principal e, talvez, único beneficiário da decisão do Presidente

da República, o PSD deu-se ainda ao luxo de recebê-la com um comunicado panfletário — escrito na melhor tradição da *psy war* —, onde a rudeza das palavras contrastava com o aspecto placido e distante com que foram soletradas, perante as câmaras de televisão, pelo comandante Azevedo Soares, discreto ministro do Mar, agora promovido a *aparatichuck* e porta-voz partidário.

Como se explica esta decisão salomónica — «não à dissolução, não o reajustamento» — quando todos esperavam que Mário Soares contribuisse para clarificar a situação, abreviando a penosa existência do Governo de Cavaco Silva, agora transformado, por sua própria iniciativa, em precário regente do reino? Como se entende que, tendo dissolvido, em 1987, quando a «maioria de esquerda» — a quem devia a sua eleição — se preparava para formar Governo, perca, agora, a oportunidade de usar — pela segunda e última vez, ao longo dos seus dois mandatos — o poder de dissolução? As conjunturas de 1987 e 1995 não são, obviamente, simétricas, nem o seriam os eventuais fundamentos jurídico-políticos para a dissolução. Mas, no plano político, Soares — «socialista, republicano e laico» — actuaria em consonância com as inúmeras declarações que produziu, ao longo do segundo mandato, contra os perigos das maiorias absolutas e os valores da alternância.

O PSD jogou forte e hábil. O reajustamento governamental congeccionado por Cavaco Silva — com prévia divulgação mediática, ao arripio da tradição cavaquista de secretismo — configurou-se como uma provocação, funcionando, aos olhos experimentados de Soares, como convite à prudência. O partido de Cavaco Silva e Fernando Nogueira ganhou o primeiro lance. Não só porque impôs o calendário eleitoral, mas porque mostrou aos Portugueses que o Presidente não se atreve a dissolver contra a opinião do partido do Governo. Quem manda em Portugal? Visivelmente, manda o PSD...

Na fase final do seu mandato, Mário Soares procurou jogar pelo seguro, guiando-se pelo universo virtual das sondagens. Temeroso do julgamento da «opinião pública», fortemente condicionada pelo predomínio «laranja» na comunicação social, o Presidente preferiu evitar riscos e remeteu para as guerrilhas de corredor questões que poderiam ter sido resolvidas de forma ática e transparente com a antecipação das eleições.

Oxala não se atenda de tanta sabedoria.

LIDO

Nos EUA é suposto termos — e em certa medida temos — o que é referido como uma presidência pessoal (ou plebiscitada). Mas quem é eleito num sistema deste tipo embarca numa montanha russa porque fica dependente dos altos e baixos do sentimento popular. Uma presidência forte é efectiva? Funciona realmente para todo o povo? Ou tornou-se a presidência numa instituição narcisista, imperialista e estática? Talvez seja democrática em certas alturas e imperialista noutras. Talvez tenhamos mais que uma democracia e mais que um sistema político. O desafio é conseguir captar a dinâmica da transformação do regime. É este o único modo de pegar na questão: Que sistema funciona melhor, o parlamentarista ou o presidencialista?

Richard Pious
Political Science Quarterly

Na perspectiva de diferentes espécies de democracia, diferentes níveis de autoridade presidencial e diferentes modos de decisão ao nível da política externa neste mundo, seria presunção tentar generalizar sobre o modo como se faz política externa nas democracias presidencialistas. Por isso, falo exclusivamente sobre o modo como essa política se faz nos EUA. Não duvido de que a separação dos poderes executivo e legislativo neste regime particular impõe obstáculos adicionais, senão insuperáveis, à nossa política externa efectiva levada a cabo pelo Presidente. Obstáculos que um primeiro-ministro de uma democracia parlamentar não terá de enfrentar. Apenas em teoria e aparentemente, o Presidente tem, no nosso sistema de separação de poderes, uma quase ilimitada iniciativa e influência nos assuntos externos.

Theodore C. Sorensen
Ibidem

Seleção de Ivone Gravato

O «*timing*» próprio

1. E DEPOIS, eles perderam a jogada.
2. Queriam a dissolução.
3. Mas já não havia dissolução.
4. Passou a ser essencial que Nogueira não passasse de um sucessor servil, espartilhado entre ser simples ministro no Governo e presidente manietado no PSD.
5. Mas Nogueira chegou para eles e apanhou-os de surpresa.
6. Já era tarde quando deram por isso.
7. Ficaram excessivamente enervados.
8. Tinham de fazer alguma coisa.
9. A visita de Soares à Tunísia trouxe-lhes complicações adicionais.
10. Mas não desistiram.
11. Perpetraram um primeiro comunicado, contra Nogueira, torcendo os factos secundários quanto podiam e calando os essenciais quanto convinha.
12. Mas isto ainda era frouxo e curto.
13. Esperaram então que os Estados Gerais do PS tivessem um impacte convulsivo e galvanizador das almas.
14. Mas tudo aquilo foi de uma mediocridade funerária.
15. Falhou.
16. Havia pois que fazer mais alguma coisa.
17. Então, na noite de um domingo para uma segunda-feira, davam furtivas as três da madrugada, saiu outro comunicado.
18. Uma coisa que se pretendia furibunda, de sobrolho franzido e gesticulação musculada.
19. Desviava as atenções da história da Tunísia; visava suprir tanto o falhanço mediático como a inocuidade substantiva e política dos Estados Gerais; relançava a perturbação no quadro da normalidade, titilando a comunicação social na zona do frémito erógeno de uma ameaça penal sobre a acção dos partidos.
20. Era o espectro lívido da censura travestido da lei da rolha.
21. Não interessava que tivesse já decorrido uma porção de dias sobre o comunicado lido por Azevedo Soares.
22. Menos interessava que se fizesse tábua rasa das numerosas proclamações do PR quanto a nunca reagir às tomadas de posição dos partidos.
23. E nem valia a pena considerar que, reiterada e sucessivamente, o comportamento de Soares ante as críticas mais violentas de que, ao longo de meses e anos, foi sendo alvo, mostra à saciedade não se ter ele ressentido, ou sentido minimamente ofendido ou lesado, por intervenções que, na verdade, muitas vezes lhe questionavam duramente a isenção política, mas não lhe beliscavam, nem ao de leve, a honra e a consideração.
24. Criticar a forma desequilibrada como um mandato seja exercido questiona necessariamente a isenção política do seu titular e supõe a intencionalidade dos actos que ele pratica.
25. Só se o PR fosse irresponsável é que não seria assim.

26. Mas Soares, que era, nesse aspecto, modelo de *fair play*, de tolerância, de acatamento da liberdade de expressão; Soares, que de tudo isso fazia ponto de honra; Soares, a quem tudo isso permitia agarrar-se ainda a uma imagem complacente de Presidente de *todos* os Portugueses, ficou colocado agora sob as gambiarras da veleidade inquisitorial.
27. Mudou de registo e de concepções?
28. Ou apresenta-o assim uma entidade, chamada serviços da Presidência, até aqui mortificamente burocrática, e agora pelos vistos presa de guinadas súbitas?
29. Enfim, eles acharam que era preciso instabilizar desse lá por onde desse.
30. Pôr tudo outra vez em alvoroço a qualquer preço.
31. Reabrir a instância da dissolução.
32. Mas o País não ligou meia.
33. Por uma vez dou razão parcial a Guterres.
34. Surgiu então a tese peregrina da «legítima defesa» por interposto comunicado.
35. E as glosas correspondentes e excitadíssimas, fortes, fiéis, façanhudas, desagravantes.
36. Convenceram então Soares a afivelar um ar carregado e *maussade*.
37. E a declarar que ele também tinha o seu *timing* próprio.
38. A plateia emudeceu de espanto.
39. O que era isso de o PR ter um *timing* próprio?
40. Para que serviria afinal o PR ter um *timing* próprio?
41. Para defender as instituições?
42. Mas as instituições defendem-se frontal, desassombrada e imediatamente.
43. É esse o único *timing* próprio possível do PR.
44. Numa situação de normalidade democrática, não há para defendê-las mais nenhum, e muito menos estratégias programadas ao retardador.
45. Se o PR argumenta, displicente, ao microfone da reportagem, que tem um *timing* próprio, seria bom que imediatamente desse a conhecer que outras e distintas finalidades podem ser as da gestão desse *timing*.
46. Soares tem, na Constituição, o *timing* próprio, necessário e suficiente, para praticar os seus actos e para exprimir os seus desacordos.
47. Fora do quadro do funcionamento desses mesmos meios, sempre no *timing* próprio, não tem mais nenhum.
48. À obrigação de, segundo os ditames da lei e da sua consciência, se opor, pela via constitucional, àquilo de que discorde, sucede, nos outros casos, a obrigação de «estar de acordo», de dar uma concordância que tem de ser formal e substantiva ao mesmo tempo.
49. Por definição, a harmonia institucional é outro ditame imperativo da lei e da sua consciência.
50. E há também, para isso tudo, um *timing* próprio que se organiza em ciclos de quatro anos, sendo, neles, o *timing* próprio do PR constituído pelos prazos fixados para o exercício dos seus poderes.
51. O *timing* próprio do PR não pode servir para o descontrolo acelerado e corrosivo da vida política.
52. Nem gerar danos de confiança por atitudes intempestivas.
53. Nem abrir a porta à arbitrariedade descabelada.
54. Nem fazer a normalidade democrática esvair-se como fumo numa manhã de vento.
55. O *timing* próprio seria então um *timing* desregulado.

56. O PR é a suprema instituição unipessoal do sistema e nele convergem, se confundem e se solidarizam, necessariamente, a pessoa do titular da função e o exercício dessa função.
57. Em nome dos *timings* próprios, não podem aceitar-se «vetos simbólicos» *ex-post*, como no último caso da ponte, nem «vetos simbólicos» a um veto anterior, como no caso do Europarque, nem pronunciamentos retardados, fora de todas as normas, fora de todas as praxes, fora de todos os comportamentos tipificados, fora de toda a normalidade da vida jurídica e política, como na caso dos aberrantes comunicados que os serviços da Presidência puseram a circular.
58. Mas parece haver ainda quem continue a obstinar-se na dissolução do Parlamento.
59. Quem pretenda que a fase final do mandato presidencial seja um descalabro.
60. Quem tenha também o seu *timing* próprio e ande a tentar impingi-lo ao Presidente.
61. Entretanto, Cavaco Silva fica por cima, competente, contido, conciliador.
62. Tornou-se o referente da estabilidade, numa altura em que soçobram* outras garantias.
63. O que vale é ainda haver quem tenha um *timing* próprio sem ambiguidades.

VASCO GRAÇA MOURA, *Diário de Notícias*, 22/3/95

* O texto refere “sossobram”.

O «timing» próprio



VASCO GRACA MOURA

Parece haver ainda quem continue a obstinar-se na dissolução do Parlamento. Quem tenha também o seu «timing» próprio e ande a tentar impingir-lo ao Presidente. Entretanto, Cavaco Silva fica por cima, competente, conciliador. O que vale é ainda haver quem tenha um «timing» próprio sem ambiguidades.

ram. Perpetraram um primeiro comunicado, contra Nogueira, torcendo os factos secundários quanto podiam e calando os essenciais quanto convinha. Mas isto ainda era frouxo e curto. Esperaram então que os Estados Gerais do PS tivessem um impacto convulsivo e galvanizador das almas. Mas tudo aquilo foi de uma mediocridade funerária. Falhou. Havia pois que fazer mais alguma coisa. Então, na noite de um domingo para uma segunda-feira, davam furtivas as três da madrugada, saiu outro comunicado. Uma coisa que se pretendia furi-bunda, de sobrolho franzido e gesticulação musculada. Desviava as atenções da história da Tunísia; visava suprir tanto o falhanço mediático como a inocuidade substantiva e política dos Estados Gerais; relançava a perturbação no quadro da normalidade; titilando a comunicação social na zona do frémito crónico de uma amea-

ça penal sobre a acção dos partidos. Era o espectro lívido da censura travestido da lei da rolha. Não interessava que tivesse já decorrido uma porção de dias sobre o comunicado lido por Azevedo Soares. Menos interessava que se fizesse tábua rasa das numerosas proclamações do PR quanto a nunca reagir às tomadas de posição dos partidos. E nem valia a pena considerar que, reiterada e sucessivamente, o comportamento de Soares ante as críticas mais violentas de que, ao longo de meses e anos, foi sendo alvo, mostra a saciedade não se ter ele ressentido, ou sentido minimamente ofendido ou lesado, por intervenções que, na verdade, muitas vezes lhe questionavam duramente a isenção política, mas não lhe beliscavam, nem ao de leve, a honra e a consideração. Criticar a forma desequilibrada como um mandato seja exercido questiona necessariamente a isenção política do seu titular e supõe a intencionalidade dos actos que ele pratica. Só se o PR fosse irresponsável é que não seria assim. Mas Soares, que era, nesse aspecto, modelo de *fair play*, de tolerância, de acatamento da liberdade de expressão; Soares, que de tudo isso fazia ponto de honra; Soares, a quem tudo isso permitia agarrar-se ainda a uma imagem complacente de Presidente de todos os Portugueses, ficou colocado agora sob as gambiarras da velocidade inquisitorial. Mudou de registo e de concepções? Ou apresenta assim um entidade, chamada serviços da Presidência, até aqui mortificamente burocrática, e agora pelos vistos presa de gúmdas súbitas? Enfim, eles acharam que era preciso instabilizar desse lado por onde desse. Por tudo outra vez em alvoroço a qualquer preço. Reabriu a instância da dissolução. Mas o País não ligou muita. Por uma vez deu razão parcial a Guterres. Surgiu então a tese peregrina da «legítima defesa» por interposto comunicado. E as gloriosas correspondentes e excitadíssimas, fortes, fiéis, façanhudas, desagravantes. Convenceram então Soares a afivelar um ar carregado e *manisado*. E a declarar que ele também tinha o seu *timing* próprio. A platéia emudeceu de espanto. O que era isso de o PR ter um *timing* próprio? Para que serviria afinal o PR ter um *timing* próprio? Para defender as instituições? Mas as instituições defendem-se frontal, desassombrada e imediatamente. É esse o único *timing* próprio possível do PR. Numa situação de normalidade democrática, não há para defendê-las mais nenhum, e muito menos estratégias programadas ao retardador. Se o PR argumenta,

displícite, ao microfone da reportagem, que tem um *timing* próprio, seria bom que imediatamente desse a conhecer que outras e distintas finalidades podem ser as da gestão desse *timing*. Soares tem, na Constituição, o *timing* próprio, necessário e suficiente, para praticar os seus actos e para exprimir os seus desacordos. Fora do quadro do funcionamento desses mesmos meios, sempre no *timing* próprio, não tem mais nenhum. A obrigação de, segundo os ditames da lei e da sua consciência, se opor, pela via constitucional, aquilo de que discorda, sucede, nos outros casos, a obrigação de «estar de acordo», de dar uma concordância que tem de ser formal e substantiva ao mesmo tempo. Por definição, a harmonia institucional é outro ditame imperativo da lei e da sua consciência. E há também, para isso tudo, um *timing* próprio que se organiza em ciclos de quatro anos, sendo, neles, o *timing* próprio do PR constituído pelos prazos fixados para o exercício dos seus poderes. O *timing* próprio do PR não pode servir para o descontrolo acelerado e corrosivo da vida política. Nem gerar danos de confiança por atitudes intempestivas. Nem abrir a porta à arbitrariedade descabelada. Nem fazer a normalidade democrática esvaí-se como fumo numa manhã de vento. O *timing* próprio seria então um *timing* desregulado. O PR é a suprema instituição unipessoal do sistema e nele convergem, se confundem e se solidarizam, necessariamente, a pessoa do titular da função e o exercício dessa função. Em nome dos *timings* próprios, não podem aceitar-se «vetos simbólicos» *ex-post*, como no último caso da ponte, nem «vetos simbólicos» a um veto anterior, como no caso do Europarque, nem pronunciamentos retardados, fora de todas as normas, fora de todas as praxes, fora de todos os comportamentos tipificados, fora de toda a normalidade da vida jurídica e política, como no caso dos aberrantes comunicados que os serviços da Presidência puseram a circular.

Mas parece haver ainda quem continue a obstinar-se na dissolução do Parlamento. Quem pretenda que a fase final do mandato presidencial seja um descalabro. Quem tenha também o seu *timing* próprio e ande a tentar impingir-lo ao Presidente.

Entretanto, Cavaco Silva fica por cima, competente, contido, conciliador. Tornou-se o referente da estabilidade, numa altura em que sossobram outras garantias. O que vale é ainda haver quem tenha um *timing* próprio sem ambiguidades.

LIDO

No dia 25 de Março, os portões do Indiana Youth Correction Center vão abrir-se de par em par e o prisioneiro 922335 (também conhecido por Mike Tyson) sairá iluminado pelos clarões dos projectores da TV; enfim livre, enfim livre, como algum comentador irá sem dúvida dizer, enfim livre para retomar a sua vida de violência legalizada.

Robert Philip
The Spectator

Estima-se que cinco mil jornalistas, fotógrafos e operadores de câmara estarão presentes para registar o evento, porque não se trata da libertação de um criminoso vulgar, após ter cumprido três anos de uma sentença de seis por violação de uma concorrente a *miss* num quarto de hotel. Partindo do princípio que o talento de Tyson para infligir danos corporais a outros dentro de um ringue não se alterou após passar 37 meses encerrado numa cadeia, o prisioneiro 922335 prepara-se para se transformar no atleta mais rico da história do desporto.

Idem, *ibidem*

Na sua existência prévia como campeão do mundo de pesos, Tyson ganhou 150 milhões de dólares, que lhe permitiram comprar enormes propriedades em Nova Iorque e uma colecção de carros que inclui dois «Rolls-Royces», um «Jaguar», um «Aston-Martin», um «Lagonda», um «Ferrari», um par de «Bentleys» e o inevitável «Lamborghini».

Idem, *ibidem*

Tal como Muhammad Ali rendeu milhões a todos com quem trocou socos — sem faltar um único corte de promotores, assistentes, treinadores e professores do movimento Black Muslim —, também a libertação de Tyson significará, por associação, vastos lucros para muita gente.

Idem, *ibidem*

Seleção de Lúcio de Barros



Um cadáver esquisito

1. O público e os «média» não deram aos «Estados Gerais» do PS a atenção que eles mereciam.
2. Escrevo isto com inteira seriedade, porque eles indicaram claramente a natureza e os previsíveis resultados de um hipotético governo «socialista».
3. Vamos por partes.
4. Os «Estados Gerais» começaram por se atribuir um nome errado, provavelmente sugerido pelo analfabeto de serviço: Estados Gerais eram, no «antigo regime», a reunião conjunta do clero, da nobreza e do povo.
5. Em França, aliás.
6. Em Portugal, o rei convocava as Cortes.
7. E, agora, o PS quis, confusamente, convocar a «sociedade civil», entendendo por «sociedade civil» uma colecção aleatória de indivíduos, que por boas ou más razões não gostavam do dr. Cavaco ou sentiam em si irreprimíveis impulsos de pastorear a Pátria.
8. Não existe melhor receita para estabelecer um regime de puro clientelismo.
9. Desde o princípio que os «Estados Gerais» fervilharam de intrigas sobre quem «ia», quando e para onde: ajudinhas desta espécie nunca são gratuitas.
10. Na prática das coisas, durante cinco longos meses o PS arrebanhou o descontentamento, por grosso ou a retalho, e ouviu o descontentamento com beatitude e zelo.
11. Na prosa esferovite da seita, o propósito consistia em promover «um grande movimento» para que a tal «sociedade civil» pudesse «debater», «participar», «intervir» e «reflectir», em busca dos «valores», «princípios», «propostas» e «soluções», susceptíveis de «orientar» o hipotético governo do eng. Guterres.
12. Parece que, de Bragança a Ponta Delgada, 30 000 paisanos e «destacados especialistas nacionais» compareceram nas festividades e que desses sumarentos crânios saiu «uma nova visão» e «uma nova estratégia» para «uma nova maioria».
13. Muito bem.
14. De que se trata?
15. Pois é - de «um objectivo: o desenvolvimento»; de «uma prioridade: as pessoas»; e de «um instrumento de acção: a reforma do sistema político, do Estado (?)» e da máquina administrativa.
16. A cidadania pode respirar de alívio: o PS não se propõe combater o «desenvolvimento», nem esquecer as «pessoas» e, se o PSD lhe permitir, tentará mesmo, como de costume, aumentar a velha ineficiência e a intrínseca impunidade do Estado.
17. O resto do pomposo preâmbulo ao pomposo «Contrato de Legislatura», que tenho seguido e que os «Estados Gerais» aprovaram, só acrescenta lugares-comuns aos lugares-comuns já citados.
18. Nada o distingue de uma ladainha laica e republicana para beatos reaccionários e caducos.

19. Ó Santa Igualdade!
20. Ora pro nobis.
21. Ó Santa Liberdade!
22. Ora pro nobis.
23. Ó Santa Solidariedade!
24. Ora pro nobis.
25. E, assim, sucessivamente, com as variantes canónicas.
26. Nem lhe faltam arroubos místicos pelas «boas causas» da moda, como a lírica invocação do «direito» (sic) à luz e ao espaço, ao silêncio, à diferença, à vizinhança (sic), ao ambiente e a outras doçuras da vida.
27. Mas, se alguém descer ao «Contrato» propriamente dito, como eu desci ao capítulo «Cultura», depressa verificará a fatal desvantagem da colaboração entre o «povo» e os «destacados especialistas nacionais».
28. A cada doido, sua mania: e, de facto, o «Contrato» pressurosamente recolhe todas as manias de quase todos os doidos em exercício.
29. Não há dinheiro que vede esta espécie de exuberância .
30. Pelos meus cálculos, a «Cultura» do PS custaria com certeza dez vezes mais do que hoje.
31. E Óscar Mascarenhas (DN, 15.3) conta a história emblemática de Mariano Gago pedindo ao «grupo de economia» o pequeno reforço de «uns 200 milhões de contos».
32. Ao que o referido «grupo» respondeu que sim, ora não?, bastava cortar «neste e naquele supérfluo» - no conhecido «supérfluo» de «uns 200 milhões de contos», claro.
33. Naturalíssimo.
34. E foi o produto desta colectiva irresponsabilidade (sem um único número) que uma simpática selecção de «notáveis» resolveu assinar perante o país.
35. Deus lhes perdoe.
36. Mas serviu, ao menos, a triste paródia dos «Estados Gerais» para beneficiar e promover o que por aí se chama «a imagem» do PS?
37. Não serviu.
38. O «Público», que não goza de fama «cavaquista», nem sequer disfarçou o seu geral divertimento (Jerónimo Pimentel, Filipe Santos Costa e Ana Sá Lopes) e José Manuel Fernandes, após algumas cláusulas consolatórias, concluiu que os «Estados», embora pretendessem «orientar», demonstravam a real desorientação do hipotético eng. Guterres (PUB, 8.3).
39. À «esquerda» e à «direita», os malvados «analistas» riram ou protestaram.
40. Na televisão, o espectáculo do encerramento com indivíduos a ler papéis roçou a desgraça.
41. E Manuel Alegre resumiu o verdadeiro espírito dos trabalhos com um verso do seu querido Torga: uma «fúria de loucura mansa que tudo alcança sem alcançar».
42. Segunda-feira, excepto por uma extemporânea irritação de Cavaco, já ninguém se lembrava do caso.
43. E os «ministeriáveis»?
44. Ah, os «ministeriáveis».
45. E a famosa «equipa» do eng.?
46. Ah, a famosa «equipa» do eng.

47. E os «independentes»?
48. Ah, os «independentes».
49. Estavam no Coliseu várias famílias: «socialistas» de persuasões diversas, duas ou três camadas de comunistas arrependidos, revolucionários do PREC com esotéricas origens, PRDês póstumos, «pintasilguistas» à procura da rolha, «inadiáveis» adiados, próceres da democracia cristã e meros «amigos do sr. dr. Mário Soares».
50. O que «unia» esta gente?
51. O «anticavaquismo».
52. Não o da putativa «sociedade civil», o deles; o «anticavaquismo» das carreiras sem destino, das ilusões perdidas, do rancor, da impotência e do cansaço; ou do simples e nobre desejo de «mandar».
53. Uma turva sopa que sem dúvida produzirá, por patente milagre do Altíssimo, os nosso iluminados príncipes do futuro.
54. Segundo a imprensa, serão autênticas revelações, homens «novos» para a «nova» maioria, como Vasco Vieira de Almeida, Silva Lopes, Vítor Constâncio, Fernando Gomes, Jaime Gama, Sérvulo Correia, António Vitorino, José Manuel Tengarrinha, José Luis Judas, António Reis, Aarons de Carvalho, José Magalhães e por aí fora até ao fim dos séculos.
55. Com ou sem ornamentos, o PS não mudou.
56. Meteu a bordo alguns naufragos de aventuras avulsas, sob o estranho pseudónimo de «sociedade civil».
57. Mas não há cosmética que lhe valha.
58. É um cadáver que apodrece lentamente no meio de nós.

VASCO PULIDO VALENTE, *O Independente*, 17/3/95

Às avessas



VASCO PULIDO VALENTE

Um cadáver esquisito

O público e os «média» não deram aos «Estados Gerais» do PS a atenção que eles mereciam. Escrevo isto com inteira seriedade, porque eles indicaram claramente a natureza e os previsíveis resultados de um hipotético governo «socialista». Vamos por partes. Os «Estados Gerais» começaram por se atribuir um nome errado, provavelmente sugerido pelo analfabeto de serviço: Estados Gerais eram, no «antigo regime», a reunião conjunta do clero, da nobreza e do povo. Em França, alias. Em Portugal, o rei convocava as Cortes. E, agora, o PS quis, confusamente, convocar a «sociedade civil», entendendo por «sociedade civil» uma coleção aleatória de indivíduos, que por boas ou más razões não gostavam do dr. Cavaco ou sentiam em si irreprimíveis impulsos de pastorear a Patria. Não existe melhor receita para estabelecer um regime de puro clientelismo. Desde o princípio que os «Estados Gerais» fervilharam de intrigas sobre quem «ia», quando e para onde: ajudinhas desta espécie nunca são gratuitas.

Na prática das coisas, durante cinco longos meses o PS arrebanhou o descontentamento, por grosso ou a retalho, e ouviu o descontentamento com beatitude e zelo. Na prosa esfervente da seita, o propósito consistia em promover «um grande movimento» para que a tal «sociedade civil» pudesse «debater» e «participar», «intervir» e «reflectir», em busca dos «valores», «princípios», «propostas» e «soluções», susceptíveis de «orientar» o hipotético governo do eng. Guterres. Parece que, de Bragança a Ponta Delgada, 30 000 paisanos e «destacados especialistas nacionais» compareceram nas festividades e que desses simantres crânicos saiu «uma nova visão» e «uma nova estratégia». Muito bem. De que se trata? Pois é: de «um objectivo: o desenvolvimento»; de

«uma prioridade: as pessoas»; e de «um instrumento de acção: a reforma do sistema político, do Estado (?)» e da máquina administrativa. A cidadania pode respirar de alívio: o PS não se propõe combater o «desenvolvimento», nem esquecer as «pessoas» e, se o PSD lhe permitir, tentará mesmo, como de costume, aumentar a velha ineficiência e a intrínseca impunidade do Estado. O resto do pomposo preâmbulo ao pomposo «Contrato de Legislação», que tenho seguido e que os «Estados Gerais» aprovaram, só acrescenta lugares-comuns aos lugares-comuns já citados. Nada o distingue de uma ladainha laica e republicana para beatos reaccionários e caducos. O Santa Igualdade! Ora pro nobis. O Santa Liberdade! Ora pro nobis. O Santa Solidariedade! Ora pro nobis. E, assim, sucessivamente, com as variantes canónicas. Nem lhe faltam arroubos místicos pelas «boas causas» da moda, como a lírica invocação do «direito» (sic) à luz e ao espaço, ao silêncio, à diferença, à vizinhança (sic), ao ambiente e outras doçuras da vida. Mas, se alguém descer ao «Contrato» propriamente dito, como eu descí ao capítulo «Cultura», depressa verificará a fatal desvantagem da colaboração entre o «povo» e os «destacados especialistas

nacionais». A cada doido, sua mania: e, de facto, o «Contrato» pressurosamente recolhe todas as manias de quase todos os doidos em exercício. Não há dinheiro que veia esta espécie de exuberância. Pelos meus cálculos, a «Cultura» do PS custaria com certeza dez vezes mais do que hoje. E Oscar Mascarenhas (DN, 15.3) conta a história emblemática de Mariano Gago pedindo ao «grupo de economia» o pequeno reforço de «uns 200 milhões de contos». Ao que o referido «grupo» respondeu que sim, ora não?, bastava cortar «neste e naquele superfluo» - no conhecido «superfluo» de «uns 200 milhões de contos», claro. Naturalíssimo. E foi o produto desta colectiva irresponsabilidade (sem um único número) que uma simpática selecção de «notáveis» resolveu assinar perante o país. Deus lhes perdoe.

Mas serviu, ao menos, a triste paródia dos «Estados Gerais» para beneficiar e promover o que por aí se chama «a imagem» do PS? Não serviu. O «Público», que não goza de fama «cavagista», nem sequer disfarçou o seu geral divertimento (Jerónimo Pimentel, Filipe Santos Costa e Ana Sá Lopes) e José Manuel Fernandes, após algumas cláusulas consolatórias, concluiu que os «Estados», embora pretendessem «orientar»,

demonstravam a real desorientação do hipotético eng. Guterres (PUB, 8.3). A «esquerda» e a «direita», os malvados «analistas» riram ou protestaram. Na televisão, o espectáculo do encerramento com indivíduos a ler papéis roçou o verdadeiro espírito dos trabalhos com um verso do seu querido Torga: «uma fúria de loucura mansa que tudo alcança sem alcançar». Segunda-feira, excepto por uma extemporânea irritação de Cavaco, já ninguém se lembrava do caso.

E os «ministeriaes»? Ah, os «ministeriaes». E a famosa «equipa» do eng. Ah, a famosa «equipa» do eng. E os «independentes»? Ah, os «independentes». Estavam no Coliseu várias famílias «socialistas» de persuasões diversas, duas ou três camadas de comunistas arrependidos, revolucionários do PREC com exóticas origens, PRDes postumosos, «pintasilguistas» a procura da rolha, «inadiáveis» adiados, proceres da democracia cristã e meros «amigos do sr. dr. Mário Soares». O que «uma» esta gente? O «anticavagismo». Não o da putativa «sociedade civil», o deles, o «anticavagismo» das carreiras sem destino, das ilusões perdidas, do rancor, da impotência e do cansaço; ou do simples e nobre desejo de «mandar». Uma nova

sopa que sem dúvida produzirá, por patente milagre do Alissimo, os nossos iluminados princípios do futuro. Segundo a imprensa, serão autênticas revelações, homens «novos» para a «nova» maioria, como Vasco Vieira de Almeida, Silva Lopes, Vítor Constâncio, Fernando Gomes, Jaime Gama, Servulo Correia, António Vitorino, José Manuel Tengarrinha, José Luís Judas, António Reis, Aarons de Carvalho, José Magalhães e por aí fora até ao fim dos séculos.

Com ou sem ornamentos, o PS não mudou. Meteu a bordo alguns naufragos de aventuras avulsas, sob o estranho pseudónimo de «sociedade civil». Mas não há comenica que lhe valha. É um cadáver que apodrece lentamente no meio de nós.



Com ou sem ornamentos, o PS não mudou. Meteu a bordo alguns naufragos de aventuras avulsas, sob o estranho pseudónimo de «sociedade civil».

Os doze abutres

1. QUANDO doze abutres voaram sobre Roma, os romanos leram nesse voo os sinais de um velho presságio que datava do tempo de Rômulo e que dava a Roma doze séculos.
2. Como, desde que os filhos da loba fundaram a cidade até aos tempos nefastos de Valentiniano nos últimos anos do império, os doze séculos tinham-se esfumado, os Romanos tomaram o presságio como sinal do fim.
3. Em tempos conturbados, os presságios contam muito.
4. Transformam-se em poderosos sinais e ganham vida por si próprios, e embora estes exemplos latinos sejam muito mal empregues para este nosso prosaico quotidiano político, agora que o dr. Mário Soares se apresentou como Catão na Assembleia, sempre se pode ir mais longe no uso dos clássicos.
5. Ora se há coisa que o PSD hoje pode bem dispensar são os fazedores de presságios e tudo aquilo que possa ser interpretado por todos como sinal do fim.
6. Em termos políticos e de opinião pública, um dos sinais mais perigosos para um governo ou um partido é o voo de algumas aves, afugentadas pela previsão de tempestade que aí vem.
7. Podem sempre ser tomadas pelos doze abutres e porem o povo a murmurar.
8. Invisível nos grandes títulos, mas escavando na confiança como uma toupeira, o Governo e o PSD são atingidos pela série de notícias nos jornais dos últimos dias sobre a sucessão de nomeações nos gabinetes governamentais de acessores e de pessoal de apoio para cargos supostamente mais «seguros», como, por exemplo, os lugares nas empresas públicas.
9. A «segurança» é aqui dada por empregos ou lugares à prova de eleições e que não só garantiriam (ou em muitos casos melhorariam) o *status* daqueles que os demandam como, em caso de reviravolta política, ofereceriam indemnizações suficientemente compensatórias, caso os novos poderes quisessem pôr em ordem a casa e substituir os prebendados.
10. É preciso ter em conta que o «pessoal» que se prepara para «voar» tem na vida política portuguesa (e nas democracias em geral, como se vê no *Yes Prime Minister*) um papel muito peculiar e razoavelmente «opaco».
11. Nos gabinetes, decidindo sobre uma miríade de questões menores que acabam por moldar a política quotidiana, são eles próprios também muitas vezes mais responsáveis pelas decisões políticas do que os próprios políticos, embora o seu estatuto discreto os proteja do escrutínio público.
12. E num processo de ascensão curricular que se tem acentuado nos últimos anos, acessores e chefes de gabinete têm tido alguma mobilidade vertical, ascendendo a cargos políticos como «ajudantes» de ministro e nalguns casos mesmo a ministros.

13. Apesar deste papel directamente político - e que na administração pública portuguesa é ainda mais marcante, dado o recrutamento e formação partidária dos gabinetes ministeriais e a inexistência de uma clara distinção entre lugares de confiança política e lugares de carreira -, apresentam-se muitas vezes como «técnicos», respondendo a uma racionalidade que não consideram política.
14. Acham-se imbuídos de um «sentido de Estado» que negam aos eleitos e o seu desdém pelos políticos é conhecido.
15. Olham de cima para a turbulência da política parlamentar e para as «polémicas» em que os deputados e ministros se vêem envolvidos como impurezas de* que as suas assépticas funções estão libertas.
16. É possível que a amplitude destes «voos» seja ainda um pouco exagerada pelos jornais.
17. Admito que aconteçam num ou noutro ministério, longe de ser regra geral.
18. Mas que começaram, começaram.
19. E a verdade é que há ministros que o permitem, mesmo quando deveria ser sua obrigação política mostrar outra confiança na vitória eleitoral do PSD e impô-la como risco de todos aos seus subordinados.
20. Não estamos todos no mesmo barco?
21. Eis uma matéria em que o PSD e o seu presidente deveriam ter uma palavra pública e severa.
22. Particularmente severa.

JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Diário de Notícias*, 27/4/95

* O texto refere “impurezas que as suas...”

Os doze abutres



JOSÉ PACHECO PEREIRA

Há ministros que deveriam mostrar outra confiança na vitória eleitoral do PSD e impô-la como risco de todos aos seus subordinados. Não estamos todos no mesmo barco? Eis uma matéria em que o PSD e o seu presidente deveriam ter uma palavra pública e severa. Particularmente severa.

Em tempos conturbados, os presságios contam muito. Transformam-se em poderosos sinais e ganham vida por si próprios, e embora estes exemplos latinos sejam muito mal empregues para este nosso prosaico quotidiano político, agora que o dr. Mário Soares se apresentou como Cato na Assembleia, sempre se pode ir mais longe no uso dos clássicos.

Ora se há coisa que o PSD hoje pode bem dispensar são os fazedores de presságios e tudo aquilo que possa ser interpretado por todos como sinal do fim. Em termos políticos e de opinião pública, um dos sinais mais perigosos para um governo ou um partido é o voto de

algumas aves, afugentadas pela previsão da tempestade que aí vem. Podem sempre ser tomadas pelos doze abutres e podem o povo a murmurar.

Invisível nos grandes títulos, mas escavando na confiança como uma toupeira, o Governo e o PSD são atingidos pela série de notícias nos jornais dos últimos dias sobre a sucessão de nomeações nos gabinetes governamentais de assessores e de pessoal de apoio para cargos supostamente mais «seguros», como, por exemplo, os lugares nas empresas públicas. A «segurança» é aqui dada por empregos ou lugares à prova de eleições e que não só garantiriam (ou em muitos casos melhorariam) o *status* daqueles que os demandam como, em caso de reviravolta política, ofereceriam indemnizações, suficientemente compensadoras, caso os novos poderes quisessem pôr em ordem a casa e substituir os prebendados.

É preciso ter em conta que o «pessoal» que se prepara para «voar» tem na vida política portuguesa (e nas democracias em geral, como se vê no *Yes Prime Minister*) um papel muito peculiar e razoavelmente «opaco». Nos gabinetes, decidindo sobre uma miríade de questões menores que acabam por moldar a política quotidiana, são eles próprios também muitas vezes mais responsáveis pelas decisões políticas do que os próprios políticos, embora o seu estatuto discreto os proteja do escrutínio público. É um processo de ascensão curricular que se tem acentuado nos últimos

anos, assessores e chefes de gabinete têm tido alguma mobilidade vertical, ascendendo a cargos políticos como «ajudantes» de ministro e nalguns casos mesmo a ministros.

Apesar deste papel directamente político – e que na administração pública portuguesa e ainda mais marcante, dado o recrutamento e formação partidária dos gabinetes ministeriais e a inexistência de uma clara distinção entre lugares de confiança política e lugares de carreira –, apresentam-se muitas vezes como «técnicos», respondendo a uma racionalidade que não consideram política. Acham-se imbuídos de um «sentido de Estado» que negam aos eleitos e o seu desdém pelos políticos é conhecido. Olham de cima para a turbulência da política parlamentar e para as «polémicas» em que os deputados e ministros se vêm envolvidos como impurezas que as suas assepticamente funções estão libertas.

É possível que a amplitude destes «voos» seja ainda um pouco exagerada pelos jornais. Admito que aconteçam num ou noutro ministério, longe de ser regra geral. Mas que começaram, começaram. É a verdade é que há ministros que o permitem, mesmo quando devera ter a sua obrigação política mostrar outra confiança na vitória eleitoral do PSD e impô-la como risco de todos aos seus subordinados. Não estamos todos no mesmo barco?

Eis uma matéria em que o PSD e o seu presidente deveriam ter uma palavra pública e severa. Particularmente severa.

LIDO

Acerca da fé, ele (Mitterrand) dirá que, neste momento, o espírito humano não tem resposta ao *porquê* e amontoa as respostas ao *como*. Mas entre o mais refinado, e mais recente, *como*, relativo ao descobrimento mais audaz, e o *porquê* registam-se distâncias siderais. Creio, portanto, que se impõe, ouso dizê-lo assim, o lançamento à água. O espírito mais exigente, no seu rigor de análise, tem, num dado momento, de pôr a fé ao nível de um menino, como dizia Cristo.

Joseph Mace-Scaron
Le Figaro

Com frequência nos acercamos de Deus. Embora não seja isto o mais nobre do movimento *para Deus*, porque nesse plano estaremos mergulhados no medo do desconhecido. Todos os temores acumulados de toda a história do mundo se apoderam de nós e, então, procuramos um refúgio.

Idem, *ibidem*

A França política, há semanas, inclinava-se cada vez mais para a direita; a França social virava-se de novo para a esquerda. A célebre *exceção* francesa a conduzir directamente para a esquizofrenia...

Alain Duhamel
Le Point

O verdadeiro contrato republicano com a América não é o que o Congresso votou há pouco. Deve ser o compromisso subjacente de *entrosar* a extensão e os encargos do Governo para criar uma melhor relação custos-impostos.

The Washington Post

Conseguir o que acaba de ser referido constitui um processo complicado, que os republicanos – e os democratas do Congresso – se limitaram apenas a iniciar.

Ibidem

Seleção de Martinho de Castro

